

**WAGNER CORDEIRO CHAGAS**

**AS ELEIÇÕES DE 1982 EM MATO GROSSO DO SUL**

**DOURADOS – 2014**

**WAGNER CORDEIRO CHAGAS**

**AS ELEIÇÕES DE 1982 EM MATO GROSSO DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: *História, identidades e representações.*

Orientador: Prof. Dr. **Paulo Roberto Cimó Queiroz.**

**DOURADOS – 2014**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).**

C433e Chagas, Wagner Cordeiro.  
As eleições de 1982 em Mato Grosso do Sul/ Wagner  
Cordeiro Chagas. – Dourados, MS: UFGD, 2014.  
200 f.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Cimó Queiroz.  
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade  
Federal da Grande Dourados.

1. Eleição. 2. Política. 3. Mato Grosso do Sul. I. Título.

CDD – 324.658171

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.**

**©Todos os direitos reservados. Permitido a publicação parcial desde que citada a fonte.**

**WAGNER CORDEIRO CHAGAS**

**AS ELEIÇÕES DE 1982 EM MATO GROSSO DO SUL**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

**Aprovada** em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA:**

Presidente e orientador:

Paulo Roberto Cimó Queiroz (Dr. UFGD) \_\_\_\_\_

2ª Examinadora:

Marisa Bittar (Dra. UFSCar) \_\_\_\_\_

3º Examinador:

Linderval Augusto Monteiro (Dr.UFGD) \_\_\_\_\_

Dourados, 18 de agosto de 2014.

## DADOS CURRICULARES

**Nome:** Wagner Cordeiro Chagas

**Data de nascimento:** 23 de agosto de 1984

**Cidade:** Fátima do Sul/MS

**Filiação:** José Nunes das Chagas e Marluce Cordeiro Chagas

**Ensino Fundamental:** pré-escola municipal Pluminhas Coloridas. Escolas estaduais Batista, Vicente Pallotti, e Izabel Mesquita, de Fátima do Sul (entre 1990 e 2000).

**Ensino Médio:** escolas estaduais Izabel Mesquita e Vila Brasil, de Fátima do Sul (entre 2001 e 2003).

**Graduação:** História pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (FCH - UFGD) – 2005 a 2008.

**Especialização:** Formação de Profissionais da Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (FAED – UFGD) – 2009 a 2010.

**Bacharelado:** História pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (FCH – UFGD) – 2011.

**Mestrado:** História pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (FCH – UFGD) – 2012 a 2014.

**Professor** contratado nas escolas estaduais Senador Filinto Müller e Vicente Pallotti, da cidade de Fátima do Sul.

## DEDICATÓRIA

**Dedico esta pesquisa:**

*Ao meu pai José e minha mãe Marluce, pela luta dedicada em prol da educação de seus 3 filhos.*

*A Ana Paula Menêzes Cordeiro, aquela amiga de curso de graduação em História que, por um sentimento chamado AMOR e pela vontade de Deus, acabou por se tornar minha musa inspiradora, amada esposa e eterna namorada.*

*Ao nosso futuro bebê, que, com apenas 2 meses de vida, aumentou nossa felicidade e nos permite sonhar e continuar na luta por um mundo melhor.*

*Aos meus irmãos Wando e Vinícius, companheiros de todas as horas nas lutas e aventuras de uma família unida.*

***E a todos os brasileiros (as) e aos (as) mato-grossenses/sul-mato-grossenses que foram à luta, e que, em alguns casos, chegaram a pagar com a própria vida, na árdua missão pela redemocratização do Brasil.***

## AGRADECIMENTOS

Ao longo dessa breve vida que nós meros mortais temos neste planeta Terra, neste injusto sistema capitalista, momentos de oportunidades para se dedicar aos estudos devem ser aproveitados ao máximo, principalmente para um filho de trabalhadores urbanos, nascido numa família humilde. Foi o que procurei fazer, desde o ano de 1989, quando entrei na pré-escola. Os incentivos de meus pais foram um dos fatores que colaboraram significativamente para que eu pudesse chegar até aqui. Não me esqueço das vezes em que meu pai, pequeno comerciante do ramo de bar e lanchonete há mais de 40 anos, falava para minha mãe ou para os amigos: “vou tirar uma foto desta chapa de fazer lanche para um dia mostrar a quem quiser que foi daqui que tirei os estudos de meus três filhos”. Não titubeei. Fui à luta. Além das novas amizades construídas, adquiri experiência, perdi alguns medos, um pouco da timidez, e conquistei novos conhecimentos. Na graduação conheci aquela que hoje é minha amada esposa, e que exerce comigo a prazerosa profissão de **professor** de ensino básico. Reclame quem quiser. Eu tenho orgulho de ser professor! Deixa-me de alma renovada saber que em alguma coisa posso contribuir para a formação de nossas crianças e jovens.

Nestes 2 anos e meio de mestrado, vieram novos desafios e novas experiências. De repente um simples professor do interior do estado de Mato Grosso do Sul se arrisca a se meter no espaço das discussões teórica se metodológicas de como se escrever a História, ao lado de pessoas de maior graduação, mestres, doutores e pós-doutores. É, tem que ter coragem. Mas, além disso, os elementares: dedicação, horas de estudo e, acreditar, com humildade, que se é capaz de dar uma pequena contribuição à produção de determinado conhecimento, que possa ser no futuro repassado para outras pessoas. Entrevistar personagens que já comandaram o estado na função de governador ou ex-deputados, ou ex-líderes sindicais. Como chegar nesse pessoal para uma conversa? A minha jovem e tímida militância no Partido dos Trabalhadores (PT) e no sindicato de profissionais da educação (SIMTED/FETEMS), aliada a uma pequena experiência em bate-papos com figuras públicas, ajudaram-me nessa tarefa. O resto foi coragem mesmo. Arriscar!

Foi possível até lançar um modesto livro (uma coletânea de artigos de jornal, publicados desde 2005, ano em que ingressei na academia), por meio da utilização de uma parte dos recursos oriundos da bolsa de mestrado da CAPES, Êta dinheirinho abençoado esse viu. Esta obra me permitiu tirar do papel o sonho de um projeto de **solidariedade**, que pretendo continuar por toda vida, qual seja, a doação da maior parte da renda obtida com a

venda do livro (R\$ 1.300,00) para a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Fátima do Sul (coisa de um cristão e socialista romântico). Além do mais, renovei minha determinação em continuar exercendo minha nobre profissão. Por tudo isso, venho agradecer:

A Deus por sua infinita bondade para com a humanidade. Por suas bênçãos a mim concedidas nos momentos mais complexos nesta tarefa de escrever a História.

A meu pai José e minha mãe Marluce, pessoas batalhadoras, responsáveis, e que sempre se dedicaram a cuidar de seus filhos, principalmente da educação dos mesmos. A minha mãe pelas tantas vezes que me arrumou a mochila de roupas para que eu pudesse viajar a pesquisa. Pelo carinho e pela preocupação em saber que seu filho ficaria alguns dias longe de casa. Ao meu pai pelas vezes em que acordou cedo para me levar até o terminal rodoviário para as viagens, e pelas vezes em que relatava, orgulhoso, a seus amigos sobre as entrevistas que seu filho mais velho havia feito com ex-governadores, ex-deputados.

A minha querida esposa Ana Paula Menezês Cordeiro, mestre em História pela UFGD, que por ter passado pela mesma luta entre 2010 e 2012, soube compreender os momentos em que tive que realizar viagens para pesquisa, os momentos em que dormira sozinha enquanto eu me encontrava no escritório de casa exercendo a escrita. Pelas incontáveis vezes em que me perguntava: “amor, você já escreveu hoje?”. Ou quando me ordenava com seu jeito meigo, mas que impunha respeito: “vai escrever, amor!”.

Aos meus irmãos Wando e Vinícius companheiros de todas as horas nas lutas e aventuras de uma família unida. A minha tia Lourdes e a prima Angela pelas quase 20 vezes em que me recepcionaram e me hospedaram em sua casa em Campo Grande.

Aos professores doutores do curso de Pós-graduação em História (PPGH-UFGD), especialmente aos professores Eudes Fernando Leite, Eliazar João da Silva, Jerri Roberto Marin, João Carlos de Souza, Linderval Augusto Monteiro, pela dedicação e profissionalismo nas aulas e orientações repassadas aos seus alunos e alunas. Sem elas seria difícil iniciar a árdua tarefa da pesquisa e escrita de um trabalho desse porte.

Aos professores João Carlos e Linderval pelas críticas construtivas, pelas sugestões e contribuições dadas na qualificação da pesquisa, realizada em setembro de 2013.

De um modo especial ao meu orientador, professor doutor Paulo Roberto Cimó Queiroz. Sem dúvida alguma, um nome de peso no que se refere ao conhecimento sobre História de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Pessoa fantástica, de uma humildade tremenda. As conversas que tivemos foram cruciais para a elaboração desta pesquisa, já que Cimó participou ativamente do processo eleitoral de 1982 no estado, como estudante de



História na antiga FUCMT e militante do PCB em Campo Grande. No entanto, seu profissionalismo falou mais alto, e em nenhum momento ele buscou tendenciar a pesquisa para este ou aquele ponto de vista. Entre uma de suas características, o detalhismo sem dúvida influencia o pesquisador que por ele é orientado. Isso é muito bom, pois nos permite aprender a lidar com muito cuidado com a produção do conhecimento histórico. A pesquisa se encerra, mas tenho certeza que ganhei um grande amigo. MUITÍSSIMO obrigado, mestre!

Ao Jair Lima e Manoel Santos, velhos amigos, meus padrinhos de casamento, pelos dias em que se disponibilizaram a deixar seus trabalhos e suas famílias para me levar até Campo Grande para contatos com ex-líderes políticos. Pessoas de bom humor, permitem que a viagem se torne ainda mais prazerosa. Não dá para se esquecer da viagem do dia 11 de novembro de 2013, que fizemos para a entrevista com o advogado Marcelo Barbosa Martins. Ao passarmos num viaduto do anel viário da capital percebi que ali existia um *totem* (esse monumentos que os governos fazem para marcar suas passagens pelo cargo) do governo Ramez Tebet (1986-1987). No entanto, não tive como fotografar, pois íamos até o Parque dos Poderes. Mas não desisti e convenci Manoel que, meio sem querer, retornou até o tal monumento. Ao chegarmos perto tomamos um baita susto com uma carreta que quase bateu no veículo em que estávamos. Contudo, graças à proteção divina, conseguimos chegar até o monumento e fotografá-lo. Ao sairmos, brinquei com os velhos amigos e disse: “vale tudo pela história, meus caros!”. Valeu amigos.

Ao amigo Giliarde Rodrigues, velho amigo da graduação em História, pelas vezes que também se dispôs a dar-me uma carona até Campo Grande, quando de suas voltas da casa de seus pais, em Vicentina para sua nova localidade, o distrito de Taboco, município de Corguinho. Militante político, presidente do Partido Verde (PV) de seu município, passamos horas batendo papos sobre a política idealista, e também sobre a arte de governar e as muitas malandragens realizadas pelos maus políticos em geral.

Ao Maurício Lemes, amigo da graduação em História, mestre em História pela UFGD e hoje atuante vereador em Dourados, pelo PSB, pela disposição em me dar melhores detalhes a respeito do endereço residencial e como fazer para uma boa conversa com o ex-prefeito Zé Elias Moreira.

Em nome do amigo Juarez de Oliveira, funcionário do Tribunal Regional Eleitoral de MS, agradeço a todos (as) os (as) dedicados (as) funcionários (as) daquele órgão pelo atendimento a este pesquisador.

As amigas e amigos do grupo de reuniões que formamos em 2011, Ivani Demétrio, Ivani Guerra e Amarante, Oseni Silva, Elisângela Silva e Giliarde Rodrigues

Aos funcionários do escritório do ex-governador Wilson Barbosa Martins pela calorosa recepção aquele rapaz que no dia 15 de janeiro de 2011 iniciava sua primeira experiência com entrevistas na trabalhosa metodologia da História oral.

Ao Pedro Pedrossian Neto, pela grande ajuda que deu ao intervir nas conversas com seu avô, o ex-governador Pedro Pedrossian, para que eu pudesse entrevistá-lo.

A amiga Kátia Aline, mestre em História pela UFGD, que conhece muito bem os desafios de quem lida com a História oral, pelo empréstimo de seu gravador digital por duas vezes;

Aos funcionários do Centro de Documentação Regional (CDR) da UFGD, Carlos Barros e Ivanir Souza pela atenção e dedicação nos momentos em que precisei pesquisar naquele rico e valioso acervo.

As amigas do curso de bacharelado em História (UFGD-2011): Criservelyn, Vânia e Letícia pelas dicas compartilhadas ao longo da preparação para a prova de mestrado em História no final de 2011. A todos os amigos e amigas do curso de Pós-graduação em História (PPGH) da UFGD.

Na pessoa do bibliotecário Alceones Machado, agradeço aos funcionários da biblioteca da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul pelo excelente serviço prestado no momento em que realizei pesquisas no acervo daquela Casa de Leis.

Ao professor doutor Eronildo Barbosa da Silva (UFMS - Campo Grande) pela ajuda e disposição ao me ceder cópias de suas entrevistas realizadas com lideranças que ajudaram a construir a história do PMDB em Mato Grosso do Sul.

A CAPES que por meio da concessão da bolsa permitiu-me suprir necessidades que o mundo capitalista nos coloca.

Aos diretores e coordenadores pedagógicos das escolas em que leciono que me permitiram usar o serviço de professores substitutos, para que eu pudesse sair em busca das fontes. Aos companheiros e companheiras de luta, professores e professoras pelo incentivo dado para que eu estudasse cada vez mais.

Aos amigos taxistas de Campo Grande e do Rio de Janeiro pelas boas conversas ao longo dos percursos a procura dos endereços dos entrevistados. Trabalhadores que sempre me desejavam boa sorte na pesquisa. Valeu companheiros de luta.

Aos entrevistados, ex-líderes políticos e cidadãos comuns (estes últimos que apesar de nem sempre terem seus nomes citados em jornais, anais legislativos entre outros, contribuem igualmente com a construção do processo histórico) Wilson Martins, Pedro Pedrossian, José Felix, João Xavier, José Donizete, Sergio Cruz, Zé Elias, Wilson Fadul Filho, Youssif Domingos, Zeca do PT, Wilson Grunewaldt, João Leite Schmidt, Eusébio Barrios, Clóvis de Oliveira, Fausto Matto Grosso, Sultan Rasslan, Marcelo Martins, Evandro Martins e Arnaldo Casseiro, pela paciência em receber este aprendiz de historiador e me concederem alguns minutos de suas experiências de vida, contribuindo assim com este trabalho.

# O BÊBADO E O EQUILIBRISTA<sup>1</sup>

**Elis Regina**

Caía a tarde feito um viaduto  
E um bêbado trajando luto  
Me lembrou Carlitos

A lua tal qual a dona do bordel  
Pedia a cada estrela fria  
Um brilho de aluguel

E nuvens lá no mata-borrão do céu  
Chupavam manchas torturadas  
Que sufoco!  
Louco!  
O bêbado com chapéu-coco  
Fazia irreverências mil  
Pra noite do Brasil  
Meu Brasil!

Que sonha com a volta do irmão do Henfil  
Com tanta gente que partiu  
Num rabo de foguete  
Chora  
A nossa Pátria mãe gentil  
Choram Marias e Clarisses  
No solo do Brasil

Mas sei que uma dor assim pungente  
Não há de ser inutilmente  
A esperança  
Dança na corda bamba de sombrinha  
E em cada passo dessa linha  
Pode se machucar

Azar!  
A esperança equilibrista  
Sabe que o show de todo artista  
Tem que continuar.

---

<sup>1</sup>Esta música que se tornou símbolo da luta pela aprovação da Lei da Anistia aos perseguidos e condenados ao exílio pela ditadura militar. Aprovada em 1979, a lei precisa ser urgentemente revista, para que se possam punir os torturadores criminosos do estado ditatorial brasileiro.

## RESUMO

O objetivo central desta pesquisa foi analisar como se deu o processo eleitoral do ano de 1982 em Mato Grosso do Sul, que escolheu vereador, alguns prefeitos, deputados estaduais e federais, 1 senador e se constituiu no primeiro pleito em que os eleitores sul-mato-grossenses puderam exercer o direito de eleger o governador. A eleição culminou na vitória do PMDB ao governo, principal partido de oposição a ditadura militar no estado e no Brasil. As principais fontes utilizadas foram jornais, revistas, dados eleitorais, entrevistas realizadas com ex-líderes políticos e cidadãos comuns, além de uma significativa bibliografia relacionada ao tema. A pesquisa procura mostrar o processo de redemocratização em Mato Grosso do Sul com as eleições de 1982, apesar do partido governista, PDS, ter conquistado a maioria das prefeituras e equilibrado com o PMDB suas bancadas na Assembleia Legislativa e na Câmara dos Deputados. Para isso, leva em consideração que o mesmo se deu, assim como a nível nacional, pelo engajamento de lideranças de esquerda, sindicalistas, religiosos, intelectuais, entre outros, em boa parte, ligados ao ilegal Partido Comunista Brasileiro (PCB), filiados no MDB/PMDB, e também através das conciliações políticas entre lideranças outrora ligadas ao governo militar, e militantes históricos do MDB/PMDB que, desde o golpe de 1964, se posicionavam contra a ditadura. Assim, foi possível observar que a ascensão de um governo de frente democrática no estado só se deu devido à soma desses fatores, aliada ao descontentamento de parcela da população com o estilo autoritário do governo estadual e federal.

**PALAVRAS-CHAVE:** Eleição; Governo de Mato Grosso do Sul; Redemocratização.

## **ABSTRACT**

The central objective of this research was to analyze how has got the electoral process of 1982 in Mato Grosso do Sul, which chose city councilmen, some mayors, state and federal representatives and 1 senator and was formed in the first election in which voters sul mato-grossenses could exercise the right to elect the governor. The election resulted in the victory of the PMDB to the government, the main opposition party in the state and military dictatorship in Brazil. The main sources used were newspapers, magazines, electoral data, interviews with former political leaders and ordinary citizens, and a significant literature related to the topic. The research seeks to show the process of democratization in Mato Grosso do Sul with the 1982 elections, despite the ruling party, PDS, having conquered most of the prefectures and balanced with the PMDB your countertops in the Legislative Assembly and the House of Representatives. To do this, take into account that it occurred, as well as at national level, by engaging leaders from left, trade unionists, religious, intellectual, and others, mainly linked to illegal Brazilian Communist Party (PCB), affiliated to the MDB / PMDB and also through political reconciliation among leaderships linked to the military government, and historical militants MDB / PMDB that since the 1964 coup, were standing against dictatorship. Thus, it was observed that the rise of a democratic front government in the state was due only to the sum of these factors, coupled with the discontent slice of population about the authoritarian style of the state and federal government.

**KEYWORDS:** Election; Government of Mato Grosso do Sul; Democratization.

## LISTA DE TABELAS

|  |     |
|--|-----|
| <b>Tabela 1</b> – Partidos, número de vagas e candidatos em Mato Grosso do Sul nas eleições de 1982..... | 99  |
| <b>Tabela 2</b> – Resultados nos municípios onde Wilson Martins foi o vencedor.....                      | 148 |
| <b>Tabela 3</b> – Resultados nos municípios onde Zé Elias foi o vencedor.....                            | 152 |

## LISTA DE QUADROS

|   |     |
|---|-----|
| <b>Quadro 1</b> – Composição política da ARENA e MDB.....   | 41  |
| <b>Quadro 2</b> – Deputados federais eleitos em 1978 por MS.....  | 53  |
| <b>Quadro 3</b> – Deputados estaduais eleitos em 1978 por MS.....   | 54  |
| <b>Quadro 4</b> – Votação obtida pelos candidatos ao Senado por MS em 1978.....                                 | 54  |
| <b>Quadro 5</b> – Governadores eleitos em 1982 no Brasil.....   | 132 |
| <b>Quadro 6</b> – Bancada dos partidos no Senado e Câmara com as eleições de 1982.....                          | 135 |
| <b>Quadro 7</b> – Resultado das eleições de 1982 para governador de MS.....                                     | 142 |
| <b>Quadro 8</b> – Deputados federais eleitos em 1982 por MS.....  | 143 |
| <b>Quadro 9</b> – Deputados estaduais eleitos em 1982 por MS.....   | 144 |
| <b>Quadro 10</b> - Resultado das eleições de 1982 para senador por MS.....                                      | 145 |
| <b>Quadro 11</b> – Resultado obtido com a enquete sobre os votos nos candidatos a governador de MS em 1982..... | 168 |
| <b>Quadro 12</b> – Resultado eleitoral para o governo de Mato Grosso (1947-1965).....                           | 175 |
| <b>Quadro 13</b> – Principais nomes da fusão PP e PMDB em MS e seu passado político.....                        | 177 |

## LISTA DE IMAGENS

|  |    |
|--|----|
| <b>Imagem 1</b> –Charge sobre os partidos extintos pelo AI-2.....      | 39 |
| <b>Imagem 2</b> – Geisel sanciona a lei da divisão de Mato Grosso..... | 17 |

|   |     |
|---|-----|
| <b>Imagem 3</b> - Primeiro bebê nascido no MS, e ao lado a passeata em comemoração a criação do estado..... | 48  |
| <b>Imagem 4</b> – Charge sobre a recepção ao governador Harry Amorim.....                                   | 52  |
| <b>Imagem 5</b> –Capa do <i>Correio do Estado</i> sobre a demissão de Harry Amorim.....                     | 58  |
| <b>Imagem 6</b> - Campanha de Pedrossian ao Senado em 1978.....   | 60  |
| <b>Imagem 7</b> – Lançamento do PDS em Mato Grosso do Sul.....  | 62  |
| <b>Imagem 8</b> – Logomarca do governo Marcelo Miranda.....   | 64  |
| <b>Imagem 9</b> –Capa de <i>O Progresso</i> sobre a queda de Marcelo Miranda.....                           | 66  |
| <b>Imagem 10</b> – Capa do <i>Correio do Estado</i> sobre o início do governo Pedrossian.....               | 67  |
| <b>Imagem 11</b> - Muro pichado com os nomes de Ramez Tebet e Plínio Martins.....                           | 83  |
| <b>Imagem 12</b> – José Elias se despede do cargo de prefeito de Dourados.....                              | 92  |
| <b>Imagem 13</b> – Eleitores na despedida do prefeito José Elias.....                                       | 93  |
| <b>Imagem 14</b> – Panfleto da campanha do PMDB-SP sobre o voto útil.....                                   | 100 |
| <b>Imagem 15</b> – Panfleto da campanha do PMDB-SP sobre o voto útil.....                                   | 101 |
| <b>Imagem 16</b> –Propaganda do PMDB em <i>outdoor</i> espalhados em Campo Grande.....                      | 102 |
| <b>Imagem 17</b> – Propaganda dos candidatos Wilson e Ramez: “vamos governar juntos”.....                   | 102 |
| <b>Imagem 18</b> – Banca de informações sobre o voto vinculado em Campo Grande.....                         | 103 |
| <b>Imagem 19</b> –Propaganda do candidato José Elias.....   | 108 |
| <b>Imagem 20</b> –Propaganda do candidato ao Senado, Itálvio Coelho.....                                    | 111 |
| <b>Imagem 21</b> – <i>Outdoors</i> da campanha do PDS em Campo Grande.....                                  | 111 |
| <b>Imagem 22</b> – George Takimoto no palanque em Dourados.....   | 112 |
| <b>Imagem 23</b> – Logomarca do governo Pedro Pedrossian.....   | 113 |
| <b>Imagem 24</b> – Logomarca da prefeitura de Campo Grande, gestão Heráclito de Figueiredo.....             | 113 |
| <b>Imagem 25</b> – Grupo musical faz showmício em palanque de José Elias.....                               | 113 |
| <b>Imagem 26</b> – Palanque de José Elias.....  | 114 |



|   |     |
|---|-----|
| <b>Imagem 27</b> – Propaganda do PDS: “vote com o João”.....  | 114 |
| <b>Imagem 28</b> – Propaganda de Wilson Fadul.....  | 116 |
| <b>Imagem 29</b> – Reunião entre Fadul, Brizola e Alarico D’Ávila.....  | 116 |
| <b>Imagem 30</b> – Pichação feita pelo PT em muros de Campo Grande.....   | 118 |
| <b>Imagem 31</b> – Propaganda do candidato Antônio Carlos em muros.....   | 118 |
| <b>Imagem 32</b> – candidato Antônio Carlos em campanha.....  | 119 |
| <b>Imagem 33</b> – Juventude do PMDB em Fátima do Sul.....  | 121 |
| <b>Imagem 34</b> – Mulheres de MS reunidas no I encontro do MDS em Brasília/DF.....   | 122 |
| <b>Imagem 35</b> – página da <i>Veja</i> com representação do modelo de cédula eleitoral proposta pelo PDS.....   | 125 |
| <b>Imagem 36</b> – página da <i>Veja</i> com representação do modelo de cédula eleitoral proposta pelo TSE.....   | 125 |
| <b>Imagem 37</b> – modelo de cédula aprovada pelo Congresso em material de campanha do candidato a prefeito de Dourados Luiz Antônio (PDS).....                       | 126 |
| <b>Imagem 38</b> – santinho do candidato a prefeito de Fátima do Sul André Puccinelli (PMDB) com modelo, no verso, de cédula eleitoral para treinamento no verso..... | 127 |
| <b>Imagem 39</b> – exemplar da cédula eleitoral de 1982.....  | 127 |
| <b>Imagem 40</b> – eleitores douradenses na fila para votar.....  | 140 |
| <b>Imagem 41</b> – eleitores, militantes e jornalistas acompanham a apuração dos votos.....   | 141 |
| <b>Imagem 42</b> – escrutinadores na apuração dos votos e PM na vigilância.....   | 141 |
| <b>Imagem 43</b> – capa do <i>Diário da Serra</i> traz comemoração da vitória da oposição.....  | 146 |
| <b>Imagem 44</b> – Wilson concede sua primeira entrevista coletiva como governador eleito....   | 146 |
| <b>Imagem 45</b> – Membros do PCB-MS em Campo Grande, em 1982.....  | 185 |

## LISTA DE SIGLAS

**ABI** – Associação Brasileira de Imprensa

**AI** – Ato Institucional

**ARENA** – Aliança Renovadora Nacional

**CEMAT** – Centrais Elétricas de Mato Grosso

**CDR/FCH-UFGD** – Centro de Documentação Regional da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados

**CNBB** – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

**DERMAT** – Departamento de Estrada de Rodagem de Mato Grosso

**DNOS** – Departamento Nacional de Obras de Saneamento

**ENERSUL** – Empresa Energética de Mato Grosso do Sul

**FEPROSUL** – Federação dos Professores de Mato Grosso do Sul

**FETEMS** – Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul

**FETAGRI** – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar

**FUCMT** – Faculdade Unidas Católicas de Mato Grosso

**JDS** – Juventude Democrática Social

**JPMDB** – Juventude do Partido do Movimento Democrático Brasileiro

**OAB** – Ordem dos Advogados do Brasil

**SNI** – Sistema Nacional de Informações

**TSE** – Tribunal Superior Eleitoral

**TRE-MS** – Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

**USP** – Universidade de São Paulo

**UFGD** – Universidade Federal da Grande Dourados

**UFMS** – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

**UEMS** – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

**MDB** – Movimento Democrático Brasileiro

**MTB** – Movimento Trabalhista Brasileiro

**MDS** – Movimento de Mulheres Democráticas Sociais

**PCB** – Partido Comunista Brasileiro

**PC do B** – Partido Comunista do Brasil

**PDC** – Partido Democrata Cristão

**PDT** – Partido Democrático Trabalhista

**PDS** – Partido Democrático Social

**PP** – Partido Popular

**PSD** – Partido Social Democrático

**PT** – Partido dos Trabalhadores

**PTB** – Partido Trabalhista Brasileiro

**UDN** – União Democrática Nacional

## SUMÁRIO

|                                     |           |
|-------------------------------------|-----------|
| Lista de tabelas e quadros.....     | 13        |
| Lista de imagens.....               | 14        |
| Lista de abreviaturas e siglas..... | 16        |
| <b>Introdução.....</b>              | <b>20</b> |

### Capítulo 1

#### **A DITADURA MILITAR, A DIVISÃO DE MATO GROSSO E O CONTEXTO POLÍTICO NO BRASIL E EM MATO GROSSO DO SUL NOS PRIMEIROS ANOS DE IMPLANTAÇÃO DO NOVO ESTADO**

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1. Breves considerações sobre os efeitos da ditadura militar no Brasil.....</b>   | <b>33</b> |
| 331.1. A repressão institucionalizada e o Sistema Nacional de Informações (SNI).....   | 36        |
| 1.2. O sistema político da ditadura: bipartidarismo e supostos ares democráticos.....  | 38        |
| <b>2. A divisão de Mato Grosso e a criação de Mato Grosso do Sul no contexto ditadura militar.....</b>                               | <b>42</b> |
| 2.1. A institucionalização do estado de Mato Grosso do Sul.....  | 49        |
| 2.2. Os primeiros governos de Mato Grosso do Sul.....  | 55        |
| 2.2.1. Um início conturbado: a experiência governamental de Harry Amorim Costa (ARENA – 1º de janeiro a 12 de junho de 1979).....    | 55        |
| 2.2.2. As elites regionais recuperam terreno: Marcelo Miranda Soares (ARENA/PDS – 30 de junho de 1979 a 28 de outubro de 1980).....  | 59        |
| 2.2.3. Pedro Pedrossian, enfim, se torna governador (PDS - 06 de outubro de 1980 a 14 de março de 1983).....                         | 67        |
| <b>3. Novas regras para o jogo político: reformas na legislação eleitoral e as manobras da ditadura para se manter no poder.....</b> | <b>69</b> |
| 3.1. O pluripartidarismo no Brasil: a serviço de quem?.....  | 71        |
| 3.2. Os novos partidos políticos no Brasil e em Mato Grosso do Sul.....  | 72        |
| a) PMDB.....   | 72        |
| b) PDS.....  | 74        |
| c) PTB.....  | 74        |
| d) PDT.....  | 75        |
| e) PP.....   | 76        |
| f) PT.....   | 76        |
| 3.3. Ainda o casuísmo.....   | 77        |
|  | 78        |

### Capítulo 2

#### **AS ELEIÇÕES: A CAMPANHA**

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1. As candidaturas ao governo de Mato Grosso do Sul.....</b>        | <b>82</b> |
| 1.1. Os candidatos do PMDB: Wilson Barbosa Martins e Ramez Tebet.....  | 82        |
| 1.2. Os candidatos do PDS: José Elias Moreira e Carlos Stephanini..... | 86        |

|   |            |
|---|------------|
| 1.3. Os candidatos do PDT: Wilson Fadul e Nilo Ribas.....                           | 93         |
| 1.4. Os candidatos do PT: Antônio Carlos Nantes de Oliveira e Antoniel Cardoso..... | 97         |
| <b>2. Com o time em campo: a campanha eleitoral rumo ao governo do estado.....</b>  |            |
| 2.1. “Ponha seu voto em ação”: a campanha do PDS.....                               | 100        |
| 2.2. “A hora é agora”: a campanha do PMDB.....                                      | 106        |
| 2.3. “A opção por uma mudança social”: a campanha do PDT.....                       | 115        |
| 2.4. “Não vote em sorriso, vote em ideias”: a campanha do PT.....                   | 117        |
| <b>3. Aspectos gerais da campanha eleitoral de 1982 em Mato Grosso do Sul.....</b>  | <b>119</b> |

### Capítulo 3

#### AS ELEIÇÕES: OS RESULTADOS

|   |            |
|---|------------|
| <b>1. O PMDB e as vitórias pelo Brasil... apesar dos novos casuísmos do governo Figueiredo.....</b>   | <b>129</b> |
| <b>2. Os resultados em Mato Grosso do Sul.....</b>  | <b>139</b> |
| 2.1. Eleições legislativas.....   | 143        |
| 2.2. Eleições para o governo.....   | 146        |
| 2.3. PDS e PMDB nas prefeituras de Mato Grosso do Sul.....  | 162        |
| <b>3. A vitória oposicionista em Mato Grosso do Sul: tentativa de uma análise.....</b>  | <b>163</b> |
| 3.1. Erros estratégicos do governador Pedro Pedrossian e defecções no PDS.....  | 163        |
| 3.2. Campo Grande e Dourados: rivalidade política nas duas maiores cidades do estado?..   | 164        |
| 3.3. Votos brancos e nulos: efeitos do voto vinculado e do voto “camarão”?.....   | 166        |
| 3.4. Os eleitores de 1982: algumas opiniões.....  | 167        |
| <b>4. Entre sindicalistas, liberais, comunistas e ex-arenistas: a composição do PMDB que venceu as eleições ao governo de Mato Grosso do Sul.....</b> | <b>171</b> |
| 4.1. A composição udenista e pessedista.....  | 174        |
| 4.2. A composição de esquerda.....  | 177        |
| <b>Considerações finais.....</b>  | <b>187</b> |
| <b>Bibliografia e fontes.....</b>   | <b>190</b> |

## INTRODUÇÃO

Brasil, agosto de 2014. Após o final da Copa do Mundo da FIFA<sup>2</sup>, realizada no país, a nação se encontra diante de mais uma campanha eleitoral com vistas às eleições de 5 de outubro, onde os brasileiros escolherão pelo voto direto o próximo presidente da República, novos governadores de estado, deputados estaduais e federais e novos senadores. Em Mato Grosso do Sul será a nona vez que os eleitores vão às urnas para escolherem, entre 5 nomes<sup>3</sup>, aquele que será o próximo administrador do estado, além dos 24 representantes na Assembleia Legislativa, 8 para a Câmara dos Deputados e 1 para o Senado Federal.

Deste modo, citando sinteticamente a conjuntura inicial do pleito eleitoral de 2014 neste estado, pode-se apresentar o objetivo central desta pesquisa de mestrado em História: analisar como ocorreram as eleições do ano de 1982 em Mato Grosso do Sul, a primeira em que os eleitores desta unidade federativa puderam exercer o direito de escolher o governador, realizada no contexto final da ditadura militar implantada no Brasil com o golpe civil-militar de 1964.

A curiosidade pelos temas da história política de Mato Grosso do Sul surgiu em minha vida quando estudei sobre o assunto, de forma resumida, nos últimos anos do Ensino Médio entre 2002 e 2003, em escolas públicas de Fátima do Sul. Uma das coisas que mais me chamavam a atenção estava relacionada aos grupos que polarizaram a administração estadual, ora o grupo de Pedro Pedrossian (PDS/PTB), ora o grupo de Wilson Barbosa Martins (PSDB/PMDB). Isso me motivou ainda mais para tentar ser aprovado no vestibular para o curso de História.

Em 2002, tive a oportunidade de ler um texto da historiadora Marisa Bittar<sup>4</sup>, que versava sobre o estado de Mato Grosso do Sul, a ocupação, sua criação por meio da divisão de

---

<sup>2</sup> A campeã desta competição que mexe com todo o planeta Terra foi a seleção da Alemanha, aquela que venceu, nas quartas de finais, a Seleção Brasileira de Futebol, por 7 a 1. A Alemanha venceu a seleção da Argentina por 1 a 0, no 2º tempo da prorrogação, no dia 13 de julho, e conquistou seu quarto título do mundial, tornando-se tetra-campeã mundial.

<sup>3</sup> Em 2014 são 6 os candidatos a governador de Mato Grosso do Sul: Delcídio do Amaral (PT); Evander Vendramini (PP); Marco Monje (PSTU); Nelson Trad Filho (PMDB); Reinaldo Azambuja (PSDB); e Sidney Melo (PSOL). Cf. SEIS candidatos disputam o governo do estado e sete a vaga no Senado. *Correio do Estado*. 1º jul. 2014, p. 3.

<sup>4</sup> O material, elaborado pela Secretaria de Educação, secretaria esta comandada pelo deputado petista Pedro César Kemp Gonçalves, um dos nomes mais emblemáticos do PT no estado, intitula-se *Mato Grosso do Sul: vivendo novas lições de História*. Ele tinha por objetivo proporcionar aos professores da rede estadual de ensino

Mato Grosso e alguns aspectos político-administrativos. O texto fora distribuído nas escolas públicas pela Secretaria de Educação do Estado, por meio do programa Escola Guaicuru. Naquela época eu mal sabia que aquilo se tratava de um texto científico. Outro fator que me despertou ainda mais curiosidades foram as eleições gerais do ano de 2002, que levaram, pela primeira vez na história do Brasil, um ex-operário ao cargo de presidente da República. Era uma época em que eu já possuía melhor consciência da importância do voto e da participação popular nas decisões nacionais e pude, pela segunda vez, ajudar a escolher os representantes políticos. Filho de família de simples comerciantes, acostumado desde os 10 anos à lida no trabalho, para ajudar em casa, a partir daquele momento, com meus 18 anos de idade, comecei a perceber o quanto é importante conhecer e participar, por mínimo que seja, dos debates políticos. Interessei-me por um posicionamento político moderadamente à esquerda. Desse modo, naquela eleição votei em Zeca do PT para governador de MS e em Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para presidente da República. Com isso, a ideia de fazer o curso de História se consolidou e prestei o vestibular em agosto de 2004.

Ao ingressar, no ano de 2005, no curso da então Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campus de Dourados – que logo a seguir se desmembrou para formar a tão sonhada Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) – percebi que aquele era um curso onde boa parte dos docentes tinha um posicionamento crítico sobre a política e outros aspectos sociais. Como escreveu o amigo e historiador Fernando de Castro Além, é um curso:

Inclinado às discussões políticas, às estratégias de poder, à reflexão crítica sobre as configurações sociais que propuseram a ascensão de reinados, de governos democráticos e autocráticos, as disputas que ocasionaram guerras, possessões do homem pelo homem (ALÉM, 2011, p. 19).

Já no primeiro ano da graduação iniciei o gosto pela escrita de artigos publicados em jornais locais<sup>5</sup>, o que me fez desenvolver a prática da escrita. O primeiro artigo, publicado em outubro daquele ano no jornal *Diário MS*, denominava-se *A crise política e a liberdade de imprensa* e versava a respeito do momento vivido pela política nacional, o escândalo do “Mensalão” e a importância de uma imprensa livre. No ano de 2007 iniciei uma pesquisa que culminou no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), denominado: *A construção da base*

---

novas possibilidades para trabalhar o assunto em sala de aula. Neste se encontrava o texto *Uma breve história de Mato Grosso do Sul (1977-1999)*, de autoria de Bittar.

<sup>5</sup> Em outubro de 2013 tive a oportunidade de reunir 50 destes artigos e publicá-los em forma de livro, intitulado *Política, História e alguns desabafos* (Ed. Seriema, Dourados). O modesto projeto visou incentivar a leitura e a solidariedade, já que 70% (R\$ 1.300,00) da renda obtida com o livro foi doada à Rede Feminina de Combate ao Câncer de Fátima do Sul (RFCC).

*aliada na Assembleia Legislativa no primeiro governo Zeca do PT: as abordagens através do jornal Correio do Estado*, sob orientação do professor doutor João Carlos de Souza (UFGD). Por meio dessa pesquisa pude ter os primeiros contatos com diversos tipos de fontes, tais como jornais, atas do poder Legislativo sul-mato-grossense e materiais de campanha eleitoral. Ao encerrar o curso, em 2008, eu tinha em mente algumas ideias para um futuro anteprojeto de pesquisa para concorrer ao mestrado em História, quando me veio a ideia de pesquisar as eleições de 1982 para governador deste estado.

Contudo, tive que adiar a ideia da pesquisa para outro momento, pois em 2009 iniciei o exercício do magistério e fui aprovado para o curso de Especialização em Educação na FAED-UFGD, o qual se encerrou em setembro de 2010. Mais uma vez tive que lidar com pesquisa acadêmica. Desta vez tinha como objetivo investigar algo que estivesse relacionado com a área de História e Educação. Como o gosto pela História Política é intenso, fiz um trabalho a respeito da trajetória de uma escola estadual de minha cidade, intitulado: *A Escola Estadual Senador Filinto Müller: uma trajetória na luta pela educação em Fátima do Sul (1961-1991)*, orientado pela professora doutora Maria do Carmo Brazil (UFGD). Neste busquei compreender como as articulações políticas foram importantes para a construção e funcionamento da mesma, além de discutir os motivos que levaram os deputados estaduais Londres Machado e Mação Tadano a homenagearem o polêmico Filinto Müller.

Veio 2011 e aproveitei a oportunidade para voltar à FCH, agora matriculado no curso de Bacharelado em História. Neste curso teria que desenvolver uma pesquisa como requisito para aprovação. Coloquei em prática a ideia de pesquisar as eleições de 1982. Em dezembro daquele ano defendi o artigo intitulado: *As eleições de 1982 para o governo do Estado de Mato Grosso do Sul: um breve ensaio introdutório*, tendo como orientador o professor doutor Paulo Roberto Cimó Queiroz. No mesmo ano fui aprovado no curso de Mestrado, onde a pesquisa foi aprofundada.

As eleições de 1982<sup>6</sup> aos governos estaduais representaram um dos maiores avanços no processo de abertura “lenta, gradual e segura”, do regime ditatorial implantando no Brasil

---

<sup>6</sup> Para o professor doutor Carlos Fico da Silva Junior, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em palestra ministrada na aula inaugural do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH-UFGD) no dia 22 de maio de 2014, as eleições de 1982 merecem um estudo aprofundado, devido à sua importância no período da transição democrática, pois a mesma permitiu que políticos que vinham combatendo o regime militar chegassem a cargos no poder Executivo e experimentassem o que seria administrar um estado tendo o governo militar no comando federal. No entanto, é válido lembrar que já existem vários trabalhos que analisaram o pleito de 1982 em diversos estados, como o estudo do sociólogo catarinense Itamar Aguiar, que analisa a disputa ao governo de Santa Catarina, intitulado: *Violência e golpe eleitoral: Jaison e Amin na disputa pelo governo catarinense* (1995).



em 1964 para o sistema democrático. Em todo o país o clima eleitoral era eufórico, pois desde 1966 a população estava impedida de escolher o governador por determinação do Ato Institucional nº 2 (AI-2), decretado pelo governo Castelo Branco. Voltar a exercer o direito de escolha de seus governantes, sem dúvida, era algo que muitos cidadãos defensores dos princípios democráticos mais esperavam.

Apesar de estar sistematizado por ordens governamentais, por meio dos “pacotes de reformas” ocorridos no início do processo, o pleito ocorreu, pelo menos nas grandes cidades, num clima de liberdade de expressão e a propagação dos ideias defendidos pelos candidatos. Como destaca Maria Moreira Alves (1989), o nível de disputa da campanha propiciou um debate muito acirrado entre as partes que disputavam os diversos cargos, entre governo e oposição.

A eleição daquele ano neste estado teve um significado importante, primeiro porque, após 4 anos de disputas por poder e instabilidades políticas, onde 4 personagens (Harry Amorim Costa, Londres Machado, Marcelo Miranda Soares e Pedro Pedrossian) exerceram o cargo de governador, por meio de nomeação pelo governo federal, Mato Grosso do Sul teria um governo eleito pela população, com garantias de estabilidade política. Ela se constituiu, conforme palavras de Bittar, “num marco para o estabelecimento da normalidade institucional, colocando termo aos sucessivos golpes palacianos que ocorriam desde 1979” (BITTAR, 1998, p. 33)<sup>7</sup>. Segundo, este governo eleito representava o grupo da chamada oposição democrática<sup>8</sup>, liderada pelo PMDB, na figura do deputado federal cassado Wilson Barbosa Martins e de seu vice, o deputado estadual Ramez Tebet. A vitória da oposição se deu após uma acirrada disputa com o candidato governista, o ex-prefeito de Dourados José Elias Moreira, do PDS. Outras duas candidaturas foram registradas, mas tiveram uma votação pífia, foram elas: a do ex-ministro da Saúde no governo João Goulart, Wilson Fadul, pelo PDT, e a do deputado federal Antônio Carlos de Oliveira, pelo PT.

A respeito da eleição relatada acima, existem diversos autores que trazem alguma contribuição: Marisa Bittar (*Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído* (2009) e *Estado, educação e transição democrática em Mato Grosso do Sul* [1998]), a obra

---

<sup>7</sup> BITTAR, Marisa. *Estado, educação e transição democrática em Mato Grosso do Sul*. 1998.

<sup>8</sup> Apesar do termo “oposição democrática”, nem todos os membros dessa frente eram peemedebistas autênticos. Nomes como o de Marcelo Miranda Soares, eleito senador, Antônio Mendes Canale, Rachid Saldanha Derzi, Ramez Tebet, Lúdio Martins Coelho e João Leite Schimidt compunham até 1980 os quadros do Partido Democrático Social (PDS), legenda sucedânea da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido dos governos militares.

de maior profundidade analítica; Eronildo Barbosa da Silva e Tito Carlos Machado de Oliveira (*Do MDB ao PMDB: quarenta anos de Mato Grosso do Sul* [2006]); José Laerte Cecílio Tetila e Wilson Valentim Biasotto (*O movimento reivindicatório do magistério público estadual de Mato Grosso do Sul: 1978-1988* [1991]); Maria Dilneia Espíndola Fernandes (*Políticas públicas de educação: a gestão democrática na rede estadual de ensino em Mato Grosso do Sul* [2000]); Amarílio Ferreira Júnior (*Professores e sindicalismo em Mato Grosso do Sul (1979-1986)* [2003]).

A elaboração desta pesquisa se utilizou de uma variedade de fontes, as quais se encontram divididas em fontes *oficiais* e *não-oficiais*. No que diz respeito às não-oficiais, estas se constituem de: fontes orais; jornais de grande circulação no estado, no caso *Correio do Estado*, *Diário da Serra* (ambos de Campo Grande), *O Progresso* (de Dourados) e *Folha de S. Paulo* (São Paulo), por meio de seu acervo na internet; e também jornais de entidades sindicais como o *Quadro Verde*, da FEPROSUL/FETEMS; panfletos de campanha eleitoral; fotos oriundas de jornais e de acervos pessoais; revistas, como a *Veja*, cujo acervo completo se encontra disponível na internet; e a revista campo-grandense *Grifo*, com alguns exemplares encontrados no Centro de Documentação Regional da FCH-UFGD.

No que se relaciona às fontes orais, a elaboração deste trabalho foi algo desafiante, para um aprendiz de historiador que nunca havia trabalhado com a metodologia da História Oral, ainda mais quando se tem como entrevistados ex-líderes políticos, pois muitos ou moram em localidades de difícil acesso ou não se dispõem a falar sobre determinados assuntos. Esta metodologia foi de importante contribuição, pois foi possível obter respostas para muitas dúvidas surgidas ao longo do desenvolvimento da pesquisa, além de permitir maiores detalhes sobre aquelas eleições no estado. Para José Bom Meihy<sup>9</sup>:

Como pressuposto, a história oral implica uma percepção do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado. A presença do passado no presente imediato das pessoas é a razão de ser da História Oral, garantindo sentido social à vida de depoentes e leitores que possam entender a sequência histórica e sentirem-se parte do contexto em que vivem (MEIHY, 1996, p. 10).

Foram realizadas 15 entrevistas, entre os anos de 2011 e 2014. A primeira delas 3 meses antes de eu ingressar no curso de Bacharelado em História da FCH-UFGD, em janeiro de 2011, com o ex-governador Wilson Barbosa Martins, que se elegeu em 1982. O contato com Wilson, na época com 93 anos de idade, deu-se de forma inesperada, pois eu estava em

---

<sup>9</sup> MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

Campo Grande para realizar pesquisas nos acervos do *Correio do Estado* e fiquei sabendo, por meio de uma tia que morava próximo a casa dele, que o mesmo residia a poucas quadras dali. Ao fazer contato com os funcionários do escritório de Wilson Martins, estes me indagaram para saber qual o meu interesse em entrevistar o ex-governador, já que Wilson estava preocupado em conceder para quem ele não conhecia, devido à experiência que tivera poucos meses antes, quando um jornal semanário de Campo Grande<sup>10</sup> publicou uma matéria de capa onde criticava o ex-governador e sua segunda gestão (1995-1998) no estado. Assim, expliquei àqueles senhores que se tratava de uma simples entrevista com algumas questões a respeito das eleições de 1982, e que não pretendia fazer juízo de valor das atuações dele à frente do estado. Fui muito bem atendido pelo doutor Wilson, figura simpática, que demonstrou uma memória extremamente lúcida para aquela idade.

A segunda foi com o ex-governador Pedro Pedrossian, de 85 anos, em outubro de 2012. Era Pedrossian quem governava o estado em 1982. Esta entrevista foi a que deu mais trabalho, pois desde 2011 eu havia tentado um contato, mas sem êxito. Só fui conseguir quando o jovem Pedro Pedrossian Neto leu um artigo de minha autoria publicado em jornais virtuais, onde eu relatava a respeito da famosa aliança ocorrida entre Pedrossian e Lúdio Coelho, nas eleições ao governo em 1986. Ao lê-lo, Neto me enviou uma mensagem via *e-mail* à qual respondi e aproveitei para pedir sua ajuda, pois pretendia realizar uma entrevista com seu avô. Após 5 meses, depois de me dizer que o ex-governador “não pretendia falar mais sobre o passado”, consegui marcar a entrevista em sua residência na capital do estado. A entrevista com Pedrossian, desde o início, mostrou-se difícil, percebi que o ex-governador não se sentia à vontade para falar de assuntos que envolviam uma derrota eleitoral. Prova disso é que na entrevista o mesmo começou por relatar o período em que fora governador de Mato Grosso uno e de suas realizações. Quanto o assunto chegou à campanha de 1982, num determinado momento, Pedro me disse que eu deveria procurar José Elias Moreira, pois este saberia melhor daquela campanha do que ele. Dificuldades à parte, a entrevista durou 27 minutos e trouxe uma importante contribuição para a pesquisa.

O ano de 2013 foi o período em que a pesquisa ficou mais complexa, já que era preciso escrever a dissertação e ao mesmo tempo fazer as entrevistas necessárias. Graças a

---

<sup>10</sup> Esta matéria foi publicada no periódico semanal *Boca do Povo*, distribuído gratuitamente aos domingos em Campo Grande e no interior de Mato Grosso do Sul, com a seguinte manchete: “O governo deste homem enterrou o estado”. O jornal trazia matéria a respeito do segundo governo Wilson Martins e fazia uma crítica ácida a respeito de endividamentos oriundos de sua gestão e da privatização da empresa estatal de energia do estado (ENERSUL). Cf. O GOVERNO deste homem enterrou o estado. *Boca do Povo*. Campo Grande, 29 mar. 2009, p. 9.

contatos com pessoas, e também à facilidade dos meios de comunicação recentes, como internet, *e-mail*, redes sociais como *Facebook*, telefone celular, foi possível estabelecer contatos e realizar outras 12 entrevistas. Em março entrevistei, em Campo Grande, o jornalista e ex-deputado Sergio Cruz, deputado afamado pela postura crítica à ditadura militar e ao estilo considerado autoritário do governo Pedrossian. No mesmo mês foi a vez de José Elias Moreira, candidato a governador do PDS, que me atendeu sem maiores problemas. Este revelou um dado até então desconhecido no projeto de pesquisa, o fato de seu nome ter sido escolhido após uma pesquisa feita pelo Sistema Nacional de Informações, o SNI, sobre os possíveis candidatos pedessistas ao governo de Mato Grosso do Sul.

No mês de abril fui ao Rio de Janeiro para entrevistar o jornalista Wilson Fadul Filho, filho caçula de Wilson Fadul, o candidato do PDT em 1982. A entrevista foi possível graças a uma intermediação de meu orientador, que conseguiu contatos telefônicos com Fadul Filho através de uma tia de sua esposa. A entrevista me permitiu descrever algo novo no processo da produção sobre a história política de Mato Grosso do Sul, pois até o momento as referências que havia encontrado sobre a candidatura de Wilson Fadul eram limitadas.

Em seguida consegui o contato via e-mail com Antônio Carlos de Oliveira, o candidato do PT, em 1982. Antônio reside em Brasília, no entanto, ao responder à mensagem, disse que a pesquisa feita por mim era de grande contribuição, mas ele não pretendia falar de assuntos políticos do passado e do presente. Respeitei e agradei pela atenção.

Em junho, numa tentativa de reforçar os dados sobre a candidatura de Fadul, entrevistei o advogado Youssif Domingos, que na época participara como integrante da juventude pedetista. Também nesse mês recorri ao ex-governador José Orcírio, o Zeca do PT, para saber mais a respeito da candidatura de Antônio Carlos (PT). Zeca, juntamente com Antônio Carlos, fora um dos fundadores da sigla no estado. Em seguida foram entrevistados Wilson Grunewaldt, candidato ao Senado pelo PDT, que optou por uma conversa informal, sem gravações, alegando não ter dado grandes contribuições naquela eleição.

Em agosto foi a vez de entrevistar João Leite Schmidt, ex-secretário de Estado e ex-deputado estadual e federal, considerado um dos mais importantes articuladores políticos do estado. Com Schmidt foi possível, além de conhecer alguns detalhes da campanha eleitoral de 82, entender melhor os primeiros anos de funcionamento de Mato Grosso do Sul e as articulações que acabaram por deixar o estado numa verdadeira crise de instabilidade política.

Para melhor compreensão da situação dos funcionários públicos estaduais e de suas mobilizações pró-redemocratização do estado, recorri, no mês de setembro, ao professor

aposentado Eusébio Garcia Barrios, que naquele período presidia a FEPROSUL (Federação dos Professores de Mato Grosso do Sul), que me descreveu a luta de diversos movimentos sociais da época pelo retorno da democracia. Ainda em setembro, conversei com dois ex-integrantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), o jornalista Clóvis de Oliveira, de Dourados, e Fausto Matto Grosso Pereira, um dos principais nomes e articuladores da esquerda em Campo Grande, que me relataram a respeito da participação efetiva de membros do clandestino PCB no interior do PMDB, como meio de se chegar à democracia no Brasil e seguir na luta pela implantação da revolução socialista no país.

Em outubro, entrevistei Sultan Rasslan, ex-deputado pelo PMDB. No mês de novembro foi a vez de Marcelo Barbosa Martins, ex-membro do PCB, eleito vereador na capital pelo PMDB, sobrinho de Wilson Martins e filho do ex-deputado federal Plínio Barbosa Martins.

Para entender um pouco mais sobre as estratégias feitas pelo MDB para sobreviver nos pequenos municípios do estado, entrevistei Arnaldo Cassemiro, em março de 2014. Este foi político de curta carreira em Fátima do Sul, entre os anos de 1970 e 1980.

Apesar de todas as entrevistas, uma não foi obtida, com o ex-governador Marcelo Miranda Soares, eleito senador pelo PMDB em 1982. Desde fevereiro de 2013 tentei marcar entrevista. Por mais de 6 vezes fiz ligações ao ex-governador, que em todas as vezes me dizia não ser possível falar, pois se encontrava envolvido em algum compromisso. Na última tentativa, ocorrida no dia 7 de novembro, ao conversar com Marcelo por telefone questionei-o a respeito do significado da logomarca de sua gestão, ao que ele me respondeu conforme consta descrito no capítulo 1 deste trabalho. Além de perguntar sobre a logomarca tentei novamente marcar uma entrevista para o dia 11 do mesmo mês. No dia marcado, fui a Campo Grande e liguei 4 vezes no celular do mesmo, que não atendeu e nem retornou as ligações.

A escolha das figuras políticas se deu devido a um dos objetivos do projeto, que é o de entender melhor as articulações políticas naquele momento histórico. Como diz Verena Alberti: “A escolha dos entrevistados é, em primeiro lugar, guiada pelos objetivos da pesquisa” (ALBERTI, 2013, p. 39)<sup>11</sup>. Apesar disso, procurei ouvir também pessoas comuns, por meio de enquetes realizadas nas cidades de Campo Grande, Dourados, Fátima do Sul e Vicentina, para ter uma pequena percepção de como teria sido a votação nestes municípios. No caso dessas pessoas, recorri a essa metodologia mais simplificada devido ao objetivo de tentar compreender melhor o processo de articulações eleitorais, o que talvez seria mais difícil

---

<sup>11</sup> ALBERTI, Verena. *Manual de História oral*, p. 39.

de encontrar por meio de cidadãos que não estiveram envolvidos diretamente no interior das negociações políticas.

A literatura que trata das discussões em torno da metodologia da história oral reconhece diversos casos. Para o historiador italiano Alessandro Portelli, na metodologia da entrevista “tem coisas que nós queremos saber e tem coisas que os narradores querem dizer, que nós não lhes perguntamos” (BESSA et al, 2010, p. 34)<sup>12</sup>. Esse parece ter sido, por exemplo, o caso de minha entrevista com Pedrossian, quando, conforme já observei, o ex-governador em certos momentos sentiu-se incomodado ao ter que tratar de assuntos que provavelmente ele gostaria de esquecer, e na maior parte da entrevista preferiu falar mais a respeito de suas realizações como chefe do Executivo de dois estados.

Ao se utilizar desta metodologia, é preciso estar ciente de que o historiador não conseguirá respostas para todas as suas indagações e que a memória do entrevistado não dará conta de relatar todos os aspectos pretendidos no questionário. É o que ressalta Regina Beatriz Neto<sup>13</sup> (2012):

Outro aspecto crucial a ser debatido é o de que a história oral – prática de pesquisa – não “ressuscita vozes” e que ninguém está autorizado a falar por outrem e nem ao menos tem o poder de “salvar” o tempo passado [...] Assim, os relatos orais não devem ser pensados na perspectiva de restituí-los à sua totalidade [...] (NETO, 2012, p. 18).

No tocante às fontes oficiais, essas são compostas por documentos oriundos de páginas da internet, como as do Senado Federal e Câmara dos Deputados. Ali foram encontradas leis oriundas do Congresso Nacional, como, por exemplo, a Emenda Constitucional nº 15, de 19 de novembro de 1980, que alterou a Constituição da época, permitindo a realização das eleições em 1982. O portal do Governo Federal foi outra ferramenta importante, pois foi possível encontrar diversas leis, decretos, emendas constitucionais e antigas constituições. Algumas atas da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul também compõem esse rol de documentos. Os sites do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul (TRE-MS) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) contribuíram com os dados relacionados aos números daquele pleito, como a quantidade de

---

<sup>12</sup> Conferir BESSA, Telma; NEVES, Frederico de Castro; MENEZES, Marilda; JUCÁ, Gisafran; NOÊMIA, Lídia & CARVALHO, Teresa. *Entrevista com Alessandro Portelli*. História, historiadores, historiografia. In: Projeto História, nº 41, dez. 2010.

<sup>13</sup>NETO, Regina Beatriz Guimarães. *Historiografia, diversidade e história oral: questões metodológicas*. In: LAVERDI, Robson [et. al]. *História oral, desigualdades e diferenças*. Recife: Ed. da UFPE; Florianópolis: Ed. da UFSC, 2012.

candidatos inscritos, as legendas partidárias dos candidatos, a quantidade de votos de cada um, a votação nos municípios do estado.

Nesta pesquisa buscou-se utilizar as abordagens teóricas relacionadas à Nova História Política. Perspectiva esta onde se busca entender este processo como algo muito além dos grandes feitos dos governantes, o que caracterizou por muito tempo o modelo tradicional da História Política. Para René Remond:

Durante séculos, a chamada história política – a do Estado, do poder e das disputas por sua conquista ou conservação, das instituições em que ele se concentrava, das revoluções que o transformavam – desfrutou junto aos historiadores de um prestígio inigualado devido a uma convergência de fatores. Talvez eles a achassem mais fácil de reconstituir por basear-se em fontes que tinham a dupla vantagem de ser regularmente constituídas – já que estabelecidas por uma administração cuja função era operar por meio de textos que deixavam um vestígio escrito – e estar classificadas e conservadas, e portanto acessíveis em um momento posterior. [...] No Antigo Regime, a história era naturalmente ordenada tendo em vista a glória do soberano e a exaltação da monarquia. As revoluções que derrubaram os regimes monárquicos não destronaram a história política de sua posição preeminente, apenas mudaram seu objetivo. Em vez de fixar-se na pessoa do monarca, a história política voltou-se para o Estado e a nação, consagrando daí em diante suas obras à formação dos Estados nacionais, às lutas por sua unidade ou emancipação, às revoluções políticas, ao advento da democracia, às lutas partidárias, ao confronto entre as ideologias políticas (RÉMOND, 2003, p. 15).

Por meio disso pode-se dizer que as abordagens dos historiadores que se ocuparam de produzir sobre o processo histórico político, ao longo de muito tempo debruçaram-se sobre questões ligadas aos líderes responsáveis pela condução dos sistemas administrativos e as maneiras como estes ascendiam ao poder. Rémond argumenta que isso se deve muitas vezes à facilidade com que os pesquisadores podiam ter acesso às fontes, aqui descritas como escritas e conservadas, o que de certa forma pode levar o pesquisador a entender que as fontes escritas são as únicas a permitirem a verdadeira análise histórica.

A partir de outras abordagens de Rémond, fica visível que essa maneira de se pensar a história política se transforma a partir de 1945, com o advento de novas escolas historiográficas, a Escola dos Annales, marxistas e estruturalistas, as quais iniciam questionamentos acerca das metodologias utilizadas para com a história política. É o que observa na descrição a seguir:

Foi contra esse estado de coisas, contra a hegemonia do político, herança de um longo passado, que, em nome de uma história total, uma geração se insurgiu, e fez-se uma revolução na distribuição do interesse. A renovação que há meio século marcou tão profundamente na França a disciplina histórica teve como alvo principal e primeira vítima a história política. [...] Enquanto a vocação do historiador é interrogar-se sobre o sentido dos fatos, enquanto sua especificidade reside, em consequência disso, numa atitude interrogativa, e seu papel é formar hipóteses explicativas, a história política permanecia uniformemente narrativa, escrava do relato linear, e no melhor dos casos, só temperava a mediocridade de uma descrição submetida à cronologia pelo talento eventual do autor, que então fazia com que sua obra se aparentasse mais com a literatura que com o conhecimento

científico. [...] Factual, subjetivista, psicologizante, idealista, a história política reunia assim todos os defeitos do gênero de história do qual uma geração almejava encerrar o reinado e precipitar a decadência (Idem., 2003, p. 15, 17 e 18).

A partir dessa perspectiva, podemos realizar uma ponderação principal, no que se relaciona às discussões observadas até aqui, qual seja, a renovação dos métodos, a busca de novos temas, novas fontes, novas interpretações, o conjunto de características das novas gerações de historiadores possuía um campo de investigação a ser tratado de forma especial, a história política.

No que tange à historiografia brasileira recente, Francisco Falcon enfatiza que a História Política tradicional somente começou a ser questionada e iniciar o ensaio para novos rumos teórico-metodológicos a partir dos anos 1970, influenciada pelo contexto de busca pela redemocratização do País. Falcon, em conformidade com a obra de Amaral Lapa, *Historiografia brasileira contemporânea*, relata:

Os historiadores foram encontrando ou criando meios e modos de, em diferentes lugares e sob as mais variadas formas, introduzir, ao lado da crítica àquela história eminentemente política, novos métodos, abordagens e, sobretudo, novos objetos. A ampliação do diálogo com os cientistas sociais e a tomada de consciência política por muitos historiadores levou progressivamente ao processo de condenação da história política (LAPA, 1976 *apud* FALCON, 1997, p. 82).

É preciso estar ciente também de que trabalhar com uma temática que se enquadra na chamada história do tempo presente requer atenções redobradas por parte do pesquisador, pois, como disse Roger Chartier: “o historiador do tempo presente é contemporâneo de seu objeto e portanto partilha com aqueles cuja história ele narra as mesmas categorias essenciais, as mesmas referências fundamentais” (CHARTIER, 1992 *apud* AMADO & FERREIRA, 2006, p. 216). Talvez um desses cuidados deva ser com a diversidade de fontes que é possível ser levantada quando se pesquisa um assunto recente. Para Eric Hobsbawm, ao discutir sobre o presente como história, “o problema fundamental para o historiador contemporâneo em nosso tempo infinitamente burocratizado, documentado e inquiridor é mais um excesso incontrolável de fontes primárias que uma escassez das mesmas” (HOBSBAWM, 1998, p. 254).

Para alcançar os objetivos propostos com esta pesquisa, a dissertação foi escrita em três capítulos. O primeiro, denominado: **A ditadura militar, a divisão de Mato Grosso e o contexto político no Brasil e em Mato Grosso do Sul nos primeiros anos de implantação do novo estado**, abordam o contexto político da ditadura militar implantada por



meio do golpe civil-militar de 1964, e seus desdobramentos para o Brasil e para o estado de Mato Grosso, até culminar na divisão deste território.

Será feita uma explanação a respeito das ideias divisionistas até a aprovação da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, que tornou realidade a cisão do estado. O segundo passo será apresentar algumas características das primeiras gestões administrativas de Mato Grosso do Sul que se iniciam em 1979 com os governadores nomeados: Harry Amorim Costa, passa pelo deputado estadual Londres Machado, de forma interina, prossegue com Marcelo Miranda Soares e se encerra com Pedro Pedrossian.

No segundo capítulo, intitulado **As eleições: a campanha**, será apresentado o desenrolar da campanha eleitoral no estado. Contendo discussões sobre as articulações políticas até a indicação dos candidatos a governador pelos quatro partidos (PMDB, PDS, PDT e PT). Trata-se de um capítulo onde as fontes primárias serão debatidas e confrontadas com outras informações. Ao mesmo tempo será feita análise de leis aprovadas naquele período para facilitar ou complicar as candidaturas e, também, de alguns materiais de propaganda eleitoral, fotos de alguns episódios da campanha e as estratégias utilizadas para se conquistar o voto dos eleitores.

Por fim, no capítulo três, denominado: **As eleições: os resultados**, busca-se compreender quais as explicações para a vitória da oposição nas primeiras eleições diretas de Mato Grosso do Sul. Embasado por fontes, tais como dados do Tribunal Regional Eleitoral do estado, onde se encontram os resultados de votos de todos os municípios existentes naquela época, as entrevistas, as informações colhidas na enquete feita com eleitores que participaram do pleito, entre outros dados que possam ser aproveitados.

Além disso, será feita uma discussão mais aprofundada para que se possa conhecer melhor a oposição que alcançou o poder, visto que juntamente com os candidatos eleitos para os cargos majoritários, se encontravam figuras que haviam recentemente deixado os quadros da ARENA, partido de sustentação à ditadura, para que se possa desmistificar a ideia de uma oposição totalmente engajada no combate aos anos de repressão e autoritarismo vividos pelos brasileiros. Nesse capítulo, enfim, tentou responder a algumas indagações, tais como: que peso teve a rejeição de parcela do eleitorado a Pedro Pedrossian, em função, por exemplo, dos atrasos no pagamento dos salários do funcionalismo público estadual? Quais as consequências de eventuais erros estratégicos cometidos pelo governador Pedrossian na escolha de seu candidato? Houve rejeição do eleitorado da capital a um candidato do interior (José Elias)?

Qual o peso das defecções no interior do PDS? Qual foi o peso dos políticos oriundos da ARENA/PDS/PP a favor do PMDB?

## CAPÍTULO 1

### **A DITADURA MILITAR, A DIVISÃO DE MATO GROSSO E O CONTEXTO POLÍTICO NO BRASIL E EM MATO GROSSO DO SUL NOS PRIMEIROS ANOS DE IMPLANTAÇÃO DO NOVO ESTADO**

“Houve um tempo, não muito tempo, em que o Brasil viveu sob uma ditadura. Em nome da democracia, fecharam partidos, amordaçaram sindicatos, mataram a liberdade. Para salvá-la, aboliu-se a democracia. E a tortura foi adotada como política de Estado. No quadro de um furioso processo de modernização que aprofundou desigualdades sociais gritantes”.

(Daniel Aarão Reis Filho)

#### **1. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE OS EFEITOS DA DITADURA MILITAR NO BRASIL**

O período da ditadura militar no Brasil (1964-1985) constituiu-se num dos momentos mais complexos da história política nacional. Conforme demonstra Daniel Aarão na citação acima, a democracia liberal vigente no país desde 1945 foi interrompida, tendo a justificativa, paradoxal, de se salvar o regime democrático. Os estudos sobre esse processo ao longo das décadas ganharam cada vez mais pesquisas sobre diversos aspectos. Para Carlos Fico:

Há muitas maneiras de se contar a história do regime militar, todas praticadas pela crescente historiografia sobre o período. A crônica política, os caminhos da resistência, a escalada da repressão, as transformações econômicas, todos são temas que vêm sendo abordados pela pesquisa histórica acadêmica, transformando aos poucos o padrão da literatura existente, outrora marcada pela memorialística e pela carência de acesso às fontes primárias – que agora vão sendo reveladas paulatinamente (FICO, 2003, p. 169).

Como demonstra o autor, a ditadura militar no Brasil tem sido alvo de diversas pesquisas, as quais revelam situações novas a respeito desse período ainda obscuro da história nacional. Pretende-se, aqui, discutir brevemente algumas características do período ditatorial vivido pelo Brasil a partir do golpe civil-militar de 31 de março de 1964. Aqui estamos de acordo com Carlos Fico que:

É correto designarmos o golpe de Estado de 1964 como civil-militar: além do apoio de boa parte da sociedade, ele foi efetivamente dado também por civis. Governadores, parlamentares, lideranças civis brasileiras – e até o governo dos Estados Unidos da América – foram conspiradores e deflagradores efetivos, tendo papel ativo como estrategistas (FICO, 2014, p. 9).

Em linhas gerais, o golpe de Estado interrompeu o mandato do presidente, eleito democraticamente, João Goulart (PTB). A chegada de Goulart ao poder central se dá quando este se elege no pleito de 1960 para o cargo de vice-presidente da República e o assume ao lado do titular do cargo, o ex-governador de São Paulo e presidente eleito, Jânio da Silva Quadros, filiado ao Partido Democrata Cristão (PDC), tendo o apoio da UDN<sup>14</sup>.

No dia 25 de agosto de 1961, Jânio, uma figura polêmica no meio político brasileiro, renunciou ao cargo de presidente, após pouco menos de 7 meses pouco mais de 8 meses de ser empossado, na nova capital federal, Brasília. Com isso, coube a João Goulart, vice-presidente, assumir o comando do país<sup>15</sup>.

O governo Goulart, caracterizado por um modelo de desenvolvimento econômico nacional-estatista, com algumas visões voltadas para a classe trabalhadora urbana e rural, por meio das chamadas Reformas de Base (as quais pretendiam realizar um conjunto de reformas em setores, como educação, saúde, reforma agrária, entre outras) possuiu além dessas marcas, situações de fortes tensões sociais, que acabaram por contribuir com o golpe. Sobre essa situação tensa, Marcos Napolitano escreve:

Para completar o cenário que antecedeu a deposição de João Goulart, é importante acrescentar mais dois aspectos. O primeiro refere-se ao apoio que o PTB, partido de Jango, havia recebido do Partido Comunista Brasileiro (PCB), uma vez que os ideais nacionalistas e a defesa da modernização industrial desvinculada dos interesses econômicos norte-americanos eram pontos comuns em ambos os partidos. O PCB acreditava que, ao apoiar o desenvolvimento político-econômico do país, estava criando as condições para que, no futuro, a revolução socialista ocorresse. A adesão dos comunistas ao programa de reformas consolidou ainda mais a aliança, a despeito das divergências entre os militantes das duas agremiações. Para os setores conservadores, sobretudo os latifundiários, banqueiros e industriais, além de empresários ligados às multinacionais, essa aliança e mesmo as Reformas de Base eram muito malvistas, pois eram entendidas como a implantação do comunismo no país. O segundo aspecto a ser acrescentado é que o sucesso da Revolução Cubana

---

<sup>14</sup>Sobre o resultado das eleições de 1960 cf. MOTTA, Rogério Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

<sup>15</sup> Tomar posse na presidência da República se constituiu, para João Goulart, algo complexo, pois havia certo temor, por parte das elites nacionais, de que suas ideias trabalhistas, oriundas do getulismo, trouxessem consigo aspirações socialistas. A posse só foi possível graças à pressão política realizada por meio da Campanha da Legalidade, movimento liderado pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola (PTB) (cf.: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006), e também por meio de uma manobra política feita no Congresso Nacional que implantou o regime parlamentarista de governo, obrigando Goulart a dividir o poder Executivo com um primeiro-ministro, cujo primeiro foi Tancredo de Almeida Neves.

(em 1959), ao tornar realidade o sonho da experiência socialista na América Latina, passou a representar uma ameaça para a influência norte-americana no continente. Assim, a política externa dos Estados Unidos estava orientada para impedir a ocorrência de conflitos e revoltas sociais (de inspiração socialista) que implicassem qualquer mudança na ordem interna dos países sob sua influência (NAPOLITANO, 1998, p. 7).

Fica perceptível que os fatores que levaram à eclosão do golpe de 1964 estão ligados ao contexto político internacional da Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética. O temor de setores do empresariado brasileiro, de setores da Igreja Católica, da classe média urbana ao pacote de reformas proposto pelo governo Goulart, fez com que esses grupos apoiassem amplamente a deposição daquele presidente.

Conforme escreve Daniel Aarão: “O movimento civil-militar que derrubou João Goulart em abril de 1964 desferiu um golpe no projeto político nacional-estatista que o líder trabalhista encarnava e encerrou a experiência republicana iniciada com o fim do Estado Novo, em 1945” (REIS FILHO, 2005, p. 12).

Nesse contexto, em diversos países da América Latina<sup>16</sup>, ditaduras foram sendo implantadas, principalmente por meio de auxílios do governo norte-americano, como escreve Francisco Carlos Teixeira: “cabe ainda destacar que amplos setores do empresariado moderno, por todo o continente, viram nos militares um esteio para a estabilidade, o crescimento e a segurança de seus projetos econômicos”. (2003, p. 249). Para Ceres Moraes, é preciso analisar a implantação dessas ditaduras “considerando-se o contexto da ‘Guerra Fria’ e, conseqüentemente, o acirramento do anticomunismo na América Latina” (MORAES, 2000, p. 77).

Instalada a ditadura no Brasil, foi aprovado o primeiro Ato Institucional (AI-1<sup>17</sup>) responsável por tornar a eleição do presidente e do vice-presidente da República indireta, ou

---

<sup>16</sup>O Chile sofreu um golpe de Estado em 1973, quando o presidente eleito, o socialista Salvador Allende, foi deposto por um golpe liderado pelo general Augusto Pinochet. Na Argentina, os golpes vinham desde 1930. No período dos anos 1960 e 1970 o país passou por golpes que levaram a uma ditadura que se estendeu até 1983. O Paraguai, apesar de não passar por golpe nesse período, era governado pelo ditador Alfredo Stroessner desde 1954. A ditadura só foi encerrada em 1989. A Bolívia vinha sendo governada desde 1964 por militares que controlaram o poder até 1982. O Uruguai enfrentou uma ditadura entre 1973 e 1985.

<sup>17</sup> Conforme o Portal da Legislação do Governo Federal, os Atos institucionais foram elaborados no período de 1964 a 1969. Foram editados pelos Comandantes-em-chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica ou pelo presidente da República. Ao todo foram 17, contudo os que tiveram maior repercussão foram o AI-1, que tornou indireta a eleição do presidente da República; o AI-2 que extinguiu os partidos políticos existentes (conforme seu Artigo 18), estabeleceu regras tão restritivas que só era possível haver dois partidos (ARENA e MDB), os quais foram criados logo em seguida pelos próprios políticos; o AI-3 que tornou indiretas as eleições para governadores dos estados, e o AI-5, o mais terrível de todos, aprovado no governo Costa e Silva, que dava plenos poderes ao presidente para fechar o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, dentre outras, o poder de cassar mandatos e suspender direitos políticos. Fonte: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/atos-institucionais>. Acessado dia 18 nov. 2013.

seja, caberia ao Congresso Nacional eleger o primeiro presidente, o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, que prometera, conforme Napolitano: “que o governo seria apenas uma solução passageira, para limpar o país da corrupção, da subversão e retomar o crescimento econômico” (1998, p. 15). A solução rápida, portanto, não passou de uma falsa promessa. A ditadura civil-militar se prolongou no poder até 1985, sob o comando dos seguintes generais-presidentes: Artur da Costa e Silva (1967-1969), Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), Ernesto Geisel (1974-1979) e João Batista Figueiredo (1979-1985).

A ditadura, conforme Nilson Borges, estava embasada na Doutrina de Segurança Nacional:

Seguindo à risca os preceitos da Doutrina de Segurança Nacional, na qualidade de força dirigente, as Forças Armadas assumiram a função de partido da burguesia, manobrando a sociedade civil, através da censura, da repressão e do terrorismo estatal, para promover os interesses da elite dominante, assegurando-lhe condições de supremacia em face do social. Enquanto o aparelho militar fortalecia o Estado, neutralizando as pressões sociais e buscando atingir um elevado crescimento econômico, as Forças Armadas atingiram um alto grau de autonomia institucional [...]. Criada na época da Guerra Fria, nascida do antagonismo leste-oeste, a Doutrina de Segurança Nacional fornece intrinsecamente a estrutura necessária à instalação e à manutenção de um Estado forte ou de uma determinada ordem social (BORGES, 2003, p. 21 e 24).

### **1.1 - A repressão institucionalizada e o Sistema Nacional de Informações (SNI)**

A repressão se torna uma prática constante. Como descreve Carlos Fico, desde os primeiros momentos da implantação da ditadura, esses meios começaram a ser utilizados para reprimir opositores. O autor destaca ainda a coragem que tiveram dois jornalistas que desafiaram a ditadura e publicaram livros denunciando a tortura. Carlos Heitor Cony, em junho de 1964, publicou suas crônicas em um livro que se tornou um marco na crítica aos métodos de tortura adotados pelo regime. Márcio Moreira Alves, também em 1964, publicou um livro reunindo suas reportagens sobre tortura. Conforme escreve Fico, essa publicação:

Obrigou o primeiro general-presidente, Castelo Branco, a mandar seu chefe da Casa Militar – o futuro presidente, Ernesto Geisel – em missão averiguadora ao Nordeste, região que concentrava o maior número de denúncias. Lá houvera, por exemplo, o tenebroso episódio do suplício do velho comunista Gregório Bezerra, que fora amarrado pelo pescoço e arrastado pelas ruas de Recife, mas muitas pessoas comuns, desconhecidos combatentes que não eram “quadros” dirigentes, também foram presas, torturadas e mortas, embora sem alcançar notoriedade (2003, p. 170).

Aliado à repressão brutal, o governo criou um sistema de espionagem, tendo como principal articulador responsável o general Golbery do Couto e Silva. Carlos Fico escreve que a preocupação do general vinha antes da deflagração do golpe, haja vista que Golbery havia adquirido inúmeras fichas e dossiês no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais Avançados, o

IPES. No governo Castelo Branco, Golbery criaria e chefiaria por algum tempo o Sistema Nacional de Informações (SNI). Instituído pelo Decreto-Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964, o SNI, segundo Maria Moreira Alves, seria:

Uma das primeiras medidas de institucionalização do novo Estado [...]. O presidente Castelo Branco insistiu em que o SNI não seria uma polícia política secreta, mas um meio de “aparelhar melhor o Poder Executivo, mantendo-o bem informado sobre o que se passa no país, para que possa agir com acerto e oportunidades” [...] Quaisquer que tenham sido as intenções iniciais, a dinâmica do sistema e a busca de segurança absoluta efetivamente transformaram o SNI numa agência de espionagem dos cidadãos; numa situação em que se verificava impossível isolar o ‘inimigo interno’, todos eram suspeitos (ALVES, 1989, p. 72).

Num estado ditatorial, órgãos com esses objetivos são comuns. Ainda de acordo com a autora acima, isso faz parte do conjunto de regras estabelecidas nas forças armadas:

Segundo o Manual Básico da Escola Superior de Guerra, as “Informações na Segurança Interna” são necessárias para identificar “antagonismos e pressões” e manter sob vigilância as atividades de oposição, “para permitir que sejam adotadas medidas que se destinem a identificá-los [aos agentes desses ‘antagonismos e pressões’], neutralizá-los ou anulá-los”. A Segurança Interna depende, assim, de informação (ALVES, 1989, p. 72).

O serviço estava organizado para atender às demandas por informações com uma estrutura montada para o levantamento de informações e controle político, com objetivo de montar: “1. Planejamentos da informação estratégica; 2. Planejamento da Segurança Interna; 3. Planejamento da contra-informação” (Ibid., p. 73).

A organização do SNI<sup>18</sup> era caracterizada pelo sigilo de sua atuação. Era um órgão que não tinha obrigação de divulgar informações a respeito de suas agências. Seus funcionários estavam à disposição do Estado caso precisassem ser transferidos para outras repartições, como ministérios, por exemplo.

Fico<sup>19</sup>, por sua vez, escreve que o SNI “produzia e mandava produzir informações. Entretanto, é provável que tenha se envolvido em operações de segurança, eufemismo utilizado na época para designar operações policiais repressivas que incluíam prisões e interrogatórios” (2001, p. 81).

## 1.2 - O sistema político da ditadura: bipartidarismo e supostos ares democráticos

---

<sup>18</sup> Conforme Maria Moreira Alves (1989), três nomes influentes da ditadura foram chefes do SNI. São eles: o general Golbery do Couto e Silva e os generais Emílio Garrastazu Médici e João Batista Figueiredo, estes dois últimos presidentes da República.

<sup>19</sup> Cf. FICO, Carlos. *Como eles agiam - os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

No plano político, os militares articularam um sistema que pudesse demonstrar ao mundo capitalista que o Brasil vivia sob uma suposta normalidade democrática por meio do regime de partidos, como descreve Florestan Fernandes:

O regime artificial de dois partidos tutelados – a ARENA e o MDB – foi adotado por motivos conhecidos. De um lado, a necessidade de manter e fortalecer a articulação política das forças sociais heterogêneas que compunham o bloco histórico que preparou e liderou o golpe de Estado de 1964 e, em seguida, dirigiu a implantação da república institucional. De outro lado, forjar uma ‘visibilidade democrática’ desta república no exterior, especialmente nos Estados Unidos, nas nações capitalistas avançadas da Europa e no Japão, que precisavam dessa visibilidade em seus circuitos políticos internos. As duas categorias de motivos nada tinham a ver com qualquer ‘projeto político *democrático*’, pois prevalecia a visão pragmática de que uma ‘ditadura técnica’ constitui, por si mesma, uma ‘defesa da democracia contra o comunismo’ (FERNANDES, 1982, p. 59).

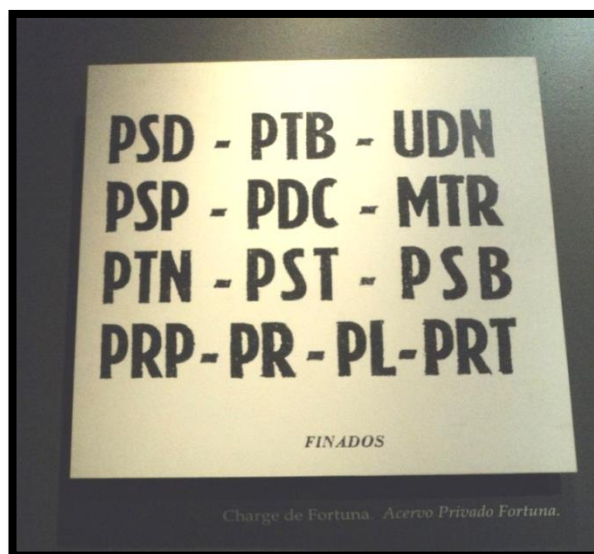
No entanto, essa imagem não era vista no país. Como escrevem Raimundo Pereira et al. no que se relaciona às eleições livres, uma das formas mais plausíveis de se distinguir um regime democrático de uma ditadura:

O regime militar promoveu drásticas mudanças nessas já precárias regras eleitorais. E para piorar: diminuiu o número de eleições, tirando do povo o direito de escolher o presidente, os governadores, os prefeitos de capitais e de numerosas outras cidades; mudou arbitrariamente o número de partidos [...] (PEREIRA et al., 1984, p. 21).

A respeito dos partidos nascidos a partir do AI-2, de 27 de outubro de 1965, a Aliança Nacional Libertadora (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), ambos passaram a abrigar políticos oriundos das legendas extintas pelo ato arbitrário do governo Castelo Branco. A imagem a seguir, encontrada no salão do Museu da República (antigo Palácio do Catete), na cidade do Rio de Janeiro, dedicada a retratar alguns dos momentos do período ditatorial, busca representar o fim das legendas, as quais o autor da charge denomina “finados”.



**Imagem 1:**charge do autor Fortuna, exposta no Museu da República (Rio de Janeiro, RJ), situando os partidos extintos pelo AI-2 como “finados”.



**Fonte:** Wagner Cordeiro Chagas (arquivo pessoal).

Para se entender melhor o ato de extinção dos partidos, destaca-se a análise feita por Rodrigo Motta, onde ele relata que:

O motivo imediato para a crise que levou à extinção dos partidos foi o resultado das eleições para o governo de alguns estados, realizadas em outubro de 1965. Naquele ano as eleições estaduais ainda puderam ocorrer livremente, pela última vez. Em alguns estados, entre eles dois dos mais importantes, Minas Gerais e Guanabara, os candidatos apoiados pelo governo militar perderam para candidaturas articuladas pela ainda poderosa aliança PSD/PTB. Os grupos radicais ligados ao governo, principalmente uma parte da oficialidade militar, ficaram indignados com os resultados das urnas por considerarem que estava ocorrendo o retorno dos inimigos contra os quais haviam saído dos quartéis em 1964. No seu entender, o comando revolucionário deveria reagir com dureza, pois de outro modo os objetivos da ‘revolução’ estariam ameaçados. Terrivelmente pressionado pela linha-dura, o grupo moderado no poder resolveu acalmar os ânimos de seus radicais através da extinção dos partidos. Acreditavam que destruindo a velha estrutura partidária seria mais fácil para o governo controlar o processo eleitoral. Visava-se, principalmente, destruir a aliança PSD/PTB, que mais uma vez demonstrou sua força nas urnas (MOTTA, 2008, p. 94).

Além desses estados, Santa Catarina e Mato Grosso também elegeram governadores da coalizão PSD/PTB. Em Santa Catarina venceu o candidato do PSD, Ivo Silveira, e em Mato Grosso, Pedro Pedrossian, também do PSD, tendo como vice Lenine de Campos Póvoas, do PTB, candidatura esta amplamente sustentada pelo senador mato-grossense Filinto Müller (PSD), que mais tarde se tornaria importante líder da ARENA e dos governos militares até 1973.

Conforme Maria Moreira Alves:

Embora os candidatos do governo ganhassem na maioria dos Estados, a vitória nesses casos era menos significativa, em termos políticos, por se tratar de Estados rurais em que os votos são tradicionalmente controlados por caciques locais. As eleições na Guanabara e em Minas Gerais causaram especial preocupação porque a vantagem dos candidatos de Kubitschek demonstrou sua forte influência eleitoral, embora ele mesmo estivesse privado de seus direitos políticos por dez anos e não pudesse concorrer a cargos eletivos (ALVES, 1989, p.88-89).

Sobre a ARENA, a historiadora Lucia Grinberg, ao estudar a trajetória deste partido, relata:

Em 30 de novembro de 1965, alguns parlamentares subscreviam o Documento Constitutivo da Aliança Renovadora Nacional com o objetivo de ‘apoiar o Governo da Revolução’. Entre os objetivos da Arena, encontra-se, em primeiro lugar, lutar ‘por todas as medidas que visem à consolidação dos ideais saneadores e progressistas que inspiram a Revolução de Março de 1964’. Em segundo lugar, o documento firmava o compromisso de buscar o ‘aperfeiçoamento da democracia representativa e, conseqüentemente, contra a fraude, a influência do poder econômico nas eleições e os abusos do poder político’ (GRINBERG, 2009, p. 67).

No caso do MDB, conforme escrevem Eronildo Barbosa e Tito Carlos, o partido se formou da seguinte maneira:

Entre outubro de 1965 e março de 1966, várias lideranças políticas e populares contrárias ao regime militar desenvolveram articulações em todo Brasil, objetivando construir as bases para formar o MDB. Entre eles destacaram-se: Ulysses Guimarães, Oscar Passos, Tancredo Neves, Osvaldo Lima Filho, Franco Montoro, Pedro Ludovico, Argemiro de Figueiredo, Ivete Vargas, Ruy Carneiro, Freitas Nobre, Pedro Simon, Evilásio Vieira, Alceu Colares, Thales Ramalho, Camilo Nogueira da Gama, Wilson Martins, Bezerra Neto, entre outros [...] Embora a ditadura tenha criado o MDB em outubro de 1965, a fundação, de fato, só aconteceu em 24 de março de 1966, no antigo Estado da Guanabara, quando vários dirigentes nacionais se deslocaram para aquela cidade e providenciaram o registro, no Tribunal Superior Eleitoral, da primeira comissão provisória do partido, tendo como presidente o senador do Acre Oscar Passos e como vice-presidente o deputado Ulysses Guimarães, de São Paulo. A primeira convenção nacional do MDB foi realizada em 6 de agosto de 1966, no Palácio Tiradentes, no Estado da Guanabara, com a presença de 146 deputados e senadores e 35 delegados das comissões eleitorais regionais, com objetivo de deliberar sobre a posição do partido acerca das eleições de 1966 e sobre a escolha do presidente e do vice-presidente da República (SILVA & OLIVEIRA, 2006, p. 29).

Sob o olhar de Rodrigo Motta (2008), nos primeiros anos de ditadura, enquanto a ARENA é descrita como o partido do “sim senhor” ao governo, o MDB é descrito como o partido do “sim” ao governo. Ou seja, nos primeiros anos da ditadura, o partido da oposição não tinha condições de se posicionar amplamente contra o regime autoritário. Isso se explica, devido, entre outras coisas, ao motivo de muitas de suas lideranças, oriundas do PTB, terem seus mandatos cassados.

Para uma melhor compreensão da composição dessas legendas a partir daquele período, encontra-se na página a seguir um quadro onde é possível ter ideia de como ficou a composição da ARENA e MDB, a partir das antigas siglas.

**Quadro 1. Composição política da ARENA e MDB**

| <b>ORIGEM POLÍTICA DE PARLAMENTARES QUE FUNDAM ARENA E MDB</b> |             |
|--|-------------|
| <b>ARENA</b>   | <b>MDB</b>  |
| UDN – 86   | PTB – 75    |
| PSD – 78   | PSD – 44    |
| PTB – 38   | UDN – 10    |
| PSP – 18   | PSP – 4     |
| PDC – 13   | PDC – 5     |
| PTN – 8  | PTN – 5     |
| PRP – 5  | PSB – 2     |
| PR – 4   | PRT – 2     |
| Outros – 7   | PST – 1     |
| Total - 257  | Total – 148 |

Fonte: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros...*, p. 98.

A referência descrita por Motta pode ser verificada, por exemplo, quando se lê a matéria do jornal *Folha de Dourados* de 1972, que anuncia que um senador do MDB elogiava o presidente Emílio Médici pelas atitudes tomadas em defesa da segurança nacional:

Brasília (SIR) – O senador Nelson Carneiro (MDB-GB) elogiou a atitude do Presidente Médici que, segundo nota publicada no jornal “O Estado de S. Paulo” – manifestou repulsa a todas as manobras que visem a tumultuar a vida do País. Referiu-se também o parlamentar do MDB carioca à recente exposição promovida pelo Exército Brasileiro, na Guanabara, afirmando que o detalhe que mais o comoveu, ali, foi a presença infantil. Disse o Senador Nelson Carneiro que “as crianças estavam felizes, em contato com as armas que as Forças Armadas conservam não para agredir, mas para garantir a segurança nacional” (MDB aplaude Médici e a mostra do Exército. *Folha de Dourados*, Dourados, 3 ago. 1972, p. 1).

É possível dizer que o senador Nelson Carneiro, político que iniciou sua carreira nos quadros da UDN, e que neste período compunha o MDB, tenha esse posicionamento devido a sua ligação com o governador da Guanabara<sup>20</sup>, Antônio Chagas Freitas, político que controlava o MDB carioca e que apoiava os governos militares, contrariando as orientações

<sup>20</sup>Após a transferência da capital federal para Brasília, em 1960, a cidade do Rio foi transformada em estado, tendo a denominação de estado da Guanabara (GB). Em 1974 ocorreu a fusão entre o estado da Guanabara e o estado do Rio de Janeiro (cf.: ALVES FILHO, Ivan. *História dos estados brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2000). Este último, que tinha capital na cidade de Niterói, passou a ter sua capital na cidade do Rio.

do Movimento Democrático Brasileiro em nível nacional. Por outro lado, a manchete do jornal douradense, ao destacar que o MDB aplaudia o presidente Médici naquela ocasião, soa como uma generalização feita pelo responsável por escrever a matéria, pois uma parte significativa dos parlamentares emedebistas tinha posições contrárias ao regime militar. Em outras palavras, o MDB, apesar de ter algumas particularidades, em relação ao posicionamento de seus líderes quanto à ditadura, constituía-se na legenda com capacidade de fazer a crítica aos duros atos da ditadura.

Foi no contexto da ditadura militar, no entanto, já no processo de abertura política, “lenta, gradual e segura”, como a denominou o presidente Ernesto Geisel, responsável por implementar as medidas políticas para este fim, que se deu a divisão do estado de Mato Grosso e a criação de Mato Grosso do Sul. A abertura política consistiu, conforme Maria Moreira Alves, num “programa de medidas de liberalização cuidadosamente controladas” (ALVES, 1989, p. 186). Em outras palavras, o governo propunha um retorno das instituições políticas brasileiras à democracia, de forma gradativa, por meio de atitudes como a “suspensão parcial da censura prévia e reformas eleitorais” (Idem, p. 186). Ao mesmo tempo, o governo procurava manter a ordem autoritária estabelecida como forma de preservar o modelo econômico e as bases da segurança nacional. A respeito da divisão de Mato Grosso, este assunto será abordado a partir das páginas seguintes.

## **2. A DIVISÃO DE MATO GROSSO E CRIAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL NO CONTEXTO DA DITADURA MILITAR**

Como em todo o Brasil, Mato Grosso também experimentou casos de violência, perseguição, censura, prisões. Sob a alegação do combate ao comunismo, a ditadura prendeu pessoas que muitas vezes não tinham quaisquer ligações com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em muitos casos, cidadãos que eram ligados ou simpatizantes do extinto PTB de Getúlio Vargas, ligadas a sindicatos, ou que defendiam ideias de melhor distribuição das riquezas do país, eram presos, interrogados, torturados, e em muitos casos assassinados.

O historiador Eronildo Barbosa da Silva, ao escrever o artigo *O golpe de 1964 no Sul de Mato Grosso*<sup>21</sup>, em alusão aos 50 anos do golpe completados em 31 de março de 2014, demonstra como, antes mesmo do golpe, os chamados democratas agiam em nome do

---

<sup>21</sup> Disponível em: [http://www.midiamax.com.br/pontodevista/?pon\\_id=2011](http://www.midiamax.com.br/pontodevista/?pon_id=2011). Publicado em 31 de março de 2014. Acessado dia 3 abr. 2014.

combate ao comunismo. Barbosa destaca o papel da Associação Democrática Mato-Grossense (ADEMAT). Segundo o autor: “Essa entidade era ligada à UDN e ao IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática. Seus militantes eram médicos, advogados, pecuaristas, comerciantes, professores, intelectuais, jornalistas, entre outros, mas pelo que vemos com pouco sentimento humano” (SILVA, 2014).

Relatos de Nelson Trad, então vice-prefeito de Campo Grande, coletados por Eronildo Barbosa, mostram como agiam os militares ao prenderem os suspeitos de ligação com o comunismo: “Eles entraram e foram revirando as coisas. Nem os livros de Sociologia da minha mulher eles deixaram em paz. Queriam documentos, armas, coisas que me ligassem com o comunismo. Fiquei um mês preso e incomunicável” (Entrevista de Nelson Trad a Eronildo Barbosa da Silva).

Eudes Fernando Leite, em sua pesquisa intitulada *Aquidauana: a baioneta, a toga e a utopia nos entremeios de uma pretensa revolução* (2009), escreve sobre como o golpe e a ditadura instalada no Brasil atingiu aquela cidade, marcada, segundo o autor, por um sistema político baseado no coronelismo típico do início do século XX, dominado pelos grandes proprietários rurais e criadores de gado. Segundo Leite:

As atividades ligadas a pessoas que sugerissem vínculos com o velho Partido Comunista, então na ilegalidade, causavam temor. A reação inicial era de cautela, tanto antes do Golpe quanto depois, com a repressão. Realizar ações que pudessem significar presença do Partido Comunista era motivo de preocupação para os herdeiros das oligarquias da cidade (LEITE, 2009, p. 55).

Na região de Dourados, localidade fortemente influenciada pelo Partido Trabalhista Brasileiro, devido à implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), pelo governo Vargas, em 1943, a perseguição aos considerados comunistas foi intensa, conforme escreve a historiadora Suzana Arakaki em *Dourados: memórias e representações de 1964*. Segundo ela: “Na região de Dourados, as prisões que se seguiram ao golpe buscavam exatamente detectar a presença de adeptos de Brizola e de seus supostos grupo de guerrilha” (ARAKAKI, 2008, p. 74).

Durante o governo do general Ernesto Geisel (1975-1979) é que se dá a aprovação da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, a qual desmembrou o estado de Mato Grosso e criou, na porção sul, Mato Grosso do Sul.

A ideia de divisão do antigo Mato Grosso é algo que já se discutia há décadas na região sul, de acordo com Marisa Bittar (2009), desde o final do século XIX. No entanto, a causa divisionista nessa época (e também nos outros momentos) não chegava a representar um grande movimento da população mato-grossense.

No início da década de 1930, com o advento da revolução que alçara o político gaúcho Getúlio Vargas ao poder central, líderes do estado de São Paulo, que até a gestão do presidente Washington Luís destacava-se no cenário político nacional por meio de seus representantes eleitos pelo Partido Republicano Paulista (PRP) e por estar à frente de boa parte das manobras eleitorais do período que se convencionou chamar de República Velha (1889-1930), rebelaram-se contra o governo federal por meio da Revolução Constitucionalista de 1932. Tal revolução, apoiada nas oligarquias cafeeiras paulista, tinha, dentre vários objetivos, obrigar o então presidente Vargas a convocar uma Assembleia Nacional Constituinte, visto que a Constituição republicana de 1891 havia sido abolida. Entretanto, há que se destacar também certo sentimento de derrota por parte dos paulistas, já que Vargas no poder havia retirado muitos privilégios que São Paulo tivera nos tempos da república oligárquica.

Nesse conturbado momento da história brasileira, alguns líderes políticos do Sul de Mato Grosso, fixados na cidade de Campo Grande, como Vespasiano Barbosa Martins, Henrique Barbosa Martins e Demóstenes Martins, implantaram um governo “paralelo” ao de Cuiabá, chefiado por Vespasiano Barbosa, com intuito de apoiar o movimento rebelde paulista. O governo foi provisório, efêmero, nas palavras de Marisa Bittar, pois segundo essa autora não havia naquele momento condições favoráveis para uma tentativa de separação do sul do estado.

Derrotados por tropas do governo federal, os paulistas encerram o movimento rebelde três meses depois. Os líderes mato-grossenses que se rebelaram contra Vargas viram-se obrigados a se exilarem no Paraguai.

O passo seguinte na tentativa de se emancipar o sul de Mato Grosso ocorreu por meio de uma organização formada em outubro de 1932, a Liga Sul-Mato-Grossense, composta por membros da elite rural residente no sul, e estudantes universitários que residiam e estudavam na capital federal (Rio de Janeiro). Essa organização procurou aproveitar o processo da Assembleia Nacional Constituinte de 1933<sup>22</sup> para “encaminhar-lhe a petição sobre a divisão de Mato Grosso” (BITTAR, 2009, p. 226). Segundo Bittar, o movimento saiu em busca de assinaturas para um abaixo assinado para que o projeto de divisão pudesse ser encaminhado à Constituinte. Nessa conjuntura, de acordo com Bittar, o divisionismo já se encontra transformado em movimento separatista, sendo embasado por meio de manifestos

---

<sup>22</sup> Esta Assembleia Nacional Constituinte formulou uma nova constituição para a república brasileira, aprovada em 1934, substituindo a Constituição Federal de 1891.

como o *Manifesto aos habitantes do sul de Mato Grosso*, de 1933, e o *Manifesto da mocidade do sul de Mato Grosso ao chefe do Governo Provisório e à Assembleia Constituinte*, datado de 1934.

Porém, a proposta divisionista não passou na Assembleia Constituinte, devido às articulações feitas por parlamentares do norte e apoiadores do presidente Getúlio Vargas, como Filinto Müller, chefe de polícia política de Vargas, que chegou a elaborar o manifesto intitulado *Por Mato Grosso unido*, combatendo as ideias de divisão. É possível dizer que não era vontade do governo federal, naquele momento, dividir territórios pelo país. Assim, caía por terra, naquele processo, o ideal divisionista.

Anos mais tarde, os divisionistas voltariam a tentar reativar a discussão. Foi na campanha presidencial de 1960, que tinha como principal candidato o ex-governador de São Paulo Jânio da Silva Quadros, natural de Campo Grande<sup>23</sup>. De acordo com Marisa Bittar, ao citar o estudo de José Barbosa Rodrigues, em 1960, quando Jânio, pouco antes de iniciar sua campanha à presidência da República, passou por Mato Grosso, um grupo de divisionistas visitou o então candidato e lhe apresentou o Manifesto Pró-Divisão de Mato Grosso. O autor relata, que ao tomar conhecimento do símbolo do movimento divisionista (uma tesoura cortando o gigante Mato Grosso), Jânio teria dito: “Esta tesoura corta o meu coração” (RODRIGUES, 1985, p. 151 *apud* BITTAR, 2009, p. 295). Na verdade, em concordância com Bittar, o que estava em jogo eram os votos que Jânio obteria em todo o estado de Mato Grosso. Com isso não seria interessante para seus planos políticos apoiar a divisão do estado.

Como já foi dito em páginas anteriores, o final do governo Jânio levou ao cargo o vice-presidente João Goulart. Este, deposto em 1964, deu lugar aos presidentes militares: Castelo Branco, Costa e Silva e Garrastazu Médici. Para Marisa Bittar, o projeto de desenvolvimento econômico dos governos militares, aliado aos estudos geopolíticos feitos por figuras como os generais Golbery do Couto e Silva e Juarez Távora e o tenente Ernesto Geisel (que em 1974 se tornaria presidente da República), enfatizava que:

Não poderia haver ‘segurança nacional’ sem um alto grau de desenvolvimento econômico, pois a segurança de um país impõe o desenvolvimento de recursos produtivos, a industrialização e uma efetiva utilização dos recursos naturais, uma extensa rede de transportes e comunicações para integrar o território. Um país subdesenvolvido, frisava Golbery do Couto e Silva, é particularmente vulnerável à estratégia do ‘inimigo comunista’, por isso, a contraofensiva deveria consistir em promover uma rápida arrancada do desenvolvimento econômico para obter apoio da população. Preocupava a ditadura, sobretudo, a vulnerabilidade dos amplos ‘espaços vazios’, as ‘vias de penetração’ que deviam ser eficazmente ‘tamponadas’ (BITTAR, 2009, p. 297).

---

<sup>23</sup>Conforme a matéria do jornal *Correio do Estado*, Jânio nasceu no dia 25 de janeiro de 1917, em Campo Grande. Cf. OS quadros da vida de Jânio. *Correio do Estado*. Campo Grande, 23 mar. 2009, p. 3.

Mas, como também discute a historiadora citada, os primeiros governos do regime militar não cuidaram do tema da divisão de Mato Grosso, visto que, no caso de Costa e Silva e Garrastazu Médici: “O combate à ‘subversão’, a consolidação do regime e a implementação do ‘milagre brasileiro’ (1968-1974), que transcorreu em meio ao arrocho salarial e repressão política, eram preocupações centrais” (Idem, p. 299).

Foi somente no governo Ernesto Geisel que a possibilidade de dividir Mato Grosso se tornou realidade. Para Bittar: “[Geisel] feito presidente, eis que decide dividir Mato Grosso” (Ibidem, p. 299). Conforme a autora, o presidente, por ter sido um dos estudiosos da Escola Superior de Guerra e estar vinculado às ideias de Golbery e Távora, acabou pondo em prática aquilo que havia estudado nos tempos da ESG.

Assim, no dia 11 de outubro de 1977, o presidente assinou a Lei Complementar nº 31, que impôs a criação do estado de Mato Grosso do Sul, por meio do desmembramento de Mato Grosso, sem sequer consultar a população. O projeto se encontrava no pacote denominado II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e fez reativar, de forma tímida, a Liga Sul-Mato-Grossense, desativada havia muitos anos. Vale destacar aqui o que enfatiza Bittar sobre o caso da divisão ter ocorrido sem uma consulta popular:

O estado-sonho tornava-se, enfim, estado-realidade. Provavelmente, porém, o sonho não era de todos. A população, privada da participação, mostrou, com o seu silêncio, um misto de indiferença e aprovação. Uma parte, de fato, era favorável à divisão do estado, mas isso nunca foi mensurado. O que os jornais registraram foi a “passeata monstro”, em Campo Grande, para comemorar o acontecimento. Embora tenha ocorrido a manifestação, ela foi a única e, assim mesmo, depois do ato consumado. Em todo o processo, não houve participação popular. A maioria nem sequer soube do envio do projeto de lei ao Congresso Nacional e da sua aprovação em setembro [de 1977], só vindo a saber do ato consumado em outubro (BITTAR, 2009, p. 316).

Além de atender às demandas geopolíticas do país, a divisão de Mato Grosso tinha outro objetivo: o político. Estes estavam ligados aos interesses do governo em aumentar suas bases parlamentares no Congresso Nacional, visto que desde 1974 o MDB vinha ampliando o número de deputados e senadores. Para Bittar:

O objetivo político imediato foi exatamente esse. Basta considerarmos que quando o presidente Geisel assinou a lei que criou Mato Grosso do Sul, justificou que o ato era ‘decorrente também de uma necessidade política, tendo em vista um melhor equilíbrio da Federação do dia de amanhã’ (BITTAR, 2009, p. 339, citando trechos de BRASIL. Ministério do planejamento. Exposição de motivos sobre a criação de Mato Grosso do Sul. Brasília, 24 ago. 1977).

Esta tese também é reforçada pelo jornalista e escritor Elio Gaspari em seu livro *A ditadura encurralada*, ao tratar do “Pacote de abril”:

5. Dividiu em dois o estado de Mato Grosso. (Na estimativa de um deputado da região, a bancada federal, que tinha seis deputados da Arena e dois do MDB, ficaria



com treze para a Arena, enquanto a oposição continuaria com dois) (GASPARI, 2004, p. 365).

Por meio desses elementos é possível afirmar que realmente a divisão do estado de Mato Grosso e criação de Mato Grosso do Sul possui os embasamentos técnicos e políticos, como confirmou o presidente da República ao dizer que a divisão visava “um melhor equilíbrio da Federação do dia de amanhã”, talvez uma referência às eleições de 15 de novembro de 1978 que se aproximavam<sup>24</sup>.

As imagens do jornal *Correio do Estado*, reproduzidas em seguida, nos permitem fazer uma análise. A primeira é a da solenidade de sanção da Lei Complementar nº 31, em Brasília. Ali estavam presentes as principais lideranças políticas dos dois estados, e também os membros da Liga Sul-Mato-Grossense. A segunda, da mesma página do jornal, mostra uma enfermeira segurando o primeiro sul-mato-grossense nascido naquele dia 11. Junto a esta imagem se vê a da famosa “passeata monstro”, em Campo Grande, comemorando a divisão.

**Imagem 2:** Brasília, 11 de outubro de 1977, o presidente Geisel sanciona a lei da divisão de Mato Grosso e criação de Mato Grosso do Sul



**Fonte:** *Correio do Estado*, 12 out. 1977, p. 1<sup>25</sup>.

<sup>24</sup> É importante ressaltar que tempos depois, em 22 de dezembro de 1981, o governo federal elevou o território federal do Guaporé à condição de estado, nascendo daí o estado de Rondônia. Cf. FERREIRA, Olavo Leonel. *500 anos de história do Brasil...* p. 667.

<sup>25</sup> NASCEU Mato Grosso do Sul. *Correio do Estado*. Campo Grande, 12 out. 1977, p. 1.

**Imagem 3:** enfermeira segura o primeiro bebê nascido no novo estado; ao lado, a passeata em comemoração à criação de MS (ambos os fatos ocorreram em Campo Grande).



**Fonte:** Idem, p. 1.

Em relação à imagem (a esquerda) do primeiro bebê nascido em Mato Grosso do Sul, a criança era Carlos Gonçalves Pinto, o Carlinhos. Havia nascido em Campo Grande às 13 horas, momentos antes após sua mãe ter enfrentado um intenso trânsito na cidade devido às comemorações pela divisão. Seu pai, Carlos Pinto, era pedreiro da construtora Construmat e sua mãe, Iva Ferreira, dona de casa. De acordo com a matéria, o casal era pobre e vivia na luta diária pela sobrevivência<sup>26</sup>. Aqui ficam algumas questões, quais seriam as expectativas desse humilde casal para garantir o futuro de seu filho num estado cuja promessa era de ser modelo para o resto do país? Estariam as lideranças políticas do jovem estado com reais preocupações a respeito do futuro de seus cidadãos, principalmente aqueles mais carentes? Isso não se sabe, mas uma coisa pode-se dizer: as disputas por poder faziam a cabeça de muitos políticos arenistas que travariam uma verdadeira batalha pelo poder logo após a instalação do estado em janeiro de 1979.

No caso da passeata, em conformidade com Bittar, ela ocorreu somente após a assinatura da lei da divisão e criação do estado, e apenas naquele 11 de outubro de 1977 (cf. BITTAR, 2009, p. 316), ou seja, anteriormente a isso não havia qualquer mobilização popular no sentido de apoiar ou não o ato arbitrário de Geisel.

Nesse processo, encerradas as discussões sobre a criação de Mato Grosso do Sul, as autoridades políticas representantes do antigo sul, e que optaram por aqui continuar residindo, logo iniciaram as articulações em torno dos cargos políticos, entre eles o de maior interesse, o de governador do estado. Criado o estado por meio da Lei Complementar nº 31 de 11 de

---

<sup>26</sup> CARLINHOS, o primeiro matogrossense do sul. *Correio do Estado*. Campo Grande, 12 out. 1977, p. 2.

outubro de 1977, o mesmo somente passou a existir oficialmente a partir de 1º de janeiro de 1979. Nesse espaço de tempo, as gestões dos governos mato-grossenses de José Garcia Neto e Cássio Leite de Barros ficaram responsáveis pela administração das duas unidades<sup>27</sup>.

## 2.1 - A institucionalização do estado de Mato Grosso do Sul

Logo após a criação de Mato Grosso do Sul as discussões em torno do nome daquele que seria escolhido o primeiro governador aumentaram, isso porque, meses antes da divisão, o nome do ex-governador de Mato Grosso uno, Pedro Pedrossian, era o mais cotado, dentro da ala “independente”<sup>28</sup> da ARENA estadual.

O nome de Pedrossian desencadeou uma discussão intensa nos bastidores políticos e na imprensa, pois a ala dos “ortodoxos” não aceitava o nome de Pedrossian. A briga política, entre as facções, na verdade advinha dos tempos em que Pedrossian governava Mato Grosso e enfrentara um processo conturbado em que a Assembleia Legislativa instalou um processo de *impeachment*. O processo foi instalado assim que Pedro foi exonerado do cargo de engenheiro da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB), por ato do presidente Castelo Branco, publicado no Diário Oficial da União do dia 28 de fevereiro de 1967, por ser indiciado por corrupção.

No entanto, o processo legislativo responsável pela votação do afastamento terminou em empate, cabendo ao presidente da Assembleia, deputado Emanuel Pinheiro<sup>29</sup>, o voto de minerva, ou seja, que absolveria ou condenaria o governador. Pinheiro votou contra o *impeachment*. Mas, conforme escreve Bittar, o governador teve seu mandato poupado graças à forte influência que seu padrinho político, senador Filinto Müller, desfrutava junto ao governo federal e a outros senadores, como Daniel Krieger (ARENA-RS), o qual teria conversado com o presidente e intercedido a pedido de Filinto.

Por outro lado, é possível deduzir que a suposta acusação a Pedrossian tenha sido feita devido a este ser um dos políticos de partido oposto à ditadura, eleito em 1965, o que

---

<sup>27</sup> Cf. VALLE, Pedro. *A divisão de Mato Grosso*. Brasília: Editora Royal Court, 1996.

<sup>28</sup> A ARENA se encontrava dividida no estado entre “ortodoxos”, liderados pelo ex-governador José Fragelli e pelo senador Antônio Mendes Canale, e “independentes”, que tinham como líder principal o senador Itálvio Coelho, que assumira a função após o falecimento de Filinto Müller, em 1973.

<sup>29</sup> Sobre esse episódio conferir a obra: MENDONÇA, Rubens de. *História do Poder Legislativo em Mato Grosso*. v. 2, O caso Pedrossian. Cuiabá, 1974.

causou, como já foi descrito em páginas anteriores, a extinção do pluripartidarismo, seguida do fim das eleições diretas para governadores de estado, em 1966.

Enfim, inocente ou não, o fato é que Pedrossian não conseguiu ser nomeado o primeiro governador de Mato Grosso do Sul<sup>30</sup>. Chegar a um nome de consenso para governar o estado foi algo que ganhou as manchetes dos jornais entre fins de 1977 e março de 1978, mês que, de acordo com a Lei Complementar nº 31, era o limite para a indicação do governador.

Em dezembro de 1977 foi divulgado pela imprensa o nome do senador Rachid Saldanha Derzi (ARENA) como um dos mais cotados para assumir o governo<sup>31</sup>. No entanto, a partir de março de 1978 o nome de Saldanha Derzi já não era mais discutido. Em 10 de março saiu em *O Progresso* que o ministro do Interior Rangel Reis teria sido convidado pelo presidente Ernesto Geisel para exercer o cargo de governador de Mato Grosso do Sul. De acordo com a matéria<sup>32</sup>, Reis estaria disposto a atender ao pedido do presidente, mas teria em mãos uma lista com os possíveis nomes de políticos locais que se interessavam pelo cargo. Outra especulação foi publicada no jornal no dia 14 do mesmo mês. Outro nome era cotado, o do superintendente da Superintendência para Desenvolvimento do Centro Oeste (SUDECO), Julio Arnold Laender<sup>33</sup>.

No dia 22 de março saiu definitivamente o nome do governador escolhido. Era Harry Amorim Costa, engenheiro e diretor-geral do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), que, segundo *O Progresso*, o presidente Geisel teria conhecido em 1975 durante uma reunião da SUDENE, em Recife. Conforme a matéria, Geisel teria gostado do trabalho do engenheiro Harry na construção de obras de contenção de enchentes em Pernambuco. Isso teria sido o motivo para nomeá-lo como o primeiro governador do estado.

Assim, a solução encontrada pelo governo federal foi indicar o nome de um técnico, como descreve Bittar:

Tudo se resolvera numa sessão do Senado Federal, realizada a 30 de março de 1978, que aprovou a indicação de Harry Amorim Costa para governar Mato Grosso do Sul

---

<sup>30</sup> No entanto, Pedrossian passaria a sustentar que Golbery e Geisel lhe haviam feito uma promessa: ele seria nomeado governador mais tarde, depois que conseguisse vencer as eleições para o Senado em 1978 – o que seria, por assim dizer, uma espécie de legitimação de seu nome. Este assunto será abordado mais adiante, neste capítulo.

<sup>31</sup> SALDANHA Derzi o mais cotado para governar MT do Sul. *O Progresso*. Dourados, 2 dez. 1977, p. 1.

<sup>32</sup> RANGEL Reis poderá ser o primeiro governador de Mato Grosso do Sul. *O Progresso*. Dourados, 10 mar. 1978, p. 3.

<sup>33</sup> GOVERNADOR já está escolhido e anúncio oficial sairá amanhã. *O Progresso*. Dourados, 14 mar. 1978, p. 1.

por 37 votos a favor, 8 contra e uma abstenção: eis como se elegia um governador durante a vigência dos governos militares! (2009, v. 2, p. 140).

A nomeação de Amorim Costa, natural da cidade de Cruz Alta, Rio Grande do Sul,<sup>34</sup> despertou atenção de jornalistas e causou surpresas para a boa parte dos sul-mato-grossenses, como se encontra registrado por meio da entrevista de um senhor, cujo nome não foi citado na matéria, em uma das páginas da revista *Grifo*, de janeiro de 1979:

Primeira vez que eu vi ele foi na televisão, não faz muito tempo, acho que foi em março do ano passado. Eu tava lá no fundo mexendo com as plantas, e a Tereza gritou: ‘Corre veio! Já escolhero o governado!’ Até eu chegar na sala a notícia já tava na metade, não deu pra escutar o nome. Eu levei até um susto: tava lá o homem, rindo pro povo, mas eu, ué... era meio brancão, mas não era o Canale, usava óculos, mas não era o Fragelli, tinha um bigode mas não era o Pedrossian... No começo eu não entendi direito. Depois é que fui saber que o presidente tinha escolhido um gaúcho. O povo lá em casa achava que ia dar Pedro. Só a Alzira que outro dia indo falou: ‘Que nada pai. Vai dar é zebra!’ Deu no que deu. O negócio tava feio mesmo. Todo mundo queria ser governador, era um tal de acusar o outro, uma brigalheira, que chega uma hora, você não sabe mais o que é verdade, o que é coisa de jornal... Eu, por mim, ainda acho que o negócio podia ser resolvido aqui mesmo, na base do voto, mas em todo caso... não sei de nada. Só sei que quando o povo deu pela coisa, o homem já tava escolhido (Entrevista. *Grifo*. Campo Grande, jan. 1979, p. 6).

Não é possível saber, mas esta entrevista parece ter sido bem articulada, o que deixa certa dúvida no ar, se foi ou não uma entrevista concedida pelo senhor, que nem nome tem. Invenção ou não, o interessante é que a fala do “senhor” à revista demonstra que o mesmo, assim como seus familiares, com exceção da filha Alzira, acreditavam na nomeação de um político oriundo do sul de Mato Grosso, agora Mato Grosso do Sul. O “homem brancão” que o entrevistado viu passar, certamente no telejornal de alguma filiada de emissora nacional, lembrava alguns dos nomes discutidos na política para ocupar o cargo de governador, como Antônio Mendes Canale, prefeito eleito de Campo Grande pelo PSD e ARENA, por dois mandatos, entre 1963 e 1967 e de 1970 a 1973; José Manoel Fontanillas Fragelli, governador de Mato Grosso entre 1970 e 1975, e Pedro Pedrossian, também governador do estado de 1966 a 1970 e senador, eleito no pleito de 1978.

Quando o suposto entrevistado relata que, por ele, o “negócio podia ser resolvido aqui mesmo, na base do voto”, demonstra que entre algumas pessoas existia o desejo de

---

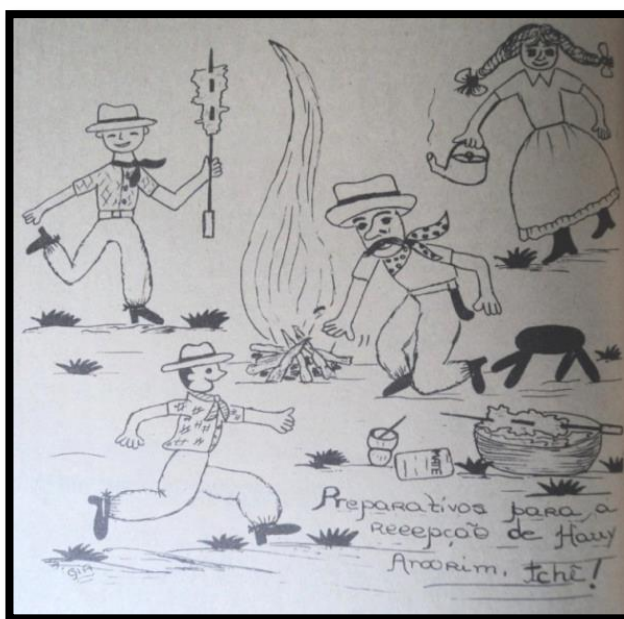
<sup>34</sup> Conforme consta na revista *Grifo*, Amorim vinha a Mato Grosso algumas vezes com o objetivo de vistoriar obras do DNOS no Pantanal e reencontrar alguns amigos na cidade de Campo Grande. Uma matéria apresentada no jornal *O Progresso*, do dia 22 de março de 1978, traz uma rápida biografia de Harry, onde destaca que o mesmo era: “Gaúcho de Cruz Alta, aos 51 anos, 28 de DNOS, é o técnico mais indicado para governador do novo Estado de Mato Grosso do Sul. Em 1950, Harri Amorim iniciava sua carreira ainda como estudante, dentro do DNOS. Foi diretor-geral do Departamento em Minas Gerais e diretor-geral no Rio Grande do Sul e a 15 de março de 1974 passava a ocupar o cargo de diretor-geral do órgão (O governador escolhido é Harri Amorim Costa. *O Progresso*. Dourados, 22 mar. 1978, p. 1).

escolher o governador por meio do voto direto. Direito esse retirado de forma arbitrária por meio do AI-3, em 1966.

Sobre a chegada do novo governador, as expectativas eram grandes, como demonstra a charge reproduzida abaixo, publicada pelo jornal *O Progresso*, intitulada “preparativos para a recepção de Harry Amorim. Tchê!” O gaúcho Harry seria recepcionado em sua passagem por Dourados com um churrasco, prato típico de seu estado, a erva-mate para o chimarrão e uma fogueira.

Uma charge é passível de diversas interpretações. A esse respeito as autoras Maria Caldas e Elizabeth Gonçalves (2006), ao discutirem as linguagens imagéticas difundidas nos meios de comunicação impresso, descrevem a charge como: “um gênero fundamentalmente opinativo e importante instrumento para verificar o posicionamento dos veículos. Ela trabalha com cores e com códigos verbais e visual para aumentar a capacidade de decodificação dos signos” (CALDAS & GONÇALVES, 2006, p. 53). Sendo assim, possivelmente o jornal tentou demonstrar certo lado hospitaleiro do povo sul-mato-grossense, povo este com o qual Harry Amorim teria responsabilidades a partir da posse como governador.

**Imagem 4:** charge sobre recepção ao governador Harry Amorim Costa.



**Fonte:** *O Progresso*, 30 mar. 1978, p.2.

Entre maio e dezembro de 1978, uma comissão especial<sup>35</sup> foi organizada, por decreto presidencial, tendo como objetivo assessorar os governadores de Mato Grosso, José Garcia

<sup>35</sup> NOMEADA Comissão Especial da Divisão. *O Progresso*. Dourados, 26 abr. 1978, p. 1.

Neto, e Harry Amorim, de Mato Grosso do Sul. É importante lembrar que, enquanto Mato Grosso do Sul não era oficialmente instalado, o governo de Mato Grosso era o responsável por gerir também o novo estado, basta observar que no início de março Garcia Neto esteve em Dourados inaugurando obras. Em agosto daquele ano, Garcia Neto renunciou para concorrer ao Senado nas eleições daquele ano, e em seu lugar ficou o vice-governador Cássio Leite de Barros (ARENA)<sup>36</sup>.

Em 1978 realizaram-se as primeiras eleições parlamentares do estado de Mato Grosso do Sul. Na votação à Câmara dos Deputados, 6 deputados federais foram eleitos. A ARENA elegeu 4 parlamentares e o MDB elegeu três. No entanto, o candidato do MDB, o advogado Antônio Carlos de Oliveira, se destacou como o mais votado, obtendo mais de 39 mil votos. Já para a Assembleia Legislativa, foram sufragados 18 representantes, sendo que a sigla governista alcançou 11 cadeiras e a oposição 7 assentos.

Os primeiros deputados estaduais tiveram um papel relevante no estado, pois ficaram responsáveis por elaborar a primeira Constituição Estadual. Entre janeiro e junho de 1979 a Assembleia Constituinte de Mato Grosso do Sul ficou responsável pela elaboração da lei que iria normatizar o funcionamento do jovem estado. Como a mesma precisava seguir alguns princípios da Constituição Federal de 1967, sua elaboração não podia contar com uma ampla participação popular. É o que se pode perceber na entrevista do deputado estadual Sultan Rasslan (MDB) à *Grifo*, em matéria especial feita para debater aquele momento:

A constituição do Mato Grosso do Sul tem que ser feita segundo o figurino da Constituição da República Federativa do Brasil. O problema não é muito fácil de ser visto pelo aspecto democrático... Esta Constituição deveria ser feita com a participação de todos, com a participação do povo, das entidades de classe, das associações, e de toda a vida do novo Estado (CONSTITUIÇÃO – o que ela vai trazer de bom para o novo Estado? *Grifo*. Campo Grande, mar. 1979, p. 12).

O poder Judiciário foi instalado também no mesmo dia 1º de janeiro de 1979. Neste dia, conforme escreveu Hildebrando Campestrini sobre a história do Judiciário estadual, tomaram posse os primeiros desembargadores do estado: Leão Neto do Carmo, Jesus de Oliveira Sobrinho e Rui Garcia Dias<sup>37</sup>.

**Quadro 2 – Deputados federais eleitos em 1978 por Mato Grosso do Sul**

| CANDIDATO      | PARTIDO | CANDIDATO    | PARTIDO |
|----------------|---------|--------------|---------|
| Rubén Figueiró | ARENA   | Ubaldo Barém | ARENA   |

<sup>36</sup> Cf. PÓVOAS, Lenine de Campos. *História geral de Mato Grosso*. Cuiabá, São Paulo: Resenha, 1995 e a matéria: CÁSSIO Leite governa Mato Grosso desde ontem. *O Progresso*. Dourados, 15 ago. 1978, p. 1.

<sup>37</sup> CAMPESTRINI, Hildebrando. *Breve memória da justiça sul-mato-grossense*, p. 19.

|                     |       |                            |     |
|---------------------|-------|----------------------------|-----|
| Levy Dias           | ARENA | Walter de Castro           | MDB |
| João Leite Schimidt | ARENA | Antônio Carlos de Oliveira | MDB |

Fonte: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MS. *Memórias*, p. 28

**Quadro 3 – Deputados estaduais eleitos em 1978 por Mato Grosso do Sul**

| CANDIDATO           | PARTIDO | CANDIDATO              | PARTIDO |
|---------------------|---------|------------------------|---------|
| Ramez Tebet         | ARENA   | Zenóbio dos Santos     | ARENA   |
| Paulo Saldanha      | ARENA   | Ary Rigo               | ARENA   |
| Londres Machado     | ARENA   | Cecílio de Jesus Gaeta | MDB     |
| Waldomiro Gonçalves | ARENA   | Getúlio Gideão         | MDB     |
| Osvaldo Dutra       | ARENA   | Sergio Cruz            | MDB     |
| Horácio Cerzósimo   | ARENA   | Onevan de Matos        | MDB     |
| Rudel Trindade      | ARENA   | Sultan Rasslan         | MDB     |
| Alberto Cubel Brull | ARENA   | Odilon Nacasato        | MDB     |
| Walter Carneiro     | ARENA   | Roberto Orro           | MDB     |

Fonte: BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul*, v. 2, p. 148.

Ao Senado Federal, a disputa pela única vaga aberta naquele pleito foi acirrada. Quatro nomes concorreram ao cargo, tendo cada partido lançado um candidato pela sublegenda (José Fragelli, pela ARENA, e Humberto Neder, pelo MDB). No entanto, a polarização se deu entre o ex-governador de Mato Grosso uno, Pedro Pedrossian (ARENA), e o vereador por Campo Grande, Plínio Barbosa Martins<sup>38</sup> (MDB). Numa apertada disputa, Pedrossian se elegeu com 134.338 votos, enquanto Plínio levou 130.652 votos.

**Quadro 4 – Votação obtida pelos candidatos ao Senado por Mato Grosso do Sul em 1978**

| CANDIDATO/PARTIDO        | VOTOS   | CANDIDATO/PARTIDO            | VOTOS   |
|--------------------------|---------|------------------------------|---------|
| Pedro Pedrossian (ARENA) | 134.338 | Plínio Barbosa Martins (MDB) | 130.652 |
| José Fragelli (ARENA)    | 45.885  | Humberto Neder (MDB)         | 11.456  |

Fonte: BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul...*, v. 2, p. 145.

<sup>38</sup> Plínio se destacava principalmente em Campo Grande, quando esta ainda não era capital de estado. Em 1967 se elegeu prefeito daquela cidade, tendo forte apoio do PCB, que se encontrava na ilegalidade. Sua trajetória na luta pela democracia ficou ainda mais expressa quando, em 1972, defendeu, enquanto advogado, o padre Jentel (Caso Jentel), que havia sido condenado pela Justiça Militar por defender famílias de posseiros no estado de Mato Grosso. Mesmo tendo Plínio como defensor, o julgamento condenou o padre. O caso, pouco divulgado no estado, ganhou repercussão internacional (cf. LEITE, João José, 2012, p. 108-109. In: MENEKOZI, Arnaldo, 2012).



A partir dessa conjuntura, com a vitória de Pedrossian ao Senado, e a obtenção da maioria arenista na Assembleia Constituinte, o governo demonstrou uma relativa força política nesse território recém criado. Todavia, é necessário ressaltar que os grupos oposicionistas ao regime militar alcançavam cada vez mais adeptos e espaços, o que de certa maneira deixava os articuladores políticos do regime apreensivos. Sobre isso, Bittar relata:

Apesar do conservadorismo político que predominava, o MDB crescia em decorrência de dois fatores conjugados entre si: 1º) a reorganização da sociedade brasileira, que se intensificou no final da década de 1970, e que, em Mato Grosso do Sul, a tendência oposicionista se fortalecia por meio de movimentos das camadas médias urbanas, como professores da rede pública estadual, representados pela Federação de Professores de Mato Grosso do Sul; estudantes; advogados, organizados na OAB, como também de trabalhadores do campo, organizados na Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI); 2º) a instabilidade política desencadeada pela ARENA a partir da divisão de Mato Grosso (BITTAR, 2009, v. 2, p. 155).

## **2.2 – Os primeiros governos de Mato Grosso do Sul**

### **2.2.1 – *Um início conturbado: a breve experiência governamental de Harry Amorim Costa (ARENA – 1º de janeiro a 12 de junho de 1979)***

Antes de assumir o cargo, Harry visitou os 55 municípios do estado, com o objetivo de melhor conhecer o que iria administrar a partir de janeiro de 1979. Sobre isso o governador, em entrevista à *Grifo*, relatou:

As viagens aos municípios foram muito proveitosas, com múltiplos objetivos. Veja bem, eu fui escolhido para Governador do Estado com uma surpresa extraordinária para todo mundo, inclusive para mim. As pessoas daqui estavam, por força dos debates que na época se travavam para a escolha do governador, voltados para uma certa diretriz. De repente nada daquilo aconteceu. Fora de qualquer tendência, venho eu para cá. A minha escolha, é claro, só poderia ter chocado a opinião pública, pela frustração momentânea. Eu sou sensível a isso. Ora, a maioria das pessoas não me conhecia. Como é que eu vou fazer o governo sem que as pessoas me conheçam? Com minhas viagens eu objetivei antes de mais nada que as pessoas me conhecessem melhor, na expectativa e na certeza de que assim poderíamos trabalhar juntos, até mesmo como se eu tivesse sido escolhido pelas pessoas. Então saí por aí em praça pública. O segundo objetivo foi conhecer mais de perto as carências da região. Ouvia ali cada um, fazia reuniões. Havia a concentração pública, mas depois íamos para as Prefeituras conversar com os grupos, e eu ouvia, e eles me entregando papéis, aquilo que corresponde às carências mais sentidas, mais imediatas [...] Mas eu não saí para fazer política exclusivamente. Eu queria que as pessoas me conhecessem e queria conhecer a realidade da região (A MANEIRA de fazer é que é diferente. Entrevista com governador Harry Amorim Costa. *Grifo*. Campo Grande, jan. 1979, p. 12).

Os primeiros atos do governo Harry foram a edição dos Decretos Leis números 1, 2 e 3, que instituíaam os símbolos do estado, a bandeira, desenhada por Mauro Miguel Munhoz; o brasão do Estado, criado por José Luiz de Moura Leite; e o hino do estado, para o qual não

houve vencedor, pois “diante da urgência, o governo encomendou ao maestro Radamés Gnattali a música, que recebeu letra de Jorge Antônio Siufi e Otávio Gonçalves Gomes” (CAMPESTRINI & GUIMARÃES, 2002, p. 251).

Segundo Jardel Barcellos, ex-secretário de Planejamento no governo Harry, em obra publicada neste ano, a situação de algumas áreas administrativas herdada do velho estado era caótica:

Nesse início de governo contávamos com um sério problema: MT deixou para MS equipamento rodoviário sucateado, dificultando a execução pelo Departamento de Estradas de Rodagem de Mato Grosso do Sul (DERSUL) de obras de melhorias em estradas vicinais e rodovias necessárias ao escoamento da safra que se aproximava (BARCELLOS, 2014, p. 153).

Conforme escreve Luis Landes Pereira (1991), Harry Amorim desenvolveu um governo marcado pelo estilo técnico, uma das características que revela isso é o fato do governo criar uma estrutura de governo composta em sua maioria por técnicos.

Com treinamento, e para compensar as elites locais, o governador nomeado formou três grupos de trabalho (GTs): Desenvolvimento de Recursos Humanos, Desenvolvimento Econômico e Infra-Estrutura Regional e Urbana – presididos por ‘adesguianos da turma de 1975’ (pessoas que tinham feito o curso da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG) em 1975), para detalhamento dos planos setoriais (PEREIRA, 1991, p. 37).

Sobre isso, Bittar (2009) escreve que o estilo Harry destacou-se também pela implantação de um modelo administrativo bem diferente daquele ao qual alguns líderes políticos da porção sul do estado estavam acostumados, quando a sede do governo era em Cuiabá. Essa inovação consistia nas supersecretarias, ou seja, o governo diminuiu o número de secretarias, tendo o mínimo de secretários possível, com vistas a garantir uma equipe mais produtiva, e quem sabe não ficar refém das pressões políticas em torno dos cargos reivindicados por líderes partidários.

No final de janeiro de 1979, foi eleito, pelo Colégio Eleitoral<sup>39</sup>, o senador “biônico” Rachid Saldanha Derzi<sup>40</sup>, que passou a ocupar a vaga deixada devido ao fim do mandato do senador Italívio Coelho. Assim, Mato Grosso do Sul tinha, como seus representantes no Senado Federal: Pedro Pedrossian, Antônio Mendes Canale e Saldanha Derzi, todos da

---

<sup>39</sup> A eleição do senador “biônico” contava com votos dos deputados estaduais e de delegados das legendas da ARENA e do MDB nos municípios. No final, Rachid se elegeu com 116 votos, inclusive com votos de delegados do MDB, conforme matéria do *Correio do Estado*.

<sup>40</sup> ELEITO tranquilamente, Rachid Derzi é o novo senador do Mato Grosso do Sul. *Correio do Estado*. Campo Grande, 29 jan. 1979, p. 2.

ARENA, seriam esses três os principais responsáveis pela demissão do governador Harry no mês de junho.

Para se entender o processo que levou à queda do primeiro governo do estado, é preciso destacar alguns fatos. Primeiro, talvez pelo fato de ser inexperiente como político e não conseguir lidar com as articulações, elemento fundamental na cultura política, Harry, conforme descreve Bittar, sofreu pressões logo nos primeiros meses de governo. Para Bittar, o governador, ao concentrar sua base de apoio nos prefeitos, “talvez desconhecesse quão era forte a vinculação dos prefeitos com os deputados estaduais” (2009, p. 159).

Segundo, a concentração de apoios políticos no deputado federal Levy Dias (ARENA), que rompeu com o senador Pedrossian, antigo aliado político, em 1978. Isso teria feito com que a maioria dos parlamentares ficassem com certa inveja da influência de Levy no governo, já que o mesmo detinha importantes cargos no governo Harry.

Outros elementos que podem ter colaborado com a queda do primeiro governador sul-mato-grossense foram certos gastos do dinheiro público, como foi o caso da compra de diversos carros para os secretários estaduais. Os veículos, como os modelos Chevrolet Opala, de cor preta, foram apelidados por políticos opositoristas de “besourões da mordomia”.

Nesse contexto, pode-se dizer que a maior responsável pela queda de Harry foi a trama política realizada entre os três senadores citados acima, tendo como personagem principal nisso o senador Pedro Pedrossian, que não havia perdido o desejo de se tornar governador de Mato Grosso do Sul. Os deputados estaduais ligados a Pedrossian tinham sido liberados a apoiar o governador Amorim. Contudo, ao que tudo indica, o apoio ou não ao governo daquele nada alteraria nas manobras palacianas, como fica demonstrado na entrevista do deputado estadual Valdomiro Gonçalves (um dos fiéis a Pedrossian) a Bittar:

Um dia eu fui lá no Pedro, preocupado, apreensivo: “Governador, eu estou cometendo uma contradição; afinal eu sou companheiro e líder do homem [Valdomiro havia sido indicado líder do governo Harry na Assembleia Constituinte] que o senhor quer fora do governo!” Ele falou: “Não. Pode apoiá-lo. Vocês podem ficar com o Harry de cabo a rabo!” Essa foi a expressão dele. “Podem ficar porque vocês não mandam nada!” (Entrevista de Valdomiro Gonçalves a Marisa Bittar, Campo Grande, 18 fev. 1996, in BITTAR, 2009, v. 2, p. 162).

Entretanto, apesar de seu desejo de se tornar governador, Pedrossian teve que enfrentar novamente a resistência do grupo dos “ortodoxos” da ARENA, liderado pelo ex-governador José Fragelli. Mais uma vez sem ter uma decisão a favor de Pedrossian, as principais lideranças políticas resolveram apoiar o nome indicado por Pedrossian, o do então prefeito de Campo Grande, Marcelo Miranda Soares, como já indicava o *Correio do Estado* em matéria do dia 8 de junho: “Marcelo será governador”. Sobre essa escolha, o ex-deputado

Rubén Figueiró, em entrevista a Marisa Bittar, fala que: “O Dr. Marcelo assumiu o governo com apoio de todas as forças políticas mais representativas do estado, principalmente da bancada federal que, naquela época, tinha uma influência muito grande no processo político aqui [...]” (Entrevista de Ruben Figueiró a Marisa Bittar, Campo Grande, 8 de janeiro de 1996, In: BITTAR, 2009, v. 2, p. 182).

No dia 12 de junho, Harry Amorim foi demitido pelo presidente João Figueiredo, sem poder sequer participar da solenidade de promulgação da Constituição de Mato Grosso do Sul, que ocorreria um dia depois. A sessão foi presidida pelo deputado Londres Machado, presidente da Assembleia Constituinte, que em seguida assumiria, de forma interina, o governo sul-mato-grossense.

Em suma, o governo de Harry Amorim Costa pode ser caracterizado como escreveu Amarílio Ferreira Júnior em artigo no jornal *Correio do Estado*, citado por Marisa Bittar:

O governo de Harry durou apenas enquanto a Assembleia Constituinte elaborava a primeira Carta de MS, entre janeiro e junho de 1979. A curta história do primeiro governo de Mato Grosso do Sul se explica pela falta de governabilidade de que padecia. Das três facções da ARENA, apenas a dos “Renovadores” lhe conferia apoio, mas era uma base de sustentação residual [...]. Além disso, no início de 1979, havia assumido a presidência da República o general Figueiredo, em substituição ao general Geisel que, visando a sua própria sucessão, passou a apoiar a facção majoritária do partido que dava sustentação para a ditadura militar: o grupo liderado pelo senador Pedro Pedrossian. Assim, depois de junho de 1979, quando o Executivo necessitaria de maioria na Assembleia Legislativa para governar, a administração de Harry chegou ao fim, pois o apoio no parlamento estadual lhe era negado principalmente pela tendência majoritária da ARENA. (apud BITTAR, 2009, v. 2, p. 175).

**Imagem 5:** capa do *Correio do Estado* sobre demissão de Harry Amorim, 13 jun. 1979.



**Fonte:** acervo do jornal *Correio do Estado*. Campo Grande, 2012.

### 2.2.2 – As elites regionais recuperam terreno: Marcelo Miranda Soares (ARENA/PDS - 30 de junho de 1979 a 28 de outubro de 1980)

Enquanto o nome de Marcelo Miranda era aprovado, o estado foi governado interinamente pelo presidente da Assembleia Legislativa, deputado Londres Machado. Político natural da cidade de Entre Rios (atual Rio Brillhante), Londres iniciou sua carreira política como vereador, ao se eleger pela ARENA em 1966<sup>41</sup> na cidade de Fátima do Sul, após ter passado por direção de escola e cargos na prefeitura deste município. Londres foi empossado como governador interino do estado<sup>42</sup> devido à não existência da figura do vice-governador. No período em que esteve à frente do governo, Machado se dedicou a realizar apenas ações de menor importância, com o objetivo de não se comprometer com as responsabilidades que caberiam ao futuro governador Marcelo Miranda, o qual seria escolhido pelos líderes políticos da ARENA estadual.

Marcelo Miranda, natural de Uberaba, Minas Gerais, veio para Mato Grosso em 1965, assim que se formou engenheiro naquela cidade, para trabalhar nas construções da barragem da usina hidrelétrica de Jupiá, na cidade mato-grossense de Três Lagoas (cf.: MARCELO Miranda Soares. In: *Mato Grosso do Sul: criação e instalação – 30 anos*. Campo Grande: Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, 2010). Em 1976, após trabalhar nos governos de Pedro Pedrossian (ARENA/1966-1971) e José Fragelli (ARENA/1971-1976), elegeu-se, juntamente com Alberto Cubel, prefeito de Campo Grande, quando esta ainda não era capital, com apoio de Pedrossian. Segundo a entrevista a mim concedida por Pedrossian, Marcelo Miranda iniciou-se na política por suas mãos, como ele diz: “ele não era ninguém, eu o fiz presidente do DERMAT<sup>43</sup> e da CEMAT<sup>44</sup>, fiz dele prefeito de Campo Grande [...]”<sup>45</sup>. Esta afirmação repete o que havia sido dito por Pedrossian em entrevista que concedeu ao *Correio do Estado*, em edição especial alusiva aos 35 anos de criação de Mato Grosso do Sul, quando ele relata que Marcelo fora um “menino encontrado na construção da usina em Três Lagoas”

---

<sup>41</sup> CHAGAS, Wagner Cordeiro. Breve histórico das eleições para Prefeitura e Câmara de Vereadores de Vila Brasil/Fátima do Sul: eleições de 15 de novembro de 1966. *Informativo Momento Histórico*, Fátima do Sul, ano 2, n. 2, nov. 2013, p. 2.

<sup>42</sup> DIA 13, às 11,56 h, Londres foi empossado como governador do MS. *Correio do Estado*, Campo Grande, 14 jun. 1979, p. 3.

<sup>43</sup> DERMAT é a sigla do antigo Departamento de Estradas de Rodagem de Mato Grosso.

<sup>44</sup> CEMAT é a sigla das Centrais Elétricas de Mato Grosso.

<sup>45</sup> PEDROSSIAN, Pedro. *Entrevista*, Campo Grande, 17 out. 2012.

(PEDROSSIAN reconhece poderes de Saldanha Derzi. *Correio do Estado*. Suplemento especial: divisão 35 anos. Campo Grande, 11 out. 2012, p. 6).

A fala do ex-governador demonstra certo orgulho em ter feito de Marcelo o político que era. A imagem logo abaixo demonstra a boa relação entre Pedro e Marcelo por meio do apoio do então prefeito ao seu padrinho político, numa carreata, possivelmente em Campo Grande, na campanha eleitoral de 1978, quando Pedro concorreu e se elegeu ao Senado.

**Imagem 6:** Carreata da campanha de Pedro Pedrossian ao Senado em 1978. Ao centro, de braços erguidos, Pedrossian, a sua esquerda Marcelo Miranda e a sua direita (abaixado) o candidato a deputado federal João Leite Schimidt.



Fonte: PEDROSSIAN, Pedro. *Um plebiscito da dignidade e da honra*, sem página.

Mas, a relação entre ambos estaria com os dias contados, pois, segundo Bittar, Miranda, ao assumir o governo, buscou certa autonomia política como governador, ao não “figurar como arremedo de governador” (2009, v. 2, p. 180), como destaca a autora. Ao assumir o governo em junho de 1979<sup>46</sup>, Marcelo deu início a um modelo diferente daquele

---

<sup>46</sup> Ao assumir o governo, Marcelo renunciou à prefeitura de Campo Grande. Esse ato provocou o início de um processo de instabilidade política na Capital, pois o município não tinha mais a figura do vice-prefeito, Alberto Cubel, que havia sido eleito deputado estadual. Desse modo, coube ao presidente da Câmara Municipal, vereador Albino Coimbra Filho, administrar o município. A instabilidade durou até 1983, e os políticos que assumiram o cargo de prefeito, ora eram presidente da Câmara Municipal, ora nomeado pelo governo estadual, por meio de aprovação pela Assembleia Legislativa. Os mandatos foram estes: Albino Coimbra Filho (ARENA – 29/jun./1979 a 7/Nov./1980); Leon Denizart Conte, presidente da Câmara (ARENA – 7/Nov./1980 a 19 nov. 1980); Levy Dias, nomeado pelo governo Pedro Pedrossian (PDS – 19/Nov./1980 a 6/abr./1982); Valdir Cardoso, presidente da Câmara (PDS – 6/abr./1982 a 12/maio/1982); Heráclito de Figueiredo, nomeado pelo governo Pedro Pedrossian (PDS – 12/maio/1982 a 14/mar./1983); Nelly Bacha, presidente da Câmara (PMDB – 15/mar./1983 a 20/maio/1983) e Lúdio Coelho, nomeado pelo governo Wilson Martins (PMDB – 20/maio/1983 a 31/dez./1985). Referências: CHAGAS, Wagner Cordeiro. *Entre crises e estabilidade política: Campo Grande e os primeiros passos como capital do estado de Mato Grosso do Sul (1977-1985)*. Artigo apresentado em março de 2013 à disciplina “História e Historiografia de Mato Grosso do Sul”, do curso de Pós-graduação em História da UFGD.

colocado em prática por seu antecessor, principalmente no que diz respeito à estrutura administrativa do governo, ao optar pelo modelo tradicional dos gestores do antigo Mato Grosso, como a lotação de cargos nas secretarias para correligionários políticos. Ao fazer uma reforma administrativa, Miranda acabou por dividir secretarias e fundações entre os nomes indicados pelos senadores Pedro Pedrossian, Rachid Saldanha e Antônio Mendes Canale, optando, como escreve Landes Pereira, por alterar “a estrutura organizacional do Estado para dar cumprimento aos acordos político-partidários firmados sob o beneplácito da Presidência da República” (1991, p. 47).

Para Amarílio Ferreira:

[...] a primeira estrutura estatal [do governo Harry] estava baseada em mecanismos de gestão administrativa semelhantes aos do setor privado, portanto, mais descentralizada; enquanto que a segunda seguia a velha tradição centralizadora do Poder Executivo inaugurada pela Era Vargas (1930-1945) (2003, p. 71-72).

Alguns setores, como o da educação, por exemplo, obtiveram, devido principalmente à pressão da categoria representada pela Federação dos Professores de Mato Grosso do Sul (FEPROSUL), pequenos avanços, como é o caso do salário de professor, o qual, segundo o professor e primeiro presidente da FEPROSUL, Eusébio Garcia Barrios, ficou na faixa de “2.9 salários mínimos”<sup>47</sup> e que para aquela época foi o maior salário já pago por um governo do estado. Contudo, em conformidade com Amarílio Ferreira, o descontrole da inflação e consequentemente o aumento do custo de vida levava a categoria do professorado a se definir socialmente (2003, p. 76).

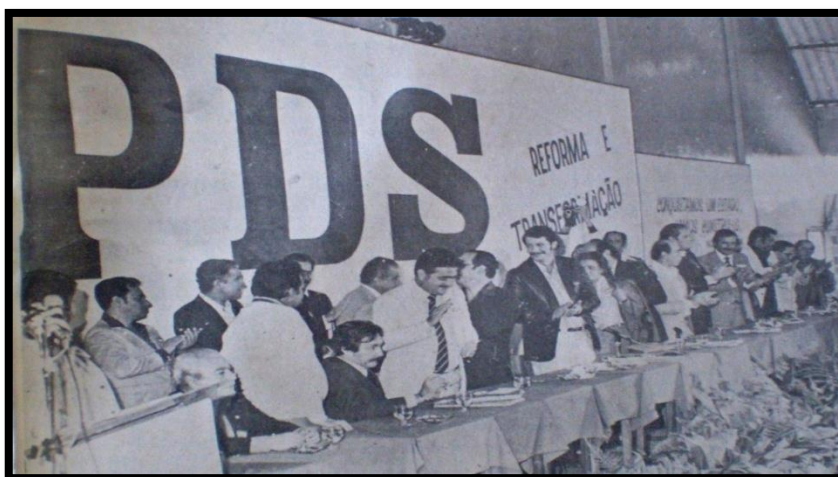
Em termos políticos, o governo de Marcelo foi marcado pela fundação do Partido Democrático Social (PDS), substituto da ARENA, por meio da lei arquitetada pela ditadura que possibilitou o nascimento dos novos partidos políticos em 1979<sup>48</sup>. Na festa de lançamento da legenda, que contou com a presença de nomes como José Sarney, presidente nacional do PDS, o governador de São Paulo, Paulo Maluf, e o ministro da Justiça Ibrahim Abi-Ackel, representando o presidente Figueiredo, elogios foram feitos pelo deputado estadual Getúlio Gideão à situação em se encontrava o estado: “Mato Grosso do Sul hoje, em termos políticos, é um estado pacificado, consciente de que tem comando, e seguro de seus caminhos” (PDS foi lançado oficialmente no Mato Grosso do Sul no sábado. *Correio do Estado*, Campo Grande, 5 maio 1980, p. 7).

---

<sup>47</sup> BARRIOS, Eusébio Garcia. *Entrevista*, Campo Grande, 16 set. 2013.

<sup>48</sup> Ver melhor sobre esse assunto nas páginas adiante.

**Imagem 7:** Lançamento do PDS em Mato Grosso do Sul.



**Fonte:** *Correio do Estado*, 5 maio 1980, p. 4.

A fotografia, em geral, é considerada uma prática social pela historiografia moderna. Para Boris Kossoy: “Toda fotografia é um resíduo do passado. Um artefato que contém em si um fragmento determinado da realidade registrado fotograficamente” (KOSSOY, 2012, p. 47). Sendo assim, o historiador, ao lidar com esse tipo de fonte, precisa estar atento para interpretá-la, não como um mero comprovante de um determinado fato, mas como um produto da sociedade em que ela está inserida, possuidora de variados significados e interesses, como a preservação de uma memória. Para Ana Mauad e Marcos Lopes:

A definição de fotografia como prática social nasce no momento em que o historiador tem um conjunto de questões sobre o papel da fotografia na produção do sentido social, em determinado grupo e lugar do mundo, e quer identificar as práticas sociais de produção e consumo das imagens, os sujeitos envolvidos, instituições financiadoras e público de recepção, enfim, os campos discursivos nos quais as fotografias circulam (MAUAD & LOPES, 2012, p. 278).

Assim, pode-se perceber que, ao fotografar sob determinado ângulo, a equipe de jornalismo do *Correio do Estado* certamente preferiu a imagem acima, que demonstra um clima de contentamento, tendo entre os presentes o senador Pedrossian (ao centro, de pé, trajando terno branco e gravata listrada). Mas essa situação duraria pouco tempo. Ainda no mês de maio o senador entregou uma carta ao governador Miranda, na qual rompia com o governo deste.

No final de maio, o PDS sofreu um processo de divisão interna, quando deputados estaduais e federais ligados a Pedrossian resolveram formar um bloco independente. O bloco, conhecido como “grupo dos 8”, era composto por Rudel Trindade, Getúlio Gideão,



Valdomiro Gonçalves, Jorge do Amaral, Odilon Nacasato, Osvaldo Dutra e Zenóbio dos Santos<sup>49</sup>.

Nessa complexa situação em que o governo Marcelo começava a entrar, ainda foi possível lançar alguns programas, como foi o caso do PDI (Programa de Desenvolvimento Integrado), para as regiões do estado, que no caso foi assinado na cidade de Fátima do Sul, reduto político de dois deputados pedessistas e apoiadores de Marcelo, Londres Machado e Manfredo Alves Corrêa (prefeito de Fátima do Sul entre 1970 e 1973), onde o governo assinou o projeto que destinaria 7,5 bilhões de cruzeiros para 8 municípios da região<sup>50</sup>. Além do programa, foram assinados no mesmo ato convênios que visavam beneficiar em torno de 350 mil pessoas, como destaca *O Progresso*:

Destinam-se a promover o fortalecimento da economia de Mato Grosso do Sul através da construção de estradas vicinais para escoamento da produção e aquisição de equipamentos para processar a matéria-prima. Para a aquisição de equipamentos serão destinados 800 milhões de cruzeiros, através de convênio de abertura de crédito firmado com a Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME – subsidiária do BNDE [...]. Para energia elétrica serão destinados 500 milhões de cruzeiros. Um total de 184 milhões de cruzeiros é o montante que será destinado à construção de estradas vicinais, através de convênio assinado com o Departamento de Estradas de Rodagem. Através dessa verba serão construídos três trechos de estradas nas regiões de Dourados, e do Bolsão, num total de 256 quilômetros (GOVERNADOR lança programa que beneficia 350 mil pessoas em MS. *O Progresso*, Dourados, 10 jun. 1980, p. 2).

Além desse programa, a construção de salas de aulas em escolas de diversos municípios, obras de saneamento básico, pavimentação asfáltica foram realizadas nesse período. A logomarca do governo, peça publicitária que em Mato Grosso do Sul começa a ser usada pela gestão de Marcelo Miranda, vinha acompanhada da seguinte frase: “Conquistamos um estado. Vamos construí-lo”, como se vê na imagem produzida pela Secretaria de Comunicação Social (SECOM) e divulgada em diversos jornais.

---

<sup>49</sup> DEPUTADOS formam bloco independente: o PDS está esfacelado. *Correio do Estado*. Campo Grande, 29 maio 1980, p. 1.

<sup>50</sup> PDI: com Cr\$ 7,5 bilhões, o desenvolvimento econômico em função do homem sul-matogrossense. *O Progresso*, Dourados, 8 jun. 1980, p. 2.

**Imagem 8:** logomarca do governo Marcelo Miranda.



**Fonte:** *O Progresso*, 11 out. 1979, p. 3.

Sobre o significado da logomarca, Marcelo Miranda, por meio de conversa via telefone celular<sup>51</sup>, relatou-me que a mesma se trata de “uma apologia a um novo estado. Uma árvore crescendo, tendo nas folhas a representação dos municípios do novo estado”. Isso pode ser confirmado por meio da frase colocada abaixo da logomarca.

Por outro lado, o governo Miranda também foi alvo de críticas da oposição, liderada pelos deputados estaduais da bancada do MDB/PMDB, composta pelo parlamentares Sultan Rasslan, Sérgio Cruz, Roberto Orro, Ramez Tebet, Onevan de Matos e Alberto Cubel, que faziam diversas críticas ao estilo com o qual o governo tentava “construir” o estado. Os gastos exagerados em propaganda, denúncias dos supostos casos de corrupção, empreguismo e outros vícios da política tradicional também recheavam páginas e mais páginas das Atas da Assembleia Legislativa. É preciso observar também que, dentro da bancada oposicionista do MDB/PMDB, havia alguns parlamentares que se posicionavam de maneira moderada em relação aos governos do estado. Segundo o ex-deputado Sultan Rasslan, em entrevista concedida a mim:

Éramos... 18 deputados ao todo, e apenas 7 do MDB. E assim mesmo dentre esses 7 havia sempre alguma cisão. 2 ou 3 colegas deputados do MDB que... bandeavam pro lado da ARENA velha, o PDS, a troco de uns “caraminguás”. Tinha lá alguns elementos que gostavam do dinheirinho da direita, e se entregavam por esse dinheirinho<sup>52</sup>.

O ex-deputado Sultan Rasslan foi um dos parlamentares considerados radicais na época. Seu posicionamento, ao menos na entrevista, parece não ter sido alterado, ao fazer afirmações um tanto comprometedoras.

---

<sup>51</sup> A ligação ocorreu no dia 7 de novembro de 2013, quando, ao conversar com Miranda, questionei-o a respeito do significado da logomarca de sua gestão, ao que ele me respondeu conforme consta descrito acima.

<sup>52</sup> RASSLAN, Sultan. *Entrevista*. Dourados, 21 out. 2013.

Contudo, a possibilidade de iniciar a construção do novo estado, pretendida por Marcelo Miranda Soares, conforme a propaganda governamental tenta passar, não teve maiores chances de ser concretizada, pois outra vez o estado assistiria às articulações políticas com intuito de derrubar outro chefe, desta vez Marcelo.

A possível autonomia pretendida pelo governador Miranda, ou seja, governar sem ter que “obedecer” ordens do senador Pedrossian, e sua debandada para o grupo dos “ortodoxos” da ARENA/PDS, certamente acabou por desagradar a Pedro. Este, segundo Bittar, utilizou-se de sua influência política junto ao presidente João Figueiredo e ao ministro Heitor de Aquino. Sobre a queda de Marcelo do governo, o relato de Pedrossian representa como teria sido essa manobra:

O tempo foi passando... aí eu cheguei ao Figueiredo e falei ao presidente Figueiredo, falei: “olha aconteceu isso, indiquei Marcelo, e eu quero ser governador, eu quero que o senhor cumpra a promessa!” Aí o Figueiredo, general Figueiredo, presidente Figueiredo, me disse: “mas Pedrossian eu acabei de indicar agora o senhor Marcelo Miranda, indicação sua. E eu não quero desagradar o velho”. O velho que ele dizia era o Geisel, que estava morando lá em Petrópolis ou Teresópolis. Eu falei: “se o problema é esse eu resolvo”. Peguei um carro e fui lá, fui lá no Geisel. Disse: “presidente, houve compromisso da sua parte, o Golbery, general Golbery, falando em seu nome, o presidente Figueiredo, enfim, toda uma assessoria, onde eu fiz um trato que era a minha nomeação após as eleições, mas o Figueiredo disse que não, não queria contrariar o velho”. Ele pegou o telefone e ligou pro Figueiredo, general Figueiredo, disse: “está liberado, pode nomear o Pedrossian”. Aí foi quando eu fui nomeado. Então essa é a razão pela qual eu fui nomeado, fui nomeado porque eu disputei umas eleições pra provar que eu tinha todas as condições de honra e dignidade, que havia vencido as eleições. Essa foi a razão, mas priori... antes disso eu fui convidado porque realmente eles chegaram à conclusão que eu fizera um grande governo no estado pró-indiviso, o velho estado de Mato Grosso<sup>53</sup>.

Sobre a queda de Marcelo, seu então Chefe da Casa Civil, João Leite Schimidt, em entrevista, destaca também que Pedrossian era o maior interessado no cargo de governador:

Então na queda do Marcelo, o Marcelo era prefeito eleito de Campo Grande, teve que renunciar pra assumir o governo, em razão de um apelo do grupo, ao qual eu pertencia. Mas o Pedro meses depois, uma vez que... “passou boi, passa boiada”, derrubou um, derruba mais um... ele queria era ser governador. E ele começou esse trabalho de solapar o Marcelo e tal. Ele não tinha ressonância no Senado, nem no Congresso. Mas ele era muito amigo do Heitor de Aquino, e o Heitor de Aquino era muito amigo do Golbery, e o Golbery era Chefe da Casa Civil. Acabou fazendo essa cirurgia, tirando o Marcelo. As razões mais, que ninguém conhece, não é? E... mas era política mesmo, e eu era chefe da Casa Civil do Marcelo. Evidente, eu não concordei daquela forma... primeiro a gente tira o cara da prefeitura, que ganhou em todas as urnas...<sup>54</sup>

De acordo com a fala de Schimidt, como se vê, o motivo para a queda do governador Marcelo foi o fato de que Pedrossian não abria mão de ser governador do estado. No entanto,

---

<sup>53</sup> PEDROSSIAN, Pedro. *Entrevista*, Campo Grande, 17 out. 2012.

<sup>54</sup> SCHIMIDT, João Leite. *Entrevista*, Campo Grande, 6 ago. 2013.

um raciocínio complementar, defendido pelos autores Marisa Bittar e Amarílio Ferreira Júnior e aqui compartilhado, enfatiza o fato de Pedrossian ser o homem de confiança do presidente João Figueiredo para vencer as eleições de 1982 – o que seria muito importante dentro do projeto de auto-reforma do regime. Ainda em relação à fala de Schmidt, quando este menciona “As razões mais, que ninguém conhece, não é?”, deixa certa dúvida: teriam existido outros motivos para a derrubada de Miranda do poder e a ascensão de Pedrossian?

Assim, Marcelo Miranda Soares foi o segundo governador demitido pelo presidente Figueiredo. Esta nova instabilidade surtiu diversas matérias de capa nos principais jornais do estado, como o é o caso de *O Progresso*, que demonstrou, de forma bem chamativa, com destaque em cor preta para a matéria de capa, fazendo lembrar uma situação de luto, que Mato Grosso do Sul, em curto espaço de tempo, chegava ao quinto governador.

**Imagem 9:** capa de *O Progresso* sobre a queda de Marcelo Miranda. 20 out. 1980.



**Fonte:** acervo do jornal *O Progresso*. Dourados/MS.

A demissão de Marcelo Miranda permite trazer para o caso dessa gestão a indagação feita por Marisa Bittar, quando ela analisa a queda de Harry Amorim e destaca que um dos principais argumentos dos divisionistas era se livrarem do monopólio dos “tubarões da política” de Cuiabá (cf.: BITTAR, 2009, v. 2, p. 179). A autora questiona “Será que os ‘tubarões da política’ se situavam apenas no norte de Mato Grosso?” (Idem, 2009, p. 179) e ela mesmo responde: “Ao contrário, o que tudo indicava é que, no sul, após a divisão, ‘a paz’ e a ‘tranquilidade’ necessárias ‘ao seu desenvolvimento econômico’ e a sua ‘afirmação política’ estavam longe do horizonte” (Ibidem, p. 279).

### 2.2.3 – Pedro Pedrossian, enfim, se torna governador (PDS – 6 de outubro de 1980 a 15 de março de 1983)

Mais uma vez, devido à vacância no cargo de governador, o deputado Londres Machado voltou a ocupar o poder Executivo estadual. Enquanto aguardava a aprovação do nome de Pedro Pedrossian para ocupar cargo de governador, ocorreram manobras políticas por parte daqueles que não aceitavam desde 1978 a nomeação de Pedrossian para a função. Tais manobras tiveram como consequência imediata o anúncio da saída, das fileiras do PDS, de nomes de peso da legenda como José Fragelli, que assumiria a vaga no Senado deixada por Pedrossian, o senador Rachid Derzi, o governador exonerado Marcelo Miranda, o ex-secretário João Leite Schmidt e o deputado federal Rubén Figueiró<sup>55</sup>.

Pedro Pedrossian, natural de Miranda, Mato Grosso do Sul, construiu uma carreira política marcada pela precocidade, pois aos 37 anos, sem haver seguido uma tradição de exercer mandatos de menor grau, como vereador, prefeito, deputado, elegeu-se governador de Mato Grosso (cf.: PEDROSSIAN, Pedro. 2006, p. 82).

A ascensão de Pedrossian ao governo estadual, em novembro de 1980, encerra o período conturbado de crises e golpes políticos, como também fecha o ciclo de governadores nomeados pelo Executivo federal em Mato Grosso do Sul.

**Imagem 10:** capa do *Correio do Estado* sobre início do governo Pedrossian, 8/9 nov. 1980.



**Fonte:** acervo do jornal *Correio do Estado*. Campo Grande/MS.

<sup>55</sup> PDS sofre perdas inesperadas. *Correio do Estado*. Campo Grande, 30 out. 1980, p. 3.

A imagem anterior mostra, entre outras figuras, personagens posicionadas próximas ao novo governador, entre eles Levy Dias, ex-prefeito de Campo Grande e na época deputado federal, o pedrossianista que dera o maior apoio ao ex-governador Harry Amorim, rompendo com Pedrossian e filiando-se ao MDB, permanecendo por um curto período.

Segundo Bittar, esse retorno de Levy ao partido do ex-senador Pedrossian se dá devido ao que foi oferecido a Dias, o cargo de prefeito de Campo Grande. Ainda segundo Bittar (2009, v. 2, p. 202), Pedrossian chegou a oferecer uma secretaria ao ex-governador Harry Amorim, que naquela época havia se filiado ao PMDB. A justificativa do governador, de aparar as arestas, e eliminar mágoas antigas, não convenceu Harry, que não aceitou o convite.

Por outro lado, os 2 anos e 5 meses em que Pedrossian esteve à frente do governo foram marcados por uma administração voltada para obras de pavimentação asfáltica de rodovias, construção de conjuntos habitacionais em diversos municípios, centros esportivos e o Parque dos Poderes<sup>56</sup>, em Campo Grande, complexo administrativo que passou a abrigar a Assembleia Legislativa, a Governadoria, o Tribunal de Justiça, além de diversas secretarias, fundações e outros órgão governamentais. Porém, muitas dessas obras acabaram paralisadas por algum tempo devido à falta de recursos. Programas de ajuda à população carente, considerados assistencialistas, foram criados, como foi o caso do Panelão, que era coordenado pela primeira-dama do estado, Maria Aparecida Pedrossian.

No entanto, nem só dessas marcas viveu esse governo. Por diversos motivos, principalmente, devido aos gastos excessivos com a construção das obras públicas, o governo foi marcado por atrasos de pagamentos de salários do funcionalismo público, arrocho salarial. Tais atos geraram a resistência dessas categorias, que foram às ruas protestar contra a gestão Pedrossian. Para a autora Maria Dilnéia Fernandes (2000), o governo Pedrossian:

Parecia não se dar conta do que ocorria em âmbito nacional. Tanto é que continuaram as grandes obras no estilo anterior (Parque dos Poderes, sede do governo, a ampliação da malha viária, por exemplo). Entretanto, para o funcionalismo público e para a população o custo social desse momento foi muito mais sentido que o anterior. A educação, a saúde, a segurança pública foram setores fortemente atingidos pela política do arrocho salarial (FERNANDES, 2000, p. 102).

---

<sup>56</sup> Antes do Parque dos Poderes, a sede do governo de Mato Grosso do Sul se encontrava no centro de Campo Grande, na atual Avenida Fernando Corrêa da Costa, no então chamado ERPE (Edifício das Repartições Públicas Estaduais). O fotógrafo Roberto Higa, famoso por seus trabalhos realizados em diversas partes do estado e do Brasil, desde 1968, quando começou a trabalhar no jornal *Diário da Serra*, relata ao livro *Mato Grosso do Sul: criação e instalação – 30 anos* (2010), que se lembra que no governo José Fragelli, ainda no Mato Grosso indiviso, que aquele seria a sede do governo de Mato Grosso do Sul. O prédio abriga, atualmente, o Memorial da Cultura Apolônio de Carvalho, onde se encontra, dentre diversas repartições governamentais, a Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul. A Assembleia Legislativa também estava localizada na região central de Campo Grande, onde hoje se encontra o complexo do Colégio Salesiano Dom Bosco.

### **3. NOVAS REGRAS PARA O JOGO POLÍTICO: REFORMAS NA LEGISLAÇÃO ELEITORAL E AS MANOBRAS DA DITADURA PARA SE MANTER NO PODER**

As eleições de 1982 no Brasil foram realizadas sob condições políticas arquitetadas pela ditadura militar, por meio de leis implantadas pelo governo federal, como a Lei Falcão, de 1976, e por meio de aprovações feitas pelo Congresso Nacional a partir de 1980. De um modo geral, o período ditatorial esteve, em diversas circunstâncias, caracterizado por manobras e articulações tendo como objetivo consolidar os princípios do regime, o que não é exclusividade desta fase da história política do País, conforme David Fleischer:

Embora a manipulação de normas constitucionais e leis eleitorais no Brasil tenha sido mais intensa no período pós-1964, de regimes militares, o país tem uma história longa de ‘engenharia política’ empreendida por elites à procura de vantagens políticas próprias e a sua manutenção no poder. Desde a Independência em 1822 até a aprovação do mais recente ‘pacote político’ em junho de 1982 [...], o sistema político tem sofrido uma série de ‘casuísmos’ alterando o processo político e o sistema eleitoral na tentativa de produzir certas conseqüências, muitas das quais não foram previstas (nem desejadas) pelos ‘engenheiros políticos’ (FLEISCHER, 1988, p. 61).

O pacote político ao qual Fleischer se refere trata-se das normas aprovadas pelo Parlamento em 1982. Mas também as regras aprovadas na segunda metade da década de 1970 devem ser relacionadas e discutidas brevemente para que se possa compreender melhor esse processo político.

Esta década é marcada pelo fim da ação dos movimentos guerrilheiros de esquerda urbanos e rurais, os quais haviam sido violentamente reprimidos pelo governo Garrastazu Médici (1970-1974). Apesar disso, as perseguições políticas continuaram, como descrevem Priore e Venancio: “os vários tentáculos repressivos passam a perseguir grupos que não participavam desse tipo de enfrentamento, como foi o caso dos militantes do PCB e de membros da Igreja” (PRIORE & VENÂNCIO, 2010, p. 285).

Por outro lado, o governo começava a enfrentar o crescimento da oposição, como descreve Maria Moreira Alves: “Os setores de elite da oposição (a CNBB, a OAB, a ABI e os grupos organizados no MDB) desempenharam papel decisivo em ambos os governos, de Geisel e Figueiredo” (ALVES, 1989, p. 225). Empossado em 1974, o governo Ernesto Geisel deu início à distensão política, a qual denominou de “lenta, gradual e segura”. Mesmo assim, as manobras realizadas pelo governo, com intuito de garantir o binômio liberalização e segurança, tiveram muito peso nas eleições futuras. Sobre isso Mário Schmidt, citado na pesquisa de Carlos Magno Amarilha, escreve:

Mas como ter certeza de que os políticos da ARENA conseguiriam se manter no poder? Como garantir que o Brasil se tornasse ‘democrático’ e não votasse no MDB? [...] o governo militar criou várias regras que deveriam garantir as vitórias eleitorais. Por exemplo, a Lei Falcão (1976), que determinava que na propaganda eleitoral no rádio e na TV só poderiam aparecer a foto 3x4 e o currículo do candidato. Nenhuma crítica nem proposta poderiam ser apresentadas! Em 1977, Geisel utilizou o AI-5 (que ele extinguiria meses depois) para fechar o Congresso Nacional e aprovar o Pacote de Abril. O ‘pacotão’ era um conjunto de leis eleitorais que favoreceriam a Arena. Determinava que um terço dos senadores passaria a ser ‘eleito indiretamente’. Ou seja, na prática, os senadores seriam biônicos (apelido popular para os senadores nomeados pelo governo, que não tinham sido eleitos democraticamente). Outra medida do pacotão de abril de 1977 foi aumentar o número de cadeiras de deputados federais. E onde houve mais deputados eleitos? Nos estados do Norte e do Nordeste, onde tradicionalmente a Arena vencias as eleições. Ou seja, a Arena não precisava ter mais votos para conseguir mais deputados no Congresso Nacional (SCHMIDT, 2002, p. 284 *apud* AMARILHA, 2006, p. 140).

Pode-se argumentar com isso que a legislação casuística, ou seja, as normas adotadas com caráter favorável ao regime, abarcavam praticamente todo o conjunto de alterações feitas pelo governo Geisel. Além destas, destacaram-se também os trâmites e aprovações de importantes leis nesse período. Foram eles: Lei da Anistia, de 1979; Reforma Partidária, também de 1979; Emenda Constitucional Anísio de Souza, de 4 de setembro de 1980 e a Emenda Constitucional nº 15, de 19 de novembro de 1980.

Fruto de grandes pressões dos movimentos sociais e de uma intensa articulação entre governo e oposição, a Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, conhecida como Lei da Anistia, permitiu a supressão de condenações feitas a lideranças políticas que foram consideradas subversivas pelo regime ditatorial. Por meio da adoção desta lei no país, inúmeros líderes que haviam se exilado no exterior como forma de se proteger da perseguição política retornaram ao Brasil, foi o caso dos ex-governadores Leonel Brizola (Rio Grande do Sul) e Miguel Arraes (Pernambuco); o sociólogo Herbert José de Souza, o Betinho; o jornalista e ativista político Fernando Gabeira, entre outros. No entanto, a Anistia<sup>57</sup> foi ampliada aos agentes do Estado ditatorial brasileiro que participaram da tortura e de outros crimes. Ao longo de 1981 e

---

<sup>57</sup> Ao completar 50 anos do golpe civil-militar neste ano de 2014, começa a ganhar corpo, após 25 anos, a discussão de uma revisão da Lei da Anistia com o objetivo de processar agentes públicos envolvidos nos processos de tortura, assassinato e outras atrocidades do período ditatorial. Segundo reportagem da revista *Istoé* do dia 9 de abril de 2014: ‘Se antes a Lei da Anistia era vista como uma ponte para a transição da ditadura para a democracia, duas décadas e meia depois é enxergada como um obstáculo para a consolidação de um regime de direitos e liberdades fundamentais num país onde a Constituição afirma que a tortura é um crime ‘imprescritível’ (POR QUE o Brasil deve rever a Lei da Anistia. *Istoé*. 9 abr. 2014, ano 38, n. 2.315, p. 38). Segundo Carla Rodeghero: “[...] começou a ganhar força no Brasil o debate a respeito das possibilidades de reinterpretação da lei, tendo em vista a necessidade de suprimir dela a menção aos ‘crimes conexos aos políticos’. Sendo esses crimes compreendidos como aqueles praticados pelos agentes da repressão, e tendo presente que a Constituição de 1988 definiu a tortura como crime inafiançável e insuscetível de graça e anistia, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ingressou junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) com uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental da Constituição, a ADPF 153” (RODEGHERO, 2014, p. 173).



1982, muitas outras medidas casuísticas foram adotadas pelo regime. No momento, contudo, vou concentrar-me nos efeitos da reforma partidária, para tratar, mais adiante, das demais medidas acima referidas.

### **3.1 - O pluripartidarismo no Brasil: a serviço de quem?**

Os partidos políticos criados a partir do início dos anos de 1980 são frutos da reforma partidária ocorrida no governo João Figueiredo. Esta mudança no sistema partidário brasileiro surgiu da necessidade, por parte do governo, de dividir a oposição, em boa parte concentrada no Movimento Democrático Brasileiro (MDB). O constante crescimento dessa legenda nas eleições parlamentares, principalmente no pleito de 1974, fez com que o governo militar adotasse medidas com vistas a conter esta alavancada oposicionista. Conforme Schmitt:

O pleito de 1974 foi o grande divisor de águas do bipartidarismo. Realizada já no contexto do lento e gradual processo de abertura política iniciada pelo quarto presidente militar, o general Ernesto Geisel, a eleição de 1974 acabou trazendo resultados surpreendentes até para a própria oposição. O MDB quase duplicou sua bancada na Câmara dos Deputados, a qual passou a ter pela primeira vez uma distribuição de poder próxima a um autêntico sistema bipartidário. Nas eleições para o Senado Federal, o MDB elegeu praticamente o triplo do número de senadores eleitos pela ARENA. O processo eleitoral adquiriu o caráter plebiscitário que marcaria o período restante do bipartidarismo. Os votos da oposição ao regime passaram a se dirigir ao partido originalmente destinado a uma função meramente figurativa (SCHMITT, 2005, p. 45).

Como consequência disso, a estratégia do governo se embasou na ideia de divisão da oposição com o propósito de evitar a concentração de forças no MDB e impedir derrotas da ARENA. Para Florestan Fernandes: “O sentido básico da reforma era [...] dar maior flexibilidade e elasticidade ao quadro partidário para facilitar a sustentação político-eleitoral do regime autoritário” (FERNANDES, 1982 *apud* SALLUM JUNIOR, 1996, p. 28). Com o pluripartidarismo, “seis novos partidos foram organizados no Congresso e posteriormente registrados pelo TSE” (SCHMITT, 2005, p. 48). Estes partidos são os seguintes: Partido Democrático Social (PDS), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Popular (PP).

Pela lei, conforme Marisa Bittar: “Não foi permitida [...] a legalização dos históricos partidos marxistas-leninistas como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8)” (BITTAR, 1998, p. 28).

### 3.2 - Os novos partidos no Brasil e em Mato Grosso do Sul

O estudo dos partidos políticos, de acordo com Serge Berstein, sofreu o mesmo descrédito pelo qual passou a história política durante seu período de crise. Para este autor, esse descrédito pode ser explicado devido aos trabalhos produzidos, principalmente na França, privilegiarem a história dos partidos de um modo factual, em sua totalidade.

Para Berstein, os partidos políticos:

Nascidos na época da emergência das massas no jogo político e da desestruturação das comunidades tradicionais sob o choque do desencravamento do mundo, os partidos têm um papel de socialização [...]. A sociabilidade que eles desenvolvem, porém, não se situa mais numa área local, e sim, na escala da entidade nacional que eles têm vocação para constituir. Eles operam, portanto, uma socialização, mas uma socialização política, isto é, pelo viés da cultura de que são portadores, eles estruturam o eleitorado, dão-lhe uma identidade política, organizando de algum modo a sociedade segundo novas clivagens que são as das ideologias (BERSTEIN, 2003, p. 92).

Desse modo, busca-se, a partir desse momento, discutir o surgimento dos partidos no Brasil e no estado de Mato Grosso do Sul, observando esta ótica descrita pelo autor acima. Buscar-se-á compreender como estas legendas desenvolveram mecanismos para tentar conquistar o eleitorado com suas ideologias políticas.

#### a) Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)

Ainda de acordo com a nova legislação eleitoral, as organizações partidárias deveriam trazer em seu nome a palavra “partido”, sob as penas de não ser registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). No caso do MDB, Bittar escreve:

Assim, esperava-se que o “movimento democrático brasileiro”, para atender as exigências da lei, mudasse a sua sigla e, com isso, deixasse de ser reconhecido popularmente como organização oposicionista à ditadura. Contudo, as oposições nele aglutinadas deram o revide ao regime ao inserirem simplesmente o termo “partido” antecedente à histórica sigla (Idem, 1998, p. 28).

Para Francisco Carlos Teixeira (1996), o PMDB sofreu algumas perdas com o nascimento destas novas legendas:

O PMDB perde uma imensa fração de centristas e liberais, que formaram o Partido Popular, o PP. [...] Perde também um amplo setor trabalhista, dividido entre três partidos: o PTB, renascido sob a tutela de políticos clientelistas, com bases principalmente em São Paulo; o PDT, liderado por Leonel Brizola, agora identificado com a social-democracia européia e com amplas bases no Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul; e o PT, montado a partir do novo sindicalismo independente, particularmente de São Paulo, reunindo católicos progressistas, socialistas e diversos grupos de esquerda não-reformista (SILVA, 1996, p. 332).

Na reunião de fundação do novo partido em Brasília, em 20 de dezembro de 1979, o PMDB apresentou o manifesto dos fundadores, confirmando que as missões da legenda seriam aquelas defendidas pelo velho “manda brasa”:

Manutenção do calendário eleitoral, eleições diretas em todos os níveis, defesa da autonomia dos municípios e da federação, democratização do ensino, anistia ampla, geral e irrestrita, além da convocação da Assembléia Nacional Constituinte (Revista do PMDB, 1981, p. 13 *apud* SILVA & OLIVEIRA, 2006, p. 70).

Em Mato Grosso do Sul, o MDB havia sido formado, segundo os autores Eronildo Barbosa e Tito Carlos,

[...] nos primeiros dias de abril de 1966, em Campo Grande, como parte da estratégia adotada pela direção nacional, que recomendou aos militantes que formassem o partido em todos os municípios e disputassem as eleições. [...] O MDB começou no Estado pelas mãos de dois importantes políticos: Vicente Bezerra Neto e Wilson Barbosa Martins (SILVA & OLIVEIRA, 2006, p. 29).

Já no pleito de 1966 o partido elegeu em Mato Grosso cinco deputados estaduais, dois federais, 62 vereadores em 18 municípios e chegou às prefeituras de Campo Grande, com Plínio Barbosa Martins, Rochedo, Três Lagoas e Guia Lopes da Laguna. A família Barbosa Martins tinha grande prestígio no estado e isso, de certa forma, trazia muitos votos para o MDB estadual.

Em janeiro de 1978, com Mato Grosso do Sul criado, o MDB elegeu seu primeiro diretório estadual<sup>58</sup>. Em 20 de dezembro de 1979, assim como a nível nacional, deu-se a fundação do PMDB do estado. As bandeiras do partido continuavam as mesmas, de acordo com o manifesto de fundação:

Manutenção do calendário eleitoral, eleições diretas em todos os níveis, defesa da autonomia dos municípios e da federação, democratização do ensino, anistia ampla, geral e irrestrita, além da convocação da Assembléia Nacional Constituinte (Revista do PMDB, 1981, p. 13 *apud* OLIVEIRA & SILVA, 2006, p. 70).

Em janeiro de 1980 o PMDB foi oficializado, tendo sido eleito presidente nacional o deputado federal paulista Ulysses Guimarães. Para presidente estadual da legenda foi escolhido o nome de Antônio Carlos de Oliveira, deputado federal.

---

<sup>58</sup> MDB de MT do Sul elege 1º diretório dia 16 de janeiro. *O Progresso*. Dourados, 7 dez. 1977, p. 1.

## **b) Partido Democrático Social (PDS)**

A Aliança Renovadora Nacional (ARENA) foi extinta e em seu lugar surgiu o Partido Democrático Social (PDS). Isso se deu, em conformidade com Bittar, devido aos interesses dos militares e dirigentes da legenda em se livrar da imagem desgastada do partido, vinculada ao autoritarismo do governo. No texto introdutório dos princípios do PDS encontra-se a seguinte descrição:

Não queremos um partido feito em gabinetes ou laboratórios, ou representativo de minorias, mas sustentado em bases populares, construído de baixo para cima. Tampouco desejamos um partido ideológico, dogmático. Queremos, sim, um partido de idéias. Temos, pela identidade de propósitos, raízes profundas no passado. Nossos laços são com o futuro; nosso compromisso é com todos os brasileiros, quaisquer que sejam suas origens e posições (*apud* CHACON, 1985, p. 558).

A ARENA havia começado a governar o estado de Mato Grosso a partir do momento em que Pedro Pedrossian, eleito em 1965 pelo PSD, filiou-se, com o início do bipartidarismo, à legenda governista. Em seguida a ARENA continuou a controlar o estado, pois os governadores passaram a ser indicados dentro da legenda. Foram governadores de Mato Grosso até a divisão: José Fragelli, José Garcia Neto e Cássio Leite de Barros<sup>59</sup>.

No novo estado, a ARENA/PDS teve como governadores: Harry Amorim, Marcelo Miranda e Pedro Pedrossian. O partido que polarizava a representação na Assembleia Legislativa com o MDB/PMDB tinha na presidência o deputado Londres Machado. Contudo, a legenda sofreu uma forte dissidência quando diversos correligionários romperam com Pedrossian em 1980 e ajudaram a formar o PP.

## **c) Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)**

O PTB, que havia nascido em 1945 por meio da liderança do presidente Getúlio Vargas, foi refundado por um grupo liderado por sua sobrinha-neta Ivete Vargas<sup>60</sup>. No caso desse partido, sua refundação vinha sendo arquitetada pelo ex-governador Leonel Brizola, que

---

<sup>59</sup> Informações colhidas do portal do governo do Estado de Mato Grosso, disponível em <http://secom.mt.gov.br/mato-grosso/historia/historia-de-mato-grosso/70485>. Acessado dia 18 jul. 2013.

<sup>60</sup> Segundo Leite Filho (2008, p. 385), o grau de parentesco de Ivete não era tão próximo de Getúlio Vargas. Seu nome oficial era Cândida Ivete Tatsch Martins. Conforme informações do site do PTB, Ivete se elegeu deputada federal por São Paulo pela primeira vez em 1950, contando com grande apoio de Getúlio, que naquele ano voltara à presidência da República pelo voto popular. Ivete foi uma das mulheres pioneiras a exercer mandato parlamentar no Brasil.

voltara do exílio na Europa, e se preparava para retornar à cena política brasileira. No entanto, as articulações feitas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) concederam o direito de dirigir a legenda a Ivete, e não a Brizola. No item seguinte isso será tratado de uma forma melhor.

Em Mato Grosso do Sul, o partido não se encontrava em condições de lançar candidatos<sup>61</sup>, por isso não disputou o pleito. Foi possível encontrar referências à legenda em *O Progresso*, do dia 22 de agosto de 1980, que trazia a entrevista do coordenador do PTB no estado Manoel Machado e do integrante da executiva Nacional provisória do partido, o estudante Roberto Frati. Num dos trechos da entrevista de Frati é possível perceber as dificuldades que o partido enfrentava para se formar no estado:

Estive visitando várias cidades de Mato Grosso do Sul, onde verifiquei a penetração de nosso partido. Aqui inclusive, posso dizer que a semente do PTB já está plantada neste Estado, faltando, no entanto, alguns toques para a formação das comissões provisórias municipais [...] O PTB não tem nenhum representante na Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul. Não temos dinheiro, mas nosso trabalho está sendo feito dentro das bases ('A semente do PTB, já está plantada em MS', diz integrante do partido. *O Progresso*. Dourados. 22 ago. 1980, p. 2).

#### **d) Partido Democrático Trabalhista (PDT)**

Francisco das Chagas Leite Filho, autor de uma biografia de Brizola, escreve como se deu a derrota do líder petebista no TSE e como ele reagiu fundando o PDT:

O regime, entretanto, através de sua insidiosa rede de informações, que não incluía apenas o SNI e outras agências oficiais de espionagem, mas particularmente o aparato das grandes empresas nacionais e multinacionais e das velhas oligarquias, tinha informações de que o novo PTB estava se transformando, pelas mãos de Brizola, num verdadeiro cogumelo, com potencial de votos tão decisivo quanto o do MDB. Na tessitura que vinha armando desde o final do exílio em Nova Iorque e em Lisboa, Brizola já havia quase acertado o ingresso de Tancredo Neves, de Minas; Jânio Quadros e Franco Montoro, de São Paulo; e Pedro Simon, no Rio Grande do Sul. Leonel Brizola, por seu turno, tinha chegado com a prodigiosa verve intacta, e, apesar de todos aqueles cuidados em mostrar-se moderado, ele continuava com um discurso forte e arrebatador, o qual, estribado numa sigla histórica como o PTB e a Carta Testamento, da qual se tornara o único herdeiro acreditado, tinha, como nenhum outro político da época, a capacidade de empolgar o eleitorado e chegar ao poder em muito pouco tempo. Diante de tal constatação, o regime decidiu cortar-lhe as asas, privando-o daquele instrumento quase mágico. O fato é que o TSE, Tribunal Superior Eleitoral, conferiu, por cinco votos a um, o uso exclusivo da sigla não a Brizola, mas à ex-deputada Ivete Vargas e seu minúsculo agrupamento de velhos e novos petebistas. [...] O argumento utilizado pelo TSE, conforme o voto do ministro-relator, Pedro Gordilho, cujo parecer tinha sido publicado dias antes, foi o da antecedência, uma vez que o grupo de Ivete tinha pedido o registro primeiro, e

---

<sup>61</sup> Conforme contato feito com o atual diretório regional do PTB, por telefone, o partido em Mato Grosso do Sul só se formou em 1985, com vistas às eleições de 1986. Naquele momento ganhava força no partido a liderança do ex-presidente Jânio Quadros, principalmente após sua eleição, em 1985, para prefeito de São Paulo, numa disputa com o candidato do PMDB, senador Fernando Henrique Cardoso. Em todo o país diversas lideranças políticas acabaram migrando para o PTB.

não o da representatividade, invocado pelo grupo brizolista, por ter ao seu lado uma expressiva bancada no Congresso e toda uma história de luta dentro e fora do velho PTB (LEITE FILHO, 2008, p.384).

Dessa forma, o caminho para Brizola e seus companheiros foi fundar outra sigla, o PDT. A nova legenda nasceu em maio de 1980, poucos meses após Ivete ter obtido o direito sobre o PTB. O PDT recebeu adesão da maioria dos petebistas históricos. A reunião de fundação contou com a presença de parentes do ex-presidente Vargas, como Getúlio Vargas Neto, e Maria Teresa Goulart, viúva do ex-presidente Jango.

Em Mato Grosso do Sul o partido começa a se formar a partir de 1981, sob a liderança de nomes como Wilson Fadul, Alarico Reis D'Ávila, Calil Domingos, Wilson Grunewaldt e Harrison de Figueiredo. Sobre a organização do PDT, Youssif Domingos<sup>62</sup>, filho de Calil e militante da juventude do partido nos anos de 1980, relata, em entrevista, a respeito da dificuldade de se formar o partido no estado:

Havia uma dificuldade imensa de se filiar gente no PDT por causa da figura emblemática do Brizola. Ainda havia no inconsciente de que o Brizola era comunista, então havia uma resistência muito grande, principalmente num estado que era... que era e ainda é permeado pelo grande latifúndio, né? Então havia uma dificuldade imensa de você fazer filiações partidárias<sup>63</sup>.

#### **e) Partido Popular (PP)**

O Partido Popular<sup>64</sup> originou-se no início de 1980, a partir da dissidência tanto de arenistas quanto de emedebistas que optaram por fundar uma nova legenda. Conforme Sallum Júnior, esse partido se origina da nova estratégia pensada pelo general Golbery do Couto e Silva, um dos principais formuladores políticos do regime militar. Para ele, o PP “quebraria a polarização governo/oposição e o regime autoritário ganharia uma alternativa partidária para sua sustentação política” (SALLUM JUNIOR, 1996, p. 29).

---

<sup>62</sup>Youssif Domingos iniciou sua carreira política no PDT. Elegeu-se diversas vezes vereador em Campo Grande. Entre 2007 e 2010 cumpriu mandato de deputado estadual, no entanto, por outra legenda, o PMDB.

<sup>63</sup> DOMINGOS, Youssif Assis. *Entrevista*. Campo Grande, 25 jun. 2013.

<sup>64</sup> É preciso ressaltar que atualmente no Brasil existe um partido que adota a sigla PP: trata-se do Partido Progressista (PP), originário do PDS. Em 1993 o PDS se fundiu com o Partido Democrata Cristão (PDC), originando o Partido Progressista Reformador (PPR). Em 1995, o PPR se fundiu com o Partido Progressista (PP), criado em 1994. Dessa segunda fusão nasceu o Partido Progressista Brasileiro (PPB). Em 2002 volta a se chamar apenas Partido Progressista (PP). Entre suas lideranças mais expressivas estão o polêmico deputado federal Paulo Maluf, ex-governador de São Paulo pela ARENA/PDS. Cf. no site do partido: <http://www.pp.org.br/textos/453/27432/NossaHistoria/?sIT=119032>. Acessado dia 6 jun. 2014.

As principais lideranças da nova sigla eram de Minas Gerais, Tancredo Neves e José de Magalhães Pinto, antigos rivais políticos que em 1965 haviam concorrido ao governo mineiro, sendo o último vitorioso, que se aproximaram para a formação do PP<sup>65</sup>. Tancredo deixou o MDB e Pinto a ARENA.

No manifesto do partido fica visível que a legenda buscava se afastar da sombra autoritária característica da extinta ARENA. É o que se pode ler a seguir:

Brasileiros, enfrentamos uma das maiores crises da história republicana. As transformações ocorridas nos últimos decênios alteraram, em muitos aspectos, a fisionomia do País. No entanto, novas e adequadas estruturas não se puderam firmar, nem foram construídas instituições que nos assegurem regimes democráticos. Pelo contrário, a participação do povo foi autoritariamente cerceada, inclusive no processo eleitoral e na distribuição de renda (*apud* CHACON, 1985, p. 617).

Em Mato Grosso do Sul, a legenda foi fundada, como já foi descrito, em fins de 1980 por políticos arenistas, que em sua maioria se rebelaram com a indicação de Pedrossian para governador do estado e romperam, fundando o PP. Vieram figuras como: Marcelo Miranda, Rachid Derzi, José Fragelli, Antônio Mendes Canale e João Leite Schimidt.

No entanto, este partido teve vida curta na política brasileira. Em 1981 surgiram as ideias de fundi-lo ao PMDB, o que acabou ocorrendo em fevereiro de 1982, como relata Schmitt:

As restrições impostas pelo Pacote de Novembro tiveram, como seria de se esperar, uma importante conseqüência sobre o quadro político partidário. Em fevereiro de 1982, a convenção nacional do Partido Popular (PP) decidiu pela extinção da legenda e pela sua fusão com o PMDB. Essa decisão decorreu da constatação de que o desempenho eleitoral da sigla seria bastante prejudicado pelo voto vinculado e pela exigência de lançar candidatos para todos os cargos. Como estratégia de sobrevivência o partido preferiu retornar ao seu lugar de origem. De fato, a imensa maioria dos parlamentares do PP acabou se filiando ao PMDB para poder disputar as eleições de 1982. O Partido Popular foi assim a única sigla surgida após a segunda reforma partidária ocorrida na Quarta República que jamais chegou a se submeter ao veredicto eleitoral (SCHMITT, 2005, p. 55).

## **f) Partido dos Trabalhadores (PT)**

O Partido dos Trabalhadores nasceu do meio sindical da região conhecida como ABC paulista que, segundo Lincoln Secco<sup>66</sup>, “congrega Santo André da Borda do Campo, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da

---

<sup>65</sup> Cf. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (DHBB), Verbete Tancredo Neves. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acessado dia 10 mar. 2013.

<sup>66</sup> SECCO, Lincoln. *História do PT, 1978-2010*, p. 36-37.

Serra” (SECCO, 2011, p. 36-37). O partido tem na sua formação uma característica singular: o fato de ser um partido oriundo das bases, conforme descreve Alexandre Fortes:

A própria natureza do Partido dos Trabalhadores é marcada indelevelmente pelo fato de ele ser a primeira organização nacional da esquerda brasileira construída num período em que foi possível a atuação política legal continuada, sendo nisso precedido apenas pela fugaz experiência do PCB entre 1945 e 1947. O PT é também a primeira força de esquerda cuja iniciativa de constituição partiu de lideranças orgânicas surgidas de uma nova configuração da classe trabalhadora nacional, particularmente do chamado ‘novo sindicalismo’, sendo que essas mesmas lideranças, a maioria das quais sem vínculos com organizações políticas anteriores ou movimentos políticos de caráter internacional, tiveram peso decisivo na própria definição do caráter do partido que se propunha a criar (FORTES, 2005, p. 195).

Em relação ao sindicalismo, o PT adotou uma linha diferente daquela adotada pelo PTB dos tempos de Vargas. Como destaca a revista *Veja*, de abril de 1980<sup>67</sup> (onde Brizola é o entrevistado), Lula, líder sindical da região do ABC paulista na época, preferia montar um trabalhismo com estilo próprio, ao estilo do PT. Esse estilo próprio, conforme Rachel Meneguello<sup>68</sup>: “levou a que o movimento sindical seguisse uma nova direção, fundada na participação de massa e na emergência de novos conteúdos reivindicatórios tanto a nível de sociedade como do Estado” (MENEGUELLO, 1989, p. 42).

Ainda de acordo com Lincoln Secco, o PT nasceu:

Fora da órbita do comunismo soviético, portanto do Partido Comunista Brasileiro (PCB); afastava-se do populismo e negava oficialmente a herança Social-Democrata. Os petistas afirmavam o socialismo num horizonte distante enquanto defendiam um ‘programa para a democracia’. As posições de seus documentos iniciais pareciam refletir uma mistura de redação trotskista com aportes sindicalistas (Idem, p. 36).

No estado de Mato Grosso do Sul, foi com a liderança de figuras como Antônio Carlos de Oliveira, deputado federal pelo MDB/PMDB, o líder do Sindicato dos Bancários de Campo Grande, José Orcírio Miranda dos Santos, o Zeca do PT, e José Mirra, entre outros, que o partido começou a se formar.

### **3.3 - Ainda o casuísmo...**

Quanto à Emenda Anísio de Souza, esta alterava, por meio de adiamento para o ano de 1982, a realização das eleições municipais marcadas para ocorrer no ano de 1980. Isto

---

<sup>67</sup> *Veja*, Nº 608, 30 abr. 1980, p. 3. (Entrevista). Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>. Acessado dia 27 mar. 2013.

<sup>68</sup> MENEGUELLO, Rachel. *PT a formação de um partido 1979-1982*, p. 42.



levou à coincidência de mandatos entre governadores e prefeitos. Assim, o pleito de 1982 foi marcado por uma singularidade, pois os cargos em disputa abarcavam vereador, prefeito, deputado estadual, deputado federal, senador e governador.

Em seguida, o Congresso Nacional aprovou em fins de 1980 a Emenda Constitucional nº 15, que restabeleceu as eleições diretas para governadores e senadores, conforme o artigo 13 em seu capítulo 2º:

A eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado, para mandato de quatro anos, far-se-á por sufrágio universal e voto direto e secreto; o candidato a Vice-Governador será considerado eleito em virtude da eleição do candidato a Governador com ele registrado.<sup>69</sup>

Em relação aos senadores, pelo Artigo 41 ficou estabelecido que:

O Senado Federal compõem-se de representantes dos Estados, eleitos pelo voto direto e secreto, segundo o princípio majoritário, dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos e no exercício dos direitos políticos.

David Fleischer demonstra como as eleições de 1982 foram manipuladas pelo governo João Figueiredo para limitar o crescimento das legendas de oposição:

Durante 1981, o PDS sofreu uma erosão gradual, especialmente entre elementos da ex-Arena, chegando à cifra de maioria absoluta mínima de 211 deputados, enquanto o MDB crescia. A estratégia golberiana para as próximas eleições era o PDS estabelecer alianças eleitorais com o PP, PDT ou PTB em certos Estados, e em outros aguardar a divisão do voto oposicionista que talvez deixasse o PDS vencer com uma maioria simples. Reforçado por programas econômicos e de obras públicas ‘populistas’ em 1982, este plano esperava atenuar a maré oposicionista, deixando o governo numa posição razoável com diversas alternativas para negociações políticas na condução da fase final da ‘abertura’ em 1983 e 1984. Porém, a demissão abrupta do general Golbery em agosto de 1981 marcou mudanças neste cenário. Durante a ausência do presidente Figueiredo (licença médica de 60 dias), a oposição, fortalecida com 10 votos do PDS, derrotou uma parte do Pacote sem expressão que teria estendido a sublegenda às eleições diretas para governador em 1982. Após o retorno do presidente em novembro, as últimas pesquisas de opinião eleitoral do SNI demonstravam que, apesar da coincidência das eleições federais, estaduais e municipais em 1982, a cotação do PDS nos Estados caía a cada mês. Mais uma vez os engenheiros políticos foram convocados para ‘mudar as regras do jogo’. O resultado foi o Pacote de Novembro (1981), que foi aprovado por decurso de prazo em janeiro de 1982. As modificações incluem o ‘voto vinculado’ e a proibição de coligações eleitorais, mas curiosamente não adotaram a sublegenda para o cargo de governador (FLEISCHER, 1988, p. 77 e 79).

Em outra análise Ronaldo Couto menciona, por sua vez, um novo pacote, conhecido como Pacote de Maio, onde destaca:

---

<sup>69</sup> Emenda Constitucional n 15, de 19 de novembro de 1980. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1980-1987/emendaconstitucional-15-19-novembro-1980-363977-publicacaoriginal-1-pl.html>. Acessado dia 22 fev. 2013.

O pleito de 1982 foi realizado com as novas regras eleitorais. A ditadura teimava em complicar a vida dos partidos de oposição. A nova legislação foi forjada no famoso Pacote de Maio, alguns meses antes do pleito, e entre outras coisas reabriu as filiações partidárias para que o PDS pudesse receber alguns deputados, flexibilizou a legislação para que os partidos menores disputassem o pleito, nesse caso, com medo de que os pequenos partidos se fundissem com o PMDB. Também ampliou o número de deputados, criou o Estado de Rondônia, aumentou de quatro para seis anos o mandato do presidente da República e alterou o número de delegados ao Colégio Eleitoral (COUTO, 1999, p. 308-309 *apud* SILVA & OLIVEIRA, 2006, p. 77).

É possível realizar algumas discussões a respeito dos métodos utilizados pelo governo militar para tornar ainda mais lento o processo de abertura política. Primeiro, como destaca o cientista político David Fleischer, algumas das estratégias idealizadas pelo ministro-chefe do Gabinete Civil do governo Figueiredo, Golbery do Couto e Silva, podem ser consideradas difíceis de serem colocadas em prática naquele momento de ebulição da luta pela liberdade democrática, possivelmente a ideia de alianças com partidos de oposição em alguns estados seria impraticável. Por outro lado, em relação aos novos partidos lançarem candidaturas próprias, como também enfatizam Silva e Oliveira (2006), essa estratégia possibilitaria de certa forma algumas vantagens ao PDS, pois os votos da oposição estariam divididos entre diversos candidatos, e não se concentrariam apenas nos nomes do PMDB.

Ao não permitir coligações partidárias, as agremiações, para terem o direito de lançarem candidatos nos estados, foram obrigadas a lançar chapas completas. Por seu turno, o chamado voto vinculado obrigava que o eleitor votasse em candidatos do mesmo partido político, caso contrário, seu voto seria anulado: outro meio de permitir que os votos dados aos candidatos governistas pudessem ser ampliados, já que o votante deveria escolher o governador, os deputados federais e estaduais, senadores, prefeitos<sup>70</sup> e vereadores da mesma legenda.

Outra estratégia aproveitada pelo governo foi a criação do programa de televisão intitulado “O povo e o presidente”. De acordo com descrições encontradas no site Memória da Rede Globo de Televisão, o programa foi uma sugestão do então presidente das Organizações Globo, Roberto Marinho. “Em carta, o jornalista propunha a criação de um programa de TV que estabelecesse um diálogo entre a população e o presidente da República”<sup>71</sup>. O referido programa foi ao ar entre os dias 30 de maio de 1982 e 21 de setembro de 1983.

---

<sup>70</sup> No caso dos municípios considerados Área de Segurança Nacional, o prefeito era escolhido pelo governador do Estado, que submetia seu candidato preferido à aprovação da Assembleia Legislativa.

<sup>71</sup> Cf. o site <http://memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0,27723,GYN0-5273-237621,00.html>. Acessado dia 15 fev. 2013.

O funcionamento do mesmo se dava por meio de gravação do programa no Palácio da Alvorada, residência da presidência, às quartas-feiras, onde o presidente era entrevistado pelo jornalista Ney Gonçalves Dias. Depois, inicialmente aos domingos às 22 horas e 30 minutos, e, a partir de 1983, às quartas, era transmitido pela emissora e suas redes afiliadas, para boa parte do Brasil.

No livreto publicado pela Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República, *O povo e o presidente 1982*, tem-se acesso às perguntas que eram enviadas por cartas por populares e respondidas por Figueiredo. Entre elas encontra-se a pergunta da senhora Alvina Simas Reis, da cidade de Tijuca, Santa Catarina, a respeito do voto vinculado, como está reproduzida aqui:

[...]Se o voto é livre e secreto, por que o voto vinculado? Presidente – O voto continua secreto e livre. A vinculação não quebra o sigilo nem limita a liberdade do eleitor, que pode votar no partido de sua preferência. O nosso regime político é um regime de partidos. A representação política se faz por meio de partidos. É um regime de fidelidade partidária. Ao escolher um partido, o eleitor apóia o programa desse partido, adota suas idéias, sua linha de ação. Como poderia um eleitor consciente votar em candidatos de partidos diferentes, com programas até mesmo antagônicos? É natural, portanto, que o sistema de escolha se volte para os candidatos de um partido, seja ele qual for o partido. O eleitor escolhe um partido e dá o voto aos candidatos desse partido. A vinculação limitaria a liberdade de escolha se obrigasse o eleitor a votar em determinado partido, sem alternativas partidárias, o que não acontece em nosso regime. Lembro que a vinculação já vigorava entre nós para vários cargos eletivos, como para presidente e vice-presidente da República. A lei já estabelecia que o eleitor votasse em candidato a deputado estadual e federal do mesmo partido. Por que não estender esse princípio a todos os cargos? Não seria contraditório o eleitor escolher, para o Congresso Nacional, um deputado de um partido e um senador de outro partido, com programas divergentes e posições até antagônicas? Ou a escolha do eleitor dependeria mais de motivos pessoais ou ligações independentes do processo político? A vinculação, em resumo, imprime coerência ao voto popular, fortalece os partidos, aperfeiçoa o sistema eleitoral (1983, p. 56).

Percebe-se na resposta do presidente João Figueiredo uma posição irredutível a favor do voto vinculado, principalmente quando critica uma possibilidade do eleitor votar em partidos de ideologias distintas – o que é salutar numa democracia. A posição em favor do fortalecimento dos partidos, como uma das consequências do voto vinculado, também deve ser questionada, afinal, um dos objetivos da divisão da oposição em outras legendas era o de fortalecer o partido do regime, o PDS, e enfraquecer o principal oponente, o PMDB.

## CAPÍTULO 2

### AS ELEIÇÕES: A CAMPANHA

“Um povo se exprime tanto pela sua maneira de conceber, de praticar, de viver a política quanto por sua literatura, seu cinema e sua cozinha. Sua relação com a política revela-o, da mesma forma como seus outros comportamentos políticos.”

(Réne Rémond)

#### 1. AS CANDIDATURAS AO GOVERNO DE MATO GROSSO DO SUL

##### 1.1 – Os candidatos do PMDB: Wilson Barbosa Martins e Ramez Tebet

As especulações que circulavam pelos jornais a partir de outubro de 1981 apresentavam vários nomes como possíveis candidatos a governador pelo PMDB. O mais cotado era o de Plínio Barbosa Martins, “cuja carreira política estava em plena ascensão. Dispunha ele de excelente aceitação nos meios populares e de esquerda” (BITTAR, 2009, v. 2, p. 126). No entanto, este, por estar envolvido em problemas familiares, sinalizava que preferia disputar mais uma vez o Senado. O partido destacava também outros nomes, como o do deputado estadual Ramez Tebet, tanto como vice de Plínio quanto cabeça de chapa, e o do ex-governador Harry Amorim Costa, recém filiado ao PMDB. No caso de Tebet, as especulações sobre sua candidatura se davam principalmente devido a sua forte influência na região do *bolsão*<sup>72</sup> sul-mato-grossense, devido a sua origem ser a cidade de Três Lagoas, onde fora prefeito entre 1973 e 1977. Corria o boato de que havia possibilidades de Ramez ter o ex-prefeito de Dourados João da Câmara como candidato a vice<sup>73</sup>.

---

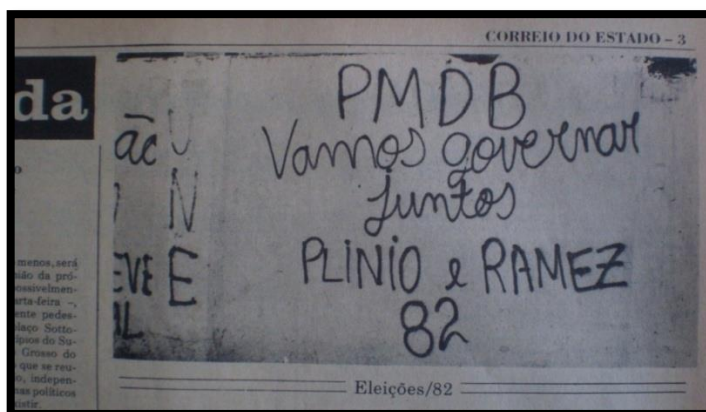
<sup>72</sup>De acordo com informações contidas no site da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (SEMAC), atualmente o chamado Bolsão sul-mato-grossense compreende a região dos municípios situados a leste do estado, tendo alguns municípios situados na divisa com o estado de São Paulo, são eles: Três Lagoas, Brasilândia, Santa Rita do Pardo, Água Clara, Selvíria, Paranaíba, Aparecida do Taboado, Inocência, Cassilândia, Chapadão do Sul e Costa Rica. Disponível em <http://www.semac.ms.gov.br/controle/ShowFile.php?id=70274>. Acessado dia 10 mar. 2013.

<sup>73</sup>Cf. RAMEZ, lançado nos muros, diz ser anseio da população. *Correio do Estado*. Campo Grande, 23 out. 1981, p. 3.

Harry Amorim, por seu turno, era tido como um azarão devido à pouca força política dentro do estado. A cidade onde ele mais tinha força era Ivinhema. Uma ideia dada pela imprensa diz respeito ao pouco prestígio que ele tinha com os gaúchos residentes em Mato Grosso do Sul. Popularidade que acabava dividida com o PDT, visto que seu maior líder nacional, Leonel Brizola, tem suas origens naquele estado. Talvez uma aliança<sup>74</sup> PMDB-PDT pudesse levar Harry Amorim a ter um maior prestígio, o que não significaria chances de vitória<sup>75</sup>.

Especulações à parte, no entanto, os nomes de Plínio e Tebet ainda eram os mais cotados, como se vê na imagem encontrada em muros na cidade de Campo Grande.

**Imagem 11:** Muro pichado com os nomes de Ramez Tebet e Plínio Martins para as eleições que se aproximavam.



**Fonte:** *Correio do Estado*, Campo Grande, 12 fev. 1982, p. 3.

Com a desistência de Plínio, seu irmão mais velho, Wilson Barbosa Martins, que desde 1969, ano em que foi cassado como deputado federal pelo AI-5, encontrava-se afastado do poder, mas não da vida pública, pois acumulava as funções de presidente da seção sul-mato-grossense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MS) e presidente do PMDB estadual<sup>76</sup>, acabou sendo o escolhido. Em entrevista, Wilson me relatou:

Antes de tudo é preciso lembrar que não era o meu nome o mais forte para aquela eleição. O nome mais destacado era o do meu irmão Plínio Barbosa Martins. O povo

<sup>74</sup> Antes da aprovação do Pacote de Maio, em 1982, era discutida a possibilidade de alianças partidárias. Contudo, as medidas casuísticas do governo militar acabaram por sepultar tal possibilidade.

<sup>75</sup> Cf. DIVERGÊNCIAS, no PMDB, agora serão acentuadas. *Correio do Estado*. Campo Grande, 26 out. 1981, p. 3.

<sup>76</sup> Com a desfiliação do deputado federal Antônio Carlos de Oliveira do PMDB e sua filiação ao PT, a presidência estadual do partido passou para Wilson Martins.

queria recompensá-lo pelos serviços prestados quando ele foi vereador e prefeito de Campo Grande. Um dia ele chegou aqui nesse escritório e disse não ter condições de ser candidato, pois estava numa dificuldade muito grande. Aí que meu nome veio à baila. Os companheiros que defendiam o Plínio, então, passaram a defender meu nome. Então eu empunhei a bandeira e fui para a campanha<sup>77</sup>.

Em entrevista concedida à historiadora Marisa Bittar em 1996, Plínio, por sua vez, relatou:

Vocês [a esquerda] trabalharam muito para que eu fosse o candidato. Me lembro bem. Mas aí ocorreram fatos de ordem sentimental, de ordem familiar. Eu me lembro que, à época, o atual governador, Wilson Martins, estava cassado. Em 1968 ocorreu a sua cassação. Então, Wilson é um homem que fez sua carreira política bonita, cheia de idealismo, e quando veio a campanha de 82 o meu nome é que havia avançado, eu era a pessoa que realmente era indicada e aceita, eu sentia realmente um grande entusiasmo em torno do meu nome. E eu, numa reunião preliminar, cheguei a aceitar ser candidato ao governo do estado [...] mas minha filha Yeda estava atravessando um período difícilíssimo, eu e Ruth, que éramos a mãe e o pai dela, sofríamos muito naquele momento porque ela estava com um problema mental acentuado, correndo risco de vida [...] (Entrevista de Plínio Barbosa Martins concedida a Marisa Bittar no dia 9 de janeiro de 1996 em Campo Grande *apud* BITTAR, 2009, v. 2, p. 217-218).

O nome de Plínio se destacava, dentre outros motivos, por sua participação na defesa do retorno do regime democrático e ganhara destaque a partir de sua eleição para prefeito de Campo Grande (1967 a 1970). Em sua gestão, segundo descreve seu irmão Wilson: “Plínio fez administração moderna, que valorizou os servidores, priorizou a educação e a política de saúde com a implantação de postos nos bairros” (MARTINS, 2010, p. 165).

Ao encerrar o mandato, Plínio possuía uma forte popularidade, o que o credenciou a ser candidato a senador em 1970 contra Filinto Müller e Rachid Saldanha Derzi, ambos da ARENA. Não se elegeu, mas saiu com uma boa votação, ocasionando, de certa forma, preocupações entre os adversários e grupos hegemônicos na política estadual. Sua atuação como advogado também ajudou a elevar seu nome a nível internacional, dentre aqueles que defendiam os direitos humanos, como destaca Wilson:

Como auditor da Nona Região militar, em substituição ao efetivo, em 1973 proferiu voto que absolveu o padre missionário François Jacques Jentel da acusação de crime contra a Segurança Nacional que lhe era imputado por atuar em defesa de uma comunidade no Alto Araguaia, foi vencido, mas seu voto teve grande repercussão no país e também no exterior, sendo publicado em livros e periódicos da França e Itália (Idem, 2010, p. 165).

Percebe-se que a desistência de Plínio em concorrer ao governo ocasionou alguns comentários por parte de militantes do PMDB. Como o próprio Plínio relatou a Bittar: “E

---

<sup>77</sup> MARTINS, Wilson Barbosa. *Entrevista*. Campo Grande, 27 jan. 2011.

tinha gente que dizia: ‘Plínio correu, ele não quis aceitar a candidatura’” (2009, v. 2, p. 218). Tudo leva a crer que a questão familiar, ligada aos problemas de saúde de sua filha Yeda Barbosa Martins, tenha sido o fator decisivo para sua desistência. O fato de Yeda ter cometido suicídio pouco tempo depois de seu pai ser eleito deputado federal, como relatou a Marisa Bittar, indica uma possível doença psicológica que afligia a jovem e a família.

Assim como Plínio, rotulado como um homem de esquerda, Wilson, segundo Bittar, também nutria certa simpatia por essa opção política. A guinada dele para os ideais de esquerda se teria dado de modo curioso quando, aos 20 anos de idade, ainda estudante do curso de Direito na Universidade de São Paulo (USP), trabalhou como censor da cadeia onde ficavam os presos políticos da ditadura do Estado Novo. Marisa Bittar revela isso ao discutir uma matéria do jornal *Folha de São Paulo*, a respeito da vida de Paulo Emílio Salles Gomes, preso político na ditadura estadonovista, na qual foi publicada a entrevista de Décio de Almeida Prado, onde este relatava que:

“Um dos censores, de tanto ler material de esquerda, acabou se convertendo à causa dos presos”. A mesma versão foi lembrada por Hélio Krahenbuhl, companheiro de Paulo Emílio na prisão em 1936. Ele contou que “um dos censores do Paraíso [presídio político] acabou seduzido pela correspondência dos comunistas” e acrescentou que se tratava do “então estudante de direito Wilson Martins – hoje governador de Mato Grosso do Sul [a entrevista foi concedida em 1996, ano em que Wilson governava o Estado pela segunda vez] (BITTAR, 2009, v. 2, p. 221, citando BIÓGRAFO vê “anti-sectarismo total”. *Folha de São Paulo*, 15 dez. 1996. Caderno mais!, p. 5).

Sobre esse emprego de censor, Wilson explicou a Bittar que:

Adquiri uma nomeação por interferência de um tio que era advogado em São Paulo, Auro Martins. E fui nomeado para que? Fui nomeado para o posto de censor. Censor da correspondência dos presos políticos, na Rua Paraíso, no centro de São Paulo [...] Cumpria o meu expediente, que consistia em ler a correspondência dos presos políticos, não somente a correspondência que chegava, como a que saía. Sem dúvida que eu estava mal avaliado para ocupar esse posto; primeiro, pela minha pouca experiência e pela minha pouca idade. Eu era um jovem de 19, 20 anos, pois eu me formei com 22 e bem antes deixei a colocação. E por que deixei? Deixei porque eu estava desajustado. Não só mal avaliado como desajustado do lugar. Eu precisava de remuneração para dar conta das minhas despesas [...], mas certa noite, quando eu chegava ao meu aposento, ouço sirenes tocando. O que é que havia? Logo pude decifrar o quadro: era uma fuga de presos que já vinham chegando debaixo de coices de armas [...] aquela noite, essa movimentação ainda se prolongou, eu pude observar aquele quadro; e as coisas, quando esfriaram, me levaram já no meu quarto, à reflexão: o que é que estou fazendo aqui? Tive uma crise de consciência, tive dias horríveis, e percebi que não tinha condições de prosseguir na função, fui falar com meu tio e pedi demissão do cargo [...] Foi o período em que eu percebi que aquelas posições que eu tomava na Faculdade favoráveis ao movimento de esquerda tinham uma irradiação muito maior em mim do que eu podia aparentar. Eu nunca fui ligado ao Partido Comunista, mas me fiz um homem rebelde e anti-ditatorial. (Entrevista de Wilson Barbosa Martins concedida a Marisa Bittar no dia 14 de fevereiro de 2006 em Campo Grande, *apud* BITTAR, 2009, v. 2, p.222-223).

Entretanto, outra situação veio atormentar os articuladores políticos do PMDB: era a escolha de Antônio Mendes Canale como candidato a vice-governador na chapa de Wilson. Conforme entrevista de João Leite Schimidt, na pesquisa de Eronildo Barbosa e Tito Carlos Machado:

O escolhido na reunião que fizemos no escritório do Wilson Martins para compor a chapa de governador foi o senador Antônio Mendes Canale. Aí Ramez Tebet, Valter Pereira, Sérgio Cruz e mais alguns diziam que Antônio Mendes Canale não poderia ser o vice (Entrevista de João Leite Schimidt concedida a Eronildo Barbosa e Tito Carlos em Campo Grande, apud OLIVEIRA & SILVA, 2006, p. 78).

Também a respeito da escolha do candidato a vice-governador do PMDB, Valter Pereira, eleito deputado estadual em 1982, relata aos autores que:

O veto ao nome de Antônio Mendes Canale estava relacionado ao desempenho eleitoral dele. Antônio Mendes Canale era um velho arenista e amargava desgastes de sua administração à frente da prefeitura de Campo Grande, portanto, naquele momento, não era um boa solução. Por outro lado, precisávamos de um vice que representasse o interior do Estado. O nosso partido era forte em Campo Grande, mas não tinha a mesma força nos demais municípios. Daí que surgiu o nome de Ramez Tebet, ex-prefeito de Três Lagoas e líder importante da região do Bolsão. (Entrevista de Valter Pereira concedida a Eronildo Barbosa e Tito Carlos em Campo Grande, apud OLIVEIRA & SILVA, 2006, p. 79).

Ao final, Ramez acabou sendo o escolhido para a candidatura a vice-governador. Na convenção estadual do PMDB, Wilson e Ramez foram homologados candidatos a governador e vice, respectivamente. A crença na vitória peemedebista era algo muito presente na imaginação dos candidatos desta legenda. O PMDB realizou sua convenção no dia 4 de julho, já conhecendo o adversário principal que iria enfrentar, o candidato do PDS, José Elias. Para boa parte das lideranças oposicionistas o candidato pedrossianista teria poucas chances de vencer. Alguns, como Wilson Martins, reconheciam as chances maiores de Zé Elias na cidade de Dourados.

## **1.2 – Os candidatos do PDS: José Elias Moreira e Carlos Stephanini**

Alvo de críticas de vários setores, a gestão de Pedrossian vinha se caracterizando por arrochos salariais aos funcionários públicos, como é o caso da categoria do magistério estadual. Conforme os autores Laerte Tetila e Wilson Biasotto (1991), o ano de 1981 foi marcado pelo intenso movimento grevista dos professores da rede estadual de ensino, em protesto contra a queda do valor do piso salarial da categoria.

Não eram somente os funcionários públicos que questionavam o estilo centralizador e autoritário do Executivo estadual, parlamentares federais e estaduais da oposição também



faziam seus inflamados discursos contra aquela gestão. É o caso do deputado federal Ruben Figueiró, do PP, que em pronunciamento na Câmara, colhido por Bittar (2009) em sua pesquisa, descreve:

Um estado que nasceu para ser inclusive modelo para a redivisão territorial deste País, e que hoje [...] é comentado não somente na imprensa falada do meu Estado, mas também na de todo o País. Infelizmente, hoje, Mato Grosso do Sul, devido ao fracasso total do seu governador, é motivo de chacota (FIGUEIRÓ *apud* BITTAR, 2009, v. 2, p. 228).

Aliado ao governo Figueiredo, Pedrossian se organizava desde 1981 para construir dentro do PDS um nome que tivesse a capacidade de se eleger governador e manter o estado como um dos alinhados ao regime. Assim, diversos nomes, inclusive o do próprio Pedrossian, vieram à tona, divulgados pela imprensa, como possível candidato, por meio de manifestações de alguns prefeitos liderados por Luiz Gonzaga Prata Braga, de Maracaju<sup>78</sup>. Os outros nomes eram: Levy Dias, então prefeito de Campo Grande, Paulo Fagundes, presidente da Empresa Energética de Mato Grosso do Sul (ENERSUL) e Valdomiro Gonçalves, deputado estadual.

Para entendermos essa mobilização de nomes é preciso entender o processo que vinha ocorrendo desde fins de 1981. Em outubro daquele ano o prefeito da capital, Levy Dias, divulgava a possibilidade de Pedrossian ser o candidato ao governo nas eleições que se avizinhavam, no entanto, não foi o que aconteceu<sup>79</sup>.

Em pronunciamento no dia 8 de fevereiro de 1982<sup>80</sup>, período em que a campanha ainda estava em fase de preparação, Pedro declarou a idéia de lançar o técnico Paulo de Almeida Fagundes, presidente da ENERSUL – um desconhecido da população, de acordo com a imprensa campo-grandense – fato este que provocou muitos descontentamentos por parte de alguns parlamentares pedessistas. Como consequência disto, 10 dos 18 deputados estaduais abriram dissidência dentro do PDS, diminuindo a base de sustentação à gestão Pedrossian, por considerarem aquele nome uma imposição do governador. O nome preferido por boa parte dos pedessistas era o de Levy Dias.

Por outro lado, outros aliados políticos do governador tratavam o fato da indicação de Fagundes como sendo um “balão de ensaio”, ou seja, apenas um teste para, no futuro, poder apresentar o verdadeiro candidato no momento certo.

---

<sup>78</sup>Segundo informações dos jornais, para que isso ocorresse Pedrossian precisaria se desincompatibilizar do cargo de governador.

<sup>79</sup>LEVY Dias quer Pedrossian como candidato ao governo. *Correio do Estado*, Campo Grande, 24/25 out. 1981, p. 2.

<sup>80</sup>TÉCNICO pode governar o MS em 1983. *Correio do Estado*. Campo Grande, 9 fev., 1982, p. 1.

O ato de demissão de Levy da prefeitura de Campo Grande, pelo governador Pedrossian, no dia 6 de abril de 1982, desencadeou a partir daquele mês a posição dos dissidentes pedrossistas por apoiarem Levy a governador na convenção do partido (cabendo observar que Pedrossian havia colocado Dias como prefeito com o intuito precisamente de reatar relações políticas com este antigo aliado). A motivação para tal ato de demissão estava ligada ao estilo independente e desafiador de Levy, principalmente por ele ter, enquanto chefe do município, iniciado suas articulações para concorrer a governador pelo PDS nas eleições de 1982. Analisando-se brevemente sua trajetória política, percebe-se que o oportunismo é uma de suas características políticas.

Quando Harry Amorim assumiu o governo de Mato Grosso do Sul, Levy Dias, na época deputado federal, abandonou, como já foi dito, o grupo político de Pedro, que não apoiava o governador forasteiro, para ser um dos mais influentes naquele governo. Sobre essa saída de Levy, em entrevista que fiz com Pedro Pedrossian, este relatou:

O Levy era companheiro. Mas com essa vinda do Harry pra cá [...]. O Rangel Reis, que era ministro da Integração Nacional, e o setor de saneamento, ao qual pertencia o Harry, estava subordinado a ele. Então ele [Rangel Reis] viu a oportunidade de ter um governador dele, e tratou de aliciar e tratar, tratar com, com deputados. E o Levy foi um que se entendeu com o Rangel Reis. Então ficou contra a nossa orientação<sup>81</sup>.

Essa aproximação deu certo, e Levy se tornou figura influente no governo Amorim Costa com a indicação de nomes para secretarias, como relatou Paulo Coelho Machado, um dos secretários de Harry, à historiadora Marisa Bittar:

Quando o Harry entrou [no governo] o Levy, muito esperto, procurou-o logo [...]. Decerto foi pedir algum favor a ele. Político procura isso. Aí, estabeleceu-se uma amizade porque o Harry era um cara assim muito acessível, compreendeu? E ele começou a proteger o Levy. O Levy indicou uma porção de secretários, funcionários, e ficava ali, em cima dele. Isso porque o Levy queria ser governador. Então quando saísse o Harry ele estaria ancorado para ser o governador [...] (Entrevista concedida por Paulo Coelho a Marisa Bittar, Campo Grande, 6 de janeiro de 1996, *apud* BITTAR, 2009, v. 2, p. 109).

Em fins de abril um novo nome foi lançado: desta vez o líder do Executivo na Assembleia Legislativa, deputado Valdomiro Gonçalves, seria o nome do grupo pedrossianista levado à convenção para uma possível disputa com Levy, em substituição a Paulo Fagundes<sup>82</sup>.

---

<sup>81</sup> PEDROSSIAN, Pedro. *Entrevista*. Campo Grande, 17 out. 2012.

<sup>82</sup> VALDOMIRO candidato ao governo. *Correio do Estado*. Campo Grande, 24/25 abr. 1982, p. 1.

Mas, logo Pedrossian tenderia a descartar Gonçalves para indicar o nome de José Elias Moreira, conforme registrou na época a revista *Veja*:

O ex-prefeito de Campo Grande, Levy Dias, acaba de tirar da manga seu mais poderoso trunfo para convencer o governador de Mato Grosso do Sul, Pedro Pedrossian, a indicá-lo candidato do PDS: uma pesquisa realizada pelo Instituto Gallup em que aparece como o mais votado. Pedrossian não pareceu abalar-se. Diante das evidências estatísticas, desistiu de apoiar seu preferido, Paulo Fagundes. Mas ensaia agora o lançamento do prefeito de Dourados, José Elias Moreira (LEVY vence sua pesquisa, mas não leva. *Veja*, edição 714, 12 maio 1982, p. 29)<sup>83</sup>.

O que supostamente levou Pedrossian a optar pelo nome de Zé Elias foi a ocorrência de graves denúncias envolvendo os possíveis candidatos a governador e vice, Paulo Fagundes e Gazi Esgaib. Informações do jornal *Correio do Estado* demonstram a situação complexa em que se encontrava o PDS até o momento da indicação do verdadeiro nome (José Elias Moreira) que concorreria ao governo estadual, é o que se lê:

No dia 19 de abril, segundo revelou oficialmente a Casa Civil do governo, tanto Fagundes como Gazi Esgaib, entregaram suas cartas-renúncias<sup>84</sup> pessoalmente ao governador. A carta coincidiu com uma publicação de “matéria forte” pelo jornal “O Estado de São Paulo” e com a publicação da Coluna do Castelo no “Jornal do Brasil”, relacionando principalmente Esgaib com a cidade de Ponta Porã, centro nacional de corrupção e contrabando. Para analistas políticos a derrota de Fagundes e Esgaib, entretanto, estava decretada a bem mais tempo, a partir do instante em que se publicou, sem contestação convincente, que Fagundes tinha residência em Avaré, no Estado de São Paulo, e tinha, no Mato Grosso do Sul, apenas um instrumento mordômico de ganho de vida. Posteriormente, vieram outras denúncias, ligando Esgaib à fronteira. Somado tudo isso, não restava aos renunciantes abrir mão de suas candidaturas, ainda que para dar um pouco mais de tranquilidade ao governador, vivendo sob pressão constante do Palácio do Planalto, irritado com a péssima escolha. No dia 15 de abril, o CORREIO DO ESTADO publicava que Pedrossian poderia até renunciar, para assumir o lugar de Fagundes. No dia 19 de abril, Fagundes e Esgaib entregaram suas cartas-renúncia. No dia 24 o CORREIO DO ESTADO publicava a chapa provável e mais cotada: Valdomiro e José Elias Moreira. Dois dias depois falava-se que José Elias não aceitava a vice-candidatura e queria o governo. Alijou-se Valdomiro, conduziu-se o prefeito de Dourados e ocorreu o chamamento de Stephanini, do eleitor, ilustre desconhecido (O PDS está cambaleante. *Correio do Estado*. Campo Grande, 3 maio 1982, p. 3)<sup>85</sup>.

---

<sup>83</sup> Disponível em <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>. Acessado dia 1º maio de 2013.

<sup>84</sup> O advogado Gazi Esgaib era cotado a concorrer como candidato a vice-governador numa possível candidatura de Paulo Fagundes. Com o surgimento das referidas denúncias no jornal paulistano, ambos resolveram abrir mão das candidaturas a governador e vice.

<sup>85</sup> A respeito do contrabando, isso caracterizava a região de fronteira Brasil-Paraguai, conforme descreve Sérgio Cruz: “O contrabando não é um poder no Estado, é um Estado dentro do Estado. Política e economicamente estruturado, agindo como organização parasitária, o contrabando robustece a sua independência estrutural à medida que desestabiliza as instituições de seu hospedeiro, colocando-as a seu serviço. Em alguns países o contrabando deixa de ser poder paralelo e passa a exercer o próprio poder nacional, casos do Paraguai de Alfredo Stroesner e da Bolívia dos tempos de García Meza. As ditaduras dos pequenos países são propícias à ascensão do contrabando à política” (CRUZ, 1984, p. 17).

Para surpresa de boa parte dos pedessistas, no início de maio, Pedrossian anunciou, outro vez de modo arbitrário, o nome de José Elias Moreira<sup>86</sup>, até então cotado para disputar uma vaga no Senado, como seu candidato ao governo do estado. Pessoa pouco conhecida no restante de Mato Grosso do Sul, Elias concorreu com Levy e acabou por ser o escolhido na convenção estadual do PDS. Iniciava-se a corrida governista para tentar dar continuidade à gestão imposta por meio das articulações autoritárias. Sobre a escolha de Elias como candidato a governador, Pedrossian relatou que:

O Zé Elias... o ideal teria sido escolher um candidato da capital. E nós não identificamos, não víamos esse candidato. Eu havia convidado um secretário de Fazenda, que fora meu secretário, secretário do Fragelli... o Paulo Fagundes. Engenheiro... de grande competência, homem que estudou nos Estados Unidos, homem bom. Mas ele... na hora de enfrentar a coisa ele afinou. Então nós tivemos que mudar de candidato e... fomos à procura de alguém, e o candidato que mais se destacava era o Zé Elias, como prefeito de Dourados, um grande prefeito de Dourados, ele foi um bom prefeito de Dourados<sup>87</sup>.

É interessante notar que em nenhum momento da entrevista de Pedrossian este se referiu aos motivos da não escolha de Fagundes, devido à renúncia dele por denúncias de corrupção. Pedro diz apenas que ele “afinou”.

Por outro lado, a versão de José Elias Moreira, em entrevista concedida a mim, apresenta um dado novo sobre a escolha de seu nome para disputar o governo, o fato de ter sido candidato nem tanto pela vontade de Pedrossian, mas por ser o escolhido pelos articuladores da ditadura, por meio do Sistema Nacional de Informações (SNI) para disputar o pleito:

Pra mim uma surpresa muito grande... eu havia sido sondado se eu concorreria a uma vaga de deputado federal, e eu havia dito que não. Porque o nosso processo de implantação desse projeto de Dourados, ele estava em andamento. Rodoviária em andamento, o aeroporto em andamento, eletrificação rural, ainda alguns projetos a serem implantados, enfim, vários projetos importantes estavam em andamento e, já com recursos alocados, mas tinha que implantar, eu gostaria de ter ficado. Mas, um estudo feito pelo SNI, naquela época era o governo militar. Num estudo feito pelo SNI, me chamaram. Eu até fui em São Paulo, junto com o governador Pedrossian... e eu contestando que havia outros nomes que poderiam disputar com vantagem de mim pra poder ganhar as eleições... de governar o estado eu não tinha medo não, mas ganhar uma eleição naquela condição, como prefeito de Dourados, eu fazendo obras na cidade, que trazia um transtorno muito grande pra sociedade, que fazer esgoto você arrebenta calçada, arrebenta rua, estoura com o cano d'água, dona de casa está fazendo almoço, de repente está faltando água dentro de casa, “cadê a água, esse prefeito está arrebentando com tudo”, e eu tinha que enfrentar isso. E isso daí dá desgaste de ordem política, e aí eu falando que não estava em condições de dar minha contribuição à altura do nosso estado. Mas eu fui pressionado me mostrando dados que eu era o único nome do estado que empataria com o

---

<sup>86</sup>PDS aceita imposição: José Elias é candidato. *Correio do Estado*. Campo Grande, 1º/2 maio, 1982, p. 3.

<sup>87</sup> PEDROSSIAN, Pedro. *Entrevista*. Campo Grande, 17 out. 2012.

governador Wilson Martins. Mas nas avaliações, pesquisas que aconteceram na época e que me mostraram, que foi um dos motivos que me convenceram, que eu precisaria dar minha parte de contribuição como candidato, porque o candidato a governador praticamente levava, o candidato a governador era o carro-chefe pra eleger os deputados federais, senadores, e a eleição pra presidência da República daí a dois anos. Era o Colégio Eleitoral que elegeria, e aí esses deputados que iriam votar no futuro presidente. Então o Palácio do Planalto tinha interesse, né, em fazer sucessor de João Figueiredo. E, seria a última eleição indireta do Brasil. Aí me chamaram e me convenceram: “olha, com a sua candidatura nós faremos quatro federais, contra quatro o estado do Mato Grosso do Sul empatar”. E... e aí como eu tive um apoio muito grande do governo federal naquela oportunidade, as obras que nós implantamos na cidade, eu fiquei impossibilitado em dizer a todos eles, a Pedrossian, e a cúpula nacional do PDS, que eu não aceitaria ser candidato. Por essa razão eu coloquei meu nome à disposição do partido<sup>88</sup>.

Em conversa que tive com Zé Elias semanas antes da gravação da entrevista, este relatara que os membros do SNI haviam lhe mostrado uma pesquisa onde o ex-prefeito de Campo Grande, Levy Dias, perdia por uma diferença de 30% para o candidato Wilson Martins (PMDB), enquanto o nome do político douradense era o que empatava com o peemedebista. Outro dado informado nesta conversa informal é que, ao receber essa proposta, Elias consultou seu pai sobre o que ele pensava da ideia. Segundo ele, seu pai respondeu: “eu pedi pra você não se meter em política, você quis. Se o presidente que tanto te ajudou agora precisa de você, nada mais justo do que você atender a ele”.

Sobre a pesquisa feita pelo Sistema Nacional de Informações (SNI) para avaliar os possíveis nomes do PDS para governador de Mato Grosso do Sul, vale notar o que o historiador Carlos Fico escreve em sua obra sobre a espionagem e polícia política na ditadura militar:

Nos anos 80, existiam oito agências regionais em várias capitais brasileiras [...] Muitas atividades rotineiras eram desenvolvidas pelo SNI. A principal delas consistia, naturalmente, em abastecer a Presidência da República e assessores diretos de ‘informações necessárias’. Isso se dava de diversas formas, inclusive através da elaboração de uma sinopse diária dos principais assuntos em pauta. Uma Resenha Semanal, com seções sobre ‘assuntos econômicos’, ‘assuntos políticos’, ‘subversão’, ‘assuntos administrativos’, ‘assuntos psicossociais’, ‘informações externas’, dentre outras, tinha um ‘difusão’ específica, sendo enviada ao presidente da República, ao secretário particular do presidente, ao chefe do Gabinete Militar, ao chefe do Gabinete Civil, às agências regionais e aos centros de informações militares (FICO, 2001, p. 83).

Natural de Poços de Caldas, Minas Gerais, José Elias chegou a Dourados nos anos 1960. Em 1976 elegeram-se, pela ARENA, prefeito de Dourados, uma das maiores cidades do antigo sul de Mato Grosso e um dos principais pólos agrícolas da região. Em sua gestão, diversos setores da sociedade douradense se beneficiaram por importantes obras nas áreas da

---

<sup>88</sup>MOREIRA, José Elias. *Entrevista*. Dourados, 16 mar. 2013.

educação, saúde, habitação, pavimentação asfáltica e obras de infra-estrutura como o Terminal Rodoviário e o Aeroporto municipal. Segundo o jornal *O Progresso*, ao se desvincular do cargo de prefeito, seu vice José Cerveira (PDS) recebeu diversas obras em andamento:

Cerca de dois bilhões de cruzeiros somam as obras que o prefeito José Elias Moreira deixa em andamento em todo o Município [...]. Pela ordem de prioridade nesta época, a zona urbana recebe maior atenção, em termos de distribuição de recursos financeiros. Isso porque anteriormente, na atual Administração, foi o setor rural que captou um expressivo investimento, para construção de escolas, postos de serviços telefônicos, centros sociais; implantação da rede de eletrificação; encascalhamento, pontes, aterros nos travessões, entre outros melhoramentos (JOSÉ Elias deixa Cr\$ 2 bilhões de obras em andamento. *O Progresso*, Dourados, 14 maio 1982, p. 3).

Para a candidatura a vice-governador foi escolhido o professor e advogado Carlos Stephanini<sup>89</sup>, procurador-geral do estado, nomeado por Pedrossian, e docente de Direito Processual Civil nas Faculdades Unidas Católicas (FUCMT), em Campo Grande.

Na foto a seguir se observa a despedida do prefeito Zé Elias da administração de Dourados, dando início à campanha pedrossista rumo ao Parque dos Poderes. O uso do chapéu de palha buscava identificar Elias como o candidato do homem simples, da cidade e do campo, ligado às raízes interioranas. Engenheiro agrônomo de formação destacou em sua fala:

Continuo sendo o candidato do chapéu de palha, pois nasci no campo, fiz o primário em escola da zona rural, e quando no governo estiver, assumirei dupla função, acumulando o cargo, também, de secretário da agropecuária, pois somente através do trabalho do homem do campo é que podemos trazer indústrias para as cidades (ZÉ Elias, o candidato do “Chapéu de palha”. *O Progresso*, Dourados, 15 maio 1982, p. 2).

**Imagem 12:** José Elias se despede do cargo de prefeito de Dourados (14 de maio de 1982). Ao microfone Zé Elias, à sua esquerda o governador Pedro Pedrossian.



**Fonte:** *O Progresso*, José Elias “o candidato do chapéu de palha”, 22 maio 1982, p. 1.

<sup>89</sup> Cf. PEDROSSIAN lança José Elias para sua sucessão no Estado. *Folha de Dourados*. Dourados, 4 maio 1982, p. 2.

**Imagem 13:** Eleitores na despedida do prefeito José Elias.



Fonte: *O Progresso*. Dourados, 15 maio de 1982, p. 1.

### 1.3 – Os candidatos do PDT: Wilson Fadul e Nilo Ribas

Wilson Fadul, médico, prefeito de Campo Grande nos anos 1950, foi o candidato escolhido pelo PDT para a disputa do governo. Em sua chapa, concorreu à vice Nilo Ribas, militante do trabalhismo no município de Maracaju. Trabalhista histórico, Fadul veio para Campo Grande como médico recém-formado e iniciou na política em 1948 como candidato a vereador naquela cidade. Sobre o início de sua carreira seu filho, Wilson Fadul Filho<sup>90</sup>, em entrevista, relatou:

[...] meu pai era médico, aqui no Rio. Formando... médico, trabalhava numa das principais enfermarias aqui. E o chefe da enfermaria que era o professor dele também na universidade federal queria que ele assumisse... a cadeira de... clínica médica na universidade. Antigamente não tinha o concurso, se tinha prova de títulos. Então ele tinha passado pro... pronto socorro aqui do Rio de Janeiro e... tinha passado pra outro concurso de médico no estado da Guanabara. Mas esses dois títulos era muito pouco... aí abriu uma inscrição pra Aeronáutica... ele foi lá fez o concurso passou em primeiro lugar... já tinha mais meses de aula sobre medicina, de aviação... ele passou por esse período todo. Aí ele resolveu largar a Aeronáutica porque o objetivo dele era ser acadêmico, era ser professor. Aí o comandante da Aeronáutica disse: “não, você não pode sair, nós investimos em você, você tem que servir pelo menos um ano. Mas não se preocupa com isso daí, você fica no hospital central da Aeronáutica, você fica aqui pelo Rio mesmo, vai estudando tal...”. Ele falou: “não, não quero não. Aqui não tem nada pra aprender... eu quero ir, eu quero

<sup>90</sup> Fadul Filho, na época, era jornalista da Rede Globo de Televisão e, em 1982, participou da cobertura da Guerra das Malvinas. Ao retornar ao Brasil foi convidado por Jorge Zahran, um dos chefes da TV Morena, rede sul-mato-grossense afiliada a Globo, para participar da cobertura das eleições daquele ano no estado. Uma de suas funções era cobrir a apuração dos votos. Devido ao falecimento de seu pai em outubro de 2011, foi necessário recorrer a uma entrevista com este, devido a esta participação na campanha e também porque Wilson Fadul, anos antes de falecer, realizou uma gravação sobre sua trajetória, de aproximadamente 8 meses com intuito de que esta fosse transformada em um futura biografia.

ir pra Base Aérea de Campo Grande...”. Isso em 46. Bom, muito bem, foi transferido para lá... afinal ele era médico... da Base Aérea, tinha dois ou três casos pra ele atender de manhã. Depois ele ia pro consultório dele... e fez um consultório muito grande... praticamente em Campo Grande nos bairros pobres todos ele atendia. Ele atendia de graça... recebia uma galinha de pagamento, dúzias de ovos, coisas desse tipo. E depois o... como ele era muito hábil, o general comandante... do Exército... lá em... no destacamento em Campo Grande tinha um hospital mas não tinha médico [...] ele era tenente da Aeronáutica nessa época, em 1950... aí que começa a vida política dele. O brigadeiro Trompowsky, que era ministro da Aeronáutica, portanto, hierarquicamente superior a ele, exigiu que apoiasse o Fernando Corrêa da Costa pra governador do estado. Ele falou: “eu não posso, porque o Fernando é da UDN, partido que eu sempre combati. Eu fundei um partido socialista no Rio de Janeiro... gosto muito dele pessoalmente, que ele é meu colega, é médico e tudo, a gente bate papo, conversa, tem encontros. Mas eu não posso apoiar ele publicamente, porque vai contra os meus princípios”. Aí o brigadeiro Trompowsky, como retaliação, transferiu ele de Campo Grande pra Base Aérea de Santa Cruz, aqui no Rio. Aí ele pediu uma licença da Aeronáutica... e foi... no PTB lá [de Campo Grande], que era presidido pelo irmão do Alarico D’Ávila, o... Artur Ávila, que é amigo dele aqui da Faculdade de Medicina, aqui de Niterói. E falou: “você tem uma legenda pra mim aí... os caras querem me transferir pro Rio e eu não quero voltar pro Rio... então a única maneira que tem é eu ser candidato que aí eu me fixo aqui”. “Mas pô, claro, não sei o quê, tal”... arranjaram uma legenda pra ele de vereador.<sup>91</sup>

Eleito vereador pelo PTB, Fadul se destacou no cargo como um político de posicionamento ideológico voltado à classe trabalhadora. Sobre essa eleição, Sergio Cruz relata que: “Wilson Fadul [...] elegera-se com 23% dos votos, o maior percentual da história de Campo Grande, até hoje não superado [...]” (CRUZ, 2001, p. 77). Com o assassinato do prefeito de Campo Grande, Ari Coelho<sup>92</sup>, em 1952, Fadul foi escolhido dentro do partido para concorrer e suceder ao prefeito falecido, pois Wilson se destacava como a maior revelação política da cidade depois de Ari. Sobre essa eleição, Fadul Filho relatou:

“Qualquer um do partido vai ser eleito, porque nós estamos vivendo uma comoção, basta botar um poste aí que ele vai ser eleito. Então eu vou, porque eu vou pro Rio volto no dia 15 de janeiro, e agente... e... a gente faz uma programação nesse 15 de janeiro e ta tudo resolvido”. Aí ele foi pro Rio, voltou 15 dias depois, foi aclamado, recebido no aeroporto, aquela coisa toda... fez 15 dias de campanha e se elegeu prefeito<sup>93</sup>.

---

<sup>91</sup>FADUL FILHO, Wilson. *Entrevista*. Rio de Janeiro, 1º abr. 2013.

<sup>92</sup> Conforme Sergio Cruz, em sua obra *Por que mataram o doutor Ari?* (2001), o jovem médico Ari Coelho de Oliveira se elegeu prefeito de Campo Grande em 1950 pelo PTB numa disputa contra Wilson Barbosa Martins, da UDN. Eleito, Ari se destacou por iniciar uma gestão com características de renovação, marcando o início da queda da hegemonia política em Mato Grosso, dominada ora por líderes da UDN, ora pelo PSD. O assassinato do prefeito no dia 21 de novembro de 1952, em Cuiabá, pelas mãos de Alci Pereira Lima, funcionário do estado de Mato Grosso, como descreve o autor, foi um crime de caráter político, pois envolveu figuras ligadas ao governo mato-grossense da época, chefiado pela UDN, que tinha Fernando Corrêa da Costa no posto de governador. A trágica morte do prefeito causou uma das maiores comoções populares já vistas na cidade de Campo Grande.

<sup>93</sup> FADUL FILHO, Wilson. *Entrevista*. Rio de Janeiro, 1º abr. 2013.



Anos depois foi eleito deputado federal, até que chegou ao cargo de ministro da Saúde do governo João Goulart. Com a ditadura militar, Fadul voltou para o Rio de Janeiro onde, inicialmente, se destacou como um dos fundadores da Frente Ampla, juntamente com lideranças como Carlos Lacerda e Goulart. Contudo, com o AI-5, todo o ideal da frente é suprimido, pois a partir daquela legislação a ditadura passaria a se radicalizar ainda mais. Somente com a Anistia é que Fadul retorna à vida política e alguns anos depois a Mato Grosso do Sul. Em 1982 foi lançado pelo PDT como candidato ao governo. O lançamento de seu nome, na verdade, se configurou numa articulação feita em prol da candidatura de Leonel Brizola ao governo do estado do Rio de Janeiro. Fadul Filho relata que o objetivo de seu pai como candidato era:

Ser o nono candidato... na legenda [do PDT], porque a legislação obrigava nove candidatos em nove estados pra você poder registrar as candidaturas... no caso o que interessava mais era a eleição do Brizola no Rio... e ele, aí ele foi pra esse sacrifício. Ele aqui no Rio ele estaria eleito deputado federal. Aquela eleição [para o governo de Mato Grosso do Sul] foi como ele ter ido para um matadouro... não tinha chance... mas tinha que ser candidato oficialmente pra poder fazer o nono governador pro Brizola... como ele alguns outros foram pro sacrifício... acho que o Neiva Moreira no Maranhão... Zé Maria Rabelo, no Rio Grande do Sul, Minas também<sup>94</sup>.

O ex-deputado estadual Youssif Domingos, que iniciou sua carreira política na juventude do PDT, revelou em entrevista que era necessário também um diretório formado nos estados: “a legislação exigia que para o Brizola disputar a eleição no Rio de Janeiro, e caso vencesse, pra assumir, o partido tem que esta formado e disputando eleições em pelo menos 9 estados”<sup>95</sup>.

#### **1.4 – Os candidatos do PT: Antônio Carlos Nantes de Oliveira e Antoniel Cardoso**

Advogado e economista<sup>96</sup> nascido em Campo Grande em 1948, Antônio Carlos de Oliveira se elegeu vereador pelo MDB naquela cidade em 1972. Elegeu-se pela primeira vez a deputado federal em 1974, ainda pelo Mato Grosso uno. Com a divisão do estado foi eleito em 1978 por Mato Grosso do Sul com mais de 39 mil votos, junto com Ubaldo Barém e Walter de Castro, os três do MDB. A ARENA igualou o número de eleitos, tendo em Rubén

---

<sup>94</sup> FADUL FILHO, Wilson. *Entrevista*. Rio de Janeiro, 1º abr. 2013.

<sup>95</sup> DOMINGOS, Youssif Assis. *Entrevista*. Campo Grande, 25 jun. 2013.

<sup>96</sup> Informações obtidas no site da Câmara dos Deputados. Disponível em: [http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts\\_deputados\\_biografia?pk=122867&tipo=0](http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122867&tipo=0). Acessado no dia 8 abr. 2013.

Figueiró, Levy Dias e João Leite Schimidt seus representantes. Em 1978, Antônio Carlos foi o deputado federal mais votado de Mato Grosso do Sul, o que demonstra sua popularidade junto aos democratas do estado. Bittar o considera “o nome mais expressivo da oposição sul-mato-grossense, que reunia em torno de si considerável contingente de militantes estudantis e sindicais na luta contra a ditadura militar em terras sul-mato-grossenses” (2009, v. 2, p. 148). Foi nesse mandato que, em 1980, Oliveira optou por deixar o PMDB e se filiar ao PT. De acordo com matéria do jornal *Correio do Estado*, em entrevista concedida dois dias antes ao programa *Frente a Frente*, da TV Campo Grande:

Antônio Carlos falou ainda da sua opção pelo Partido dos Trabalhadores. Uma opção consciente, conforme afirmou. Desde o princípio, quando da reformulação partidária, ele deixou o MDB para formar o PT no Estado, ele não aceitaria, conforme colocou, formar ao lado de políticos que sempre combateu no passado, e citou Marcelo Miranda, José Fragelli, Leite Schimidt e Rubén Figueiró, entre outros, que hoje estão alinhados ao PMDB como opositoristas (FANTASMAS de MS denunciados na Câmara Federal. *Correio do Estado*. Campo Grande, 15 jun. 1982, p. 3).

Essa versão é confirmada em entrevista realizada com o ex-governador José Orcírio Miranda dos Santos, popular Zeca do PT<sup>97</sup>, na época líder sindical de oposição ao Sindicato dos Bancários de Campo Grande e candidato a deputado estadual pelo partido, que relata outros detalhes do lançamento de Antônio Carlos<sup>98</sup> como candidato do PT:

Antônio Carlos foi o primeiro governador, candidato a governador, do PT. 1982. Lembro-me como se fosse hoje. Foi minha primeira eleição, eu que era bancário, que era principal liderança do movimento de oposição ao Sindicato dos Bancários de Campo Grande, era tesoureiro do diretório estadual do PT no Mato Grosso do Sul, eu coloquei meu nome naquela disputa, por ser a primeira disputa, e todos nós tínhamos vontade, sonhávamos em fazer uma disputa política, levar a ideia do PT, saí candidato a deputado estadual. Antônio Carlos... vinha do MDB, em 1978, importante conhecer essa história, em 1978 Antônio Carlos tinha sido o deputado federal mais votado do MDB... se comentava muito naquela época, todo mundo esperava que o Levy Dias, na eleição de 78, que depois foi prefeito de Campo Grande, foi senador, que o Levy fosse o mais votado, Antônio Carlos na oposição, ainda em pleno bipartidarismo, ARENA e MDB, o Antônio Carlos foi o mais votado, se projetou. Nesse período de 78 até... até 81 mais ou menos, quando ele se filia ao PT, o Antônio Carlos era do MDB autêntico, o pessoal da ala mais à esquerda, ala progressista do então MDB. Com as greves do ABC, Antônio Carlos junto com esse grupo de deputados da ala progressista do MDB se aproxima do ABC, Lula sendo perseguido, os metalúrgicos, a polícia, o Exército, repressão em cima da greve dos metalúrgicos. Antônio Carlos com esse grupo vai pra lá apoiar a

---

<sup>97</sup> Além do cargo de governador do estado de Mato Grosso do Sul, exercido entre 1999 e 2006, Zeca exerceu o cargo de vereador Campo Grande no final dos anos 1980 e posteriormente se elegeu o primeiro deputado estadual petista do estado em 1990. Em 2010 disputou novamente o pleito de governador, sendo derrotado por André Puccinelli (PMDB). Atualmente exerce a vereança na capital, cargo para o qual foi eleito em 2012.

<sup>98</sup> Em julho de 2013 obtive o endereço eletrônico (*e-mail*) de Antônio Carlos de Oliveira. Ao enviar-lhe uma mensagem a respeito desta pesquisa o mesmo respondeu que entendia a importância deste trabalho, no entanto, não gostaria de “falar de política, nem do passado, nem do presente”. Dessa forma recorri a Zeca.

greve, se aproxima, conhece Lula... e conhece uma outra grande figura que foi depois... foi ser mulher do Antônio Carlos, a atriz da Rede Globo de Televisão, Bete Mendes, que foi depois mulher, e foi deputada também... do PT. Antônio Carlos, nesse processo de aproximação com o PT e com essas principais figuras é convidado, se filia ao PT, e nós escolhemos e Antônio Carlos aceitou sem nenhum outro nome ser cogitado, de consenso e por unanimidade, ser candidato a governador<sup>99</sup>.

Antônio Carlos ganha destaque nacional como um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores no Brasil ao lado de lideranças como o sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva. A candidatura dele só foi viável devido à aprovação de duas emendas à Constituição Estadual feitas pela Assembleia Legislativa, alterando a idade mínima estabelecida para candidato a governador. A intenção de Antônio Carlos de se candidatar ao governo vinha de algum tempo, conforme os veículos de imprensa divulgavam, ele entrou com mandado de segurança no Tribunal Regional Eleitoral do estado ainda em 1981 com vistas a viabilizar sua candidatura. Sobre as condições para se candidatar a governador a Constituição Estadual determinava:

Art. 52 – São condições de elegibilidade para Governador e Vice-Governador: I – ser brasileiro nato; II – estar no exercício dos direitos políticos; III – ser maior de trinta e cinco anos. (MATO GROSSO DO SUL. Constituição do estado. 1979, p. 49).

Em maio a Assembleia aprovou duas emendas à Constituição, de autoria do deputado Odilon Nacasato (PDS), que reduziam para 21 a idade dos candidatos a governador e dos futuros secretários de Estado, como revela matéria a seguir:

Com a introdução destas duas emendas no texto da Constituição, a idade mínima exigida para os ocupantes do cargo de governador do Estado passa a ser de apenas 21 anos, ao invés de 35 como era estabelecido anteriormente. Também para os ocupantes do cargo de secretário de Estado, a idade mínima exigida passa a ser de 21, e não mais de 25 anos (ASSEMBLÉIA aprova emendas: Governador e Secretários de Estado podem ter 21 anos. *O Progresso*. Dourados, 19 maio 1982, p. 1).

A tramitação das propostas de emenda gerou interessantes discussões, nas quais afloraram interesses de outros grupos políticos. Em debates na Assembleia o deputado Cecílio de Jesus Gaeta (PMDB) considerava uma das emendas como “capricho” do governador, como se lê:

[...] Tramitam, nesta Casa, duas Emendas Constitucionais, fruto de mais um capricho; sim, nós concordamos, fruto de um capricho do Governador Pedro Pedrossian, que buscou emendar a Constituição, não pela vocação sua, pelo sentimento seu, da compreensão e de justiça à juventude do nosso Estado. Concordo

---

<sup>99</sup> SANTOS, José Orcírio Miranda dos. *Entrevista*. Campo Grande, 15 jul. 2013.

plenamente que, se talvez não houvesse Denas Lugo, não houvesse, não haveria, não aconteceria a Emenda Constitucional<sup>100</sup>.

Analisando-se as articulações políticas realizadas pelos deputados do PDS pode-se observar que as emendas acabaram, de certa forma, por favorecer duplamente o governo de Pedro Pedrossian. Primeiro porque, ao estabelecer a idade de 21 anos para secretário de Estado, permitiu a volta do jovem Denas Barbosa Lugo<sup>101</sup>, presidente da juventude do PDS, a JDS, a ocupar a pasta da Secretaria de Desenvolvimento Social do governo. Por outro lado, em relação a Antônio Carlos de Oliveira, pode-se deduzir que a disposição da bancada de sustentação ao governo em aprovar a emenda, para torná-lo o 4º candidato a governador, favoreceria a candidatura governista de José Elias, pois a oposição liderada pelo PMDB poderia perder votos para o PT.

Para Oliveira, a conquista de sua candidatura por meio dessa alteração na legislação não foi favorecida pelos deputados governistas, mas sim uma vitória do Partido dos Trabalhadores, como ele argumentou em entrevista a TV: “Foi a Assembléia Legislativa quem inventou os 35 anos para candidato ao governador do Estado, teria que ser ela mesma a modificar. Eu nunca fui homem de entregar os pontos, consultei juristas e me disseram que eu poderia ser candidato” (FANTASMAS de MS denunciados na Câmara Federal. *Correio do Estado*. Campo Grande, 15 jun. 1982, p. 3).

## **2. COM O TIME EM CAMPO: A CAMPANHA ELEITORAL RUMO AO GOVERNO DO ESTADO**

Encerradas as convenções partidárias e definidos os candidatos, a campanha se iniciou tendo um cenário de 750.047 eleitores aptos a votar, sendo que Campo Grande detinha 105.117 desses eleitores e os demais municípios (63) respondiam por 599.244 eleitores. Sobre as candidaturas, elas ficaram assim apresentadas:

---

<sup>100</sup> GAETA, Cecílio de Jesus. Discurso. In: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul. *Ata nº 180, fl. 21, da primeira legislatura da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul*, 11 maio 1982.

<sup>101</sup> Denas Lugo havia sido nomeado secretário do governo Pedrossian no começo de 1982, mas foi demitido devido às pressões realizadas pela bancada do PMDB na Assembleia Legislativa por exigir o cumprimento da Constituição Estadual que proibia a nomeação de secretários com menos de 35 anos de idade.

**Tabela 1. Partidos, número de vagas e candidatos em Mato Grosso do Sul nas eleições de 1982**

| Cargos        | Nº de vagas | Nº de candidatos |       |     |     |       |
|---------------|-------------|------------------|-------|-----|-----|-------|
|               |             | PMDB             | PDS   | PT  | PDT | Total |
| Governador    | 1           | 1                | 1     | 1   | 1   | 4     |
| Senador       | 1           | 2                | 3     | 1   | 1   | 7     |
| Dep. Federal  | 8           | 10               | 10    | 6   | 2   | 28    |
| Dep. Estadual | 24          | 22               | 30    | 7   | 2   | 61    |
| Prefeito      | 50          | 114              | 116   | 9   | 9   | 248   |
| Vereador      | 574         | 1.117            | 1.397 | 122 | 86  | 2.722 |

Fonte: MAIS de 750 mil votam aqui. *Diário da Serra*. Campo Grande, 15 nov. 1982, p. 9.

Para a única vaga ao Senado Federal aberta na eleição concorreram nomes de peso na política estadual. Pelo PMDB, o ex-governador Marcelo Miranda Soares e o ex-prefeito de Campo Grande Antônio Mendes Canale. Do PDS, o ex-senador e presidente regional da legenda Itálvio Coelho, o deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa Valdomiro Gonçalves e o deputado federal Walter de Castro<sup>102</sup>. O PDT lançou o advogado e ex-vereador em São Pedro do Sul, Rio Grande do Sul, Wilson Huberto Grunewaldt<sup>103</sup>. O PT concorreu com José Mirrha.

O calendário eleitoral definido pelo Tribunal Superior Eleitoral determinava os seguintes prazos: até 6 de agosto para o alistamento de eleitores e transferência de domicílio eleitoral; até o dia 7 do mesmo mês para que os partidos escolhessem seus candidatos às prefeituras e Câmaras de vereadores; 15 de agosto estabelecidas as condições de comunicação dos partidos por meio de telefone, alto falante em sede ou veículos. A partir do dia 14 de setembro teria início a propaganda no rádio e na televisão<sup>104</sup>.

Para René Rémond, os historiadores tradicionais, ao tratarem de eleições, se interessavam mais em discutir as consequências da eleição do que o que ele chama de fenômeno eleitoral, o que pode ser entendido como sendo as campanhas eleitorais. Para o autor:

A campanha é a parte integrante de uma eleição, é seu primeiro ato. Não é apenas a manifestação das preocupações dos eleitores ou a explicação dos programas dos candidatos e dos temas dos partidos, é a entrada em operação de estratégias, a

<sup>102</sup> O deputado estadual Walter de Castro era um dos dissidentes do PDS que havia rompido com o governador Pedrossian. No passado ele fora do MDB, chegando a se eleger deputado federal em 1978 pelo partido.

<sup>103</sup> GRUNEWALDT, Wilson Huberto. *Entrevista (não gravada)*. Campo Grande, 16 jul. 2013.

<sup>104</sup> Cf. TSE divulgou o calendário eleitoral. *Correio do Estado*. Campo Grande, 19/20 jun. 1982, p. 3.

interação entre cálculos dos políticos e os movimentos de opinião (RÉMOND, 2003, p. 49).

Tendo como base essa interpretação de Rémond, discute-se a seguir como se deram, em linhas gerais, as campanhas dos quatro candidatos ao governo do estado.

## 2.1 – “A hora é agora”: a campanha do PMDB

A campanha do PMDB em 1982, em todo o Brasil, foi de combate à ditadura e pregação do chamado *voto democrático útil*, como se pode observar nos exemplares de panfletos que circulavam no estado de São Paulo.

**Imagem 14:** panfleto de campanha do PMDB-SP sobre o voto útil em 1982



**Fonte:** acervo pessoal de Fausto Matto Grosso. Campo Grande/MS.

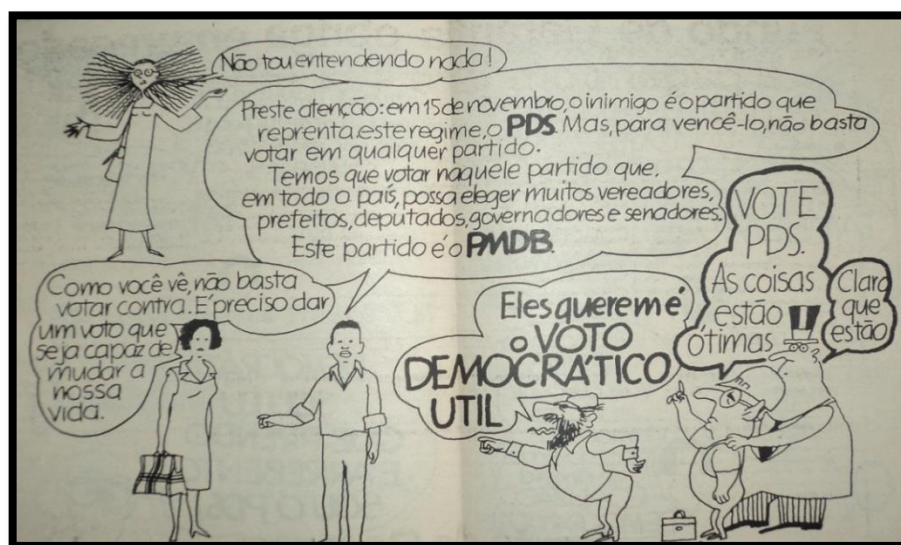
O voto útil, como já foi explicado em capítulo anterior, consistia em tentar conscientizar o eleitor a optar pelo voto no PMDB como sendo a única garantia de se derrotar o PDS e o regime militar.

Pelas interpretações que se pode fazer, o panfleto acima reproduzido tenta demonstrar a situação do país, sob o comando do general presidente João Figueiredo. Apaixonado por cavalos, é atribuída ao general a fala de que preferia o cheiro de cavalo ao cheiro de povo. No desenho o presidente é representado em um de seus momentos de lazer. Em seguida um senhor com trajes que fazem lembrar um empresário ajuda Figueiredo a apear do animal e o veste com trajes de um operário de fábrica ou construção. O suposto burguês,

ao vestir João como se fosse um trabalhador, exclama: “o João é povo. Vote nele”. Mas ao mesmo tempo pensa que quem ganha com aquele governo é ele mesmo.

Em outras palavras, o material de campanha buscava alertar o eleitor paulista, e isso provavelmente foi feito em todo o território nacional, para que o eleitor pudesse, quem sabe, analisar e eleger candidatos do PMDB, o partido que poderia mudar a situação em que se encontrava o Brasil, como será interpretado na representação abaixo.

**Imagem 15:**panfleto de campanha do PMDB-SP sobre o voto útil em 1982



**Fonte:** acervo pessoal de Fausto Matto Grosso. Campo Grande/MS.

Nesta representação, encontra-se um diálogo entre cidadãos comuns em defesa do voto útil. A eleitora “descabelada” mostrada no canto superior esquerdo, com certo ar de espanto exclama: “não tou [sic] entendendo nada!”. Um homem e uma segunda mulher explicam que, se a intenção era derrotar o PDS, o único caminho era votar no PMDB.

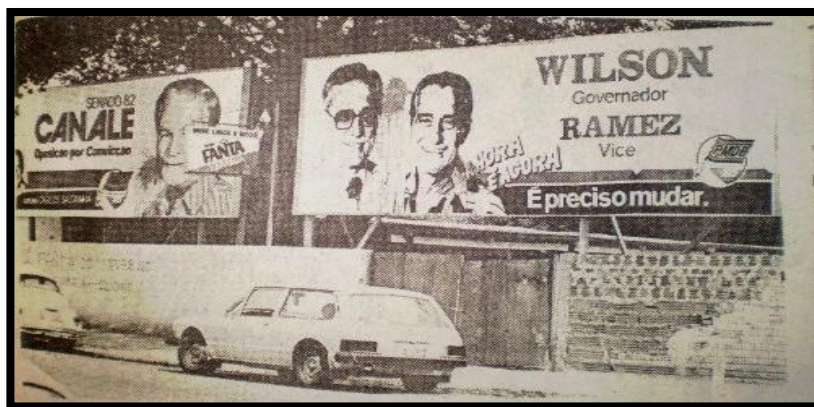
Em linhas gerais, pode-se dizer que o panfleto aqui analisado tentou fazer uma crítica ao posicionamento do governo federal numa época de crise econômica porque passava o Brasil naquele início dos anos 1980, como se nada estivesse acontecendo, tentando manipular o povo por meio de seus apoiadores, tais como empresários, políticos do PDS, militares, burocratas do Estado. No entanto, a defesa do voto útil democrático se mostrava forte por parte daqueles que militavam ou simpatizavam com o PMDB. O empenho por esse voto deveria ser feito em todos os meios, principalmente entre os trabalhadores, como se lê em matéria do jornal *Voz da Unidade*, do Partido Comunista Brasileiro (PCB):

Nos bairros, nas fábricas, nas grandes concentrações operárias, os trabalhadores, sobretudo, estão avaliando com facilidade este argumento, pois não querem ver seu voto perdido e sim transformá-lo no poderoso instrumento que levará o PMDB a

uma vitória esmagadora, a fim de que se consolide no país a abertura democrática, com a aplicação do programa oposicionista daquele partido (VOTO útil é não favorecer o governo. *Voz da Unidade*. São Paulo, 23 set. 1982, p. 5).

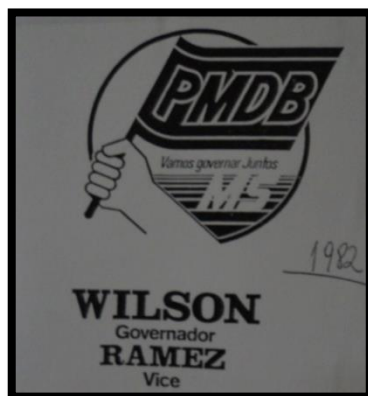
De acordo com o colunista político Guilherme Filho, do jornal *Diário da Serra*, o partido iniciou sua campanha pelos maiores colégios eleitorais do estado, Campo Grande e Dourados, enquanto o PDS buscou primeiramente o interior de Mato Grosso do Sul. A campanha do PMDB começou de forma intensa; no mesmo mês da escolha dos candidatos, já era possível encontrar nas ruas de Campo Grande a propaganda da chapa Wilson – Ramez. Os *outdoors*, como os que se encontram na imagem abaixo, foram, no início da campanha, monopolizados pelo partido.

**Imagem 16:** Propaganda do PMDB em *outdoor* espalhado em Campo Grande.



**Fonte:** *Correio do Estado*. Campo Grande, 18 ago. 1982, p. 4.

**Imagem 17:** Propaganda dos candidatos Wilson e Ramez “Vamos governar juntos”.



**Fonte:** Coleção Eleições 1982. Caixa 10, CDR/FCH-UFGD.

Outra iniciativa levada a cabo pelo partido foi a orientação aos eleitores sobre como deveriam votar nas eleições daquele ano, pois com a prática do voto vinculado muitos



detalhes eram desconhecidos do eleitor. Para isso foram criadas as “Bancas de informações: tudo sobre as eleições”. Sem dúvida alguma o ato de votar requeria muita atenção do eleitor, pois as normas acabavam por complicar. Em primeiro lugar, o votante deveria escolher os candidatos de um só partido (voto vinculado). Segundo, a possibilidade do “voto camarão”<sup>105</sup>, preocupava também os candidatos do PMDB, porém, a maior preocupação das legendas era com a nulidade dos votos caso o eleitor não prestasse bastante atenção, como se observa nas orientações colocadas nas bancas peemedebistas.

**Imagem 18:** banca de informações sobre o voto vinculado em rua de Campo Grande.



**Fonte:** *Correio do Estado*, 11 e 12 set. 1982, p. 1.

Na verdade todos os partidos e candidatos se preocupavam com a questão do voto vinculado e acabaram por seguir estratégias parecidas com o intuito de treinar<sup>106</sup> o eleitor para votar “certo”, como descreve a seguinte matéria do *Diário da Serra*:

Tanto quanto ele [Antônio Carlos de Oliveira, candidato do PT], os demais candidatos entenderam que só através de uma sistemática campanha de esclarecimento se conscientizará o eleitor da obrigatoriedade de votar em candidatos do mesmo partido, sob a pena de anular a manifestação de sua vontade nas urnas (PARTIDOS agora ensinarão seus eleitores a votar. *Diário da Serra*. Campo Grande, 9 set. 1982, p. 5).

Diferente do candidato José Elias, que no início da campanha corria riscos de ser trocado por outro nome, Wilson Martins obteve do partido, desde o início de sua escolha como substituto de Plínio, uma forte unidade em torno de seu nome. Entretanto, algumas situações particulares apareceram, sendo a mais destacada a da relação do deputado estadual corumbaense Cecílio de Jesus Gaeta, antigo membro do PMDB que acabou se filiando ao PP,

<sup>105</sup> O “voto camarão” é uma prática onde o eleitor deixa de votar no cargo principal, e opta por escolher apenas os cargos menores. Esse nome é uma alusão ao camarão, um crustáceo que ao ser preparado para comer, tem, geralmente, sua cabeça cortada.

<sup>106</sup> Sobre isso conferir discussões no tópico 3, que busca demonstrar os aspectos gerais da campanha de 82.

mas retornou à antiga legenda com a fusão ocorrida em 1981, com o candidato Wilson. O deputado chegou ameaçar não apoiar tal candidato devido a um desentendimento político que existia entre Jesus Gaeta, que tinha sua base eleitoral em Corumbá, e o também candidato a deputado estadual Joice Araújo, ligado a outro grupo interno da legenda, que, segundo Gaeta, recebia mais atenção dos candidatos Wilson e Ramez do que ele próprio. O não apoio ao candidato a governador geraria o “voto camarão”.

Alguns meses depois outros atritos surgiram entre Gaeta e Martins, desta vez o deputado se preocupava com o que se chamou de “udenização” do PMDB, como destaca matéria do *Diário da Serra*:

O ranço udenista sempre foi vingativo e autoritário e disso o eleitorado sulmatogrossense tem conhecimento, pois já o sentiu na carne. A afirmação foi feita ontem, em tom de advertência, pelo deputado estadual Jesus Gaeta, ao comentar o quadro político, revelando a sua preocupação com a vinculação de Wilson Martins com políticos do extinto partido. Denunciou ainda a escolha de Ramez Tebet como candidato a partir de “critérios udenistas”, em detrimento de outros nomes, e depois de queimar alguns pretendentes que poderiam postular o mesmo cargo. Disse ainda que o candidato Mendes Canale, ao Senado, recebe hoje todo o apoio do partido, como uma espécie de “prêmio de consolação” (GAETA: ou Wilson larga a UDN, ou perde a eleição. *Diário da Serra*. Campo Grande, 9 out. 1982, p. 5).

É bem provável que os desentendimentos que Jesus Gaeta tinha no PMDB corumbaense contribuíssem para essa declaração dada, contudo é preciso observar que Gaeta pertencia aos quadros dos peemedebistas autênticos, tendo sido eleito deputado estadual em 1978 pelo MDB ao lado de Sérgio Cruz, Onevan de Mattos, Sultan Raslan e Roberto Orro, parlamentares cujos discursos nos anais da Assembleia Legislativa sinalizam para um posicionamento crítico e em defesa da luta pelas liberdades democráticas e contra o sistema político vigente.

Por outro lado, como relatou Sergio Cruz em entrevista:

No PMDB existiam... as divisões internas... divisões ideológicas, muita divisão ideológica porque existiam os conservadores, existiam os mais progressistas, existiam os comunistas, estavam lá dentro, pessoal da esquerda, da extrema esquerda... E... e havia o pessoal da direita, então... é claro havia um conflito ideológico dentro do PMDB, agora o... dentro do... não, do MDB, do PMDB havia conflitos políticos, né? De grupos de interesses políticos, mas aí já era muito mais fisiológico, né? Era muito mais a luta pelo poder dentro do partido, do que essa divisão, essa divisão ideológica e tal, mas não havia tanto<sup>107</sup>.

---

<sup>107</sup> CRUZ, Sergio Manoel da. *Entrevista*. Campo Grande, 7 fev. 2013.

Apesar dessas divisões, como descreve o ex-deputado Sergio Cruz, o partido em questão conseguiu se manter unido, pois apesar dos conflitos de pensamento, não ocorreu, a exemplo do caso do PDS, uma disputa no voto para se escolher o candidato a governador.

De um modo geral, o PMDB concentrou sua campanha com base na tese do voto útil, isto é, o partido estimulava seus candidatos a pedirem votos, exigindo do eleitor certa fidelidade ao candidato mais bem colocado em pesquisas. Como define Alves: “[...] seria aquele [voto] dado não necessariamente ao melhor partido de oposição, mas ao que mais provavelmente seria capaz de fazer frente ao PDS e conquistar o poder” (ALVES, 1986, p. 283).

O PMDB em 1982, apesar de estar composto por figuras públicas consideradas por muitos como oportunistas<sup>108</sup> diante do contexto nacional, que acabaram por romper com o regime por questões mais pessoais do que propriamente ideológicas, tinha, por outro lado, a participação dos militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), legenda que se encontrava na ilegalidade desde 1947, por determinações do governo Dutra, e que desde 1966 encontrara no MDB uma opção para a mobilização. Em 1966, o Comitê Central do Partido efetuava a seguinte análise da situação política brasileira:

As formas concretas que assumirá a unidade das forças democráticas serão ditadas pelo desenvolvimento da luta. Por ser uma reunião de forças heterogêneas, a frente antiditatorial desenvolve-se simultaneamente com a luta entre seus próprios componentes. Sectores sob a liderança da burguesia procurarão imprimir ao combate contra a ditadura um curso que não tenha, como centro, a mobilização e a organização de amplas camadas da população, e que lhes seja mais favorável. Os comunistas defenderão sempre, no seio da frente única, a necessidade fundamental de organizar e mobilizar o povo contra o regime ditatorial (Nossa tática. Informe de balanço do Comitê Central. In: PCB vinte anos de política 1958-1979, 1980, p. 129).

Com relação ao MDB, os comunistas reconheciam que:

Apesar das medidas tomadas para instituir na prática o partido único, sectores e personalidades políticas desenvolvem, no Parlamento e fora dele, a oposição ao regime. Os parlamentares eleitos sob a legenda do MDB têm tido, com algumas exceções, uma posição vacilante diante das arbitrariedades da ditadura. Apesar disso, o MDB e outros agrupamentos existentes podem tornar-se um factor positivo para a mobilização das forças populares. Nas lutas em defesa dos interesses e reivindicações das massas contra o regime ditatorial deve-se aproveitar ao máximo os meios de divulgação legais e realizar campanhas políticas e movimentos reivindicatórios com base nas possibilidades legais existentes (Nossa tática. Resolução política, dez. 1967. In: PCB vinte anos de política 1958-1979, 1980, p. 181).

---

<sup>108</sup> Dentre esses estavam o ex-governador Marcelo Miranda Soares, o deputado federal João Leite Schmidt e os senadores José Fragelli, Rachid Derzi e Antônio Mendes Canale.

No caso das eleições em Mato Grosso do Sul, ocorreu a participação de outras agremiações, além do PCB, conforme entrevista concedida aos autores Eronildo Barbosa e Tito Carlos pelo dirigente da JPMDB da Capital naquela época, Lairson Palermo:

Eu era o presidente da JPMDB de Campo Grande e o Waldir Neves, hoje deputado estadual, era o presidente da Juventude estadual. O nosso trabalho consistia em organizar os estudantes para participarem das atividades políticas e culturais daquele tempo. Íamos às universidades, aos grêmios estudantis e às associações de bairros a fim de conversar com o pessoal sobre a importância dos candidatos do PMDB. Também viajávamos para montar a juventude em outras cidades. A luta da juventude do PMDB foi importante. Lembro que tinha militante do PC do B, do MR-8 e do PCB (ENTREVISTA de Lairson Palermo. SILVA & OLIVEIRA, 2006, p. 80).

Com esse quadro eclético o PMDB e seus militantes participaram ativamente do embate que levaria Wilson Martins ao governo estadual. No que diz respeito às propostas em nível nacional, e que também eram defendidas no estado, o PMDB, no que tange a sua principal bandeira, qual seja, a democracia, defendia os seguintes princípios de participação política e planejamento democrático:

É fundamental a luta pelo desenvolvimento e pela participação política dos sindicatos na vida nacional, removendo-se os limites impostos por uma legislação corporativista e retrógrada. É essencial, também, o fortalecimento das associações profissionais para que possam não somente representar interesses de seus membros, como também tomar parte na discussão dos problemas nacionais. Ao mesmo tempo, é imprescindível impulsionar movimentos sociais específicos, cujas pautas próprias de reivindicações já estão transformadas em temas inadiáveis da agenda política: a questão da mulher, do negro, do índio, do jovem, de todas as minorias, a defesa do meio ambiente; a proteção aos consumidores. Neste mesmo sentido, almejamos o reforço de associações comunitárias, especialmente ao nível de bairros e municípios, que sejam capazes de traduzir aspirações concretas, ligadas às condições mais imediatas (DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E PLANEJAMENTO DEMOCRÁTICO. *Esperança e Mudança*. Propostas à nação a aos companheiros do PMDB. 1981, p. 11).

## **2.2 – “Ponha seu voto em ação”: a campanha do PDS**

Ao ser aprovada a escolha de José Elias Moreira, no dia 14 de junho, para concorrer ao governo do Estado, o governador Pedrossian demonstrava total credibilidade no candidato, como se encontra registrado:

“A nossa força, a força de José Elias, é a vontade do povo. Nós representamos o sentimento de um povo, esta é a razão de estarmos há 20 anos na política, sempre renovando os nossos princípios e nossos ideais, pois a grande marcha de Pedro, a marcha de José Elias não é a simples marcha pelo poder”. Segundo Pedrossian, a vitória de José Elias Moreira [na convenção do PDS] representou também a vontade da classe política do Estado, que impôs o nome do ex-prefeito de Dourados para concorrer à convenção (PEDROSSIAN: “a força de José Elias é a vontade do povo”. *O Progresso*. Dourados, 15 jun. 1982, p. 1).

No entanto, segundo outras fontes jornalísticas, como é o caso do *Correio do Estado*, a afirmação de Pedro Pedrossian de que a candidatura de Elias representava a vontade da classe política estadual deixava dúvidas, isto porque já nos primeiros dias que se seguiram após a confirmação dos nomes, manchetes do *Correio do Estado* afirmavam que a rejeição de José Elias no interior de Mato Grosso do Sul era grande, pois muitas lideranças políticas o consideravam impopular. As atitudes tomadas pelo governador Pedrossian logo após o término da convenção, visando uma espécie de “caça às bruxas”, acabaram por fortalecer ainda mais o início de um processo de dissidência no PDS. As matérias desse jornal referiam-se às críticas feitas pelo governador devido à grande quantidade de votos obtidos por Levy Dias na convenção pedessista. Conforme indica matéria a seguir:

Como ‘traidores’ figurariam, também, os deputados Valdomiro Gonçalves, Londres Machado e Zenóbio dos Santos, líderes em potencial nas regiões do Bolsão, Grande Dourados e faixa de fronteira (INTERIOR rejeita Zé Elias. *Correio do Estado*. Campo Grande, 17 jun. 1982, p. 3).

As ameaças de aumentar a dissidência<sup>109</sup> no partido governista só aumentavam com os atos de caráter autoritário do governador. Apesar disso, naquele começo de campanha a região da Grande Dourados era considerada a que poderia dar maior vantagem a Zé Elias, haja vista que sua administração como prefeito de Dourados se encerrou com popularidade elevada e com um conjunto de obras de infra-estrutura significativas para o município.

Outra demonstração de preocupação com esta candidatura veio do Manifesto dos Corumbaenses, publicado na edição do dia 20 do mesmo mês no *Correio do Estado*:

O Manifesto dos Corumbaenses foi enviado ao presidente regional do PDS, ex-senador Italfvio Coelho, e nele os diretórios municipais do ‘Partido Democrático Social’ – PDS e da Juventude Democrática Social – JDS, através de seus membros” faz a exposição de motivos e ao final coloca em dúvida a capacidade governista em aglutinar a preferência do eleitorado nas disputas de novembro. Após a realização da convenção que indicou o sr. José Elias Moreira como candidato ao governo do Estado de Mato Grosso do Sul, sentimos, junto aos membros da comunidade corumbaense, um receio com relação ao resultado das eleições do próximo 15 de novembro (DOCUMENTO evidencia a fragilidade de Zé Elias. *Correio do Estado*. Campo Grande, 20 abr. 1982, p. 3).

O Partido Democrático Social chegou a fazer testes com José Elias em peregrinações pelo interior do estado. Foi cogitada até uma mudança do cabeça de chapa caso a falta de popularidade do ex-prefeito douradense indicasse prejuízos ao governo estadual e federal. Ameaças de desistências de candidatos a cargos majoritários, como o caso de Valdomiro

---

<sup>109</sup> A dissidência no PDS já existia desde a época em que Pedrossian demitiu Levy Dias da função de prefeito de Campo Grande. Os deputados pedessistas que integravam o grupo dissidente (grupo ligado a Levy) eram: Ary Rigo, Odilon Nacasato, Alberto Cubel e Getúlio Gideão. No entanto, este último, algum tempo depois, retornou à base de sustentação de Pedrossian.

Gonçalves, ocorreram várias vezes, principalmente pela alegação de falta de verbas por parte deste candidato. As ameaças de Levy Dias em desistir da candidatura a deputado federal também preocupavam o governo, pois Levy era um forte concorrente e dispunha de uma grande popularidade. A sua desistência naquele momento poderia afetar o candidato do PDS, visto que, por meio do voto vinculado, o eleitor deveria escolher a chapa completa do mesmo partido, com isso, faziam-se necessários bons nomes para concorrer aos cargos proporcionais, e Levy Dias era um deles.

As incursões no interior do estado não afastavam Elias das bases políticas. Ao mesmo tempo, o candidato a vice-governador Carlos Stephanini apresentava declarações de fortalecimento da mensagem pedrossista de se levar adiante as características da gestão pedrossianista:

“O partido vai nos mostrar que seus candidatos pretendem de fato trabalhar pelo povo, e não apenas ganhar o poder para continuar sobrevivendo às custas dos sacrifícios da população, como fizeram por muitos anos esses políticos que hoje disfarçam-se de oposicionistas para tentar enganar os eleitores” (ZÉ Elias mantém os debates na campanha. *Diário da Serra*. Campo Grande, 28 jun. 1982, p. 2).

É preciso lembrar que a campanha eleitoral de 1982, em conformidade com Álvaro Barreto, desenvolveu-se dentro das normas ditadas pela Lei Falcão, que “restringia o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral” (BARRETO, 2009, p.14). Ela autorizava apenas a reprodução da imagem, do nome e do número dos candidatos. Dessa forma, os responsáveis pela comunicação e propaganda buscavam várias maneiras para poder divulgar os concorrentes aos cargos em jogo. A seguir apresentaremos alguns desses materiais publicitários do PDS.

Em relação aos métodos de propaganda utilizados pelo PDS para convencer o eleitorado a optar por José Elias e seus aliados, percebe-se que a legenda utilizava as mais variadas formas para poder repassar a mensagem dos candidatos. Se na televisão e no rádio só era possível ler o nome ou número dos candidatos, sem que eles pudessem se comunicar com os eleitores, as alternativas oferecidas pela publicidade eram muito bem-vindas.

**Imagem 19:** Propaganda do candidato José Elias Moreira.



Fonte: *Diário da Serra*, 21 set. 1982, p. 3

A mensagem da propaganda da imagem número 19: “Diga não às oligarquias, vote em José Elias para governador”, revela o que muitos candidatos colocavam a respeito do principal adversário, o peemedebista Wilson Barbosa Martins. O fato de ser colocado como um oligarca se devia à origem familiar de Wilson, oriundo da família Barbosa, tradicionais proprietários de terras no estado. Entretanto, apesar de estar ligado a essas origens, Wilson acabava por se diferenciar destes candidatos por ter uma proximidade maior com a esquerda e por uma fase da vida dedicada aos ideais pelas liberdades democráticas no país e contestação ao regime, ao ingressar no MDB no final dos anos 1960. Em entrevista coletada por Bittar com o deputado Valdomiro Gonçalves percebe-se essa caracterização de Wilson: “Wilson Barbosa Martins representava a essência da oligarquia. Só que o Wilson teve esse vislumbre, que pra ele deu certo, uma guinada para a esquerda [...] e se manteve na liderança” (Entrevista de Valdomiro Gonçalves concedida a Marisa Bittar no dia 28 de fevereiro de 1996 *apud* BITTAR, v. 2, p. 219).

Porém, não era somente Wilson que tinha essa origem nas elites agrárias. Seus novos aliados partidários, como José Fragelli, Lúdio Coelho e seu cunhado Rachid Saldanha Derzi, também tinham em seus históricos marcas dessa categoria social. Sobre a família de Lúdio, Bittar escreve:

A família Coelho, cujos antepassados eram, na verdade, Souza Coelho, é a própria expressão da grande propriedade rural em Mato Grosso do Sul. Ela também se destacou na política [...] A família estabeleceu-se no sul do antigo Mato Grosso posteriormente à Guerra do Paraguai e chegou a acumular um *‘império’* de terras, como classifica o senador (BITTAR, 1997, p. 301).

Sobre a família de Rachid: “Os Coelho ligam-se, por laços matrimoniais, à família Derzi, de origem árabe, economicamente poderosa [...] Os Derzi são uma das famílias mais ricas do estado, famosos pela excelência de seu gado nelore” (Id. 1997, p. 306).

No caso de José Manoel Fontanillas Fragelli:

A família [...] veio para o Brasil no século XIX e, em Mato Grosso, fez parte da *‘antiga e laboriosa colônia italiana radicada em Corumbá [...]’*. Destacou-se inicialmente Nicolau Fragelli, nascido em Corumbá, em 1884. Ele foi médico, um dos primeiros do estado, e, depois, deputado [...] Quando a família veio da Itália, teria primeiro, passado pelo interior de São Paulo, onde uma parte ficou [...] Ele vincula-se, por laços matrimoniais, à família Alves Ribeiro que, por sua vez, ligou-se à Corrêa da Costa. A esposa de José Fragelli é filha do coronel Zelito e sobrinha de Fernando Corrêa da Costa, um dos principais líderes da UDN nos anos 50 (Id., 1997, p. 318).

Outro motivo que pode explicar aqueles dizeres da campanha pedessista é o fato de José Elias e Pedro Pedrossian terem origens de vida nas camadas médias da sociedade. No

caso de Elias, este era filho de pequenos agricultores oriundos de Minas Gerais. José Elias se formou engenheiro agrônomo no Rio de Janeiro e começou a trabalhar em Dourados como funcionário da Colônia Federal (CAND) no Instituto de Desenvolvimento Agrário (INDA)<sup>110</sup>. Pedrossian<sup>111</sup>, por sua vez, veio de uma família de pai comerciante, que fugiu da violência na Armênia devido ao assassinato de seus pais, e que se fixou na cidade de Miranda nos anos de 1920. De Miranda Pedro foi estudar em São Paulo onde se formou engenheiro. De volta a Mato Grosso começou como engenheiro na Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB) até chegar ao posto de diretor. Em sua primeira campanha ao governo de Mato Grosso, em 1965, uma de suas falas mais utilizadas era o fato de ser contra “as oligarquias e estruturas feudais que sempre dominaram Mato Grosso” (Id., 1997, p. 321).

Mas nem só de candidatos oriundos das categorias médias vivia o PDS naquela campanha. O nome mais notado do meio agrário era o de Itálvio Martins Coelho<sup>112</sup>, irmão de Lúdio, que, por ser suplente, assumira o cargo de senador com o falecimento de Filinto Müller em 1973 e permanecera até 1979.

Contudo, as origens humildes, acima mencionadas, foram modificadas pelo posterior exercício de cargos políticos, os quais acabaram, pelo menos no caso de Pedrossian, a torná-lo um dos homens mais ricos do estado. Como relata seu correligionário Valdomiro Gonçalves a Bittar: “o doutor Pedro nunca pertenceu à oligarquia, mas está integrado na oligarquia, inclusive, um dos laços dessa ‘integração’ teria sido o casamento de sua filha com o sobrinho de Lúdio Coelho” (Entrevista de Valdomiro Gonçalves a Marisa Bittar, dia 28 fev. 1996 Campo Grande *apud* BITTAR, 2009, v. 2, p. 103).

---

<sup>110</sup> Sobre a CAND e o INDA cf. as autoras: OLIVEIRA, Benícia Couto de. *A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937-1945)*. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – UNESP, Assis, e MENEZES, Ana Paula. *Atividades econômicas na Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND): a agricultura e a exploração da madeira (1950-1970)*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) - UFGD, Dourados.

<sup>111</sup> Sobre a trajetória do ex-governador cf. PEDROSSIAN, Pedro. *O pescador de sonhos: memórias*: Campo Grande: IHGMS, 2006.

<sup>112</sup> Cf. [http://www.senado.gov.br/senadores/senadores\\_biografia.asp?codparl=1753&li=44&lcab=1971-1974&lf=44](http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1753&li=44&lcab=1971-1974&lf=44). Acessado dia 16 abr. 2013.



**Imagem 20:** propaganda de Itálvio Coelho candidato ao Senado.



**Fonte:** *Diário da Serra*. 8 out.1982, p. 5.

Sobre a propaganda de Itálvio, onde se destaca: “MS precisa de senadores sem ódio”, a questão aqui diz respeito aos três senadores do estado (Rachid Derzi, José Fragelli e Mendes Canale), que haviam rompido com o governo Pedrossian após ele ter assumido o cargo. Foram atribuídos, a essa oposição feita pelos senadores, diversos prejuízos causados a Mato Grosso do Sul como a não liberação de verbas a que o estado teria direito.

**Imagem 21:** *outdoors* da campanha do PDS espalhados pelas ruas de Campo Grande.



**Fonte:** jornal *Correio do Estado*. 6 out. 1982, p 4.

Em seguida aparecem os *outdoors*, que no caso do PDS começaram a ser utilizados depois que o PMDB já explorava de forma intensa esse material pelas ruas e rodovias de diversos municípios do estado. A frase “Ponha seu voto em ação” era o slogan norteador da campanha. Isso pode ser entendido de muitas maneiras, mas certamente, estimulava o eleitor sul-mato-grossense a exercer o voto direto para escolher o governador do estado, pois era a primeira vez que escolheriam o ocupante deste cargo.

**Imagem 22:** George Takimoto, ao microfone, candidato a vice-prefeito de Dourados.



**Fonte:** Coleção Luiz Antônio Álvares Gonçalves. Caixa 9. CDR-FCH/UFGD.

A propaganda eleitoral deve ser entendida como uma forma de chamar a atenção do eleitor para os candidatos. Sobre esse recurso, Carlos Manhanelli (2011), ao estudar os mecanismos de propaganda política, distingue entre o *marketing* político e o *marketing* eleitoral:

Em nossa concepção, marketing político é diferente de marketing eleitoral. No primeiro caso, o público é o alvo das ações políticas ou sociais derivadas dos detentores dos cargos executivos e legislativos. No segundo, o público precisa ser convencido a votar neste ou naquele candidato (MANHANELLI, 2011, p. 25).

Assim, as imagens de *outdoors* reproduzidas na página anterior são classificadas na condição de marketing eleitoral. Outra estratégia de *marketing* utilizada foi o de tentar vincular o governador Pedrossian ao candidato Zé Elias. Na imagem acima, de um comício realizado em Dourados, percebe-se que na placa onde se destaca o nome “José Elias Governador”, no lado direito encontram-se 4 estrelas sobrepostas, num sentido ascendente, tendo sua coloração em alteração, o que poderia lembrar uma estrela em ascensão. Mas é quando se lembra da estrela que simbolizava o governo Pedro Pedrossian que se pode chegar a uma conclusão mais sólida. Em sua gestão como governador de Mato Grosso do Sul, a estrela tornou-se símbolo de seu governo e de seu *marketing* político, nas placas de obras públicas realizadas no estado é possível encontrar a famosa estrela. Segundo Pedro relata em sua biografia: “Embora não seja místico, sempre acreditei ter uma estrela para me definir a missão ou, pelo menos, me acompanhar nos momentos cruciais da vida” (PEDROSSIAN, 2006, p. 51). As imagens seguintes reproduzem o símbolo do pedrossianismo.

**Imagem 23:** logomarca do governo Pedro Pedrossian.



**Fonte:** jornal *O Progresso*, 10 mar. 1981, p. 6.

Na imagem a seguir, a logomarca da prefeitura de Campo Grande, durante a administração de Heráclito de Figueiredo<sup>113</sup> (PDS), percebe-se a influência do governo Pedrossian, governo este responsável pela nomeação do engenheiro Heráclito.

**Imagem 24:** logomarca da prefeitura de Campo Grande, na gestão Heráclito de Figueiredo (PDS).



**Fonte:** jornal *Diário da Serra*, 21 out. 1982, p.5.

**Imagem 25:** grupo musical faz showmício em palanque de José Elias e Luiz Antônio.



**Fonte:** Coleção Luiz Antônio Álvares Gonçalves. Caixa 9. CDR-FCH/UFGD.

<sup>113</sup> Heráclito Jose Diniz de Figueiredo, um dos homens de confiança de Pedrossian, era engenheiro civil e foi nomeado prefeito após a demissão de Levy Dias da prefeitura da capital.

**Imagem 26:** palanque de José Elias com destaque para a “tabela” com as instruções para se votar de acordo com a nova cédula eleitoral aprovada pelo Congresso Nacional.



**Fonte:** Coleção Luiz Antônio Álvares Gonçalves. Caixa 9. CDR-FCH/UFGD.

Na última imagem da página anterior aparece uma das atrações dos comícios, os shows com artistas locais e nacionais, algo que dependia muito do volume de recursos financeiros de cada grupo. Acima, na imagem do palanque eleitoral, apresenta-se uma tabela, orientando os eleitores sobre como deveriam proceder no momento de votar, já que o voto era vinculado, ou seja, se o eleitor escolhesse o candidato a governador de um partido, deveria repetir, até o fim da cédula, o voto no mesmo partido. A preocupação também se devia à possibilidade de fazer o “voto camarão”, deixando de votar no candidato a governador, e assinalando apenas os outros cargos (senador, deputado federal e estadual, vereador e prefeito). A seguir apresenta-se uma imagem da propaganda pedessista, presente na Coluna Panorama, de Nilson Pereira, no jornal *Diário da Serra*, certamente uma forma de chamar a atenção do leitor/eleitor, com a frase “Vote com o João, PDS”, que retrata a influência do presidente João Figueiredo com o objetivo de conquistar o maior número de eleitos para sua base de sustentação nas Unidades da Federação e no Congresso Nacional.

**Imagem 27:** Propaganda do PDS: “vote com o João”.



**Fonte:** *Diário da Serra*, 30 set.1982, p. 9.

### 2.3 – “A opção por uma mudança social”: a campanha do PDT

A campanha de Wilson Fadul, desde que foi lançada, já possuía claras noções de que seria uma campanha modesta, baseada nos ideais do partido e de seus principais líderes frente às campanhas milionárias do PDS e do PMDB, como relatou em entrevista Wilson Filho:

Não, não tinha estrutura. Era o meu pai e mais 5 guerrilheiros da política. Nesse aspecto o Calil Domingos foi muito aguerrido, o Grunewald também... E visitaram muito o interior, né? Fizeram alguns comícios em Campo Grande, principalmente nos bairros pobres, o Amambai... e... por aí vai...<sup>114</sup>

Como descreve a imprensa, o nome de maior expressão era o de Wilson Fadul, pelo seu histórico na cidade de Campo Grande: “Aqui como em outros lugares a campanha política gira em torno de um único nome, o do candidato a governador [...] Os outros candidatos nos cargos majoritários e proporcionais são inexpressivos” (PDT homologou a candidatura de Fadul ao governo. *Correio do Estado*. Campo Grande, 26 jul. 1982, p. 3). De acordo com a matéria, era meta do partido mostrar à população a importância de um sistema político baseado no pluripartidarismo e na busca pelas transformações através da política democrática.

A campanha do PDT no estado era baseada na ideia de que o partido representava em Mato Grosso do Sul a legenda de oposição sem compromisso com a ditadura. Isto era fundamentado na crítica que Fadul fazia aos candidatos do PMDB recém incorporados a sigla por meio da fusão do PP-PMDB. Conforme declaração dada por este candidato, os novos peemedebistas somente deixaram o PDS para ingressar no PP: “Quando foram postos para fora dos cargos e mordomias que desfrutavam. E, agora, se apresentam como candidatos da oposição, mas não se opõem ao regime, nem repudiam o modelo econômico” (FADUL condena os “donos da oposição” e o voto útil. *Diário da Serra*. Campo Grande, 4 nov. 1982, p. 5).

---

<sup>114</sup> FADUL FILHO, Wilson. *Entrevista*. Rio de Janeiro, 1º abr. 2013.

**Imagem 28:** propaganda do candidato Wilson Fadul e Wilson Grunewaldt, candidato ao Senado.



Fonte: [www.pdtms.org.br/index.php/idp=13&idcanal=399](http://www.pdtms.org.br/index.php/idp=13&idcanal=399). Acessado dia 23 jul. 2012.

**Imagem 29:** reunião entre Fadul (de costas), Brizola (ao centro) e Alarico Reis D'Ávila (à direita) para discutir a formação do PDT em MS.



Fonte: *Correio do Estado*, 13 out. 1981, p. 3.

Por ter clara noção de que não seria possível chegar ao cargo máximo do Executivo estadual sul-mato-grossense, o Partido Democrático Trabalhista buscava, com a disputa no estado, além da ajuda para possibilitar a candidatura de Brizola ao governo do estado do Rio de Janeiro, fortalecer as bases do partido por meio da ideia de que o pluripartidarismo era algo possível no país, levando ao povo as possibilidades de se escolher candidatos de outras legendas, rompendo com a polarização de décadas entre a antiga ARENA, naquele momento PDS, e o MDB, agora PMDB.

Um dado curioso a respeito da campanha de Fadul foi o fato de o partido ter idealizado uma tentativa de aliança com os comunistas. A aliança acabou por não se concretizar devido a um episódio protagonizado por Leonel Brizola em visita aos correligionários do partido no estado, como é relatado por Fadul Filho:

Como meu pai tinha uma candidatura de esquerda ele fez um acordo com, com o Partido Comunista. Era uma coisa complicada, porque os comunistas sempre tiveram assim uma certa repulsa ao Getúlio... e... por causa da ditadura de 37 a 45, né? Eles sempre tiveram uma repulsa ao Getúlio nesse aspecto. Mas fechou um acordo, aí levamos o Brizola lá pra ele participar de um churrasco. E... no dia seguinte o Brizola foi à televisão e colocou aquela questão que eu te falei: “o que o

Partido Comunista quer é o mesmo que nós queremos. O que o Partido Comunista quer é o mesmo que nós queremos... não é? O partido quer educação, quer saúde, quer condições de vida boa para as pessoas. Mas tem uma diferença com o PDT. Enquanto o Partido Comunista mantém... trata os porcos limpinho, uma maravilha, vacinado, boa ração, tudo, lava todo dia. Mas mantém eles ali no cercado”. E o Brizola diz: “nosso socialismo é o contrário, é abrir a porteira do cercado e deixar a bicharada fuçar por aí tudo... o nosso socialismo tem a... a componente da liberdade”<sup>115</sup>.

As defesas de posicionamentos de esquerda por parte do partido se destacavam por estarem concentradas num modelo de esquerda moderada. Um estilo voltado para negociações e reformas estruturais, como ditavam certas características do trabalhismo.

#### **2.4 – “Não vote em sorriso, vote em ideias”: a campanha do PT**

Assim como o PDT, essa era a primeira eleição que o Partido dos Trabalhadores (PT) disputava, ou seja, era o primeiro teste nas urnas que o partido enfrentaria. Com perspectivas semelhantes às do PDT, se encontrava o PT com a candidatura de Antônio Carlos de Oliveira, comprometido com a construção das bases partidárias com vistas à formação de um partido forte. É o que se encontra em seu programa de fundação: “O PT nasce numa conjuntura em que a democracia aparece como uma das grandes questões da sociedade brasileira. Para o PT a luta democrática concreta de hoje é a de garantir o direito à livre organização dos trabalhadores em todos os níveis” (PROGRAMA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES. *O que é PT*. Caderno de formação nº 3, p. 77).

Em relação à eleição, a nível nacional o partido tinha maior destaque que o PDT, pois, com exceção apenas do estado de Alagoas, a legenda lançou candidatos a governador, vice senador nas demais unidades federativas. De acordo com Cyro Garcia, ao se preparar para disputar sua primeira eleição, em seu II Encontro Nacional, ocorrido em 1982, o PT apontava como uma de suas plataformas:

Colocar a economia a serviço do trabalhador só será possível se acabarmos com o verdadeiro império de agiotas em que o país está se transformando. Os bancos, corretoras de valores, seguradoras, parasitas que nunca plantaram um único pé de couve, elevam o preço do dinheiro, traficam com títulos da dívida pública, lucram com a mera circulação do dinheiro. O Estado tem de assumir o monopólio de todas as operações financeiras e orientar os recursos da poupança popular para onde interessa à maioria da população, e não para que dê mais lucro a um agiota qualquer. Impõe-se, portanto, a estatização do sistema financeiro sob o controle dos trabalhadores (Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998 – PT *apud* GARCIA, 2012, p. 201).

---

<sup>115</sup> FILHO FADUL, Wilson. *Entrevista*. Rio de Janeiro, 1º abr. 2013.

A campanha de Antônio Carlos de Oliveira tinha características de uma campanha com mínimos recursos financeiros. Para isso o partido se utilizava das táticas de pichações em muros<sup>116</sup>, como se vê na imagem a seguir.

**Imagem 30:** pichação feita pelo PT, como estratégia de campanha, em muro do cemitério Santo Antônio, em Campo Grande.



**Fonte:** *Diário da Serra*. Campo Grande, 21 ago. 1982, p. 4.

Outro meio era o dos panfletos feitos com jornais velhos, como mostra a matéria de jornal a seguir:

Surgem algumas providências originais, como painéis artísticos, ou ainda jornal velho, como instrumento de propaganda. Esta última medida, por sinal, está sendo usada pelo PT, na impossibilidade de competir com os 'outdoors' do PMDB ou com a quantidade de cartazes do PDS (ELEIÇÃO: "guerra" nos muros. *Diário da Serra*. Campo Grande, 1º ago. 1982, p. 1).

Estes cartazes feitos de jornal velho certamente são os que aparecem na imagem abaixo, onde se vê um muro com propagandas de quase todos os partidos que concorriam naquele pleito. A guerra nos muros, como se intitula a matéria acima citado, parece ter sido realmente intensa, e ao Partido dos Trabalhadores restava esse tipo de alternativa.

**Imagem 31:** Propaganda do candidato Antônio Carlos de Oliveira em muros de Campo Grande



**Fonte:** *Diário da Serra*. Campo Grande, 1º ago. 1982, p. 1.

<sup>116</sup> As pichações seriam alvo de multas pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul (TRE-MS).



**Imagem 32:** Antônio Carlos (ao centro da imagem com panfleto “OPTEI”, uma das marcas registradas do PT) distribui sua propaganda nas ruas de Campo Grande.



**Fonte:** *Correio do Estado*. Campo Grande, 20 abr. 1982, p. 4.

Uma das principais estratégias da campanha de Antônio Carlos era a defesa de meios que possibilitassem maiores resultados ao PT, como é o caso da defesa do voto “lampião”. Esse tipo de voto era incentivado nos municípios onde o PT não havia lançado candidatos a prefeito e vereador e consistia na escolha, por parte do eleitor, apenas dos candidatos aos cargos regionais, deputado federal, estadual, senador e governador. Os campos na cédula eleitoral para o voto de prefeito e vereador deveriam ser deixados em branco, caso contrário, ou seja, se o eleitor votasse nesses cargos para candidatos de outros partidos, o voto seria anulado devido à vinculação.

### **3. ASPECTOS GERAIS DA CAMPANHA ELEITORAL DE 1982 EM MATO GROSSO DO SUL**

Para não ficar apenas com esta abordagem das organizações partidárias em torno de seus candidatos, buscou-se, a partir deste tópico, descrever, de forma breve, alguns aspectos gerais da campanha eleitoral de 1982 em Mato Grosso do Sul. Aquela campanha se caracterizou por ter algumas semelhanças com as anteriores, pelo menos no que diz respeito à propaganda eleitoral, pois a propaganda dos partidos e seus candidatos na TV e no rádio, esta era regulada pela Lei Falcão. Por esta lei, os candidatos não se comunicavam com o eleitor. O que havia apenas era a transmissão de uma mensagem contendo uma breve biografia do

candidato, seu nome, partido e número. Para driblar essas dificuldades os partidos se utilizavam dos meios disponíveis.

O PMDB e o PDS eram os que mais gastavam em *outdoors* espalhados por diversos municípios do estado. Conforme dados do *Correio do Estado*, os gastos da campanha peemedebista estavam orçados em torno de 4 bilhões de cruzeiros<sup>117</sup>. Os investimentos em contratações de artistas locais e nacionais, como cantores e atrizes de TV, eram características desses partidos. No caso do candidato José Elias, showmícios realizados em Dourados, por exemplo, eram anunciados nas páginas do jornal *O Progresso*, como se lê a seguir:

Participe da festa com o futuro governador José Elias. Domingo, 6 horas da tarde, na Av. Marcelino Pires, próximo a Praça Antônio João. Grande show com Genival Lacerda, Amado Batista e Trio Juazeiro. Vá e leve sua família e amigos. Ônibus grátis a partir das 4 horas (*O Progresso*, Dourados, 22/23 maio 1982, p. 14).

Do lado do PDS, a vinda do presidente da República João Figueiredo ao estado, em setembro daquele ano, para liberação de recursos na ordem de 1,5 bilhão de cruzeiros<sup>118</sup> para obras no estado, uma das estratégias do governo federal para tentar barrar a vitória da oposição, foi usada pelos candidatos do partido como uma das mais importantes formas na tentativa de conquistar votos.

Nos momentos finais da campanha, em Campo Grande, a candidatura do PMDB contou com a colaboração e participação da atriz de telenovelas da Rede Globo, Regina Duarte, que naquela eleição apoiava todas as candidaturas do PMDB pelo Brasil<sup>119</sup>.

Um relato da professora Marina Santos<sup>120</sup> revela um acontecimento curioso, foi o fato de que quando seu irmão era criança, numa escola de Dourados, a professora deste havia escrito a seguinte atividade em seu caderno de caligrafia: “O papai vai votar no Wilson”. Esta atitude da professora acabou por gerar um pequeno incidente, fazendo com que alguns pais reclamassem, levando a diretora da escola a pedir desculpas pelo ocorrido. Este ato revela, em primeiro lugar, um erro por parte da profissional em fazer propaganda política dentro de sala de aula. Por outro lado, no entanto, demonstra um posicionamento que tinha a maioria do professorado do estado, cansada dos arrochos salariais e do estilo centralizador do governo Pedrossian.

---

<sup>117</sup> PMDB é o partido que mais gasta na campanha. *Correio do Estado*. Campo Grande, 30 jul. 1982, p. 3.

<sup>118</sup> FIGUEIREDO volta a pedir união do PDS no estado. *Diário da Serra*. Campo Grande, 15 set. 1982, p. 5.

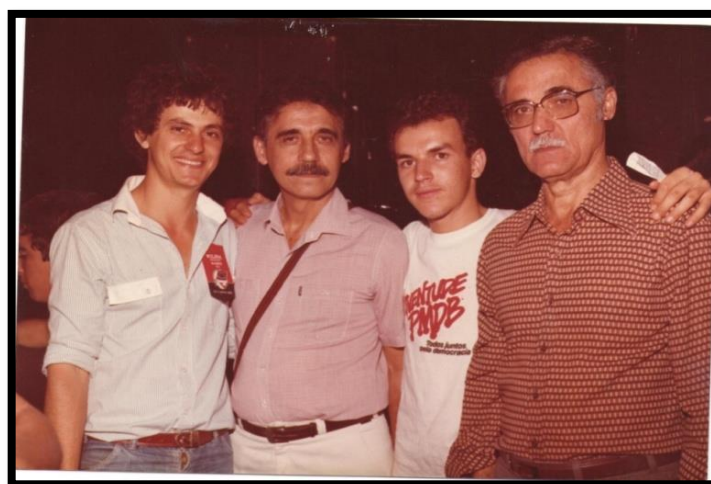
<sup>119</sup> PMDB reuniu 15 mil pessoas no Guanandi. *Correio do Estado*. Campo Grande, 13 out. 1982, p. 4.

<sup>120</sup> A amiga Marina Santos é doutoranda em História pela UFGD e me relatou isso em uma de nossas aulas do Programa de Pós-graduação na UFGD, em 2012.

O PMDB, partido com maior estrutura dentre os oposicionistas, investiu em setores como o movimento comunitário, da juventude e dos sindicatos. Para Osvaldo Mochi Junior, o Junior Mochi, militante da Juventude do partido (JPMDB), hoje deputado estadual pela mesma sigla: “A juventude fez um trabalho ideológico muito importante” (Entrevista de Junior Mochi concedida a OLIVEIRA & SILVA, 2006, p. 80).

Em seguida reproduz-se uma imagem onde se vêem dois membros da juventude do partido, Nilton Giraldelli, candidato a vereador em Fátima do Sul, e Junior Mochi, com os irmãos Plínio e Wilson.

**Imagem 33:** juventude do PMDB reunida com lideranças do partido em Fátima do Sul/MS. Da esquerda para a direita: Nilton Giraldelli, Plínio Martins, Junior Mochi e Wilson Martins.



**Fonte:** acervo pessoal de Nilton Braz Giraldelli. Campo Grande/MS.

O PDS, por sua vez, buscava meios de atrair outros setores da sociedade para votar em seus candidatos, pois a impopularidade do partido era significativa, devido a diversos fatores, como a situação econômica do Brasil naquele momento, onde os índices inflacionários amargavam a vida já difícil dos trabalhadores. Segundo a cientista política Maria de Fátima Anastasia: “[O PDS] em alguns momentos chega, inclusive, a ostentar identidade com a social-democracia, como quando propõe-se a ‘garantir aos trabalhadores o poder aquisitivo dos salários, a liberdade sindical e de associações, salário justo, seguro desemprego’ [...]” (ANASTASIA, 1985, p. 41).

Alegando cumprir o estatuto do partido, o PDS fundou, em 1981, o MTB, Movimento Trabalhista Brasileiro, um órgão que buscava organizar os trabalhadores e permitir-lhes a participação na política; algo que o MDB/PMDB, por meio principalmente dos militantes do ilegal PCB, fazia há um bom tempo; e que PT, PTB e PDT já possuíam em seus currículos. O

MTB era o braço trabalhista do PDS, e, conforme matéria jornalística, em Mato Grosso do Sul estava organizado “[...] no Sindicato dos despachantes, sindicato dos Bancários, Sindicato do Comércio Hoteleiro e Similares, Sindicato dos Veículos Rodoviários (taxistas)” (ESCOLHIDA comissão do MTB em Campo Grande. *Diário da Serra*. 4 maio 1982, p. 3).

De acordo com a mesma matéria, a Juventude do PDS (JDS) estava estruturada “em 64 municípios com 16 mil jovens inscritos em idade de 17 e 27 anos” (Idem, p. 3). Outro movimento que se destacava na legenda era o de mulheres, o MDS (Movimento da Mulher Democrática Social), organização que contava com um bom número de esposas de políticos pedessistas. O mesmo estava organizado em 12 municípios do estado.

**Imagem 34:** mulheres de MS reunidas no I Encontro do MDS em Brasília/DF.



**Fonte:** *Diário da Serra*. Campo Grande, 7 abr. 1982, p. 5.

No caso das candidaturas do PDT e do PT, suas campanhas, como já mencionado anteriormente, eram movidas à base dos ideais, já que eram candidaturas sem as mínimas condições financeiras para sustentar um embate eleitoral que durava em torno de 5 meses. Sobre a candidatura de Fadul (PDT), Youssif Domingos relembra que: “ele tinha um Fusca... um Fusca bege com um alto-falante... parava nas ruas e fazia sua campanha. Era uma campanha... era uma campanha extremamente simples [...]”<sup>121</sup>. Uma das críticas do candidato Wilson Fadul era em relação ao voto útil, pregado pelo PMDB. Para Fadul, o PMDB se achava o “dono da oposição”, já que a pregação do voto útil buscava passar ao eleitor a imagem de que apenas aquele partido tinha as reais condições de vencer a ditadura e a situação de crise que vivia o país. Fadul relatava que o PDT era partido qualificado para representar o que se queria no país, já que era a oposição sem compromissos com o regime

<sup>121</sup> DOMINGOS, Youssif Assis. *Entrevista*. Campo Grande, 25 jun. 2013.

ditatorial<sup>122</sup>. Em outras palavras, era uma crítica à entrada de ex-líderes que até pouco tempo ocupavam cargos políticos pela ARENA/PDS.

O PT usou, como meio de chamar atenção, a sugestão dos debates entre os candidatos a governador. No mês de setembro o candidato Antônio Carlos propôs, por meio de protocolos endereçados aos candidatos Zé Elias, Wilson Martins e Wilson Fadul<sup>123</sup>, uma série de três debates públicos entre os 4 candidatos, a serem realizados nos 4 maiores colégios eleitorais do estado: Campo Grande, Dourados, Corumbá e Três Lagoas. Para Antônio, este era um meio para que a população pudesse julgar qual o melhor candidato, visto que as propagandas no rádio e TV eram limitadas. No entanto, os candidatos não aceitaram a proposta. Segundo o jornalista Guilherme Filho, com exceção de Fadul, os candidatos do PMDB e do PDS não tinham interesse num debate público próximo do dia do pleito, e preferiam continuar nas tradicionais visitas aos municípios e caminhadas atrás do voto.

No entanto, apesar de a maioria dos entrevistados para essa pesquisa terem dito que não ocorreu debate eleitoral, foi encontrada no jornal *O Progresso* referência a um debate realizado na Sociedade Civil de Educação da Grande Dourados (SOCIGRAN<sup>124</sup>), no dia 6 de outubro<sup>125</sup>, entre os candidatos Antônio Carlos, Wilson Martins e Wilson Fadul. O candidato José Elias não compareceu, alegando compromissos já agendados antes de ser avisado sobre o evento. Segundo o jornalista Deuzim Machado, responsável pela coluna “As mais mais”, o debate envolveu entidades, como sindicatos, e estudantes universitários. Os questionamentos giraram em torno da situação estadual, nacional e internacional.

Uma das críticas de Antônio Carlos, semelhante à posição de Fadul, girava em torno do que representava o PMDB, tendo em seus quadros nomes como os de José Fragelli, Harry Amorim Costa e Marcelo Miranda Soares, o primeiro ex-governador de Mato Grosso pelo a ARENA, e os dois últimos, ex-governadores de Mato Grosso do Sul pelo mesmo partido. Oliveira buscava apresentar o PT como a única alternativa partidária para os trabalhadores, e que o PMDB não tinha compromissos com estes, devido a esses e outros nomes que compunham o partido<sup>126</sup>.

---

<sup>122</sup> FADUL condena os “donos da oposição”. *Diário da Serra*. Campo Grande. 6 nov. 1982, p. 5.

<sup>123</sup> O PT quer debate público no Morenã. *Diário da Serra*. Campo Grande, 24 set. 1982, p. 5.

<sup>124</sup> Atualmente a SOCIGRAN é conhecida pela sigla UNIGRAN, uma das mais importantes instituições privadas de ensino superior do estado de Mato Grosso do Sul.

<sup>125</sup> COLUNA As mais mais, de Deuzim Machado. *O Progresso*. Dourados, 9/10 out. 1982, p. 5.

<sup>126</sup> A. CARLOS: PMDB vai mudar o quê? *Diário da Serra*. Campo Grande, 23 jul. 1982, p. 5.

Por outro lado, é importante lembrar como estavam ocorrendo os trabalhos do Tribunal Regional Eleitoral do estado (TRE-MS), órgão responsável pela organização das eleições de 1982, já que esta seria a primeira vez em que seus funcionários e desembargadores<sup>127</sup> trabalhariam nesse sentido. A primeira eleição ocorrida em Mato Grosso do Sul, a de 1978, para deputados estaduais, federais e 1 senador, foi organizada pelo TRE-MT, como sede em Cuiabá, visto que o TRE-MS foi instalado no dia 23 de fevereiro de 1979 (cf. o livro: *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul: Memórias*, 2002, p. 28).

Também coube ao TRE-MS resolver questões como a da propaganda exagerada que vinha ocorrendo. As pichações em muros e colagem de cartazes em placas de obras governamentais foram proibidas pelo tribunal, sob pena de multa aos partidos<sup>128</sup>.

Outro fato que provocou polêmica naquele pleito foi o da aprovação no Congresso Nacional da cédula eleitoral que seria usada em 15 de novembro. Conforme matéria da revista *Veja*, de agosto de 1982, o presidente Figueiredo, reunido com alguns líderes do PDS, teria exigido destes que fizessem de tudo para garantir a vitória do partido. Um dos meios para isso seria a aprovação do modelo de cédula inventado pelo deputado Bonifácio José Tamm de Andrada (PDS-MG). Ocorre que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), devido à demora do Congresso<sup>129</sup> em aprovar um modelo de cédula, também entrou com um modelo, mas que era totalmente diferente da proposta pelo governo.

O modelo proposto pelo governo, como representou a *Veja*, era o seguinte.

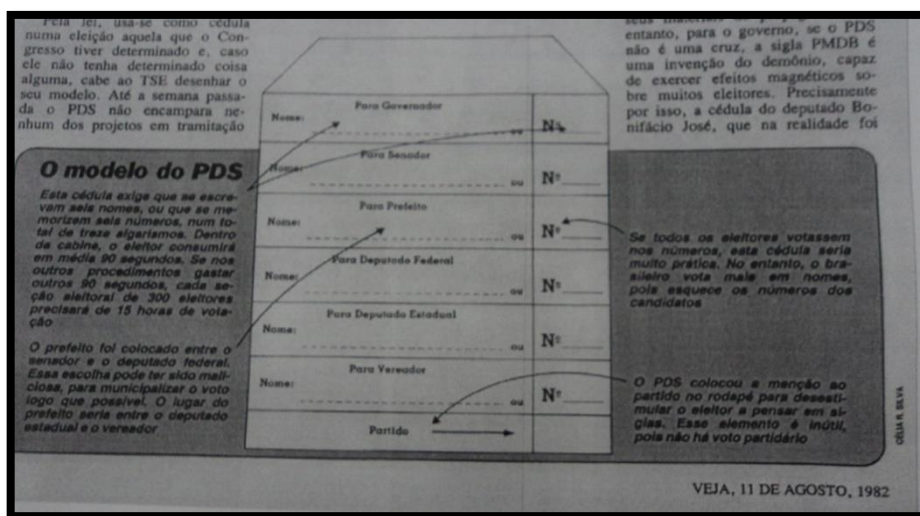
---

<sup>127</sup> Os primeiros juízes eleitorais do TRE-MS foram: José Nunes da Cunha, Jesus de Oliveira Sobrinho, Clóvis de Melo, Sergio Martins Sobrinho e Milton Malulei. (cf. o livro: *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul: Memórias*. Campo Grande: TRE-MS, 2002).

<sup>128</sup> JUSTIÇA punirá partido que não parar pichação. *Diário da Serra*. Campo Grande, 7 set. 1982, p. 1.

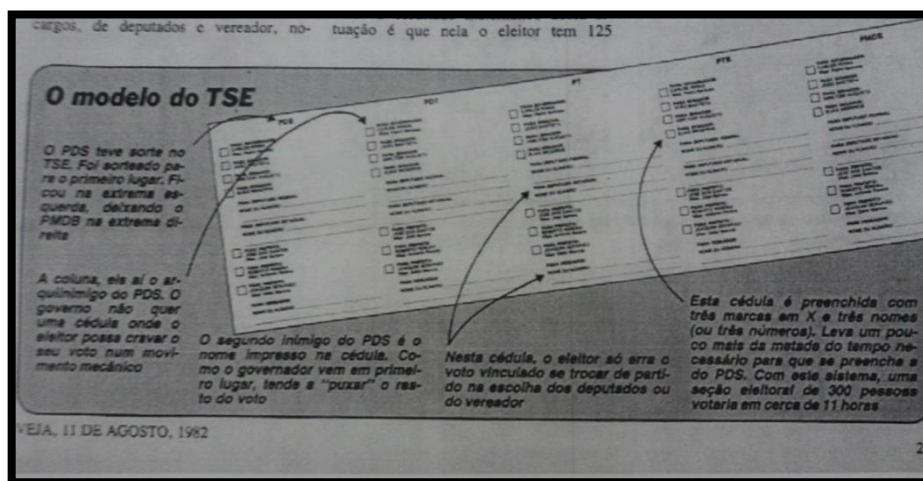
<sup>129</sup> De acordo com a matéria, pela lei, a cédula eleitoral usada nos pleitos era aquela aprovada pelo Parlamento. Caso este não o fizesse, o TSE teria o direito de criar o material.

**Imagem 35:** página da *Veja* com representação do modelo de cédula eleitoral proposto pelo PDS



**Fonte:** O pacotinho da cédula. *Veja*, nº 727. 11 ago. 1982, p. 22.

**Imagem 36:** página da *Veja* com representação do modelo de cédula eleitoral proposta pelo TSE.



**Fonte:** Idem, p. 23.

Ainda conforme a matéria, o modelo proposto pelo PDS exigia que o eleitor escrevesse o nome, ou o número dos candidatos em cada campo. No entanto, como se pode observar na imagem 36, a parte reservada para colocar o nome do partido era no final da cédula. Segundo os representantes da oposição, como o deputado e presidente do PMDB Ulysses Guimarães, isso era uma forma dos candidatos do PDS se desvincular da imagem negativa que era pertencer àquela sigla, naquele momento de turbulências sociais e econômicas vividas no Brasil.

Quanto à cédula idealizada pelo TSE, conforme reproduziu-se na imagem 37, esta, segundo a matéria, não era interessante ao governo. Primeiro (*ver imagem 37*), porque ela

dividia em 5 campos iguais os espaços para cada partido (PDS, PDT, PT, PTB, PMDB, nesta ordem). Segundo, os nomes dos candidatos a governador, senador e prefeitos estavam já impressos, e o eleitor só precisaria escrever os nomes dos candidatos aos cargos proporcionais. Terceiro, destacava logo de início o nome da sigla. Quarto, o primeiro nome impresso na cédula é o “governador”, e isso também aparece na cédula do PDS. A diferença é que na proposta pedessista, o eleitor teria que escrever o nome, enquanto no outro modelo o nome do candidato já estaria impresso. Isto poderia tendenciar a puxar o resto dos votos para o partido daquele candidato em que o eleitor votou primeiro.

Por fim, no mesmo mês de agosto, como escreve David Fleischer:

Numa flagrante usurpação das prerrogativas dos Poderes Legislativo e Judiciário, o Executivo impôs seu próprio modelo, que, além de proibir o voto de legenda, obrigou o eleitor a escrever os nomes e/ou números dos seus candidatos aos seis cargos em disputa numa cédula padronizada (papel branco/impressão em tinta preta). Supostamente estas exigências complicariam a tarefa do eleitor provocando grandes índices de cédulas invalidadas entre a população menos escolarizada, assim favorecendo o partido do governo. Aproveitando as suas maiorias no Congresso, o PDS referendou este último casuísmo em agosto (FLEISCHER, 1988, p. 80).

Assim que foi aprovado, a partir do mês de setembro, o modelo da cédula começou a ser reproduzido em jornais e informativos dos candidatos como forma de incentivar o eleitor a treinar naquele material que seria usado no dia da eleição, como se vê no exemplar abaixo reproduzido.

**Imagem 37:** Modelo da cédula aprovada pelo Congresso em material de campanha do candidato a prefeito de Dourados Luiz Antônio (PDS), na qual o eleitor poderia praticar o voto e estar preparado para votar “certo” no pleito.

| PRATIQUE AQUI            |                 |
|--------------------------|-----------------|
| <b>COMO VOTAR</b>        |                 |
| PARA GOVERNADOR          |                 |
| NOME <i>José Elias</i>   | OU Nº <i>1</i>  |
| PARA SENADOR             |                 |
| NOME                     | OU Nº           |
| PARA PREFEITO            |                 |
| NOME <i>Luiz Antonio</i> | OU Nº <i>15</i> |
| PARA DEPUTADO FEDERAL    |                 |
| NOME                     | OU Nº           |
| PARA DEPUTADO ESTADUAL   |                 |
| NOME                     | OU Nº           |
| PARA VEREADOR            |                 |
| NOME                     | OU Nº           |

**Fonte:** Informativo Luiz Antônio. Publicação do comitê central do PDS. Dourados, 23 set. 1982, p. 1. In: Coleção Luiz Antônio Álvares Gonçalves. Caixa 9. CDR-FCH/UFGD.

As imagens seguintes representam uma candidatura peemedebista no interior do estado, no município de Fátima do Sul, onde os candidatos André Puccinelli e Alcides



Rodrigues (sublegenda PMDB) concorreram contra os candidatos do PDS, Hermindo de David e Danilo Alves Corrêa (sublegenda PDS), apoiados pelos deputados Londres Machado e Manfredo Alves Corrêa, respectivamente, representantes deste município. Juntamente com a propaganda dos candidatos do PMDB vinha, no verso do “santinho”, um modelo de como seria a cédula escolhida pelo PDS, além de orientar como o cidadão deveria votar.

**Imagem 38:** “santinho” cujo verso possui um modelo da cédula de votação da Justiça Eleitoral, do candidato a prefeito de Fátima do Sul, André Puccinelli (PMDB)



Fonte: acervo pessoal de André Honorato. Vicentina/MS.

A seguir reproduz-se uma réplica da cédula utilizada em 1982, encontrada na página eletrônica do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

**Imagem 39:** cédula eleitoral de 1982.

The image shows a blank ballot form from the Justiça Eleitoral. It is a vertical form with a header section containing the text 'JUSTIÇA ELEITORAL' and a small emblem. Below the header, there are seven rows, each corresponding to a different position. Each row has a line for the candidate's name and a line for the number (OU Nº). The positions are:

- PARA GOVERNADOR
- PARA SENADOR
- PARA PREFEITO
- PARA DEPUTADO FEDERAL
- PARA DEPUTADO ESTADUAL
- PARA VEREADOR

Fonte: [www.tse.jus.br/imagens/imagens/cedula-eleitoral-de-1982-eleicoes-estaduais-e-federais-para-uso-no-interior-cargo-de-prefeito](http://www.tse.jus.br/imagens/imagens/cedula-eleitoral-de-1982-eleicoes-estaduais-e-federais-para-uso-no-interior-cargo-de-prefeito). Acessado dia 23 jul. 2014.

Enfim, com inúmeras articulações do governo e de seu partido para vencer as eleições, é possível afirmar que aquela campanha já se destacava como uma das mais importantes da história do estado.

## CAPÍTULO 3

### AS ELEIÇÕES: OS RESULTADOS

“Apesar de você  
Amanhã há de ser  
Outro dia  
Você vai ter que ver  
A manhã renascer  
E esbanjar poesia.”

(Chico Buarque)

#### 1.O PMDB E AS VITÓRIAS PELO BRASIL... APESAR DOS NOVOS CASUÍSMOS DO GOVERNO FIGUEIREDO

A composição do cantor Francisco Buarque de Holanda, o Chico Buarque, foi uma das músicas de maior sucesso no período mais cruel da ditadura militar, a fase do governo Garrastazu Médici. A música foi composta em 1970 para fazer uma crítica ao governo deste general e pode-se dizer que ela demonstrava que, apesar do endurecimento do regime, era possível e preciso sonhar com dias melhores, dias em que o sistema opressor imposto pelo golpe de 1964 iria chegar ao fim.

Mas o governo militar não deixava barato, quando percebeu que o famoso “Pacote de novembro”, aprovado em 1981, que proibia coligações partidárias e impunha o voto vinculado para todos os cargos em disputa, fora em parte prejudicado pela aprovação da incorporação do PP ao PMDB, em fevereiro de 1982, o governo logo tratou de realizar novas mudanças, totalmente casuísticas, para tentar barrar o crescimento do PMDB.

A fusão dos partidos foi aprovada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Matéria de capa da revista *Veja*, de 10 de março daquele ano trazia a seguinte mensagem: “Quatro juízes e um nó”, uma referência de que a aprovação do “Pacote de novembro”, 4 meses antes, havia sofrido um nó, com a aprovação da incorporação. É o que se pode ler a seguir:

“A incorporação está garantida”, suspirou o presidente do novo PMDB, deputado Ulysses Guimarães. “Agora, vamos tratar das convenções estaduais e municipais para aprovar a integração dos partidos nos Estados e municípios.” Com isso nasce um novo PMDB, composto por um governador de Estado (Chagas Freitas, do Rio de

Janeiro), 29 senadores e 181 deputados federais – um partido maior que o falecido MDB, que o governo esperava ter dividido e enfraquecido, com o seu pluripartidarismo de 1979, arquivado em 1982. Os quatro juízes que aprovaram a incorporação deram um inesperado nó no pacote de novembro e virtualmente definiram o caráter plebiscitário do pleito desse ano. [...] A incorporação simplesmente não teria acontecido se, na redação do pacote de novembro, um texto em que o governo poderia incluir o que bem entendesse, fosse colocado um artigo proibindo fusões, incorporações e coisas do gênero (QUATRO juízes e um nó. *Veja*, nº 705, 10 mar. 1982, p. 24-25<sup>130</sup>).

A aprovação desse mecanismo demonstra que, possivelmente, o governo perdeu muito ao demitir, como se encontra citado no capítulo primeiro deste trabalho, o ministro Golbery do Couto e Silva, considerado um dos principais estrategistas do regime militar, haja vista que a aprovação do “pacote” se deu de forma apressada, conforme escreve o cientista político David Fleischer (1988), logo após o governo ter acesso à pesquisas feitas pelo SNI que davam conta de que o PDS caía a cada mês na opinião pública nos estados pesquisados.

Para não perder ainda mais, o governo aprovou em maio de 1982 outras mudanças que, mais uma vez, tentariam evitar maiores prejuízos ao PDS. Conforme David Fleischer, as alterações foram:

1 – abriu a possibilidade de ‘novas filiações partidárias’, o que permitiu 10 deputados do ex-PP entrar no PDS e 10 do PMDB passar para o PTB. Assim, a bancada do novo PP-PMDB na Câmara encolheu de 188 para 168 deputados, e praticamente restaurou a maioria mais confortável ao PDS, nos níveis de 1980; 2 – manteve seu compromisso acertado com os três pequenos partidos no início de 1982, e adiou a aplicação dos ‘critérios’ para a sobrevivência de partidos marginais até depois do pleito de 1986; 3 – ampliou a Câmara de 420 para 479, e fortaleceu ligeiramente as prerrogativas parlamentares; 4 – as eleições municipais foram novamente defasadas das demais com um outro mandato de seis anos, até 1988; (FLEISCHER, 1988, p. 79).

É possível fazer uma referência com a música de Chico Buarque e dizer que, apesar de tantas leis casuísticas aprovadas pelo governo para frear o crescimento do PMDB, o futuro reservava um lugar de destaque para o partido, por meio da vitória de 9 governadores, e de um grande número de deputados e senadores no pleito eleitoral de 1982.

O dia 15 de novembro de 1982 certamente era uma data muito esperada por muitos brasileiros, que teriam o direito de retornar às urnas para escolher pelo voto direto o governador do estado em que residiam, após 16 anos, e também por aquelas pessoas que iriam escolher o governador pela primeira vez na vida, já que a idade legal para se tornar eleitor no Brasil era de 18 anos.

---

<sup>130</sup>Neste trabalho, todas as referências à revista *Veja* provêm do seu acervo digital, disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>. Acessado dia 3 fev. 2014.

O editorial do jornal *Folha de S. Paulo*, publicado na capa do dia 14 de novembro, trazia os parabéns ao presidente Figueiredo como forma de agradecer por ter cumprido uma de suas promessas ao assumir a chefia do país, a de que faria do Brasil um país democrático:

Na véspera da eleição mais importante dos últimos 20 anos, este jornal sente-se na obrigação de formular, em primeira página, os cumprimentos de que o presidente da República se fez merecedor. Amanhã, quando 58,5 milhões de brasileiros estiverem comparecendo às urnas para o exercício normal de um direito finalmente devolvido, o sr. João Batista Figueiredo estará resgatando uma parte significativa de seu juramento. [...] Parabéns, Presidente. A eleição de amanhã reaviva no coração dos brasileiros o sonho de uma Nação politicamente moderna, civilizada e democrática. Gerações lutaram, morreram, desapareceram por isso. Temos, nós, o alto privilégio de avançar mais um passo real em direção a este sonho, de senti-lo perto de nós, mais próximo que nunca (PARABÉNS Presidente. Editorial. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 14 nov. 1982, p. 1<sup>131</sup>).

Há que se discutir o editorial da *Folha de S. Paulo*, já que a mesma se enquadra no grupo de órgãos da imprensa brasileira que apoiou o golpe de 1964, que levou os militares ao comando do país, como se pode ler em editorial publicado em 7 de abril daquele ano, no qual defendia a intervenção militar no país como forma de combater o comunismo:

Determinadas autoridades civis sustentam estar o Brasil em estado de guerra capaz de justificar, praticamente, todas as violências contra a liberdade. Não é exato. A Constituição acha-se de pé, como acaba de expressamente declarar o presidente do Supremo Tribunal Federal, o máximo representante do Poder Judiciário em nossa pátria. Não há justificativa, pois, para nenhum atentado às liberdades essenciais, entre as quais a da imprensa (COMBATE sistemático ao comunismo e à corrupção. Editorial. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 7 abr. 1964, p. 1).

Para as autoras Heloísa Cruz e Maria do Rosário Peixoto (2007), quando se lida com a imprensa o pesquisador tem que ter em mente que: “[...] não adianta simplesmente apontar que a imprensa e as mídias ‘têm uma opinião’, mas que em sua atuação delimitam espaços, demarcam temas, mobilizam opiniões, constituem adesões e consensos” (CRUZ & PEIXOTO, 2007, p. 258). Por meio dessa reflexão feita pelas autoras, tem-se aqui um caso de jornal que mudou de opinião, aderiu ao discurso anti-ditatorial, como será mostrado logo a seguir. Fica perceptível que o elogio feito pela *Folha* ao presidente Figueiredo foi circunstancial, pois este estava cumprindo a promessa de promover a redemocratização no país.

Em edição especial a respeito dos 50 anos do golpe militar, publicada no dia 23 de março deste ano, o jornal trouxe um artigo do jornalista Oscar Pilagallo, autor do livro

---

<sup>131</sup>Neste trabalho, todas as referências à *Folha de S. Paulo* provêm de seu acervo digital, disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/14/11/2/>. Acessado dia 23 abr. 2014.

*História da imprensa paulista: jornalismo e poder de D. Pedro a Dilma* (2012), intitulado: *Imprensa apoiou ditadura antes de ajudar a derrubá-la*. Neste, o autor escreve que:

Com mais ou menos intensidade, a grande imprensa brasileira apoiou o golpe de 64. Depois de um período de entusiasmo com o novo governo, os jornais – uns cedo, outros tarde – passaram a criticar a ditadura e, após duas décadas, nos estertores do regime, tiveram um papel relevante na redemocratização [...] Em meados dos 70, a **Folha** acreditou no projeto de abertura e fez uma reforma editorial que deu voz à sociedade civil, franqueando suas páginas a intelectuais de oposição (PILAGALLO, Oscar. *IMPRESA apoiou ditadura antes de ajudar a derrubá-la. Folha de S. Paulo*. São Paulo, 23 mar. 2014, caderno B, p. 16).

É necessário ressaltar, também, que o fato do retorno das eleições diretas para governadores foi algo conquistado por inúmeros movimentos sociais, por intensas mobilizações de sindicatos, partido clandestino, no caso o PCB, movimento estudantil, operário, enfim, uma gama de mobilizações que marcaram o final da década de 1970 no Brasil.

A vitória do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) no pleito de 1982 em 9 estados da federação representou um marco importante para o partido e uma grande derrota para o regime político que aos poucos ruía no país. De acordo com Tarcísio Delgado:

os partidos de oposição conseguiram grande vitória ao somarem 25 milhões de votos e elegerem 10 governadores – nove do PMDB e um do PDT. O PDS, embora tenha obtido apenas 18 milhões de votos, graças aos expedientes e aos casuísmos das normas eleitorais impostas pelo governo, conseguiu eleger 12 governadores (DELGADO, 2006, p. 253).

O quadro a seguir traz uma relação dos governadores eleitos e seus partidos.

**Quadro 5. Governadores eleitos em 1982 no Brasil**

| ESTADO              | GOVERNADOR         | PARTIDO |
|---------------------|--------------------|---------|
| Alagoas             | Divaldo Suruagy    | PDS     |
| Bahia               | João Durval        | PDS     |
| Ceará               | Gonzaga Motta      | PDS     |
| Maranhão            | Luiz Rocha         | PDS     |
| Mato Grosso         | Júlio Campos       | PDS     |
| Paraíba             | Wilson Braga       | PDS     |
| Pernambuco          | Roberto Magalhães  | PDS     |
| Piauí               | Hugo Napoleão      | PDS     |
| Rio Grande do Norte | José Agripino Maia | PDS     |

|                    |                    |      |
|--------------------|--------------------|------|
| Rio Grande do Sul  | Jair Soares        | PDS  |
| Santa Catarina     | Esperidião Amin    | PDS  |
| Sergipe            | João Alves Filho   | PDS  |
| Acre               | Nabor Junior       | PMDB |
| Amazonas           | Gilberto Mestrinho | PMDB |
| Espírito Santo     | Gerson Camata      | PMDB |
| Goiás              | Íris Rezende       | PMDB |
| Mato Grosso do Sul | Wilson Martins     | PMDB |
| Minas Gerais       | Tancredo Neves     | PMDB |
| Pará               | Jader Barbalho     | PMDB |
| Paraná             | José Richa         | PMDB |
| São Paulo          | Franco Montoro     | PMDB |
| Rio de Janeiro     | Leonel Brizola     | PDT  |

Fonte: TSE ([www.tse.jus.br](http://www.tse.jus.br)). Acessado dia 6 jan. 2014.

É preciso ressaltar que, naquela época, o Brasil se encontrava dividido em 26 unidades federativas, assim distribuídas: 23 estados, o Distrito Federal e 2 territórios federais (Amapá e Roraima). O Distrito Federal não elegia governador, e o estado de Rondônia, elevado à condição de estado em fins de 1981, não pode eleger governador por via direta, mantendo-se assim o coronel do Exército Jorge Teixeira como governador nomeado pelo presidente da República.

Apesar do PDS ter vencido na maioria dos estados, o resultado das eleições, sem dúvida, foi desastroso para o governo de João Figueiredo, que havia se utilizado de vários métodos para levar seu partido a vencer nos estados. Maria de Fátima Anastasia escreve que:

Os 12 governadores eleitos pelo PDS eram, em sua grande maioria, dos pequenos e menos representativos Estados da Federação. [...]. O PDS só conseguiu uma votação mais expressiva nas áreas menos urbanizadas, dominadas pelo coronelismo e pela política de clientela, especialmente na região nordestina. Nas áreas mais desenvolvidas, de concentração urbana e industrial, a performance do PDS deixou muito a desejar: perdeu em todas as capitais, à exceção de São Luís e Florianópolis, e perdeu em 87 das 100 maiores cidades do país (ANASTASIA, 1985, p. 88-89).

A autora também considera que outro fator que ajudou o PDS a eleger o maior número de governadores foi a: “[...] necessidade de obter o poder pela via do voto

constituíram-se em um fato novo da maior importância e forçaram a modernização do discurso pedessista, além de terem aberto espaço, no PDS, para o surgimento de lideranças novas, mais aptas à disputa eleitoral” (Idem, 1985, p. 92).

Apesar da ampla vitória da oposição concentrada no PMDB, permaneceu o caráter bipolar das disputas entre aqueles partidos que deram lugar ao PDS e PMDB, a ARENA e o MDB, respectivamente, como escreve Itamar Aguiar: “[...] as eleições, apesar de já estar vivendo o período multipartidário de nossa história política, acabaria resumindo-se à disputa entre os dois partidos com mais chances de vitória [...]” (1995, p. 16).

A conquista de governos dos três estados que detinham grande destaque no cenário econômico brasileiro: São Paulo – o mais industrializado, mais populoso e de maior arrecadação de impostos – Minas Gerais e Rio de Janeiro, por candidatos de partidos oposicionistas à ditadura, representou uma dura derrota dos militares. Em São Paulo, André Franco Montoro se destacava na política já nos anos 1940, quando havia sido eleito vereador na capital paulista pelo Partido Democrático Cristão (PDC). Com o golpe de 1964, Montoro filiou-se ao MDB, sendo eleito senador por São Paulo em 1970 e 1978. Concorreu ao governo paulista com o ex-prefeito da capital, Reinaldo de Barros (PDS), o ex-presidente Jânio Quadros (PTB), o sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o empresário José Rogê Ferreira (PDT).

Tancredo Neves, eleito em Minas Gerais, também vinha de uma militância anti-ditadura. Iniciou sua vida pública no PSD na Era Vargas, chegando a ministro da Justiça de Getúlio. Exerceu mandato de deputado federal e se elegeu senador em 1978 pelo MDB mineiro. Foi um dos principais articuladores do Partido Popular (PP) e com a fusão se elegeu governador de Minas em 1982, ao vencer Eliseu Resende (PDS).

Brizola era outro líder que detinha grande respeito na oposição ao autoritarismo vigente. Começou sua carreira como prefeito de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, pelo PTB. Getulista autêntico, chegou ao governo do Rio Grande do Sul. Em 1961 liderou a Campanha da Legalidade, movimento que exigia o cumprimento da Constituição, no que diz respeito à posse do vice-presidente João Goulart (PTB) no cargo de presidente. Com a implantação da ditadura, Brizola foi forçado a se exilar no Uruguai e na França. Na eleição de 1982, no Rio de Janeiro, Brizola enfrentou os candidatos: Sandra Cavalcanti (PTB), Lysâneas Maciel (PT), Wellington Moreira Franco (PDS) e Miro Teixeira (PMDB). Sua eleição para governador daquele estado deixou preocupado o Palácio do Planalto, como destaca matéria de primeira página da *Folha de São Paulo*:



O ministro-chefe da Casa Militar, general Rubem Ludwig, indagado sobre o relacionamento entre o governo federal e o governador eleito do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, assinalou ontem, em Brasília, que “o governo vai investir num relacionamento, e esperamos que o resultado seja bom” (PLANALTO quer boas relações com Brizola. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 26 nov. 1982, p. 1).

Com exceção do governador do Espírito Santo, Gerson Camata, que ao longo da ditadura pertenceu aos quadros da ARENA capixaba e se filiou ao PMDB no início dos anos 1980, os outros candidatos eleitos pelo PMDB tiveram um passado de oposição moderada à ditadura civil-militar.

O quadro abaixo demonstra como ficou a composição de cada partido nas duas casas legislativas.

**Quadro 6. Bancadas dos partidos no Senado e Câmara com as eleições de 1982**

| SENADO FEDERAL |         | CÂMARA DOS DEPUTADOS |         |
|----------------|---------|----------------------|---------|
| Partido        | Bancada | Partido              | Bancada |
| PDS            | 15      | PDS                  | 235     |
| PMDB           | 9       | PMDB                 | 200     |
| PDT            | 1       | PDT                  | 23      |
| PTB            | —       | PTB                  | 13      |
| PT             | —       | PT                   | 8       |

Fonte: Nicolau (1998), Tafner (1997), *apud* BRAGA, Maria do Socorro Sousa. *O processo partidário-eleitoral brasileiro: padrões de competição política (1982-2002)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: FAPESP, 2006.

Percebe-se que na Câmara dos Deputados a oposição ficou com a maioria das cadeiras, já que, somando-se os 200 parlamentares do PMDB, os 23 do PDT, 13 do PTB e 8 do PT, tem-se um total de 244 deputados federais. Essa avalanche de candidatos peemedebistas eleitos em 1982 é fruto do processo que vinha caracterizando os embates eleitorais ao longo da década de 1970. De acordo com Maria de Fátima Anastasia:

Em que pesem todos os casuísmos inventados pelos estrategistas palacianos para impedir a vitória da oposição nas urnas, com destaque para o “pacote de abril de 1977”, estudos realizados pelo SNI, após as eleições de 1974, 76 e 78, apontavam que esta continuava a crescer nas simpatias do eleitorado e que, provavelmente, conseguiria o controle do Congresso Nacional nos pleitos seguintes (1985, p. 15).

As eleições parlamentares da década de 1970, principalmente as de 1974 e 1978, aumentaram assustadoramente os quadros do MDB no Congresso Nacional e em várias assembleias estaduais. Sobre isso Sebastião Nery, citado no artigo de Alessandra Carvalho, escreve que:

Na disputa pelas 22 vagas no Senado Federal [em 1974], os candidatos do MDB saíram vitoriosos em 16 estados; na Câmara dos Deputados, a representação do partido saltou para 160 cadeiras – em muito superior às 87 conquistadas nas eleições de 1970 – e alcançou a maioria nas assembleias estaduais do Acre, Amazonas, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Guanabara (NERY, 1975 *apud* CARVALHO, 2013, p. 1).

A autora escreve que, naqueles anos, enquanto o governo se vangloriava com a propaganda do “milagre econômico”, do “Brasil grande”, por meio do lema “Segurança e Desenvolvimento”, o MDB, que desde as eleições parlamentares de 1974 vinha se apoiando em estratégias de campanha coordenada por intelectuais pertencentes ao CEBRAP, como Fernando Henrique Cardoso, Paul Singer e Francisco Weffort, aproveitava para fazer sua propaganda política em cima dos prejuízos que o dito milagre havia trazido para os trabalhadores, além de aquele desenvolvimento não ter resolvido os problemas sociais brasileiros: “[...] na propaganda emedebista surgiu como a época da exploração dos trabalhadores e do crescimento da desigualdade social – visível nos baixos salários, no desemprego e na precariedade das moradias e dos sistemas públicos, sobretudo urbanos” (CARVALHO, 2013, p. 03).

Por outro lado, no início dos anos de 1980, com o nascimento de novas siglas partidárias (PDS, PMDB, PP, PTB, PDT e PT), a oposição ficou dividida em outras legendas, mas o PMDB ainda continuava sendo o partido com maior estrutura para derrotar o PDS e fazer frente ao regime militar.

A revista *Veja* trouxe, em matéria do dia 24 de novembro, a seguinte reflexão sobre o resultado do pleito de 1982:

Afinal, a marca oposicionista estende-se no mapa do Brasil do sul do Paraná ao norte de Goiás, em plena Amazônia. Nessa superfície estão 63 milhões de pessoas, 80% de todos os telefones e automóveis do país e comunidades que levam a Brasília quase 7 em cada 10 cruzeiros de receita tributária da União. Enquanto ser oposicionista era acima de tudo exercitar idéias, tudo era mais fácil. A partir de 15 de março, quando as idéias deverão mostrar-se capazes diante de orçamentos, começará uma radiante fase de negociação. [...] Essa mudança fará com que em todos os Estados a oposição se torne mais robusta e, seguramente, menos retórica. Afinal, nas mesas dos dirigentes partidários haverá agora menos livros de ciência política e mais canhenhos de contas (O dia que mudou o Brasil: governadores eleitos diretamente deslocam o eixo da prática política no país. *Veja*. nº 742. 24 nov. 1982, p. 38 e 39).

Sobre a situação do PDS e do governo federal, a revista demonstra que para o governo, apesar de vencer e ficar com a maioria dos municípios brasileiros, e ter base significativa no Congresso Nacional, a situação nas capitais não era nada favorável:

A eleição mostrou ao governo que ele está só e malquisto nas capitais, batendo-o em quase todas as urnas. Mostrou também que o pacote de novembro, com a vinculação

dos votos, se serviu para ajudar o PDS, deu ao PMDB o que ele jamais teve: base municipal. Em todo o país as prefeituras peemedebistas poderão dobrar. Em São Paulo a vitória do senador Franco Montoro significou praticamente a destruição do PDS e a formação, no seu lugar, de um PMDB armado sobre cerca de 270 prefeituras, contra as 38 que tinha em 1981 (Idem, p. 39).

A respeito do significado da eleição para o Brasil, no que tange ao direito de voto, a revista relatou que:

O dia 15 de novembro de 1982 ficará na história do Brasil como aquele em que os eleitores voltaram a escolher os governadores, mas, com o tempo, se perceberá que neles reproclamou-se a federação. Nesse sistema, todos ficam administrativamente mais fracos, todos ficam pessoalmente mais vulneráveis e, ao mesmo tempo, ganham o direito de ficar também mais ambiciosos. Enquanto isso, politicamente, o voto volta a raiar no horizonte do país como forma absoluta de escolha de governantes nos Estados e, inevitavelmente, ainda que num futuro ainda remoto, como forma de escolha do presidente da República (Ibidem, p. 39).

Quando a matéria enfatiza que as eleições de 1982 permitiram a “reproclamação da federação”, pode-se entender que as mesmas fizeram retornar a autonomia que os estados brasileiros tinham antes da ditadura, ou seja, a forma de estado federada, onde os governos estaduais detêm, entre outras coisas, autonomia perante o governo federal para governar. O fato de os governadores de estado serem nomeados pelo presidente da República certamente já demonstrava que, durante a ditadura, um dos princípios do sistema federativo havia caído por terra.

O modelo econômico dos governos militares influenciou de forma intensa na eleição dos governos oposicionistas. Sobre isso, far-se-á aqui um breve comentário, visto que essa conjuntura favoreceu a queda na popularidade do governo Figueiredo. Conforme a jornalista Miriam Leitão, em sua obra *Saga brasileira: a longa luta de um povo por sua moeda* (2011), os governos militares tinham como característica o estilo desenvolvimentista e praticamente não se importavam com o controle dos gastos públicos no financiamento de empresas, setor agrícola, industrial, entre outras áreas da economia nacional, o que gerou, no período de crise financeira internacional no final dos anos 1970, uma elevação quase descontrolada da inflação. Conforme Leitão: “Na década de 1980, o Brasil viu, então, a força destruidora do inimigo. Resistente a tudo, a inflação cresceu sem parar, com voracidade. A terapia tradicional adotada em 1981 criou recessão e desemprego, mas ela não caiu” (LEITÃO, 2011, p. 18).

Brasílio Sallum Junior (1996) explica de forma mais detalhada esse contexto econômico vivido pelo Brasil naquele início da década de 1980. Para ele, em conformidade com Fábio Wanderley Reis (1985), o país entrou num segundo período de desenvolvimento

no governo Ernesto Geisel (1975-1979), sob a liderança do ministro da Fazenda Mario Henrique Simonsen, o que acarretou uma aceleração do processo de urbanização das cidades médias e grandes, além do surgimento de uma massa de trabalhadores na indústria, e nos meios burocráticos, devido à criação de novos órgãos estatais. Para Sallum Junior:

Nesse processo de crescimento e diferenciação, o sistema econômico conseguiu oferecer oportunidades crescentes de empregos a população. Nos anos 70, as ocupações urbanas, geradas pela indústria de transformação e pelo setor de serviços, cresceram a taxas mais elevadas (respectivamente 6,42%, 7,78% e 6,0% ao ano) do que o percentual de crescimento anual da população urbana (4,83). Contudo, todo esse dinamismo – mesmo produzindo uma sociedade baseada no consumo de massa – não conseguiu quebrar o seu padrão extremamente desigual de distribuição de renda – padrão herdado do passado colonial brasileiro e reiterado parcialmente pelo nosso estilo de desenvolvimento capitalista (SALLUM JUNIOR, 1996, p. 56).

Já no governo João Figueiredo (1979-1985), a saída do ministro Simonsen fez o antigo ministro da Fazenda do governo Médici, Antônio Delfim Neto – que no governo Figueiredo ocupava a pasta do Ministério da Agricultura – retornar ao comando econômico do país e isso contribuiu para levar o país à recessão econômica. Segundo Sallum Junior, o padrão de dependência externa, tradicionalmente adotado na economia brasileira, continuou com Figueiredo, pois o governou preferiu trocar a proposta de “política de contenção prometida pelo ministro Mário Henrique Simonsen pela ‘retomada do desenvolvimento’ de Antônio Delfim Neto [...]” (Idem, 1996, p. 66-67).

Segundo escreve Miriam Leitão, o ministro Mario Simonsen procurava alertar o governo a respeito da situação da economia mundial:

Em outros momentos, Simonsen foi a voz do bom senso naquela balbúrdia. Foi dele o aviso de que o país precisava se ajustar, depois do segundo choque do petróleo em 1978. Em agosto de 1979, no começo do governo Figueiredo, ele se demitiu, por não encontrar ouvidos para seus alertas (LEITÃO, 2011, 92).

Mas a retomada do desenvolvimento pretendida por Figueiredo não se deu conforme previa Delfim Neto. Ainda de acordo com Miriam Leitão, um conjunto de fatores desfavoráveis veio de encontro ao que o governo pretendia:

A crise do petróleo tinha levado a inflação dos Estados Unidos, na virada dos anos 1970 para os anos 1980, a um nível nunca visto por lá: 12%. O presidente do Fed, Paul Volcker [...], elevou os juros a 19%. Os países latino-americanos tinham se endividado a juros flutuantes. Em agosto de 1982, o México quebrou. Não conseguiu pagar a dívida externa. Era setembro, mês da reunião anual do FMI, quando as economias latino-americanas superendividadadas começaram a cair como castelo de cartas. Sem dólares para pagar a dívida, o ministro Delfim Neto fez em fevereiro de 1983 a segunda maxidesvalorização cambial (a primeira tinha sido feita em dezembro de 1979). Eram feitas para aumentar as exportações, barrar ainda mais as importações e conseguir dólares para o pagamento da dívida. As empresas endividadas quebraram. [...] A dívida das empresas foi estatizada. O subsídio continuava alimentando as empresas, mas o país parou de crescer (Idem, 2011, p 93).

## 2. OS RESULTADOS EM MATO GROSSO DO SUL

As pesquisas de intenção de votos na campanha, realizadas pela revista *Veja* e o Instituto Gallup (Pesquisa *Veja-Gallup*), e divulgadas a partir da edição de 29 de setembro de 1982, apontavam que o PDS ganhava em todos os 13 estados analisados. É interessante notar que nestas divulgações a respeito do estado não aparecem os percentuais dos candidatos, apenas uma menção a quem está liderando a pesquisa. No caso de Mato Grosso do Sul, o candidato Zé Elias (PDS) era líder em todas, no entanto, o crescimento das intenções de votos no candidato Wilson Martins (PMDB) aumentava a cada pesquisa.

Assim, na primeira pesquisa divulgada a situação era a seguinte: “Apesar de estar bastante desgastado, o governador Pedro Pedrossian ainda assegura uma larga frente para seu candidato José Elias Moreira. Mas o PMDB ainda pode encostar com o ex-deputado cassado Wilson Martins” (O PDS está na frente de ponta a ponta. *Veja* nº 734. 29 set. 1982, p. 24). A oitava pesquisa, publicada em 13 de outubro, destacava: “José Elias Moreira (PDS) bate por larga vantagem o ex-deputado cassado Wilson Martins (PMDB), que tem prestígio, mas está sem eleitores” (AS 22 disputas. *Veja*. nº 736. 13 out. 1982, p. 23). Já no nono levantamento, a *Veja-Gallup* trazia: “Acirra-se a disputa: José Elias Moreira (PDS) tem Wilson Martins (PMDB) nos seus calcanhares” (PDS 10 x 3 PMDB. *Veja*. nº 738. 27 out. 1982, p. 23). A última divulgação se deu a 5 dias da eleição e trazia o seguinte:

A disputa é equilibrada em Mato Grosso do Sul, com a vantagem para o ex-prefeito de Dourados, José Elias Moreira. O candidato do PMDB, ex-deputado cassado Wilson Barbosa Martins, subiu empurrado pela aliança de todos os políticos inimigos de Pedrossian – os ex-governadores Marcelo Miranda e Harry Amorim e os senadores Saldanha Derzi e José Fragelli [...] O PMDB espera alcançar uma vantagem de 40.000 votos em Campo Grande, que concentra 21,6% dos 742.000 eleitores do Estado (MATO Grosso do Sul hesita. *Veja*. nº 740. 10 nov. 1982, p. 47).

É válido lembrar que as pesquisas nem sempre representam o desejo total dos eleitores, e no caso de Mato Grosso do Sul, a virada do candidato Wilson se deu de forma surpreendente. A forte chuva<sup>132</sup> que caiu em boa parte do estado de Mato Grosso do Sul naquele dia 15 de novembro de 1982, uma segunda-feira, feriado em alusão ao aniversário da Proclamação da República, não atrapalhou a maioria da população, que, possivelmente, estava ansiosa para poder participar pela primeira vez da escolha do governador do estado por meio do voto. Saber quem seria o governador responsável por administrar o estado por 4 anos, a

---

<sup>132</sup> TRINTA mil deixam de votar. *Diário da Serra*, Campo Grande, 17 nov. 1982, p. 6. Além da referência do jornal, a entrevista concedida por Marcelo Barbosa Martins, filho do falecido ex-deputado federal Plínio Barbosa Martins, no dia 11 de novembro de 2013, confirma que essa forte chuva caiu no período da tarde.

partir de 15 de março de 1983, sem dúvida alguma, também foi algo que deixou muitos sul-mato-grossenses ansiosos. Seria o advogado campo-grandense Wilson Barbosa Martins, de 64 anos de idade? O engenheiro agrônomo mineiro José Elias Moreira, de 41? O médico carioca, arraigado em Campo Grande, Wilson Fadul, de 62? Ou o mais jovem dos candidatos, o advogado campo-grandense Antônio Carlos de Oliveira, de 34 anos, o primeiro administrador de um estado que nasceu para ser modelo para o Brasil, e que em apenas 2 anos assistiu ao viciado sistema político nacional se repetir e ser introduzido por aqui, por meio das brigas de interesses pessoais para se comandar a máquina administrativa?

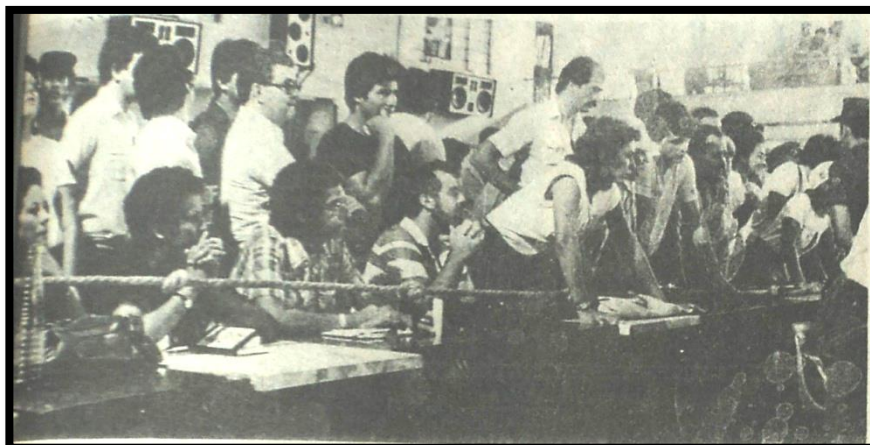
**Imagem 40:** eleitores douradenses na fila para votar pela primeira vez para governador do estado. A espera certamente valeria a pena.



**Fonte:** *Correio do Estado*, 16 nov. 1982, p. 5.

Sendo a contagem dos votos por meio de cada urna e cédula, de cada seção eleitoral espalhada por Mato Grosso do Sul, por meio manual, o resultado extra-oficial saiu somente no dia 24 de novembro. Até essa data o que se viu foi uma verdadeira dança dos números, como destaca o jornal *Diário da Serra*, que já no dia 17 trazia o resultado da contagem em 34 municípios e dava como líder na contagem de votos o candidato José Elias: “O extra-oficial dá 16.585 para José Elias e 13.021 para Wilson” (PDS está na frente. *Diário da Serra*, Campo Grande, 17 nov. 1982, p. 1).

**Imagem 41:** eleitores, militantes e jornalistas acompanham a apuração em Campo Grande.



**Fonte:** *Diário da Serra*, 17 nov. 1982, p. 5.

**Imagem 42:** escrutinadores na apuração dos votos e policial militar na vigilância.



**Fonte:** *Diário da Serra*, 23 nov. 1982, p. 1.

Contudo, a partir do dia 19, os números começavam a se mostrar equilibrados entre os líderes Zé Elias e Wilson, já que o desempenho de Elias no interior e o de Wilson na capital se assemelhava.

A partir do dia 20 em diante, quando aproximadamente 49% das urnas em todo o estado haviam sido apuradas, as manchetes davam como eleito o candidato do PMDB, que passava a liderar com uma vantagem de mais de 1.000 votos de diferença: “Hoje Wilson assume a liderança. E vai continuar líder até o final” (PDS já admite a derrota. *Correio do Estado*, Campo Grande, 20/21 nov. 1982, p. 01). No dia 25 Wilson era dado como governador eleito (WILSON é o governador. *Correio do Estado*, Campo Grande, 25 nov. 1982, p. 1).

No entanto, a eleição contou com momentos tensos, como foi o caso da suposta ameaça de tentativa de fraude a ser realizada em Campo Grande, com consentimento do juiz eleitoral daquela cidade, como é relatado em entrevista pelo advogado e vereador eleito em 1982, Marcelo Barbosa Martins, filho de Plínio Martins e sobrinho de Wilson:

Uma coisa, uma questão importante que aconteceu na apuração foi a posição do presidente do TRE, o presidente do TRE naquela época, se não me engano, era o doutor Sergio Martins, juiz Sergio Martins, não me lembro se naquela época ele já era desembargador. E falou-se muito, especialmente a boca pequena, que o juiz eleitoral de Campo Grande iria facilitar a fraude no sentido de ajudar o candidato oficial que era o Zé Elias. Isso foi muito comentado, que o juiz eleitoral de Campo Grande iria acobertar a fraude. Mas o presidente do TRE, doutor Sergio Martins, teve uma posição independente, ele mudou os juizes que fizeram a apuração em Campo Grande. Eu me lembro que quem chefiou a apuração em Campo Grande foi o Aleixo Paraguassu, que já era juiz em Campo Grande. Não me lembro se foi o Silvio Aparecido Barbeto que o auxiliou. Eles tiveram uma atuação firme na apuração em Campo Grande e impediram qualquer prática que viesse a diminuir a diferença da vitória de Wilson Martins e demais candidatos na capital<sup>133</sup>.

O episódio relatado aqui por Marcelo Martins foi encontrado nos jornais consultados, e noticiado no dia 18 de novembro<sup>134</sup>. A entrevista a mim concedida pelo ex-deputado Sérgio Cruz, em fevereiro de 2013, também revela essa troca do juiz eleitoral:

Campo Grande foi fundamental, e veja que se não fosse... na última hora, a Justiça Eleitoral ter assumido a abertura das urnas, ela a própria Justiça assumiu, com o ingresso do Aleixo Paraguassu que veio pra comandar as apurações em Campo Grande, teria, teria sido altamente prejudicado, poderia ter perdido a eleição, com uma votação menor em Campo Grande, numa apuração fraudada [...] <sup>135</sup>.

Enfim, com possibilidade de fraude ou não, o certo é que a vitória do PMDB ocorreu. Os dados finais foram publicados pelo TRE por meio da imprensa somente no dia 13 de dezembro de 1982, como se vê no quadro abaixo.

**Quadro 7. Resultado das eleições de 1982 para governador de MS**

| CANDIDATO                  | PARTIDO | VOTOS   |
|----------------------------|---------|---------|
| Wilson Barbosa Martins     | PMDB    | 258.192 |
| José Elias Moreira         | PDS     | 237.152 |
| Wilson Fadul               | PDT     | 5.414   |
| Antônio Carlos de Oliveira | PT      | 4.541   |

Fonte: elaboração do autor da dissertação, com base em: O RESULTADO final do pleito. *Correio do Estado*, Campo Grande, 13 dez. 1982, p.1.

<sup>133</sup> MARTINS, Marcelo Barbosa. *Entrevista*, Campo Grande, 11 nov. 2013.

<sup>134</sup> TRE nomeia novo juiz para apuração. *Correio do Estado*. Campo Grande, 18 nov. 1982, p. 1.

<sup>135</sup> CRUZ, Sérgio Manoel da. *Entrevista*, Campo Grande, 07 fev. 2013.



Os percentuais dessa eleição ficaram assim: PMDB: 46,6% dos votos; PDS: 42,8%; PDT: 1,0% dos votos e PT: 0,8%<sup>136</sup>. Os votos totalizados pelo TRE-MS somaram 553.470, para uma quantidade de eleitores aptos a votar que somava 750.047 eleitores. O que significa que um percentual de aproximadamente 26% do eleitorado deixou de votar, por algum motivo. Em relação aos dados da eleição para governador tem-se a percepção de que a disputa ficou concentrada entre Wilson e Zé Elias. A diferença exata entre ambos foi de 21.040 votos a favor de Martins. O caráter bipolar entre PMDB e PDS, como se verificou na maioria dos estados brasileiros, repetiu-se em Mato Grosso do Sul. Entre os candidatos do PDT e PT, o mais votado foi Fadul, deixando o petista Antônio Carlos em último lugar. A votação pequena desses candidatos é explicada, segundo Marisa Bittar (1998), pela grande campanha feita em torno do voto democrático útil.

O resultado do pleito, além de favorecer o PMDB, colocava fim, como destaca Bittar (Idem), aos “sucessivos golpes palacianos que ocorriam desde 1979, ano da instalação de seu primeiro governo” (p. 33), pois a partir de 1982 Mato Grosso do Sul teria um governador eleito pela população e a garantia de que o chefe eleito cumpriria o mandato integralmente, como destaca a matéria do *Correio do Estado*:

Hoje, com as eleições de 15 de novembro e a oportunidade do povo escolher os seus governantes, Mato Grosso do Sul entrará em uma nova fase de sua vida política: a estabilidade conseguida através da eleição e a garantia de que Wilson Barbosa Martins não será impedido de governar ou ainda ter seu trabalho obstruído, deixa margens à conclusão de que “a poeira se assentará” (A evolução política do MS. *Correio do Estado*, Campo Grande, 31 dez. 1982, p. 3).

## 2.1. Eleições legislativas

Os resultados para a Assembleia Legislativa, Câmara dos Deputados e Senado Federal serão discutidos logo após a apresentação das tabelas abaixo:

**Quadro 8. Deputados federais eleitos em 1982 por MS**

| CANDIDATO              | PARTIDO | VOTOS  |
|------------------------|---------|--------|
| Plínio Barbosa Martins | PMDB    | 58.743 |
| Sergio Cruz            | PMDB    | 45.705 |
| Rubén Figueiró         | PMDB    | 31.242 |

<sup>136</sup> Cf. DOCUMENTOS. *A primeira prova das urnas: 15 de novembro de 1982*, p. 141. In: Dossiê 1982. *Perseu: história, memória e política*. Revista do Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo. Nº 2, ano 2, ago. 2008.

|                    |      |        |
|--------------------|------|--------|
| Harry Amorim Costa | PMDB | 25.039 |
| Levy Dias          | PDS  | 65.122 |
| Saulo Queiroz      | PDS  | 38.138 |
| Ubaldo Barém       | PDS  | 28.813 |
| Albino Coimbra     | PDS  | 24.716 |

Fonte: idem quadro anterior.

Quanto aos eleitos para a Câmara dos Deputados para representar o estado em Brasília, a composição ficou equilibrada, com 8 deputados eleitos, sendo 4 do PDS e 4 do PMDB. Fazendo-se uma breve análise dos eleitos, destaca-se Levy Dias como o mais votado dentre os 8. Plínio Martins, que era tido, desde o início de 1980, como candidato natural do PMDB a governador e que, por motivos familiares, optou por não concorrer a esse cargo, saiu como o mais votado de seu partido, seguido por Sérgio Cruz, deputado estadual que agora iria para o Congresso Nacional. Quanto a Harry Amorim Costa, que deixou as fileiras da velha ARENA e se filiou ao PMDB, pode-se dizer que o primeiro governador de Mato Grosso do Sul ainda era bem aceito pelo eleitorado sul-mato-grossense. Rubén Figueiró é outro que se destaca dentro do PMDB. Era recente sua chegada ao partido, já que é um dos oriundos do Partido Popular (PP) fundido com o PMDB. No que se refere aos demais parlamentares sufragados, todos pertenciam aos quadros pedrossistas e tinham intensa ligação com o governo Pedrossian.

Esse equilíbrio de forças também se repetiu na composição da Assembleia Legislativa, que a partir de 1983 teria 12 deputados do PMDB e 12 do PDS, somando 24 parlamentares<sup>137</sup>, como se pode ver no quadro adiante:

**Quadro 9. Deputados estaduais eleitos em 1982 por MS**

| CANDIDATO        | PARTIDO | VOTOS  |
|------------------|---------|--------|
| Jonathan Barbosa | PMDB    | 31.605 |
| Onevan de Matos  | PMDB    | 26.300 |
| Roberto Orro     | PMDB    | 20.943 |
| Akira Otsubo     | PMDB    | 16.668 |
| Valter Pereira   | PMDB    | 16.474 |

<sup>137</sup> A abertura de 24 vagas de deputado estadual e 8 para federal foi determinada por meio da Resolução n 11.355, de 1º de julho de 1982, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Cf. PORTO, Walter Costa e JOBIM, Nelson. *Legislação eleitoral no Brasil: do século XVI aos nossos dias*. Vol. 3. Brasília: Senado Federal/Subsecretaria de Biblioteca, 1996. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/224494>. Acessado dia 23 fev. 2014.

|                        |      |        |
|------------------------|------|--------|
| João Leite Schimidt    | PMDB | 15.549 |
| Ayres Marques          | PMDB | 15.408 |
| Ivo Cerzósimo          | PMDB | 14.115 |
| Anis Faker             | PMDB | 13.877 |
| Benedito Leal          | PMDB | 12.082 |
| Nelson Buainain        | PMDB | 9.373  |
| Cecílio de Jesus Gaeta | PMDB | 8.561  |
| Ghandi Jamil Georges   | PDS  | 38.120 |
| Londres Machado        | PDS  | 19.372 |
| Zenóbio dos Santos     | PDS  | 13.694 |
| Walter Carneiro        | PDS  | 12.198 |
| Daladier Agi           | PDS  | 10.527 |
| Nelson Trad            | PDS  | 10.511 |
| Waldir Cardoso         | PDS  | 9.826  |
| Manfredo Alves Corrêa  | PDS  | 8.722  |
| Ary Rigo               | PDS  | 7.609  |
| Armando Anache         | PDS  | 7.032  |
| Roberto Djalma Barros  | PDS  | 6.886  |
| Jorge do Amaral        | PDS  | 6.495  |

Fonte: ibidem.

**Quadro 10. Resultado das eleições de 1982 para senador (1 vaga)**

| CANDIDATO              | PARTIDO | VOTOS            |
|------------------------|---------|------------------|
| Marcelo Miranda Soares | PMDB    | 158.280 (eleito) |
| Antônio Mendes Canale  | PMDB    | 92.106           |
| Italívio Coelho        | PDS     | 138.412          |
| Valdomiro Gonçalves    | PDS     | 73.404           |
| Walter de Castro       | PDS     | 18.869           |
| Wilson Grunewaldt      | PDT     | 4.953            |
| José Mirrha            | PT      | 4.260            |

Fonte: ibidem

A disputa pela única vaga de senador aberta naquela eleição repetiu o acirramento PMDB *versus* PDS. O candidato eleito, ex-governador pela ARENA/PDS, Marcelo Miranda Soares, se elegeu graças ao artifício da sublegenda, que era permitida no caso da concorrência para o Senado Federal. A soma dos votos de Miranda e Canale resultou em 250.386 votos, enquanto o PDS, na soma de Italívio Coelho, o mais votado do partido, com Waldomiro

Gonçalves e Walter de Castro, obteve 230.685 votos. O PDT e o PT concorreram com 1 candidato cada, obtendo uma votação juntos que soma 9.213 votos.

## 2.2. Eleições para o governo

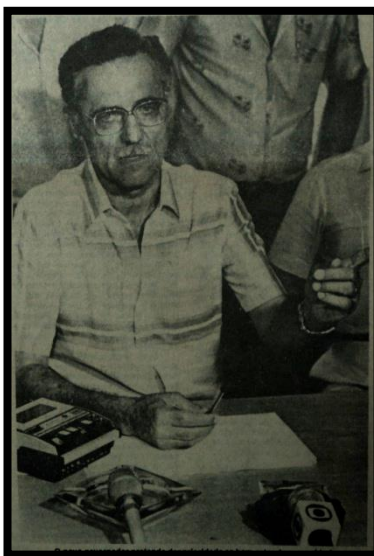
No que tange ao resultado da disputa de 1982 nos municípios do estado, far-se-á uma pequena análise dos dados encontrados no site do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul (TRE-MS). Para que fique mais fácil, os dados foram divididos em duas categorias: 1- Municípios onde Wilson Martins venceu; 2 – Municípios onde José Elias venceu.

**Imagem 43:** capa do *Diário da Serra*(25 nov. 1982) traz a festa da vitória da oposição.



**Fonte:** acervo jornal *Diário da Serra*. Campo Grande/MS.

**Imagem 44:** Wilson concede sua primeira entrevista coletiva à imprensa como governador eleito



**Fonte:** *Diário da Serra*, 25 nov. 1982, p. 1.

O número total de municípios, como se pode ver, saltou de 55, no ano da divisão em 1977, para 64, em 1982, ou seja, em 5 anos foram emancipados 9 municípios no novo estado. Estes municípios são: Bodoquena, Costa Rica, Douradina, Itaquiraí, São Gabriel d'Oeste, Selvíria, Sete Quedas, Tacuru e Taquarussu (Cf. CAMPESTRINI & GUIMARÃES, 2002, p. 261-262).

**Tabela 2 – Resultados nos municípios onde Wilson Martins foi o vencedor**

| Município   | Compa-<br>recimento | Absten-<br>ção | Distribuição dos votos |          |       |          |        |       |
|---|---------------------|----------------|------------------------|----------|-------|----------|--------|-------|
|   |                     |                | Wilson                 | Zé Elias | Fadul | A.Carlos | Branco | Nulos |
| Água Clara<br>Prefeito eleito: Cândido Ottoni (PMDB)              | 1.925               | 1.232          | 1.020                  | 683      | 0     | 2        | 169    | 51    |
| Amambai<br>Área de Segurança Nacional                             | 11.586              | 2.909          | 5.539                  | 5.114    | 45    | 7        | 584    | 297   |
| Anastácio<br>Prefeito eleito: Claudio Valério (PMDB)              | 8.668               | 2.473          | 3.926                  | 3.749    | 34    | 62       | 570    | 327   |
| Antônio João<br>Área de Segurança Nacional                        | 2.812               | 854            | 1.354                  | 1.246    | 39    | 0        | 124    | 49    |
| Aquidauana<br>Prefeito eleito: Cristóvão Albuquerque Filho (PMDB) | 14.715              | 5.073          | 6.693                  | 6.261    | 227   | 81       | 927    | 526   |
| Bataguassu<br>Prefeito eleito: Ailton Pinheiro (PMDB)             | 4.482               | 1.376          | 2.487                  | 1.588    | 0     | 0        | 268    | 139   |
| Bodoquena<br>Prefeito eleito: José Antônio (PMDB)                 | 2.218               | 914            | 1.011                  | 843      | 1     | 183      | 94     | 86    |

| Município  | Compa-<br>recimento | Absten-<br>ção | Distribuição dos votos |          |       |          |         |       |
|--|---------------------|----------------|------------------------|----------|-------|----------|---------|-------|
|  |                     |                | Wilson                 | Zé Elias | Fadul | A.Carlos | Branços | Nulos |
| Brasilândia<br>Prefeita eleita: Neusa Paulino Maia (PDS) | 3.637               | 1.722          | 1.621                  | 1.619    | 0     | 2        | 294     | 101   |
| Caarapó<br>Prefeito eleito: Takeioshi Nakaiama (PMDB)    | 9.679               | 3.762          | 4.659                  | 4.389    | 7     | 3        | 420     | 201   |
| Campo Grande<br>Área de Segurança Nacional               | 114.219             | 35.898         | 68.976                 | 33.029   | 1.761 | 1.621    | 5.825   | 3.007 |
| Cassilândia<br>Prefeito eleito: Jair Boni Cogo (PMDB)    | 8.426               | 2.491          | 4.006                  | 3.582    | 2     | 3        | 354     | 479   |
| Corguinho<br>Prefeito eleito: Ésio Massi (PDS)           | 2.015               | 633            | 913                    | 816      | 0     | 2        | 255     | 59    |
| Costa Rica<br>Prefeito eleito: Laerte Pais Coelho (PMDB) | 3.867               | 716            | 2.206                  | 1.441    | 0     | 2        | 155     | 63    |
| Coxim<br>Prefeito eleito: José Raimundo dos Santos (PDS) | 10.374              | 3.321          | 4.840                  | 4.701    | 7     | 4        | 524     | 298   |

| Município   | Compa-<br>recimento | Absten-<br>ção | Distribuição dos votos |          |       |          |        |       |
|---|---------------------|----------------|------------------------|----------|-------|----------|--------|-------|
|   |                     |                | Wilson                 | Zé Elias | Fadul | A.Carlos | Branco | Nulos |
| Fátima do Sul<br>Prefeito eleito: Hermindo de David (PDS)       | 14.442              | 5.126          | 6.857                  | 6.657    | 14    | 10       | 609    | 295   |
| Glória de Dourados<br>Prefeito eleito: José de Azevedo (PMDB)   | 6.857               | 3.566          | 3.472                  | 2.910    | 4     | 3        | 291    | 177   |
| Iguatemi<br>Área de Segurança Nacional                          | 3.617               | 1.726          | 1.805                  | 1.470    | 4     | 0        | 228    | 110   |
| Inocência<br>Prefeito eleito: Nercílio Ferreira Leal (PMDB)     | 2.213               | 2.233          | 1.402                  | 620      | 0     | 0        | 109    | 82    |
| Itaquiraí<br>Prefeito eleito: Sebastião Santos Tomazelli (PMDB) | 2.490               | 1.231          | 1.578                  | 768      | 0     | 0        | 83     | 61    |
| Ivinhema<br>Prefeito eleito: Luiz Saraiva Vieira (PMDB)         | 8.457               | 2.982          | 3.990                  | 3.924    | 2     | 1        | 360    | 180   |
| Jaraguari<br>Prefeito eleito: João Martins Vilela (PMDB)        | 2.492               | 728            | 1.233                  | 917      | 2     | 20       | 257    | 63    |



| Município  | Compa-<br>recimento | Absten-<br>ção | Distribuição dos votos |          |       |          |        |       |
|--|---------------------|----------------|------------------------|----------|-------|----------|--------|-------|
|  |                     |                | Wilson                 | Zé Elias | Fadul | A.Carlos | Branco | Nulos |
| Mundo Novo<br>Área de Segurança Nacional                                       | 10.479              | 4.387          | 5.622                  | 3.668    | 3     | 0        | 866    | 320   |
| Naviraí<br>Prefeito eleito: Simplicio Vieira Nego (PMDB)                       | 11.045              | 5.691          | 5.394                  | 4.767    | 1     | 0        | 532    | 351   |
| Rio Verde de Mato Grosso<br>Prefeito eleito: Wanderlan Marques Silveira (PMDB) | 6.225               | 1.967          | 3.192                  | 2.528    | 3     | 9        | 376    | 117   |
| Rochedo<br>Prefeito eleito: Francisco Paula Ribeiro (PDS)                      | 2.644               | 1.739          | 1.122                  | 992      | 10    | 3        | 363    | 154   |
| Selvíria<br>Prefeito eleito: Acyr Kauás (PMDB)                                 | 1.712               | 1.202          | 932                    | 602      | 0     | 0        | 110    | 68    |
| Sete Quedas<br>Prefeito eleito: Otávio Jimenes Torres (PMDB)                   | 5.357               | 2.033          | 3.051                  | 1.768    | 3     | 0        | 301    | 234   |
| Terenos<br>Prefeito eleito: Alonso Honostório (PMDB)                           | 6.706               | 1.024          | 3.794                  | 1.996    | 12    | 25       | 676    | 203   |
| Três Lagoas<br>Área de Segurança Nacional                                      | 23.198              | 11.236         | 13.738                 | 7.279    | 7     | 308      | 1.080  | 786   |

**Tabela 3– Resultados nos municípios onde Zé Elias foi o vencedor**

| Município  | Compa-<br>recimento | Absten-<br>ção | Distribuição dos votos |        |       |          |         |       |
|--|---------------------|----------------|------------------------|--------|-------|----------|---------|-------|
|  |                     |                | Zé Elias               | Wilson | Fadul | A.Carlos | Branços | Nulos |
| Anaurilândia<br>Prefeito eleito: Benedito Alves de Godoy (PDS) | 2.727               | 1.000          | 1.677                  | 732    | 0     | 0        | 278     | 40    |
| Angélica<br>Prefeita eleita: Marieta Pereira de Souza (PDS)    | 3.905               | 1.830          | 2.870                  | 757    | 2     | 2        | 196     | 78    |
| Aparecida do Taboado<br>Prefeito eleito: João Chama (PDS)      | 6.978               | 2.454          | 4.170                  | 2.239  | 1     | 7        | 382     | 179   |
| Aral Moreira<br>Área de Segurança Nacional                     | 3.104               | 1.123          | 1.483                  | 1.363  | 2     | 1        | 205     | 50    |
| Bandeirantes<br>Prefeito eleito: Cândido Avelino (PDS)         | 4.323               | 1.817          | 1.911                  | 1.751  | 20    | 7        | 509     | 125   |
| Batayporã<br>Prefeito eleito: João Jamil Mello (PDS)           | 3.130               | 1.037          | 2.913                  | 369    | 1     | 0        | 528     | 39    |
| Bela Vista<br>Área de Segurança Nacional                       | 6.569               | 1.877          | 3.787                  | 2.161  | 19    | 64       | 346     | 192   |
| Bonito<br>Prefeito eleito: Darci Bigaton (PDS)                 | 4.743               | 821            | 3.426                  | 702    | 0     | 4        | 536     | 75    |
|  |                     |                |                        |        |       |          |         |       |

| Município   | Compa-<br>recimento | Absten-<br>ção | Distribuição dos votos |        |       |          |         |       |
|---|---------------------|----------------|------------------------|--------|-------|----------|---------|-------|
|   |                     |                | Zé Elias               | Wilson | Fadul | A.Carlos | Branços | Nulos |
| Camapuã<br>Prefeito eleito: Eraldo Holosback (PDS)          | 4.867               | 1.074          | 2.780                  | 1.682  | 4     | 2        | 318     | 81    |
| Caracol<br>Área de Segurança Nacional                       | 1.387               | 251            | 666                    | 653    | 0     | 0        | 52      | 16    |
| Corumbá<br>Área de Segurança Nacional                       | 29.890              | 9.772          | 12.321                 | 10.501 | 2.053 | 1.396    | 2.851   | 768   |
| Deodápolis<br>Prefeito eleito: Manoel Martins (PDS)         | 6.653               | 3.025          | 4.547                  | 1.118  | 3     | 9        | 822     | 154   |
| Douradina<br>Prefeito eleito: Felipe Prechitko (PDS)        | 3.278               | 986            | 1.869                  | 885    | 66    | 1        | 361     | 96    |
| Dourados<br>Prefeito eleito: Luiz Antônio Gonçalves (PDS)   | 43.521              | 13.560         | 20.229                 | 20.117 | 686   | 203      | 1.321   | 965   |
| Eldorado<br>Área de Segurança Nacional                      | 5.088               | 3.251          | 2.769                  | 1.827  | 0     | 9        | 351     | 132   |
| Guia Lopes da Laguna<br>Prefeito eleito: José Rosalvo (PDS) | 3.615               | 1.136          | 1.702                  | 1.629  | 0     | 1        | 175     | 108   |

| Município   | Compa-<br>recimento | Absten-<br>ção | Distribuição dos votos |        |       |          |         |       |
|---|---------------------|----------------|------------------------|--------|-------|----------|---------|-------|
|   |                     |                | Zé Elias               | Wilson | Fadul | A.Carlos | Branços | Nulos |
| Itaporã<br>Prefeito eleito: Rivalmir Souza (PDS)        | 7.155               | 2.382          | 3.425                  | 3.198  | 27    | 3        | 377     | 125   |
| Jardim<br>Prefeito eleito: José de Sanctis Pires (PDS)  | 7.115               | 2.591          | 3.606                  | 2.730  | 4     | 45       | 445     | 285   |
| Jateí<br>Prefeito eleito: João Dias (PDS)               | 2.550               | 1.501          | 1.625                  | 558    | 0     | 1        | 280     | 86    |
| Ladário<br>Área de Segurança Nacional                   | 3.496               | 1.246          | 2.034                  | 755    | 136   | 172      | 260     | 139   |
| Maracaju<br>Prefeito eleito: Jair do Couto (PDS)        | 7.342               | 2.367          | 3.591                  | 3.052  | 13    | 2        | 484     | 200   |
| Miranda<br>Prefeito eleito: Ivan Paz Bassay (PDS)       | 6.693               | 3.334          | 3.797                  | 2.220  | 1     | 45       | 457     | 173   |
| Nioaque<br>Prefeito eleito: Waldir Couto de Souza (PDS) | 2.832               | 1.042          | 1.366                  | 1.274  | 1     | 0        | 106     | 85    |
| Nova Andradina<br>Prefeito eleito: Getúlio Gideão (PDS) | 9.493               | 2.754          | 5.007                  | 3.575  | 1     | 45       | 549     | 316   |

| Município  | Compa-<br>recimento | Absten-<br>ção | Distribuição dos votos |        |       |          |         |       |
|--|---------------------|----------------|------------------------|--------|-------|----------|---------|-------|
|  |                     |                | Zé Elias               | Wilson | Fadul | A.Carlos | Branços | Nulos |
| Paranaíba<br>Prefeito eleito: Wilson Roberto de Oliveira (PDS)   | 14.323              | 6.494          | 7.146                  | 6.097  | 2     | 11       | 778     | 289   |
| Pedro Gomes<br>Prefeito eleito: José Fontoura Neto (PDS)         | 3.844               | 1.300          | 2.370                  | 835    | 0     | 0        | 547     | 92    |
| Ponta Porã<br>Área de Segurança Nacional                         | 19.825              | 7.918          | 10.109                 | 8.136  | 114   | 8        | 1.113   | 345   |
| Porto Murinho<br>Área de Segurança Nacional                      | 1.924               | 1.135          | 994                    | 574    | 32    | 103      | 137     | 84    |
| Ribas do Rio Pardo<br>Prefeito eleito: Francisco Rodrigues (PDS) | 3.897               | 2.661          | 1.872                  | 1.529  | 2     | 1        | 376     | 117   |
| Rio Brilhante<br>Prefeito eleito: Iliê Vidal (PDS)               | 6.463               | 1.573          | 3.145                  | 2.748  | 6     | 2        | 440     | 122   |
| Rio Negro<br>Prefeito eleito: Nélio Diniz (PDS)                  | 3.445               | 1.446          | 1.937                  | 1.230  | 1     | 2        | 209     | 66    |
| São Gabriel D'Oeste<br>Prefeito eleito: Roberto Emiliano (PDS)   | 3.051               | 941            | 1.417                  | 1.349  | 13    | 6        | 179     | 87    |

| Município   | Compa-<br>recimento | Absten-<br>ção | Distribuição dos votos |        |       |          |        |       |
|---|---------------------|----------------|------------------------|--------|-------|----------|--------|-------|
|   |                     |                | Zé Elias               | Wilson | Fadul | A.Carlos | Branco | Nulos |
| Sidrolândia<br>Prefeito eleito: João Lemes de Souza (PDS) | 4.812               | 1.136          | 2.213                  | 2.162  | 14    | 5        | 324    | 94    |
| Tacuru<br>Prefeito eleito: Ayrton de Lima Mello (PDS)     | 2.309               | 884            | 1.691                  | 393    | 0     | 0        | 160    | 65    |
| Taquarussu<br>Prefeito eleito: Jesus Ferreira Neves (PDS) | 2.139               | 636            | 1.267                  | 691    | 0     | 23       | 113    | 45    |

Elaborado pelo autor da dissertação por meio de fontes do TRE-MS ([www.tre-ms.jus.br](http://www.tre-ms.jus.br)). Acessado dia 23 jan. 2013.

Os 10 municípios de Mato Grosso do Sul que tinham o maior número de habitantes, de acordo com o Censo realizado em 1º de setembro de 1980, eram:

Campo Grande (291.807 habitantes), Dourados (106.560 habitantes), Corumbá (81.140 habitantes), Amambai (58.586 habitantes), Três Lagoas (57.993 habitantes), Ponta Porã (37.515 habitantes), Paranaíba (36.916 habitantes), Aquidauana (34.438 habitantes), Fátima do Sul (33.418 habitantes) e Mundo Novo (31.247 habitantes), que totalizam 769.584 habitantes, representando 56,16% da população residente no Estado. O município de menor população era o de Rochedo, com 3.669 habitantes<sup>138</sup>.

Dentre esses 10 municípios, Wilson ganhou em 6: Campo Grande, Amambai, Três Lagoas, Aquidauana, Fátima do Sul e Mundo Novo. Destacando-se o de maior população, a capital. Zé Elias venceu em 4: Dourados, Corumbá, Ponta Porã e Paranaíba. Porém, destes 4, 2 se destacavam por terem maior número de habitantes, Dourados e Corumbá.

Em relação ao candidato do PMDB, percebe-se que este ganhou em 29 municípios, enquanto o candidato pedessista levou em 35. Sobre os municípios em que venceu o candidato Wilson, é possível observar que em alguns deles a disputa foi acirradíssima, como o caso de Brasilândia, onde a diferença entre Wilson e Elias foi de apenas 2 votos. Em seguida, com uma diferença um pouco mais expressiva, vem Ivinhema, onde a diferença foi de 66 votos entre os dois principais concorrentes.

Sobre a maior votação do candidato do PMDB, Campo Grande, terra de Martins, desponta com quase 70 mil votos<sup>139</sup>. Em seguida vem Três Lagoas, cidade natal do candidato a vice-governador, Ramez Tebet, e por ele administrada nos anos 1970<sup>140</sup>, onde o PMDB obteve mais de 13 mil votos.

Nos 29 municípios onde Wilson levou vantagem, o PMDB elegeu 18 prefeitos, enquanto o PDS conseguiu eleger 5: Brasilândia, Corguinho, Coxim, Fátima do Sul e Rochedo. É necessário ressaltar que, destes municípios, 6 se encontravam na condição de Área de Segurança Nacional, são eles: Amambai, Antônio João, Iguatemi e Mundo Novo, por estarem em zona de fronteira com o Paraguai; Campo Grande, por ser a capital do estado, e Três Lagoas, por possuir uma usina hidrelétrica (Jupia).

---

<sup>138</sup> BRASIL. IBGE. *Sinopse preliminar do Censo demográfico: Mato Grosso do Sul*/Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

<sup>139</sup> A análise da votação de Wilson Martins em Campo Grande será realizada em páginas seguintes.

<sup>140</sup> Cf. CASTILHO, Coaraci Nogueira de. *Simplesmente Ramez Tebet*: biografia autorizada. Campo Grande: Life, 2007.

Vale observar, a título de esclarecimento, que, de acordo com Jairo Nicolau em *História do voto no Brasil* (2004), a Constituição de 1946 dava algumas autonomias aos governos estaduais, como:

[...] autonomia para definir se os prefeitos das capitais e estâncias hidrominerais seriam eleitos ou indicados pelos governadores. Nas cidades consideradas, por lei federal, de excepcional importância para a defesa do país, os prefeitos eram indicados pelo governador (NICOLAU, 2004, p. 47).

Por meio desse dado, é possível afirmar que os governos militares se apropriaram deste dispositivo que já era previsto na Constituição Federal que vigorou no período democrático de 1946 a 1964. Assim, nos municípios citados anteriormente, os prefeitos eram nomeados pelo governo estadual.

É possível perceber que, de certa forma, a vinculação do voto correspondeu às expectativas do candidato do PMDB, pois na maioria dos municípios em que este se elegeu, os prefeitos eleitos também pertenciam a sua legenda. Contudo, vale lembrar que o PDS manteve o maior número de prefeitos eleitos, o que será discutido em seguida.

A respeito do desempenho do candidato governista José Elias Moreira, este, como já foi registrado, obteve vantagem em 35 municípios. Pelos dados disponíveis, observa-se que a votação apertada entre Zé Elias e Wilson ficou no município de Caracol, onde a diferença ficou em 13 votos. Os votos de Sidrolândia e São Gabriel D'Oeste também demonstram acirramento, já que por 51 e 68 votos, respectivamente, Zé Elias venceu seu principal adversário.

Merece uma observação especial aqui o caso de Dourados, segunda maior cidade do estado, que até junho daquele ano era administrada por José Elias (considerado pela maior parte da população como um bom gestor), pelo fato de a diferença ter sido de apenas 112 votos. Enquanto Elias obteve 20.229 votos, Wilson alcançou 20.117, um resultado que certamente não se esperava. O que teria levado a isso?

Primeiramente, é preciso observar o quadro de candidaturas à prefeitura de Dourados, o que seria decisivo para o voto no candidato a governador. Foram lançados: Luiz Antônio Álvares Gonçalves (PDS) e, pela sublegenda do PDS, Antônio Braz Genelhu Melo; o ex-prefeito daquela cidade<sup>141</sup>, João da Câmara (popular Totó) pelo PMDB e Sultan Rasslan

---

<sup>141</sup> João da Câmara foi prefeito de Dourados, pela ARENA, por dois mandatos. O primeiro entre 1967 e 1970, sucedendo Napoleão Francisco de Souza (PTB), e o segundo de 1973 a 1976, em eleição disputada com José Elias Moreira (ARENA 2), após o mandato de Jorge Antônio Salomão (ARENA). Seu sucessor foi José Elias (ARENA), finalmente eleito em 1976. Dados obtidos por meio do livro *71 anos do Legislativo de Dourados 1935-2006*, de Luis Carlos Luciano, e no site da Prefeitura de Dourados: <http://www.dourados.ms.gov.br/ACidade/Perfil/tabid/64/language/pt-BR/Default.aspx>. Acessado dia 27 jan.



(sublegenda do PMDB); pelo PDT foram três candidaturas, o que era permitido pela lei eleitoral, Ramão Perez, Cícero Irajá Kurtz e Isaac Duarte de Barros Júnior. O PT concorreu com uma única candidatura, a de José Joaquim de Souza.

O resultado do pleito à prefeitura douradense ficou nesta ordem: Luiz Antônio (PDS) eleito com 11.065 votos, João da Câmara (PMDB), em segundo lugar, com 10.508; Sultan Rasslan (PMDB): 8.730; Braz Melo (PDS): 8.692; Ramão Perez (PDT): 421; José de Souza (PT): 178; Cícero Irajá (PDT): 174 e Issac de Barros Junior (PDT): 33 votos.

Na soma dos votos de Luiz Antônio e Braz o resultado obtido foi de 19.757 votos, enquanto os peemedebistas Totó e Sultan somaram: 19.238 votos. Diferença de 519 votos.

A partir daqui pode-se ter uma explicação do motivo que levou a eleição em Dourados a ser tão acirrada entre Wilson e Zé Elias. O voto vinculado foi considerado o principal responsável por isso, mas outro fator acabou levando a esse resultado, a candidatura de João da Câmara. José Elias, em entrevista, reconheceu a força de João da Câmara:

[...] Uma das razões de Dourados, a decisão aqui da população de Dourados é que o João da Câmara foi o candidato já como uma estratégia, foi o candidato a prefeito... então ele era um líder forte, era um líder competente... foi prefeito, deputado federal, e o João da Câmara levou muito voto... então o eleitor do João da Câmara votando nele, embora se ele não fosse candidato, votaria em mim... pela representatividade de Dourados ter um governador. Acabamos nós, por, por motivos também da lei, acabamos prejudicando nossa eleição. Se o João da Câmara tivesse do meu lado, nós tranquilamente, nós teríamos vencido as eleições no estado<sup>142</sup>.

A alegação de José Elias para a expressiva votação de Wilson Barbosa Martins em Dourados é a de que João da Câmara era um político que detinha boa aceitação popular na cidade, aliada à lei que determinava o voto vinculado, o qual o entrevistado diz ter prejudicado sua eleição. Quanto a Rasslan, era afamado na cidade e região pelo estilo polêmico como representante da população douradense na Assembleia Legislativa, para a qual havia sido eleito em 1978. Isso possivelmente tenha legado a sua candidatura essa boa votação.

Outra situação interessante para se fazer uma discussão, no que diz respeito aos votos conquistados por Zé Elias e Wilson Martins na região conhecida como Grande Dourados, é observar que ali, no ano de 1976, o governo federal, liderado pelo general Geisel, implantou um programa de desenvolvimento denominado PRODEGRAN (Programa de

---

2014. Entre 1971 e 1975 Totó ocupou o mandato de deputado federal pela ARENA de Mato Grosso. Cf.: [http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts\\_deputados\\_biografia?pk=122945&tipo=0](http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122945&tipo=0). Acessado dia 27 jan. 2014.

<sup>142</sup> MOREIRA, José Elias. *Entrevista*, Dourados, 16 mar. 2013.

Desenvolvimento da Grande Dourados). Este programa surgiu na esteira de outros criados pelo governo militar com intuito de, conforme Brasília Sallum Junior, desconcentrar a economia brasileira, concentrada em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Sallum Junior escreve que: “Em agosto de 1974, Ernesto Geisel lança o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia. Em fevereiro de 1975, assina o Programa de Desenvolvimento do Cerrado (Polocentro), beneficiando a região centro-oeste” (SALLUM JUNIOR, 1996, p. 38).

O PRODEGRAN, de acordo com artigo escrito pelo ex-prefeito de Dourados, Antônio Braz Melo, consistiu num significativo programa de incentivo à produção agrícola, mas também de abertura de estradas e investimentos por meio de financiamentos. Como escreve Melo:

Na exposição de motivos que criou o programa, visava o aproveitamento da potencialidade agrícola da região sul do estado de Mato Grosso e envolvia naquele ano, 22 municípios, numa área de 84.661 km<sup>2</sup> e abrangia cerca de 6 milhões de hectares considerados aptos para as atividades agrícolas e fácil transporte para os mercados do Centro-Sul e exportação. Dessa quantia, apenas 15,3% da área estava ocupada com atividades agrícolas e outros 80 % destinavam-se à pecuária extensiva com baixo nível de utilização de tecnologia. A SUDECO organizou os subprogramas de armazenamento, energia elétrica (rural), transportes (estradas vicinais), controle de erosão urbana, pesquisas agropecuárias, assistência técnica ao produtor rural, promoção da suinocultura, elaboração de planos urbanos de uso do solo e instalação da Bolsa de Cereais de Dourados. O governo também investiria em financiamentos subsidiários para plantio e colheitas de grãos, linhas de transmissão e subestações, ampliação da energia elétrica, eletrificação rural, rodovias (No PRODEGRAN se previa a construção de 600 km de estradas troncos até 1979), melhoria do ensino profissional, assim como produção do conhecimento e promoção comercial. Também foi o início do asfaltamento da rodovia BR-463 (Dourados-Ponta Porã), já que alocou recursos para executar 30 quilômetros nesta rodovia<sup>143</sup> (MELO. O Prodegran, 18 de fevereiro de 2009).

Ao analisar a votação de José Elias nos municípios dessa região que acabou beneficiada pelo programa, pode-se observar que na maioria dos municípios o candidato do PDS venceu, o que pode demonstrar certo apoio dos eleitores dessa região, não só ao candidato, mas também ao modelo de desenvolvimento implantado.

Em relação ao PDT e ao PT, apesar de estarem minimamente estruturados no estado, seus respectivos candidatos, Wilson Fadul e Antônio Carlos, obtiveram uma votação pífia. No caso de Fadul, seus votos se concentraram nas maiores cidades: Campo Grande e Corumbá. O caso de Campo Grande, como total de 1.761 votos, parece ter sido decepcionante

---

<sup>143</sup> Disponível em: <http://estoriasdedourados.blogspot.com.br/2009/02/o-prodegran.html>. Acessado dia 28 mar. 2014. Sobre o PRODEGRAN, cf. PEREIRA, Juliana Santos. *A presença dos incentivos governamentais na economia douradense: expansão e desafios nos anos 70*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – UFGD, Dourados.

para Fadul, ao se lembrar que o mesmo já havia sido prefeito da cidade nos anos 1950. Percebe-se também que seu candidato ao Senado, Wilson Grunewaldt<sup>144</sup>, gaúcho que chegou a Campo Grande em 1981 para exercer a advocacia, não ajudou muito a puxar os votos necessários.

No entanto, Corumbá foi o município que proporcionou um resultado melhor ao candidato do PDT, sendo 2.053 votos. Os 686 votos tirados em Dourados, que chegou a ter 3 candidaturas a prefeito do partido, também não corresponderam ao desejado. É possível dizer que foram votos dados pelos antigos moradores, certamente de ex-militantes do PTB que ainda residiam naquela cidade, e que ajudaram a organizar o PDT. Como já foi discutido no primeiro capítulo, Dourados foi um reduto do PTB devido principalmente à implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) pelo presidente Getúlio Vargas, em 1943.<sup>145</sup>

Quanto a Antônio Carlos de Oliveira, sua maior votação foi também na capital do estado (1.621 votos), cidade onde residia e se destacava como advogado e militante no combate à ditadura militar, como integrante do MDB. Em Corumbá a votação do candidato do PT somou 1.396 votos. A votação alcançada em Três Lagoas (308 votos) pode ser explicada, entre outros motivos, pelo fato de Antoniel Cardoso, seu candidato a vice, residir nesta cidade.

O fato de duas mulheres pedessistas terem sido eleitas prefeitas neste pleito (Neusa Paulino [Brasilândia] e Marieta Pereira [Angélica]) também deve ser ressaltado; apesar de ser um pequeno número, consistiu num importante avanço na democratização do poder político, historicamente concentrado nas mãos de homens. Essas vitórias do PDS sem dúvida tiveram importante influência do Movimento de Mulheres Democráticas Sociais, o MDS, braço feminino do PDS, que foi tratado no capítulo 2 desta pesquisa.

Outros partidos também lançaram candidatas, como por exemplo, em Dourados, onde os 4 partidos lançaram mulheres para concorrer à Câmara de Vereadores. De acordo com os dados das eleições de 1982 divulgados pelo TRE-MS, o Partido dos Trabalhadores parece ter sido o único a lançar uma candidata à deputada federal, Maria Stela Leme Brandão, que alcançou 345 votos. Em Campo Grande, a única mulher eleita vereadora foi a combativa

---

<sup>144</sup> GRUNEWALDT, Wilson Huberto. *Entrevista (não gravada)*, Campo Grande, 16 jul. 2013.

<sup>145</sup> Sobre o PTB em Dourados cf. ARAKAKI, Suzana. *Dourados: memórias e representações de 1964*. Dourados: Editora UEMS, 2008, e ALÉM, Fernando de Castro. *O jornal O Progresso e a dinâmica política e eleitoral em Dourados (1954, 1958 e 1962)*. Dissertação (Mestrado em História) – UFGD, Dourados, 2011.

militante do PMDB, Nely Bacha, que se tornaria, em 1983, a primeira mulher a assumir o cargo de prefeita de Campo Grande<sup>146</sup>.

Segundo a cientista política Eva Blay, em nível nacional, o número de prefeitas eleitas em 1972 foi de 60, e em 1976, de 58. Em 1982 esse número cresceu 36%, elegendo-se 81 mulheres para os cargos. Para a autora: “A quantidade é ínfima perante os 3.950 municípios brasileiros, mas não se pode ignorar o avanço relativo em face das 58 prefeitas eleitas em 1976” (BLAY, 1988, p. 199). Esse crescimento, segundo a autora, tem forte contribuição do movimento feminista iniciado na década de 1960.

### 2.3. PDS e PMDB nas prefeituras de Mato Grosso do Sul

No tocante ao número de prefeituras conquistadas pelo PDS e PMDB<sup>147</sup> no estado, o resultado ficou assim: PMDB com 18 municípios; PDS com 32 administrações municipais. Quatorze (14) municípios se encontravam na condição de Área de Segurança Nacional, e nestes os prefeitos eram escolhidos pelo governo do estado, por meio de aprovação pela Assembleia Legislativa. Antes da eleição, o PDS detinha o controle de 62 dos 64 municípios do estado, sendo que alguns deles tiveram prefeitos que se filiaram à legenda ainda no ano de 1982, pois, por meio da legislação casuística aprovada pelo governo federal, a data para a troca de partidos foi ampliada. Além disso, possivelmente a prática de cooptação de aliados da gestão Pedrossian, aliada a diversas obras construídas em praticamente todos os municípios do estado, favoreciam a adesão de prefeitos filiados ao PMDB ao partido governista. Sobre a quantidade de prefeitos do PMDB naquela época, o ex-prefeito de Campo Grande e atual governador de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli<sup>148</sup>, em entrevista no ano de 2005, em alusão aos 40 anos do PMDB, diz que:

Em 1982 nós éramos voluntariosos, idealistas ao extremo. Tinha 55 municípios o estado de Mato Grosso do Sul aquela época, tínhamos um único prefeito filiado ao MDB, Altemir Alencar, de Nioaque, o famoso poeta. E não tínhamos prefeito ao nosso lado, a máquina estadual trabalhando contra, mas havia uma vontade popular à época, de eleger-se gente da oposição no estado. Tanto é que fomos vitoriosos em

---

<sup>146</sup>Sobre isso, conferir capítulo 2.

<sup>147</sup> O PDT e o PT não conquistaram nenhuma prefeitura nestas eleições.

<sup>148</sup>Militante do MDB/PMDB desde os anos 1970, candidato a prefeito de Fátima do Sul em 1982, ex-deputado estadual e federal, André Puccinelli exerceu o cargo de prefeito de Campo Grande entre 1997 e 2004. Em 2006 se elegeu governador do estado de Mato Grosso do Sul, sendo reeleito nas eleições de 2010. Seu mandato se encerra no dia 31 de dezembro de 2014.

inúmeros municípios do estado [...] (Entrevista concedida para o documentário *MDB/PMDB 40 anos de luta*, 2005).

Sobre a questão da maioria dos municípios terem elegido prefeitos do PDS, pode-se afirmar que a força da máquina do governo Pedro Pedrossian colaborou para isso. Dados divulgados em artigo no *Correio do Estado* revelam que havia no estado em torno de 600 obras, entre concluídas e não-concluídas. Um número muito grande, que possivelmente não o seria se não fosse a liberação de verbas por meio do governo federal, que se utilizou da prática de liberação de verbas para ajudar a alavancar o PDS frente ao crescimento da oposição, concentrada em sua maior parte no PMDB.

No entanto, de acordo com matéria da revista *Veja* sobre o “Pacote de Novembro” de 1981, fica claro que o voto vinculado sem dúvida teve sua contribuição para a eleição de prefeitos pessedistas, como se encontra escrito:

A vinculação favorece o PDS porque ele é o partido mais bem organizado nos municípios – e, no interior do país, o eleitor em geral escolhe primeiro o vereador ou o prefeito, que em muitos casos conhece pessoalmente, preocupando-se menos com a escolha de deputado estadual, deputado federal, senador e governador (AS dobras e os nós do pacote. *Veja*. Edição 691, 2 dez. 1981, p. 24).

### **3. A VITÓRIA OPOSICIONISTA EM MATO GROSSO DO SUL: TENTATIVA DE UMA ANÁLISE**

#### **3.1. Erros estratégicos do governador Pedro Pedrossian e defecções no PDS**

Como já foi relatado nesta pesquisa, a dissidência ocorrida no PDS, depois que Pedrossian assumiu o mandato de governador em fins de 1980, levou importantes nomes do partido a deixar a legenda, como Rachid Derzi, José Fragelli, Antônio Mendes Canale e Marcelo Miranda, que migraram para o Partido Popular (PP), o qual se fundiu com o PMDB um ano depois.

A demissão de Levy Dias da prefeitura de Campo Grande levou um grupo de deputados estaduais, ligados a Levy, a se declarar independente do grupo do governador. Foram eles: Ary Rigo, Getúlio Gideão<sup>149</sup>, Odilon Nacasato e Alberto Cubel, Jorge do Amaral, Osvaldo Dutra e Zenóbio dos Santos.

---

<sup>149</sup> Poucos meses depois o deputado Getúlio Gideão reatou os laços políticos com o governador e em novembro de 1982 se elegeu prefeito de Nova Andradina.

As rivalidades entre o governador e o grupo que deixou o PDS, somado aos parlamentares que se declararam independentes do governador e a opção de apoiar José Elias Moreira como candidato a governador, configuram-se como erros estratégicos do governador ao conduzir aquela campanha.

Conforme Marisa Bittar, logo após a confirmação da vitória da oposição ao governo estadual, parte da imprensa, como o jornal *Correio do Estado*, iniciou a divulgação de diversas matérias que exaltavam os feitos do governo Pedrossian, ao mesmo tempo em que publicava fotos de obras inacabadas. Para a autora, as matérias acabavam por eximir Pedrossian “da responsabilidade na escolha do candidato José Elias Moreira, imputando a este e não ao governador Pedrossian o fracasso das eleições” (BITTAR, 2009, p. 238).

### **3.2. Campo Grande e Dourados: rivalidade política nas duas maiores cidades do estado?**

Uma das hipóteses levantadas no início desta pesquisa foi uma possível rivalidade política entre as duas maiores cidades de Mato Grosso do Sul: Campo Grande e Dourados, respectivamente, as cidades dos candidatos Wilson Martins e José Elias. Por meio das entrevistas foi possível observar que se existiu uma rivalidade, ela não foi muito acirrada, pois ambas as candidaturas foram bem votadas tanto na capital quanto na maior cidade do interior do estado.

Para o ex-governador Pedro Pedrossian, o fato de Zé Elias ser candidato do interior pesou muito na escolha do eleitorado de Campo Grande: “já disse... ele é homem do interior... é difícil”<sup>150</sup>. Esse fator talvez tenha certo peso, já que existe, em praticamente todos os estados brasileiros, um costume de se valorizar mais o que é da capital, da cidade grande.

Para Sergio Cruz<sup>151</sup>, o fato de José Elias haver perdido a eleição se relaciona a ele não ter expressão política suficiente para vencer. Segundo Cruz, e isso pode se verificar nos números relacionados nas tabelas anteriores, além de Dourados, o interior o ajudou, pois na maioria dos municípios ele venceu.

Por sua vez, José Elias Moreira, em entrevista, disse não julgar que tenha ocorrido uma rivalidade entre Dourados e Campo Grande. Elias relata que: “o nome de Wilson Martins, que tinha sido deputado, prefeito, o nome dele era o mais forte e vinha dentro

---

<sup>150</sup> PEDROSSIAN, Pedro. *Entrevista*. Campo Grande, 17 out. 2012.

<sup>151</sup> CRUZ, Sergio Manoel da. *Entrevista*. Campo Grande, 7 fev. 2013.

daquele processo de abertura política”<sup>152</sup>. Zé Elias reconhece que o fato de ser desconhecido em todo o estado também colaborou para sua derrota: “e eu um, assim, politicamente, na época desconhecido, prefeito de Dourados, prefeito pela primeira vez”<sup>153</sup>.

O ex-governador José Orcírio, o Zeca do PT<sup>154</sup>, candidato a deputado estadual pelo partido ao lado do candidato do PT ao governo, Antônio Carlos, também não considera ter havido uma rivalidade entre as duas maiores cidades do estado. Para ele: “o sentimento oposicionista era mais forte em Campo Grande”. Além disso, afirma que o modelo de governar de Pedrossian não era mais bem aceito em Campo Grande, diferente do interior do estado: “o pedrismo, desgastado em Campo Grande, era muito forte, a partir da propaganda massiva que fazia no interior do estado, e um dos principais redutos do pedrismo naquele período era Dourados”<sup>155</sup>.

Fausto Matto Grosso também segue nesse mesmo pensamento de José Orcírio. Para o ex-militante do PCB:

O PMDB era muito forte aqui na capital, porque aqui tinha os segmentos sociais mais independentes, que já tinham acumulação de luta, como os servidores públicos, alguns sindicatos, organização dos professores [...] O interior já tinha sido afetado por essa mudança social, a qual eu já me referi, a vinda dos agricultores do sul. Não ficou na minha cabeça uma coisa de... interior contra capital<sup>156</sup>.

No entanto, a opinião de Marcelo Barbosa Martins, sobrinho de Wilson Martins, é diferente. Para ele houve certa rivalidade entre as duas cidades, principalmente pelo fato de um candidato da maior cidade do interior do estado<sup>157</sup> concorrer a governador de Mato Grosso do Sul:

Dourados sempre reivindicou um papel de maior relevo dentro da política do novo estado e em 82, quando o PDS escolheu o ex-prefeito de Dourados como candidato, uma das razões foi pra explorar esse capital. Dourados tinha um eleitorado grande,

---

<sup>152</sup> MOREIRA, José Elias. *Entrevista*. Dourados, 16 mar. 2013.

<sup>153</sup> *Idem*.

<sup>154</sup> SANTOS, José Orcírio Miranda dos. *Entrevista*. Campo Grande, 15 jul. 2013.

<sup>155</sup> SANTOS, José Orcírio Miranda dos. *Entrevista*. Campo Grande, 15 jul. 2013.

<sup>156</sup> PEREIRA, Francisco Fausto Matto Grosso. *Entrevista*. Campo Grande, 30 set. 2013.

<sup>157</sup> É importante ressaltar que José Elias Moreira foi o primeiro político de Dourados a concorrer ao cargo de governador do estado. De 1986 até os tempos recentes, 4 governadores eleitos tiveram como vice pessoas de destaque na política douradense, foram eles: George Takimoto (PFL), vice de Marcelo Miranda Soares (1987-1991), Antônio Braz Mello (PMDB), vice de Wilson Barbosa Martins (1995-1998), Egon Krakheckhe (PT), vice de Zeca do PT (2003-2006) e Murilo Zauith (PFL), vice de André Puccinelli (2007-2010). Isso demonstra que Dourados e os municípios vizinhos a ele dispõem de um capital político-eleitoral muito vantajoso, o que não permite descartar a composição de chapas tendo parceria com aquele município.

somado aos eleitores da Grande Dourados, poderia fazer frente ao eleitorado da Capital.

Pode-se concluir assim que, se não houve forte rivalidade política entre esses dois municípios, houve uma concentração de vantagens para ambos os candidatos em seus municípios de origem. É possível compreender, então, que o fator de maior relevância na vitória oposicionista foi o contexto de lutas das oposições à ditadura naquele momento da história brasileira.

### **3.3. Votos brancos e nulos: efeitos do voto vinculado e do voto “camarão”?**

O voto municipalizado de 1982, já que os eleitores tiveram que votar em prefeitos e vereadores em seus municípios, foi um dos maiores responsáveis pela grande votação do candidato José Elias no interior do estado. Para Bittar:

É preciso considerar ainda o cenário político-partidário dos municípios, embora de menor relevância porque, historicamente, o processo político brasileiro se dá do centro para a periferia e, no caso específico de Mato Grosso do Sul, a tendência predominante foi a adesão dos prefeitos, mesmo que de partido contrário, ao governo estadual. Por isso, o número absoluto de prefeituras pode não ser um bom indicador do desempenho dos partidos, porque ali o eleitorado está mais sujeito ao domínio de práticas clientelistas. De todo modo, excluindo a capital e os municípios declarados de interesse da segurança nacional, o PDS elegeu a maioria dos prefeitos, o que revela a frágil base de sustentação do PMDB no interior do estado naquela época. Ele elegeu 18 prefeitos contra 32 do PDS (BITTAR, 2009, v. 2, p. 235).

Por outro lado, a quantidade de votos brancos e nulos se mostrou grandiosa, em praticamente todos os municípios. A explicação para isso pode estar ligada a dois fatores. Primeiro, por meio da campanha do “voto camarão”, que alguns candidatos a cargos proporcionais (deputado federal e estadual) fizeram tanto do lado do PDS quanto do PMDB, onde estes orientavam seus eleitores a excluírem o voto no candidato a governador e votar nos demais cargos (senador, deputado federal e estadual, prefeito e vereador). Deixar o voto para governador em branco e votar nos demais não anulava o voto.

As exigências para “votar certo”, isto é, dentro dos princípios da vinculação do voto, podem ser claramente verificadas por meio de uma propaganda do PDS intitulada precisamente “Como votar certo”, publicada em página do jornal *O Progresso*. De início, em texto destacado, se lê: “NÃO ESQUEÇA, O VOTO É VINCULADO. O eleitor só pode votar em candidatos de um mesmo partido. O respeito a essa regra é fundamental para evitar a anulação do voto” (COMO votar certo. *O Progresso*, Dourados, 09/10 nov. 1982, p. 9).



Em outra parte, o texto destaca, por meio de uma observação, que, apesar disso, é possível deixar de votar em algum cargo: “OBS – O eleitor **não está obrigado** a votar em todos os cargos previstos na cédula” (Idem, p. 9).

No que tange ao voto em branco, a publicação trazia que:

O voto será considerado em **branco**: quando o eleitor deixar de votar nos cargos específicos. Exemplo 1 – Se o eleitor não votar no candidato a Deputado Federal e votar corretamente em todos os demais, somente o voto para Deputado Federal será considerado em branco, continuando válidos todos os outros (Ibidem, p. 9).

Sobre o voto nulo, o material divulgado trazia que: “o voto será totalmente anulado: quando não for obedecido o princípio do voto vinculado. Exemplo: Votar para governador, candidato de um partido, e votar nos demais cargos em candidatos de outros partidos. Quando a cédula for inteiramente rasurada.” (Ibidem, p. 9).

Havia também outra maneira de anular o voto, mas de forma parcial: “O voto será parcialmente anulado para cargos específicos que contiverem riscos ou rasuras. Exemplo: Se o eleitor risca, ou rasura os espaços reservados para Deputado Federal e Vereador, e vota corretamente para os demais, apenas os dois rasurados são considerados nulos” (Ibidem, p. 9).

Ao ser questionado se ele concordava que muitos eleitores fizeram confusão com relação ao voto vinculado, já que era obrigatório votar em todos os candidatos pertencentes à mesma legenda, Marcelo Martins afirma que houve sim uma confusão em torno do voto vinculado, e que este foi o maior responsável pela grande quantidade de votos anulados:

É, foi uma situação que a gente viu. Naquela eleição, a apuração era manual, então ficávamos junto da abertura de cada urna e verificávamos uma quantidade... não me lembro do percentual de votos anulados por essa razão, mas era um número significativo<sup>158</sup>.

### 3.4. Os eleitores de 1982: algumas opiniões

Nas páginas seguintes reproduz-se um quadro referente a um procedimento adotado neste trabalho, que consistiu numa enquete realizada com cidadãos comuns nas cidades de Campo Grande, Fátima do Sul, Vicentina e Dourados. Escolheu-se estas cidades devido aos seguintes fatores: Campo Grande e Dourados foi onde se teve o maior número de entrevistados, pois se trata dos maiores colégios eleitorais do estado. Nestas cidades, as pessoas escolhidas se encontravam nas praças principais, locais de grande aglomeração de pessoas, o que tornou mais fácil o contato. No caso de Fátima do Sul, esta é a cidade onde

---

<sup>158</sup> MARTINS, Marcelo Barbosa. *Entrevista*. Campo Grande, 11 nov. 2013.

nasci e resido, e ao comentar com alguns amigos sobre meu projeto de pesquisa, fiquei sabendo de pessoas que se lembravam daquelas eleições. O mesmo caso se deu em Vicentina, onde por meio das amizades fiquei sabendo de antigos militantes que poderiam colaborar.

Por meio disso, buscou-se tentar entender como a eleição de 1982 era avaliada por essas pessoas, e se elas acreditavam que havia uma possível rivalidade política entre Dourados e Campo Grande, naquele pleito, devido aos principais candidatos a governador serem oriundos das duas maiores cidades de Mato Grosso do Sul.

**Quadro 11. Resultado obtido com a enquete sobre o voto nos candidatos a governador de MS em 1982**

| <b>NOME/<br/>IDADE/PROF.</b>                           | <b>CIDADE DA<br/>ENQUETE</b>                                  | <b>DATA</b> | <b>VOTOU EM</b>          | <b>MOTIVO</b>   |
|--|---|-------------|--------------------------|---|
| José Felix<br>75 anos<br>Pedreiro                      | Fátima do Sul –<br>residência própria                         | 12/12/12    | Wilson Martins<br>(PMDB) | Acreditava ser o melhor<br>candidato.   |
| Genícia Maria<br>Novaes;<br>68 anos;<br>Dona de casa   | Campo Grande –<br>Praça Ary Coelho                            | 28/01/13    | Zé Elias<br>(PDS)        | Por este ter feito as melhores<br>propostas para o estado. Além<br>disso, dona Genícia relatou<br>ser moradora em Dourados<br>naquele ano.  |
| Valdivina dos<br>Santos;<br>74 anos;<br>Dona de casa.  | Campo Grande –<br>Praça Ary Coelho                            | 28/01/13    | Wilson Martins<br>(PMDB) | Pensava ser o mais<br>convincente entre os<br>candidatos.   |
| José Romeu;<br>75 anos;<br>Pedreiro                    | Campo Grande –<br>Praça Ary Coelho                            | 28/01/13    | Wilson Martins<br>(PMDB) | Diz ser simpatizante do<br>PMDB e sempre votou no<br>partido, eis o motivo da<br>escolha.   |
| João Xavier Silva;<br>70 anos;                         | Campo Grande –<br>Praça Ary Coelho                            | 28/01/13    | Wilson Fadul<br>(PDT)    | Votou, até porque, naquela<br>eleição, foi candidato a<br>vereador pelo PDT, em<br>Campo Grande. Contudo<br>revelou, na conversa,<br>acreditar que os tempos de<br>ditadura vividos pelo país<br>naquele período eram bem<br>melhores do que os tempos<br>atuais. |
| José Donizete;<br>50 anos;<br>Professor de<br>História | Campo Grande –<br>Praça Ary Coelho                            | 28/01/13    | Wilson Martins<br>(PMDB) | Por gostar das propostas, pelo<br>seu caráter democrático e<br>participativo.   |
| Lourival Oliveira<br>63 anos;<br>Cantor                | Campo Grande –<br>Praça Ary Coelho                            | 28/01/13    | Wilson Martins<br>(PMDB) | Era o melhor candidato.<br>Lourival fazia parte do Grupo<br>Sul-Mato-Grossense, que<br>animou vários comícios do<br>PMDB.   |
| Valdemir Andrade<br>Miranda<br>63 anos<br>Doceiro      | Campo Grande –<br>local de trabalho<br>(Rua 7 de<br>setembro) | 23/01/13    | Wilson Martins<br>(PMDB) | Gostava das propostas do<br>candidato e era fã de Plínio<br>Barbosa Martins, irmão de<br>Wilson.  |
| Jorcelino Costa<br>62 anos;<br>Pipoqueiro              | Campo Grande –<br>local de trabalho<br>(Rua 14 de julho)      | 28/01/13    | Wilson Martins<br>(PMDB) | Por representar as vontades de<br>mudança de muitas pessoas.  |

|   |   |          |                       |  |
|---|---|----------|-----------------------|--|
| Evandro Martins<br>53 anos<br>Professor de Sociologia | Vicentina – residência própria                          | 20/01/14 | Wilson Martins (PMDB) | Por ser professor, pertencia ao SIMTED de Fátima do Sul, estava cansado do estilo autoritário do governo Pedrossian.                         |
| Josué Batista<br>60 anos<br>Vendedor                  | Dourados – Praça Antônio João                           | 29/01/14 | Wilson Fadul (PDT)    | Por votar no candidato Ramão Perez, que era a candidato a prefeito de Dourados pelo PDT. Acreditava que Fadul era um bom nome.               |
| Antônio Pereira de Lima<br>65 anos<br>Aposentado      | Dourados – Praça Antônio João                           | 29/01/14 | José Elias (PDS)      | Sempre achou Zé Elias um bom administrador. Sua gestão fez muito por Dourados.   |
| Manoel da Silva Souza<br>70 anos<br>Pedreiro          | Dourados – Praça Antônio João                           | 29/01/14 | José Elias (PDS)      | Sempre votou em Zé Elias, desde a primeira vez em que foi candidato a prefeito, nas eleições de 1972, e perdeu para João da Câmara.          |
| Orlando Farias<br>50 anos<br>Ajudante geral           | Dourados – Praça Antônio João                           | 29/01/14 | Wilson Martins (PMDB) | Acreditava que tinha as melhores propostas, já que Mato Grosso do Sul, segundo ele, estava sofrendo com o governo de Pedro Pedrossian.       |
| Josefa de Oliveira Silva<br>70 anos<br>Vendedora      | Dourados – Praça Antônio João                           | 29/01/14 | José Elias (PDS)      | Gostava muito das obras do governo Pedrossian e acreditava que, com José Elias, elas iriam continuar no estado.                              |
| Maria Machado da Costa<br>67 anos<br>Cozinheira       | Dourados – Praça Antônio João                           | 29/01/14 | Wilson Fadul (PDT)    | Seu marido era muito amigo do candidato a prefeito pelo PDT, Ramão Perez.  |
| Francisco Pereira da Silva<br>75 anos<br>Mecânico     | Dourados – Praça Antônio João                           | 29/01/14 | José Elias (PDS)      | Representava o melhor programa para Dourados, e também porque havia feito muitas obras em Dourados.  |
| Rosa Correia do Nascimento<br>73 anos<br>Dona de casa | Dourados – Praça Antônio João                           | 29/01/14 | José Elias (PDS)      | Era um prefeito muito bom e que fez muitas obras no município, principalmente na zona rural, área em que ela mora até hoje.                  |
| Juarez de Oliveira                                    | Vicentina – local de trabalho                           | 14/02/14 | José Elias (PDS)      | Morava no distrito de Culturama na época, e por seus pais trabalharem como cabos eleitorais para Zé Elias.                                   |
| André Honorato<br>60 anos<br>Marceneiro               | Vicentina – local de trabalho                           | 02/03/14 | Wilson Martins (PMDB) | Acreditava numa sociedade socialista, por isso militava no MDB. Juntamente com o médico André Puccinelli, saiu candidato a vereador em 1982. |
| Hélio da Silva Miranda<br>68 anos<br>Comerciante      | Culturama – distrito de Fátima do Sul – em casa própria | 15/03/14 | José Elias (PDS)      | Ouvia muito falar do ex-prefeito de Dourados e das obras que ele fez na cidade e na zona rural.  |

Elaborado pelo autor da dissertação, por meio de dados coletados na enquete.

Essa enquete foi pensada, por meio das conversas com o professor orientador desta pesquisa, como uma forma de tentar ouvir algumas pessoas que participaram daquela eleição e também tentar conseguir cidadãos que se lembrassem da eleição ocorrida há mais de 30 anos. Em muitos casos não foi fácil, pois tratava-se de entrevistar pessoas as quais, muitas vezes, devido à cultura de não se interessar pelos debates políticos, não têm uma participação ativa nos meios políticos do país, e acabam se esquecendo facilmente em qual candidato votou nas eleições de que participaram. Contudo, foi possível, graças a um esforço muito grande, encontrar pessoas comuns que se lembravam e que aceitaram participar da experiência. Conforme escreve Michael Pollak:

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “Memória oficial”, no caso a memória nacional (POLLAK, 1989, p. 2).

Na verdade, ao adotar o procedimento de entrevistas curtas com essas pessoas, não foi possível observar essa oposição à memória oficial, como diz Pollak. Pelo contrário, um dos entrevistados, o senhor João Xavier, que fora candidato pelo PDT a vereador em Campo Grande, demonstrou estar bem mais favorável à “memória nacional” dos tempos de ditadura, construída e difundida naquele período como uma época de crescimento econômico, de construção do Brasil forte, quando ele relata que “achava que naqueles tempos de ditadura as coisas eram melhores, existia mais ordem”.

Por outro lado, e de acordo com o que escreve o historiador René Rémond, as eleições representam “um indicador do espírito público, um revelador de opinião pública” (RÉMOND, 2003, p. 40). Dessa forma, pode-se constatar que, ao ouvir este pequeno grupo de 20 eleitores, isto possibilitou fazer uma pequena avaliação de como, guardadas as devidas proporções, parte dos eleitores votaram ou se comportaram ao poderem exercer, após 16 anos, o direito do voto para escolha do governador do estado no qual residiam; em outras palavras, conseguiu-se ter uma ideia, mínima que seja, de como a memória de pessoas comuns guarda um fato histórico tão rico vivido há mais de 30 anos.

O resultado da enquete mostrou o caráter acirrado daquela eleição e a maior vantagem que obteve o candidato Wilson Martins na cidade de Campo Grande. Enquanto, em Dourados, a enquete confirmou o favoritismo de José Elias na cidade em que fora prefeito. Em outros municípios onde o levantamento foi feito em menor escala, percebe-se uma posição mais voltada para o candidato José Elias, confirmando o apreço a este por parte do eleitorado de algumas cidades interioranas.

É possível observar também que, para a maioria dos entrevistados, o voto nos candidatos se deu por motivos menos ideológicos e mais pragmáticos, ou seja, para muitos, pesou o fato do candidato Zé Elias ter sido um bom prefeito, demonstrado ser bom tocador de obras. Isso nos permite, de certo modo, discutir uma característica de boa parte da população brasileira, qual seja, o voto dado muitas vezes na pessoa e não no partido político ou na ideologia defendida por determinado candidato. O que não significa dizer que a maioria da população não saiba votar.

Crê-se que isso se dê por um processo histórico de dominação colonial enfrentado pelo Brasil, onde alguns grupos de população sempre estiveram à margem do sistema político. Para José de Souza Martins:

A anomia brasileira se caracteriza pelo desencontro de temporalidades que se cristalizam em determinadas situações sociais e em determinados grupos sociais residuais ao longo da história. São grupos que ficaram à margem dos processos dominantes, abandonados e descartados por falta de um projeto político de Estado, abrangente, integrativo e participativo. As elites e o Estado têm atuado de maneira historicamente irresponsável em relação às populações que foram ficando abandonadas no curso do processo histórico [...] (MARTINS, 2011, p. 37).

Para Maria Victória de Mesquita Benevides (1996), a ideia de que a população não sabe votar é uma visão ideológica, “de um certo conservadorismo elitista”. (BENEVIDES, 1996, p. 80). Para a autora, existe um discurso muito presente entre a população brasileira de que a participação popular seria algo fútil, inútil, devido a esse suposto não entendimento, por boa parte da população, a respeito da política. Porém, a autora explica a importância da participação popular na democracia representativa, ao escrever que: “O pressuposto da democracia consiste em reconhecer que a manifestação da opinião pública não está submetida a uma via de mão única – mas, ao contrário, supõe escolha entre várias possibilidades e, sobretudo, a reversão de escolhas já feitas” (Idem, 1996, p. 86).

#### **4. ENTRE SINDICALISTAS, LIBERAIS, COMUNISTAS E EX-ARENISTAS: A COMPOSIÇÃO DO PMDB QUE VENDEU AS ELEIÇÕES AO GOVERNO DE MATO GROSSO DO SUL**

Falar em vitória da oposição à ditadura militar por meio da vitória do PMDB ao governo do estado de Mato Grosso do Sul, e pela conquista da única vaga no Senado Federal no pleito de 1982, requer algumas análises para se entender como estava composto o partido no estado.

Em primeiro lugar, para proceder a essas análises, retoma-se, com maiores detalhes, as considerações efetuadas no primeiro capítulo sobre a história do MDB/PMDB em Mato Grosso/Mato Grosso do Sul. O partido nasceu em 1966, sob liderança dos deputados federais Wilson Barbosa Martins e Vicente Bezerra Neto. Cada um vinha de uma trajetória política diferente, como escrevem Eronildo Barbosa e Tito Carlos (2006):

Bezerra Neto era corumbaense, advogado, que iniciou sua vida política no PSD. Depois, na eleição de 1947, filiou-se ao PCB para disputar uma vaga de deputado estadual. Mais tarde, no final da década de 1940, ajudou a construir o PTB, tornando-se liderança dessa agremiação. [...] Wilson começou sua vida política na UDN, em 1947 (OLIVEIRA& SILVA, 2006, p. 30).

Pertencer ao PMDB, naquele início do bipartidarismo, correspondia a arriscar algumas possibilidades de liberdade que se podia ter em meio àquela situação de autoritarismo vigente. Wilson Martins relata que fazer reuniões do MDB era algo perigoso para aqueles que não apoiaram o golpe:

Fazíamos reuniões pequenas para sondar o terreno, para ver como estava o ânimo do pessoal. Nessa época, tínhamos muito cuidado para não expormos as pessoas à sanha dos nossos adversários, porque frequentemente nossa casa era vigiada por olheiros da ADEMAT. Eles queriam saber quem entrava ou saía da minha casa (Entrevista de Wilson Barbosa Martins concedida a OLIVEIRA& SILVA, 2006, p. 31).

Em entrevista com Arnaldo Cassemiro dos Santos, pecuarista e antigo militante do MDB/PMDB em Fátima do Sul, que chegou a ser candidato a prefeito do município em 1969, pelo partido, este relata as dificuldades para se conseguir montar o diretório e conquistar votos:

[A necessidade de se lançar candidato a prefeito em Fátima do Sul era para] Arregimentar o partido, fortalecer o partido. Fazer nome no partido. Vamos dizer assim, o MDB ele queria se fortalecer, e não tinha como, não tinha elementos, nós formamos o diretório com 7 pessoas... Todo mundo tinha medo da política. O povo tinha um medo danado. Aliás, até os eleitores tinham medo de votar, porque mesmo que você tivesse amizade com as pessoas, tudo, a pessoa não votava com medo. Por quê? Foi logo no começo da revolução, porque a revolução ela repercutiu por vários anos... morria gente<sup>159</sup>.

Com poucas lideranças representando o partido, e uma estrutura inicial modesta, o MDB de Mato Grosso tinha dificuldades para se organizar num estado de grande extensão territorial e com precária infra-estrutura logística, conforme Silva e Oliveira:

Em função do tamanho do estado, e da deficiência de transporte e comunicação, na época, coube a Bezerra Neto a responsabilidade de organizar o partido na região norte. Wilson Martins ficou com a região sul. Essa não era uma divisão formal.

---

<sup>159</sup> SANTOS, Arnaldo Cassemiro dos. *Entrevista*. Dourados, 3 mar. 2014.

Tinha como objetivo racionalizar o trabalho político, pois era muito difícil fazer política na oposição e em um Estado carente de estradas (Idem, p. 32).

Mesmo sob essas condições, o partido concorreu às eleições de 1966, que preencheriam vagas de prefeito, vereador, deputado estadual, deputado federal e senador. Ainda conforme Silva e Oliveira (2006), em Campo Grande, que na época se destacava como a cidade mais importante do sul do estado, foram lançadas legenda e sublegenda do MDB com 3 nomes: Plínio Barbosa Martins, Artur D'Ávila Filho e Nelson Borges de Barros. Em disputa acirrada contra uma legenda e uma sublegenda da ARENA, cujos candidatos eram Levy Dias e Cândido Rondon, respectivamente, venceu Plínio Martins. Além de conquistar 4 cadeiras da Câmara de Vereadores daquela cidade, com Plínio Rocha, Estácio Eudociak, Jeferson de Almeida e Campanhã de Souza. Em outras 3 cidades, todas do antigo Sul de Mato Grosso, o MDB elegeu prefeitos: Altino Pereira Dias, em Rochedo; Michel Tomé, em Três Lagoas, e Amyntas Mônaco, em Guia Lopes da Laguna.

Para deputado estadual foram eleitos: Julio de Castro, Carlos Medeiros, Américo Porfírio, Altair Brandão, Agápito Boera e Walter de Castro. Para deputado federal, Wilson Martins e José Feliciano.

Contudo, um fato marcou a trajetória do MDB no estado: a cassação do deputado Wilson Martins pelo AI-5, juntamente com vários outros parlamentares do MDB em todo o Brasil.

Em 1970, Plínio se destacou na disputa ao Senado, contra Filinto Müller (ARENA) e Rachid Derzi (ARENA). Filinto venceu, porém Plínio obteve mais de 80 mil votos. Foram eleitos deputados estaduais: Cleómenes Nunes da Cunha e Cecílio de Jesus Gaeta.

Em 1974, o MDB voltou a crescer e foram eleitos para deputado federal: Walter de Castro e Antônio Carlos de Oliveira. Os deputados estaduais foram: Valter Pereira, Cleómenes Nunes, Cecílio de Jesus, Sérgio Cruz, Carlos Bezerra e Henrique Freitas.

A disputa pela vaga de senador teve como candidato Vicente Bezerra Neto, que perdeu a eleição para Antônio Mendes Canale (ARENA) por pouco mais de 30 mil votos.

Nas eleições de 1976, a disputa pela prefeitura de Campo Grande teve, como candidatos do MDB, Sergio Cruz, Elói Pereira e Plínio Rocha. Uma cisão no partido naquela ocasião acabou ajudando na derrota para o candidato da ARENA, Marcelo Miranda Soares. As prefeituras conquistadas pelo partido foram: Anaurilândia, com Napoleão de Lima; Aparecida do Taboado, com Orálio de Queirós; e Jardim, com Fernando Freitas. Foram eleitos 53 vereadores em 22 municípios.

Com a divisão de Mato Grosso, em 1977, o MDB de Mato Grosso do Sul disputou sua primeira eleição em 1978. Foram lançados ao Senado: Plínio Martins e Humberto Neder, numa disputa contra os ex-governadores de Mato Grosso, Pedro Pedrossian e José Fragelli. Plínio, apesar de perder, obteve 130.652 votos, e Neder 11.456.

Os deputados eleitos foram os seguintes: Antônio Carlos de Oliveira e Walter de Castro para a Câmara dos Deputados. Para a Assembleia Estadual Constituinte: Odilon Nacasato, Onevan de Matos, Roberto Orro, Sergio Cruz, Cecílio de Jesus Gaeta e Getúlio Gideão.

A partir desse contexto, é interessante notar que o MDB, apesar de toda a falta de estrutura no estado naquele período, conseguia expor suas ideias e conquistar votos, haja vista o número de parlamentares que a legenda conseguiu eleger ao longo de mais de 10 anos.

#### **4.1. A composição udenista e pessedista**

O PMDB que chegou ao poder executivo em Mato Grosso do Sul tinha nas figuras de Wilson e Plínio os principais representantes da extinta UDN, considerados como progressistas, em contraste com as posições retrógradas do principal líder da legenda, Carlos Lacerda. No entanto, os líderes políticos que romperam com Pedro Pedrossian após a chegada deste, em outubro de 1980, à chefia do Executivo estadual (Rachid Derzi, Marcelo Miranda, João Leite Schmidt, Ruben Figueiró, José Fragelli e Lúdio Coelho) e que, em 1982, acabaram por engrossar as fileiras do PMDB, devido à fusão PP-PMDB, também vinham de uma longa atuação nas legendas conservadoras que apoiaram o golpe de 1964 e consequentemente a ditadura militar, quais sejam, UDN e PSD.

A União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD<sup>160</sup>) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) nasceram em 1945, nos momentos finais da ditadura do governo Getúlio Vargas.

A UDN nasceu, de acordo com Maria Victoria Benevides, no final da ditadura do Estado Novo, em 1945, como uma “Ampla frente de oposição [...] surge como um movimento agregador das mais variadas tendências políticas e raízes históricas” (BENEVIDES, 1981, p.

---

<sup>160</sup> É necessário ressaltar, para evitar anacronismo, que atualmente no Brasil a sigla PSD é usada pelo Partido Social Democrático, homônimo do PSD, do chamado período democrático (1945-1964). Porém, aquele nasceu em setembro de 2011 de uma dissidência no Democratas (DEM) – antigo Partido da Frente Liberal (PFL) –, sob a liderança do então prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, e do então vice-governador de São Paulo, Guilherme Afif Domingos.



28). A composição deste partido, contrário ao estilo trabalhista e populista de Getúlio Vargas e de seu PTB, era variada, o que nos leva a concordar com a autora quando ela diz ser “um partido de variadas tendências políticas”. Em concordância com Hélio Jaguaribe, a autora cita que: “A UDN foi ‘conservadora-tradicional’ no meio rural e ‘conservadora-liberal’ nos meios urbanos” (JAGUARIBE, 1962, p. 23 *apud* BENEVIDES, 1981, p. 212).

Fernando de Castro Além (2011), ao analisar a UDN, escreve que o partido se caracterizava por posições contraditórias, devido a essa composição heterogênea:

A retórica liberal quando de sua fundação se metamorfoseia na defesa dos postulados antidemocráticos, o que ficou bem claro a partir da Era Kubitschek. Mesmo emergindo uma facção mais progressista no interior do partido – a *Ala bossa nova* –, contraditoriamente a UDN contestava constantemente os resultados eleitorais, recorrendo sempre que considerasse necessário à tentativa de golpe nesse período democrático, em associação com os quartéis, mais especificamente aqueles vinculados à Escola Superior de Guerra (ALÉM, 2011, p. 52).

Em Mato Grosso uno, semelhante à situação em nível nacional, a UDN e o PSD constituíam-se nos partidos de maior expressão política, juntamente com o PTB. Sobre isso Maria Manuela Novis Neves, no tocante à UDN, aponta que:

Apesar da peculiaridade dessas bases populares da UDN em Cuiabá, o padrão mato-grossense das bases udenistas e pedessistas segue as linhas essenciais do padrão nacional: a UDN e o PSD assentam-se nas classes médias urbanas, e, igualmente, dividem entre si o apoio mais significativo das classes rurais [...] Porém, do contraditório caráter popular-elitista da formação udenista inicial, o que prevaleceu foi o elitismo e a conseqüente perda da possível substância ideológica que lhe garantiu, nos primeiros anos, bases mais populares e de classe média baixa (NEVES, 1988, p. 142).

Quanto ao PSD, o partido criado para inicialmente agrupar os políticos interventores de Getúlio Vargas, Lucia Hippolito escreve:

Partido de centro ou mesmo de centro-esquerda, como querem alguns de seus membros, o PSD foi o mais importante partido do regime da Constituição de 1946. Por sua atuação e influência na própria dinâmica do processo político, pode-se dizer que o PSD deu o tom da política brasileira do período (HIPPOLITO, 1985, p. 37).

Para que se possa ter uma melhor compreensão das legendas PSD, PTB e UDN no estado de Mato Grosso, faz-se aqui uma reprodução da tabela com os resultados eleitorais para governador elaborada por Novis Neves.

**Quadro 12. Eleições para o governo de Mato Grosso 1947-1965: candidatos e respectivos partidos/coligações**

| ELEIÇÃO | CANDIDATOS               | CARGOS     | PARTIDO/COLIGAÇÃO |
|---------|--------------------------|------------|-------------------|
| 1947    | Arnaldo E. de Figueiredo | Governador | PSD-PTB(ELEITO)   |

|      |  |                    |                                     |
|------|--|--------------------|-------------------------------------|
|      | Dolor F. de Andrade                              | Governador         | UDN-PR                              |
| 1950 | Fernando Corrêa da Costa<br>João Leite de Barros | Governador<br>Vice | UDN( <b>ELEITO</b> )<br>UDN         |
|      | Filinto Müller<br>Antônio Costa Marques          | Governador<br>Vice | PSD<br>PSD                          |
| 1955 | João Ponce de Arruda<br>Henrique José Neto       | Governador<br>Vice | PSD-PTB( <b>ELEITO</b> )<br>PSD-PTB |
|      | Rachid Saldanha Derzi<br>Otacílio F. da Silva    | Governador<br>Vice | UDN-PSP<br>UDN-PSP                  |
| 1960 | Fernando Corrêa da Costa<br>José Garcia Neto     | Governador<br>Vice | UDN( <b>ELEITO</b> )<br>UDN         |
|      | Filinto Müller<br>Cícero de Castro Faria         | Governador<br>Vice | PSD<br>PSP                          |
|      | Wilson Fadul                                     | Governador         | PTB                                 |
| 1965 | Pedro Pedrossian<br>Lenine Póvoas                | Governador<br>Vice | PSD-PTB( <b>ELEITO</b> )<br>PTB-PSD |
|      | Lúdio Martins Coelho<br>Hermes R. de Alcântara   | Governador<br>Vice | UDN<br>UDN                          |

Fonte: NEVES, Maria Manuela Renha de Novis (1988)

O que se percebe é que há uma polarização entre os dois principais partidos políticos daquela época, ora a UDN estava no comando do Executivo estadual, ora o PSD, tendo como fiel escudeiro o PTB.

Com o a implantação do bipartidarismo, em 1966, os líderes políticos do estado ficaram divididos entre a ARENA e o MDB. Dos nomes que foram referidos na tabela da página anterior, a maioria escolheu a Aliança Renovadora Nacional, por ser esta a legenda governista. Outros, como Wilson Fadul, preferiram não se filiar a nenhum destes. No início da ditadura, Fadul tentou se articular com os líderes que pretendiam formar a Frente Ampla em defesa da democracia no Brasil, mas que não vingou devido ao AI-5. Com o endurecimento do regime, Fadul retorna para o Rio de Janeiro e, tempos depois, vai estudar em Paris.

Em relação a essa composição do PMDB, escreve Marisa Bittar (1998):

Por sua vez, o movimento de oposição à ditadura era heterogêneo: englobava segmentos provenientes de grupos, camadas e classes sociais diversas, cujos interesses na luta travada contra o regime militar não eram idênticos. Existiam, no seu interior, ideologias diferenciadas, que iam do liberalismo ao socialismo, espelhando as diferenciações de classe inerentes a qualquer movimento social contrário a uma ditadura com as características da brasileira. Mas esse mesmo movimento possuía uma base de unidade que era a luta pelo restabelecimento de um regime democrático e tinha, ainda, uma peculiaridade proveniente do fato de existir um único partido opositor legal no cenário político brasileiro: o MDB (BITTAR, 1998, p. 27).

Para uma melhor análise, traz-se a tabela abaixo, com alguns dados característicos dessas figuras públicas, onde se pode perceber que todos tiveram cargos eletivos ou de confiança filiados aos partidos descritos na página anterior.

**Quadro 13. Principais nomes da fusão PP e PMDBem MS e seu passado político**

| <b>NOME</b>         | <b>PARTIDOS ANTERIORES</b> | <b>CARGOS PÚBLICOS</b>   |
|---------------------|----------------------------|--|
| Marcelo Miranda     | ARENA, PDS e PP            | Engenheiro. Diretor da DERMAT e CEMAT no governo Pedro Pedrossian (1966-1970), em Mato Grosso uno. Prefeito de Campo Grande, eleito em 1976. Governador de Mato Grosso do Sul (1979-1980).   |
| Lúdio Coelho        | UDN, ARENA, PDS e PP       | Pecuarista. Presidente do Banco Agrícola de Dourados (1959), diretor do Banco Financial. Candidato a governador de Mato Grosso uno em 1965, derrotado por Pedrossian (PSD).  |
| Rachid Derzi        | UDN, ARENA, PDS e PP       | Médico. Prefeito de Ponta Porã (1942-1945 e 1950-1954). Vereador (1947-1950). Deputado federal(1955-1967). Deputado estadual (1967-1971). Senador (1971-1978). Senadorbiônico, eleito em 1979.                                       |
| João Leite Schimidt | ARENA, PDS e PP            | Advogado. Deputado federal (1979-1983). Secretário de Estado (1979-1980) no governo Marcelo Miranda.   |
| José Fragelli       | UDN, ARENA, PDS e PP       | Advogado. Deputado estadual (1947-1954).Deputado federal (1955-1959). Governador de Mato Grosso uno (1970-1974). Tornou-se senador, em 1980, ao assumir a vaga de Pedrossian, que havia renunciado para governar Mato Grosso do Sul. |
| Mendes Canale       | ARENA, PDS e PP            | Advogado. Prefeito de Campo Grande(1970-1973). Senador eleito em 1974 por Mato Grosso uno, opta por ficar em Mato Grosso do Sul, com a divisão, em 1977.   |
| Ruben Figueiró      | UDN, ARENA, PDS e PP       | Advogado. Deputado estadual (1970-1978) e federal (1979-1983)  |

Fonte: Dados biográficos dos senadores de Mato Grosso do Sul, disponibilizado por meio da assessoria do senador Delcídio do Amaral (PT-MS), em 24 de janeiro de 2006; site da Câmara dos Deputados. Acessadodia 2 mar. 2014;*Correio do Estado*. Entrevista do senador Ruben Figueiró (PSDB), 16 mar. 2014, p. 5, e FAGUNDES, Lourival M.*Lúdio Coelho*. Campo Grande: Ed. Gráfica Nacional: FUNLEC, 2011.

#### **4.2. A composição de esquerda**

Se os políticos oriundos da fusão PP-PMDB desenvolveram um papel decisivo para a vitória de Wilson Barbosa Martins para governador do estado, a militância de grupos de esquerda – principalmente os que militavam no Partido Comunista Brasileiro (PCB), que desde 1947 se encontrava na ilegalidade – ou centro-esquerda, como sindicatos de

trabalhadores da construção civil, de professores, movimentos comunitários de bairros, foram outros setores que deram sustentação àquela candidatura, num estado onde o governador, afamado por construir grandes obras, inaugurava conjuntos residenciais, centros esportivos, rodovias, parques em praticamente todo o estado, como se pode observar em extensa matéria publicada no *Diário da Serra* de 15 de novembro de 1982<sup>161</sup>.

Contudo, apesar dessas inúmeras obras, o tratamento dispensado pelo governo Pedrossian aos funcionários públicos estaduais não agradava àquele setor, como é o caso da categoria do magistério, onde o estilo autoritário do governo chegava a pontos de perseguição a determinados funcionários por estarem apoiando a candidatura do PMDB. Isso deu enorme vantagem aos movimentos sociais da época, que vinham há muito tempo combatendo o regime autoritário no Brasil e em Mato Grosso/Mato Grosso do Sul.

No caso dos sindicatos, o trabalho de Eronildo Barbosa da Silva, sobre o sindicalismo no sul do antigo Mato Grosso, revela que os primeiros anos de funcionamento dos mesmos foram difíceis, alguns chegando a ser fechados, como por exemplo, associações de professores em Dourados e Corumbá (Cf. SILVA, 2005, p. 152), tamanho a dificuldade de se conseguir filiados num contexto onde contestar o governo era algo que poderia acabar numa detenção para alguns interrogatórios. Para Eronildo Barbosa:

O fato de as liberdades democráticas estarem suspensas em todo o país representou um duro golpe para a ação sindical. Só havia espaço de atuação para os sindicatos considerados pelegos, aqueles que faziam o jogo dos militares. Assim, na prática, a maioria das entidades fechou suas portas ou passou a atuar precariamente (SILVA, 2005, p. 149).

É importante destacar que o município de Corumbá possui um histórico de movimentos sociais ligado aos trabalhadores do Rio Paraguai, que, conforme demonstra o historiador Vitor Wagner Neto de Oliveira (2005), em pesquisa sobre esses personagens, intitulada *Estrada móvel, fronteiras incertas: os trabalhadores do Rio Paraguai (1917-1926)*, teve nos marítimos um grupo importante “na constituição do movimento operário no Sul de Mato Grosso, como categoria combativa e que primeiro se organizou em associações, grêmios e federações [...]” (OLIVEIRA, 2005, p. 127). Dessa forma, Corumbá, certamente, teve papel relevante na luta sindical no período da ditadura militar brasileira.

Em outro trabalho de Eronildo, intitulado *Educação e sindicalismo em Mato Grosso do Sul* (1997), o historiador escreve que:

---

<sup>161</sup> A matéria se intitulava *MS: um canteiro de obras*, e trazia em 4 páginas, ao lado de propagandas de candidatos tanto do PDS quanto do PMDB, as obras realizadas em grande parte dos municípios do estado.

Nesse quadro, em que estudantes, trabalhadores, políticos e intelectuais estavam sendo presos e cassados em todo país, a atividade sindical mais combativa no Sul de Mato Grosso ficou adormecida até o final dos anos setenta, oportunidade em que a situação nacional permitiu a reorganização do sindicalismo. Por outro lado, com a criação do Estado de Mato Grosso do Sul, em 1977, foi possível a criação de estruturas sindicais de base estadual, como a FEDERASUL [Federação dos Servidores de Mato Grosso do Sul], FETAGRI, Sindicato dos Eletricitários, entre outros (SILVA, 1997, p. 23).

A divisão de Mato Grosso ocorreu num momento histórico de ampliação das lutas sindicais, com destaque para os metalúrgicos da região do ABC paulista. Desse modo, como enfatiza Eronildo Barbosa, foram criadas duas entidades sindicais de grande importância para o movimento sindical no estado: a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Mato Grosso do Sul, sob a liderança de Pedro Ramalho, já referida na citação acima, e a Federação dos Professores de Mato Grosso do Sul<sup>162</sup> (FEPROSUL), que teve como primeiro presidente o professor Eusébio Garcia Barrios, e vice-presidente, o professor Wilson Valentim Biasotto, entre 1979 e 1980.

Outra dificuldade, revelada por sindicalistas entrevistados por Eronildo Barbosa, diz respeito à inexperiência de líderes no que diz respeito à legislação sindical, como esta onde o ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Campo Grande, Rui Elias, relata:

Com a organização do nosso sindicato de metalúrgicos em Campo Grande, em 1980, começamos a nos preparar melhor para a atividade sindical. Eu já tinha experiência, porque tinha sido diretor do Sindicato dos Marítimos. No entanto, muitos companheiros que dirigiam sindicatos pouco sabiam sobre a legislação sindical e outros assuntos da mesma área. A situação era difícil e tudo fechado para a gente. Nós não tínhamos assessoria nem jurídica nem sindical. Para resolver nossas dificuldades muitas vezes tivemos que procurar os velhos militantes comunistas para nos ajudar a interpretar as leis e traçar os planos sindicais do sindicato. Os que mais nos ajudavam eram o Acelino Granja, ex-presidente do Sindicato dos Charreteiros e Carroceiros de Campo Grande e antigo militante do PCB, e João Jovelino, ativista sindical da construção civil. Agora no início de 1980, as coisas começaram a melhorar, pois um grupo de advogados recém-saídos da universidade, como João José de Souza Leite, Marcelo Barbosa e Celso Pereira passaram a nos ajudar (Entrevista de Rui Elias concedida a Eronildo Barbosa da Silva. 2005, p. 157-158).

Em relação à FEPROSUL, esta federação contribuiu de modo significativo para o avanço das lutas por redemocratização em Mato Grosso do Sul. Para os autores Wilson Biasotto e Laerte Tetila, a fundação da mesma se deu, pois:

Sem dúvida, a caótica situação do magistério conduzia as lideranças que se estavam formando a nível municipal, à busca de soluções. Essa busca levou evidentemente a indagações e essas indagações por sua vez levaram a uma conclusão óbvia: sozinhas as associações municipais pouco podiam. Havia conseqüentemente uma postura, ao

---

<sup>162</sup> Conforme Ciro José Toaldo (2003), em outubro de 1989, durante o XVI Congresso Estadual da FEPROSUL, entre as mudanças advindas com a reformulação do estatuto da federação, a entidade teve seu nome trocado, por meio de uma eleição, para Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (FETEMS).

menos de expectativa, no sentido de se construir uma Associação a nível estadual (BIASOTTO & TETILA, 1991, p. 50).

Alguns exemplares do jornal *Quadro Verde*, órgão oficial da FEPROSUL, demonstram como era o combate ao estilo considerado centralizador e autoritário do governo Pedrossian. O exemplar de abril de 1982<sup>163</sup> revela, entre outras coisas, a primeira marcha, seguida da primeira greve que o professorado realizou no estado. Para a entidade, foi uma forma de desmistificar o “mito Pedrossian”, tido como temível por muitos daqueles que não haviam experimentado o estilo de governo quando ele fora governador de Mato Grosso uno.

Outra matéria que demonstra as arbitrariedades cometidas pela gestão Pedrossian é a que trata da demissão de diretores escolares, sem justa causa:

Usando da mesma arbitrariedade com que afastou do cargo vários Diretores de Escola no município de Dourados, Pedrossian afastou também alguns Diretores em Campo Grande. Temendo manifestações dos professores, Pedro agiu no silêncio. Quando iniciou o período de férias no mês de julho, o ato de demissão, sem justificativas, foi publicado no D.O. Desta feita, Vera Alba Congro Bastos, diretora da Escola Joaquim Murtinho, habilitada e comprovada para a função, depois de longos anos à frente da Escola, estava demitida. Para seu lugar um desconhecido professor de Educação Física, contrariando todas as leis estatuídas neste Estado. Pedro vem perdendo terreno em cada ato desta natureza. Sabe muito bem disso. O magistério ainda não absorveu o impacto do tratamento de choque dispensado por sua administração, e o reflexo de tamanha burrice política se fará repercutir nas urnas. Quem viver verá! (PEDRO demite diretoras. *Quadro Verde*. Dourados, ano 3, n. 14, jul. 1982, p. 6).

O cargo de direção escolar nesse período era totalmente ligado ao governo do estado, como descreve Marisa Bittar, em artigo intitulado *A esquerda e as políticas educacionais de Mato Grosso do Sul (1983-2006)*: “[...] Até então, as relações internas da escola eram marcadas pelo autoritarismo e centralismo das decisões, situação que chegou ao auge no governo de Pedrossian (1980-1982) [...]” (BITTAR, 2009, p. 171). A atitude tomada pelo governo demonstra que, de certa forma, o estilo do governo, tido como autoritário por diversos pesquisadores, não poupava aqueles que estivessem contra esse estilo, seja político, como foi o caso do prefeito Levy Dias (que o desafiou ao teimar em se lançar na convenção do PDS, com vistas a disputar o cargo de governador, e que teve como resultado a demissão do cargo de prefeito), sejam funcionários de escola estadual.

O Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundado em 1922, se destacou, dentre os partidos de esquerda, como o de maior expressão. Segundo Marcelo Ridenti, no período anterior ao golpe de 1964:

---

<sup>163</sup> O mito Pedrossian. *Quadro Verde*. Dourados, ano III, n 12, abr. 1982, p. 12.

Alguns partidos e movimentos de esquerda atuavam expressivamente no cenário político brasileiro no início dos anos 1960. Predominava o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que embora ilegal, viveu seu apogeu naquele período, quando contou com muitas adesões e suas ideias influenciaram a luta política e sindical, e até mesmo as diretrizes do próprio governo federal (RIDENTI, 2010, p. 27).

O partido tinha atuação forte no interior do MDB, desde o final dos anos 1960, como foi decidido pelas resoluções do partido, assunto esse descrito no capítulo 2. Marisa Bittar (1998) escreve que:

O PCB, ilegal desde 1947, devido à política reacionária do governo Dutra, e forçado à clandestinidade, após o golpe de Estado de 1964, dedicou-se à luta antiditatorial, optando pela ação política de base com o objetivo de organizar a sociedade civil contra o regime militar (BITTAR, 1998, p. 29).

Essa luta anti-ditatorial era feita principalmente por meio da filiação de militantes comunistas no MDB. Apesar do surgimento de novos partidos em 1979, a maior parte dos comunistas optou por continuar no MDB/PMDB, que naquele processo de redemocratização vinha se destacando como partido com as maiores chances de vencer os pleitos estaduais no país.

Para Luiz Werneck Vianna, citado pelo historiador Ricardo Rodrigues Alves de Lima:

[...] a forma de resistência à ditadura que abriu caminho para a transição à democracia foi uma das rupturas moleculares, tendo como inspiração principal os temas da democracia política, os quais, sobretudo a partir de meados dos anos 70, foram crescentemente vinculados aos da agenda da democratização social. Foi desse binômio democracia política – democratização social, já identificado, quase duas décadas atrás, como estratégico pela esquerda na *Declaração de Março* [de 1958], que se extraiu uma política de erosão – e não de enfrentamento direto – das bases de legitimação do poder autoritário, combinando-se a eficácia nas disputas eleitorais – então heterodoxamente convertidas em “formas superiores de luta” – com defesa dos interesses do sindicalismo e a explicação de uma nova pauta de direitos a serem conquistados pelos setores subalternos (VIANA, 1997, p. 22-23 *apud* LIMA, 2010, p. 3).

Para Bittar, a atuação do PCB em relação à resistência à ditadura, no período de 1964 a 1982, teve marcas decisivas em dois momentos:

O primeiro, logo após o golpe de abril, quando o PCB considerou que somente a ‘luta de massas’ poderia abrir o caminho para derrotar o regime, conquistar a democracia e levar adiante ‘o processo de transformação revolucionária no Brasil’. O segundo momento importante da participação do PCB na vitória da oposição contra a ditadura militar refere-se ao contexto das eleições de 1982 (Idem, 1998, p. 30).

A respeito da atuação dos comunistas em Mato Grosso do Sul, mais precisamente nas cidades de Campo Grande e Dourados, cidades onde o partido detinha uma estrutura mais

consolidada, alguns entrevistados relataram sobre o “Partidão” naquele momento, como Francisco Fausto Matto Grosso Pereira, Marcelo Barbosa Martins e Clóvis de Oliveira.

Sobre o Partido Comunista em Campo Grande, Fausto Matto Grosso, professor universitário nos tempos da ditadura e que chegou a ser preso pela posição democrática, relata que o mesmo era mais influente nesta cidade:

O partido aqui tinha uma presença muito forte no meio das camadas médias, entre os profissionais... advogados, engenheiros, médicos, né? O movimento estudantil, movimento de professores, movimento de servidores públicos... então nós estávamos dentro desse processo de organizar essas lutas. Fomos responsáveis também pelas ações de organização do movimento de bairro, de favelas, de... organização do movimento sindical, fomos fundamentais na criação de inúmeros sindicatos que nasceram no final da década de 70, começo da década de 80, seja no elo de trabalhadores rurais, aqui o sindicato de maior tradição, que era o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, estava sob intervenção do Ministério do Trabalho, então nós estivemos num, nesse processo de retomada, de reconstrução do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, que funcionava, dava abrigo ao processo de organização... de vários outros sindicatos que começavam ali... era uma espécie duma central sindical, porque quase todo movimento de trabalhadores era organizado a partir de uma infra-estrutura mínima que tinha ali no sindicato da construção civil e... então a nossa atuação se deu na clandestinidade, mas... quem sabia da política... sabia quem era do PCB, e quem não era do PCB, pelo menos os quadros mais destacados do partido eram conhecidos como... como tais. A minha eleição, por exemplo, foi pela legenda, a minha eleição a vereador em 1982, foi através da legenda do MDB. Assim como antes de 64, nós elegemos vereadores aqui até pela UDN, a gente... sem partido legal, a gente buscava... essas formas, atravessada, enviesada<sup>164</sup>.

Como relata Fausto Matto Grosso, as categorias que tinham componentes no Partido Comunista eram geralmente aquelas ligadas aos serviços públicos, e aqueles que ajudaram na formação dos sindicatos no estado.

Já Marcelo Barbosa Martins, em sua fala, descreve sua entrada no PCB e como era composto este partido:

[...] Eu... chego aqui em Campo Grande em 77, advogado recém-formado, e vou trabalhar no escritório do meu pai que era advogado. Meu pai tinha trabalhado vários anos no escritório de Wilson e... em 77 tinha montado um escritório próprio, em que João José de Souza Leite, também recém-formado, trabalhava junto com ele. João José, ligado a causas populares, não me lembro se em 77 já estava no PCB. E eu de 77 a 79 trabalhava nos movimentos populares, no movimento de anistia, junto com Ricardo Brandão, Ricardo Bacha, e outros companheiros como Alfredo Sulzer, e... o PCB era um partido, eminentemente, de classe média, tinha uma boa organização nos estudantes de segundo grau, universitários. Lembro-me da organização entre os estudantes comunistas dentro da FUCMAT, da universidade federal de Campo Grande [UFMS] e... naquele período junto com João José e com Celso Pereira da Silva, que se tornou nos anos 80 delegado do Trabalho, aqui em Mato Grosso do Sul, nós atuamos decisivamente pela reabertura de sindicatos de trabalhadores na região de Campo Grande [...] <sup>165</sup>.

<sup>164</sup> PEREIRA, Francisco Fausto Matto Grosso. *Entrevista*. Campo Grande, 30 set. 2013.

<sup>165</sup> MARTINS, Marcelo Barbosa. *Entrevista*. Campo Grande, 11 nov. 2013.



Aqui pode-se observar que, além do auxílio prestado à formação dos sindicatos, o partido estava engajado em diversos movimentos de organização da sociedade, para a luta pela redemocratização, como é o caso do movimento pela Anistia.

Clóvis de Oliveira, atualmente jornalista em Dourados, iniciou sua militância no Partido Comunista Brasileiro por meio do cargo de presidente da União Douradense dos Estudantes (UDE). O mesmo chegou a viajar para a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), como representante do PCB, para fazer cursos sobre a política comunista. Ele conta como foi o processo para que os militantes comunistas ingressassem no MDB/PMDB:

Agregamos um grupo de jovens da época, militantes do movimento comunitário, sindical, lideranças da sociedade aqui, e entra aí um grupo de mais ou menos umas 40 pessoas e entramos dentro do PMDB pra fazer a política da época, mas com a ideologia do Partido Comunista<sup>166</sup>.

No que diz respeito à atuação do PCB dentro do PMDB, os militantes responderam dando ênfase aos movimentos sociais e à habilidade dos militantes em organizar a resistência à ditadura, como destaca Fausto Matto Grosso:

[...] Nós sempre atuamos... no sentido de organizar, de organizar a resistência, de organizar o MDB, dar consistência programática pro partido... enquanto... partido que tinha a condução do processo de luta contra a ditadura. Então... em muitos momentos duros... da vida do MDB, surgiu inclusive a ideia da auto-dissolução, como protesto... contra a ditadura, dada... eram tão grandes as pressões, eram tão grandes os gargalos que eram criados pela legislação eleitoral, que em alguns grupos, a gente chamava de grupo... grupo dos liberais do MDB, pensou até... radicalizando... pensaram em fechar o partido. Nós atuamos em oposição a essa ideia, mostrando que o MDB era o instrumento que existia pra lutar contra a ditadura, quanto mais reprimido ele fosse, perseguido, quanto maior as dificuldades e golpes ele recebesse, mais ele se fortalecia, foi no final, o que aconteceu. Inclusive a nossa posição era de juntar no MDB o conjunto da oposição. Existiram vários momentos de crise, como lideranças que se desgarravam do governo... pretendiam às vezes ingressar no PMDB, isso causava grandes debates e muita oposição dentro do PMDB, e a nossa política era... que venha, que venha, quer dizer, interessa reforçar o combate à ditadura, quer dizer, a ditadura não foi derrotada nas armas, a ditadura foi derrotada politicamente, a ditadura foi derrotada por uma luta política ampla, e o PMDB era instrumento disso [...]<sup>167</sup>.

Marcelo Barbosa Martins coloca o partido como não muito numeroso dentro do PMDB, mas como organizado: “O PCB não era numeroso dentro do PMDB, mas era

---

<sup>166</sup> OLIVEIRA, Clóvis Pinheiro de. *Entrevista*. Dourados, 17 set. 2013. O entrevistado também foi candidato a vereador em Dourados, como representante do PCB.

<sup>167</sup> PEREIRA, Francisco Fausto Matto Grosso. *Entrevista*. Campo Grande, 30 set. 2013.

organizado, participava do diretório municipal de Campo Grande, participava do diretório municipal de Dourados, participava do regional, então tinha bastante influência nas decisões”<sup>168</sup>.

Não restam dúvidas de que num estado autoritário, legalizado pela Constituição da República, o medo de ser preso, torturado ou até mesmo assassinado, como muitos o foram, dificultava o ingresso e a militância contra o regime.

Carmelino de Arruda Rezende, atualmente militante do PPS<sup>169</sup> de Mato Grosso do Sul, em entrevista ao documentário “MDB/PMDB: 40 anos de luta”, descreve que praticamente todo o MDB chegou a ser confundido com os comunistas, e que para proteger os filiados que não comungavam da ideologia socialista/comunista, existiam alianças com outros setores da sociedade:

O MDB na época era confundido com os vermelhos, com a ameaça comunista. Então era muito difícil realmente atuar dentro do MDB. Portanto, nós dentro do próprio MDB tínhamos a preocupação de estarmos ligados também à Ordem dos Advogados [do Brasil - OAB], aos sindicatos, em suma, ter uma ligação direta com a sociedade civil para nos proteger, inclusive pra proteger o MDB e proteger aquelas pessoas que no MDB não eram de esquerda (Entrevista concedida para o documentário *MDB/PMDB: 40 anos*, 2005).

A imagem a seguir mostra os militantes comunistas reunidos em Campo Grande no ano de 1982. É curioso notar, entre outras coisas, o considerável número de mulheres que participavam da organização.

---

<sup>168</sup> MARTINS, Marcelo Barbosa. *Entrevista*. Campo Grande, 11 nov. 2013.

<sup>169</sup> O Partido Popular Socialista (PPS) nasceu em 1992 de uma reformulação no interior do PCB, convocada através do X Congresso Nacional do partido. As mudanças incluíram uma profunda renovação nos moldes como se pretendia avançar rumo ao socialismo. Os dirigentes que não optaram por seguir essa linha renovada, continuam até hoje no que restou do PCB, que ainda carrega a mesma sigla. Cf. ALMEIDA, Francisco. *PPS uma opção socialista: manifesto, programa, estatuto*. 1992; e História do PPS, no site: <http://portal.pps.org.br/helper/show/164906#>. Acessado dia 15 mar. 2014.

**Imagem 45:** membros do PCB-MS em Campo Grande, 1982



Fonte: Blog do Marco Eusébio: <http://www.marcoeusebio.com.br/garimpando-historia/4>. Acessado em 25 fev. 2014.

Sobre a atuação do Partido Comunista Brasileiro em Dourados, a monografia de especialização em História feita por Ivo Campos da Silva, intitulada *O PCB em Dourados (1978-1985)*, mostra que o mesmo começa a se formar com a chegada do arquiteto Luiz Carlos Ribeiro. Antes disso, segundo o autor, não existe ocorrência da existência de membros do partido na cidade. Luiz Carlos Ribeiro, conforme depoimento concedida a Ivo Campos, relata ter iniciado sua participação no PCB em 1975, quando iniciou seus estudos universitários na cidade de São Paulo, e a militância no movimento estudantil. Para Ivo: “A inserção do partido na vida política douradense desenvolveu-se com a fundação da Associação dos Engenheiros e Arquitetos” (SILVA, 2000, p. 18).

Em outra parte da entrevista concedida por Luiz Carlos a Ivo Campos, aquele relata como se deu a aproximação do PCB com figuras políticas de Dourados, a partir do início da década de 1980:

No início dos anos 80, os atuais membros do PCB conheceram, e se aproximaram do advogado Milton José de Paula, que também tinha exercido cargo de diretor do CEUD e atuado no esporte amador da cidade, atuou também na direção do Operário Futebol Clube. Milton José de Paula, quando acadêmico, conheceu o atual advogado Carmelino de Arruda Rezende, militante do PCB desde 1967. Foi através de Milton de Paula que os comunistas se aproximaram do senhor João da Câmara, um dos fundadores do MDB e ex-prefeito de Dourados por dois mandatos (Entrevista de Luiz Carlos Ribeiro concedida a Ivo Campos, em 28 de agosto de 1999, *apud* SILVA, 2000, p. 19).

Ainda de acordo com Campos, a partir de 1981 a direção estadual do PCB, sediada em Campo Grande, enviou o militante Gilberto Carvalho até Dourados para organizar o diretório naquela cidade. Para Ênio Ribeiro, também entrevistado por Campos, com a existência do PCB em Dourados “inaugurou-se uma forma diferente de fazer política, graças

sobretudo à organização do PCB, que passa a auxiliar as lutas populares, entre as quais o movimento sindical, o movimento estudantil e o movimento comunitário” (SILVA, 2000, p. 21).

É importante ressaltar um dado curioso sobre o PCB em Dourados: o fato de um de seus militantes, o engenheiro civil Guilherme Meldau Neto, ter sido sondado para assumir a secretaria de Obras e Viação na gestão do então prefeito José Elias Moreira, da ARENA. De acordo com o autor Luís Carlos Luciano (2008), Meldau acabou por indicar outro nome, o do também comunista Waldemir Barbosa Vasconcelos. Para Luiz Carlos Ribeiro, entrevistado por Luís Carlos: “Zé Elias tinha a vantagem de não cobrar atestado ideológico de seus auxiliares diretos, justiça seja feita” (Entrevista de Luiz Carlos Ribeiro a Luís Carlos Luciano em 2007, *apud* LUCIANO, 2008, p. 79).

Essa organização do partido em Dourados foi de extrema importância, pois ajudou na luta de diversos segmentos de trabalhadores, como as indústrias alimentícias, construção civil, luta pela reforma agrária, no entanto, estes só se consolidam a partir de 1983, diferentemente do movimento estudantil, liderado pela União Douradense de Estudantes (UDE), como escreve Ivo Campos:

O Partido Comunista em Dourados teve uma atuação mais intensa nesse setor no início dos anos 80, com a aproximação do PCB ao movimento estudantil. [...] Nesse momento, muitos estudantes, tanto universitários como secundaristas, vão aderir ao PCB (Idem, 2000, p. 41).

Sobre o lançamento da primeira candidatura a vereador pela Juventude do PMDB (JPMDB), Ivo Campos destaca a entrevista concedida por Luiz Carlos Ribeiro:

Para vereador, o PCB tinha dois candidatos preferenciais, o médico recém formado Geraldo Resende e o estudante Clóvis de Oliveira. A escolha dos comunistas, no entanto, recaiu sobre o estudante Clóvis de Oliveira, porque o partido entendia que, naquele momento, o nome que mais se identificava com o programa do partido era o de Clóvis de Oliveira, pela sua efetiva participação no movimento estudantil desde os anos 70 (Entrevista de Luiz Carlos Ribeiro concedida a Ivo Campos, em 28 de agosto de 1999, *apud* SILVA, 2000, p. 41).

As discussões feitas aqui permitem compreender como a participação e atuação do PCB e dos diversos setores de luta social, sindicatos das mais variadas categorias, entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Mato Grosso do Sul (OAB-MS), foram decisivos naquela eleição.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa de mestrado em História foi possível perceber o quanto é complexa, mas ao mesmo tempo satisfatória, a árdua tarefa de se escrever sobre determinado processo histórico. O processo aqui trabalhado foi o das eleições de 1982 em Mato Grosso do Sul, um momento marcante do estado, por permitira redemocratização de suas instituições políticas e ao mesmo tempo ser a primeira vez em a população deste novo território brasileiro pode exercer o direito de escolher o governador pelo voto direto.

Os desafios desta pesquisa se concentraram principalmente no que diz respeito ao levantamento de fontes, por se tratar de um fato recente da história de Mato Grosso do Sul, de pouco mais de 30 anos. Até o momento apenas as pesquisas de Marisa Bittar (de mestrado e doutorado) constituem-se em uma bibliografia de maior profundidade analítica no que diz respeito às eleições de 1982. Escrever sobre uma parte da história política deste jovem estado, de apenas 36 anos de criação, requer uma atenção redobrada por parte daqueles que se propõem a isso, já que a produção intelectual, tanto acadêmica quanto não-acadêmica, sobre essa temática, ainda é pequena, o que demonstra que existe um vastíssimo campo aberto para os futuros pós-graduandos de História que queiram trabalhar com isso. O próprio processo eleitoral de 1982, aqui pesquisado, sem dúvida alguma, permite outras oportunidades de abordagens. O que aqui se buscou apresentar é apenas uma modesta contribuição para essa discussão.

Dessa forma, uma das saídas foi o levantamento de entrevistas com pessoas que participaram ativamente daquele momento político, como ex-governadores, ex-deputados, ex-militantes e ex-dirigentes partidários, além de alguns cidadãos comuns que permitiram ter uma noção do que significou o retorno do direito ao voto direto para eles naquele ano. A experiência de trabalhar com a metodologia da história oral me permitiu conhecer variadas formas de se contar sobre um determinado processo histórico. Aquilo que não é interessante ser revelado, ou que possa comprometer a pessoa, não é contado, cabendo ao historiador ficar atento e perceber que, em pequenos gestos, algo pode estar sendo omitido pelo entrevistado. Para isso, o compromisso do pesquisador em tentar comprovar determinado assunto por meio de outras fontes é necessário, para que não se caia nas armadilhas da memória.

A busca por informações na imprensa estadual, tendo consciência de que ela publica o discurso de determinado grupo social, nos jornais *Correio do Estado*, *Diário da Serra* e *O Progresso*, os de maior circulação no estado e que possuem um foco voltado para a discussão

da política a nível estadual, foi outra forma de encontrar novos dados para se aprofundar sobre aquele processo político-eleitoral marcado por uma intensa rivalidade. Outro ingrediente importante foram algumas edições da revista *Veja*, cujo acervo de mais de 40 anos se encontra digitalizado e disponível para acesso da população em geral na internet. Por meio dessas fontes foi possível compreender melhor os mecanismos e as articulações desenvolvidas pelas lideranças políticas sul-mato-grossenses a fim de alcançarem o poder e colocarem em prática seus projetos, pois num estudo sobre história política, como escreveu Vavy Pacheco Borges, vai-se buscar “a racionalidade de uma época e de um espaço determinado na problemática própria do objeto em questão – seja este um país, uma cidade, uma instituição” (BORGES, 1996, p. 154).

Buscou-se também inserir esta pesquisa no contexto das abordagens sobre a Nova História Política. É possível que, apesar de todo o esforço, este trabalho apresente ainda uma ou outra característica da velha história política, mas acredita-se que seria impossível abordar um contexto político estadual sem mencionar as características das administrações do estado. Descreveram-se alguns atos oficiais, como construções de obras, lançamento de programas, no entanto, com o objetivo de contextualizar aquele momento, e não o de vangloriar determinado administrador ou fazer uma análise cronológica e linear de uma época.

No que diz respeito à Nova História Política, foi possível compreender que ao se estudar uma campanha eleitoral é possível entender como uma sociedade se comporta naquele momento. Esta sociedade está inserida numa situação histórica, e de uma forma ou de outra, ela acaba participando deste processo. Ao buscar maiores detalhes a respeito das candidaturas dos partidos pequenos, PDT e PT, teve-se a ideia de valorizar a participação destes no pleito eleitoral de 1982 no estado, permitindo mostrar que é viável produzir uma história que busque valorizar todas as categorias participantes da mesma.

Ao se abordar a criação do estado de Mato Grosso do Sul e os primeiros anos de sua implantação, pode-se observar que a instabilidade política que se instalou com a queda do primeiro governador do estado, Harry Amorim Costa, em junho de 1979, demonstrou que já em seus primeiros anos esta Unidade da Federação seria marcada por intensas lutas de lideranças pelo poder político, uma marca que vinha dos tempos de Mato Grosso uno, que nada mais é do que uma das maiores características da política brasileira.

Pode-se constatar que os inúmeros mecanismos que a ditadura militar criou para que a oposição, concentrada no PMDB, pudesse dar o menor prejuízo possível nas eleições diretas de 1982, em muitos casos, não foram suficientes para conter o descontentamento da

população com o contexto político, econômico e social que vinha se desenhando no Brasil desde o final do que ficou conhecido como “milagre econômico”.

Por fim, quanto aos resultados das eleições de 1982 em Mato Grosso do Sul, no que se relaciona aos municípios do estado, não restam dúvidas de que as estratégias do voto vinculado deram certo, pois o PDS elegeu a maioria dos prefeitos. No entanto, a conquista do governo do estado com Wilson Barbosa Martins e Ramez Tebet, ambos do PMDB, apesar de não ter se dado em larga vantagem, em relação aos candidatos do PDS, José Elias Moreira e Carlos Stephanini, demonstrou o descontentamento da população sul-mato-grossense com os anos de instabilidade política vividos por um estado que se criou sob a propaganda de se tornar um modelo para o resto da nação. Os erros estratégicos do governador Pedro Pedrossian, que desencadearam uma divisão no PDS, como no caso do deputado Levy Dias e seu grupo, aliado a um PMDB que contava com a forte participação de vários grupos de oposição, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), os sindicatos, como a FEPROSUL, as associações de moradores, o movimento estudantil secundarista e universitário, as entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), sem dúvida tiveram uma contribuição muito forte para a propagação das ideias do candidato Wilson Martins e de seus aliados. Contudo, não é exagero dizer, tendo em vista a acirrada disputa no pleito, que as conciliações políticas, feitas com antigos nomes que apoiaram a ditadura e que em 1982 estavam em palanques oposicionistas, foram decisivas para a conquista do governo de Mato Grosso do Sul.

E assim se deu uma parte da história política deste jovem estado, que possui muitos contextos históricos a serem “desbravados” pelos pesquisadores. Como foi dito no início, existem inúmeras lacunas a serem preenchidas na história política sul-mato-grossense, muitas perguntas sem resposta, sobre as quais os futuros historiadores podem se debruçar.

## **BIBLIOGRAFIA E FONTES**

### **FONTES**

#### **ENTREVISTAS**

- 1 - Wilson Barbosa Martins. Campo Grande/MS, 25 de janeiro de 2011.
- 2 – Pedro Pedrossian. Campo Grande/MS, 17 de outubro de 2012.
- 3 - Sergio Manoel da Cruz. Campo Grande/MS, 07 de fevereiro de 2013.
- 4 - José Elias Moreira. Dourados/MS, 16 de março de 2013.
- 5 - Wilson Fadul Filho. Rio de Janeiro/RJ, 1º de abril de 2013.
- 6 - Youssif Assis Domingos. Campo Grande/MS, 25 de junho de 2013.
- 7 - José Orcírio Miranda dos Santos. Campo Grande/MS, 15 de julho de 2013.
- 8 - Wilson Huberto Grunewaldt. Campo Grande/MS, 16 de julho de 2013.
- 9 - João Leite Schimidt. Campo Grande/MS, 06 de agosto de 2013.
- 10 - Eusébio Garcia Barrios. Campo Grande/MS, 16 de setembro de 2013.
- 11 - Clóvis Pinheiro de Oliveira. Dourados/MS, 17 de setembro de 2013.
- 12 - Francisco Fausto Matto Grosso. Campo Grande/MS, 31 de setembro de 2013.
- 13 - Sultan Rasslan. Dourados/MS, 21 de outubro de 2013.
- 14 - Marcelo Barbosa Martins. Campo Grande/MS, 11 de novembro de 2013.
- 15 - Arnaldo Cassemiro dos Santos. Dourados/MS, 3 de março de 2014.

#### **OUTROS DOCUMENTOS**

ALMEIDA, Francisco. **PPS uma opção socialista: manifesto, programa, estatuto**. 1992.

DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E PLANEJAMENTO DEMOCRÁTICO. In: **Esperança e mudança: proposta à nação e aos companheiros do PMDB**. *Revista da Fundação Pedroso Horta*. Col. Alberto Pasqualini, vol. 21, 1981.



DOCUMENTOS. **A primeira prova das urnas: 15 de novembro de 1982.** In: Dossiê 1982. *Perseu, história, memória e política.* Revista do Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo. Nº 2, ano 2, ago. 2008.

DVD. **Documentário MDB/PMDB 40 anos de luta.** Digital System TV. Produção: Fernando Prochmann. Edição: Emerson Braz. Direção-geral: Alice Costa Leite. 33 minutos. 2 de dezembro de 2005. Campo Grande-MS.

BRASIL, República Federativa do. IBGE. **Sinopse preliminar do Censo demográfico: Mato Grosso do Sul**/Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **O povo e o presidente, 1982.** Brasília: Gráfica do INCRA, 1983.

PROGRAMA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES (1980). In: **Cadernos de formação nº 3: O que é PT,** abr. 1999.

**PCB: vinte anos de política 1958-1979 (documentos).** São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas (LECH), 1980.

## **JORNAIS, INFORMATIVOS E REVISTAS**

*Correio do Estado.* Campo Grande/MS. 1977, 1978, 1979, 1980, 1981, 1982, 1983, 2009, 2012 e 2014.

*Diário da Serra.* Campo Grande/MS. 1980, 1981, 1982 e 1983.

*Folha de Dourados.* Dourados/MS. 1975.

*Folha de S. Paulo.* São Paulo/SP. 1982 e 2014.

*O Progresso.* Dourados/MS. 1978, 1980, 1981 e 1982.

*Boca do Povo.* Campo Grande/MS. 2009.

*Voz da Unidade.* São Paulo/SP. 1982.

*Informativo Momento Histórico.* Fátima do Sul/MS. 2013.

*Quadro Verde.* Campo Grande/MS. 1982.

*Grifo.* Campo Grande/MS. 1979.

*Veja.* São Paulo/SP. 1981 e 1982

*Istoé.* São Paulo/SP. 2014.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Itamar. **Violência e golpe eleitoral: Jaison e Amin na disputa pelo governo catarinense**. Blumenau: Ed. da FURB, 1995.
- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região**. *Fronteiras, Dourados*. v. 10, n.º. 17, p.55-67, jan./jun. 2008.
- ALVES FILHO, Ivan. **História dos estados brasileiros**. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2000.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1989.
- AMARILHA, Carlos Magno Mieres. **Os intelectuais e o poder: história, divisionismo e identidade em Mato Grosso do Sul**. Dissertação (Mestrado em História) – UFGD, Dourados, 2006.
- ANASTASIA, Maria de Fátima Junho. **O Partido Democrático Social e a crise da ordem autoritária no Brasil (1979-1984)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) –UFMG, Belo Horizonte, 1985.
- ARAKAKI, Suzana. **Dourados: memórias e representações de 1964**. Dourados: Ed. da UEMS, 2008.
- BARCELLOS, Jardel. **Mato Grosso do Sul (1978-1979): utopia x realidade**. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHGMS), 2014.
- BARRETO, Álvaro Augusto de Borba. **Eleições e mudanças políticas no Brasil nos anos 1980: análise a partir de uma subunidade nacional (Pelotas, RS)**. *Pensamento Plural, Pelotas*, n. 4, p. 11-35, jan./jun. 2009.
- BERSTEIN, Serge. **Os partidos**. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. v. 2 Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- BESSA, Telma; NEVES, Frederico de Castro; MENEZES, Marilda; JUCÁ, Gisafran; NOÊMIA, Lúcia & CARVALHO, Teresa. **Entrevista com Alessandro Portelli. História, historiadores, historiografia**. In: *Projeto História*, n.º 41, dez. 2010.
- BIASOTTO, Wilson Valentim & TETILA, José Laerte Cecílio. **O movimento reivindicatório do magistério público estadual de Mato Grosso do Sul: 1978-1988**. Campo Grande: UFMS, 1991.
- BITTAR, Marisa. **Estado, educação e transição democrática em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: UFMS, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Mato Grosso do Sul a construção de um estado: poder político e elites dirigentes sul-mato-grossenses**. 2º vol. Campo Grande: UFMS, 2009.

\_\_\_\_\_. **Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído (1892-1997)**. 1997. Tese (Doutorado em História Social) - FFLECH-USP, São Paulo, 1997.

BLAY, Eva Alterman. **A participação das mulheres na redemocratização**. In: FLEISCHER, David (org.). **Da distensão à abertura: as eleições de 1982**. Brasília: Ed. UNB, 1988.

BORGES, Nilson. **A doutrina de segurança nacional e os militares**. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves & FERREIRA, Jorge (orgs.). **O tempo da ditadura, regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 4 vol. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BORGES, Vavy Pacheco. **História política: totalidade e imaginário**. *Revista Estudos Históricos*, CPDOC/FGV – revista eletrônica de História, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 151-160, 1996. Disponível em: [www.bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2017/1156](http://www.bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2017/1156). Acessado dia 2 maio 2014.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa. **O processo partidário-eleitoral brasileiro: padrões de competição política (1982-2002)**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: FAPESP, 2006.

CAMPESTRINI, Hildebrando & GUIMARÃES, Acyr Vaz. **História de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2002.

CAMPESTRINI, Hildebrando. **Breve memória da justiça sul-mato-grossense**. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1989.

CALDAS, Maria das Graças Conde & GONÇALVES, Elizabeth Moraes. **A linguagem textual e imagética na formação da opinião do eleitor**. In: QUEIROZ, Adolfo (Org.). **Na arena do marketing político: ideologia e propaganda nas campanhas presidenciais brasileiras**. São Paulo: Summus editorial, 2006.

CARVALHO, Alessandra. **Partidos e abertura nos anos 1970: o MDB nas eleições de 1974 e 1978**. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História (ANPUH): conhecimento histórico e diálogo social. Natal, 2013. Disponível em: [www.snh2013.anpuh.org/...1364609900\\_ARQUIVO\\_AlessandraCarvalhoAnpuh2013.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/...1364609900_ARQUIVO_AlessandraCarvalhoAnpuh2013.pdf). Acessado dia 24 nov. 2013.

CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiros: discurso e práxis de seus programas**. Brasília: UNB. 2ª ed. 1985.

CHARTIER, Roger. **A visão do historiador modernista**. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

CRUZ, Sergio. **Guerra ao contrabando: depoimentos de um sobrevivente**. Brasília: Thesaurus, 1984.

\_\_\_\_\_. **Por que mataram o doutor Ari?** Campo Grande: Primeira Hora Pantanal, 2001.

\_\_\_\_\_. **Datas e fatos históricos do Sul de Mato Grosso ao Estado do Pantanal.** Campo Grande: Editora Pantaneira, 2004.

DELGADO, Tarcísio. **A história de um rebelde: 40 anos, 1966-2006.** Brasília: Fundação Ulysses Guimarães (FUG), 2006.

FAGUNDES, Lourival M. **Lúdio Coelho.** Campo Grande: Ed. Gráfica Nacional, 2011.

FALCON, Francisco. **História e poder.** In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola. **Políticas públicas de educação: a gestão democrática na rede estadual de ensino em Mato Grosso do Sul.** Campo Grande: UFMS, 2000.

FERREIRA JUNIOR, Amarílio. **Professores e sindicalismo em Mato Grosso do Sul (1979-1986).** Campo Grande: Ed. UFMS, 2003

FERREIRA, Olavo Leonel. **500 anos de história do Brasil.** Brasília: Edições do Senado Federal, 2005.

FERNANDES, Florestan. **A ditadura em questão.** 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz editor, 1982.

FICO, Carlos. **Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão.** In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves & FERREIRA, Jorge (orgs.). **O tempo da ditadura, regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.** 4 vol. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. **Como eles agiam - os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. **O golpe de 1964: momentos decisivos.** Rio de Janeiro: FGV, 2014.

FLEISCHER, David. **As desventuras da engenharia política: sistema eleitoral versus sistema partidário.** In: FLEISCHER, David (org.). **Da distensão à abertura: as eleições de 1982.** Brasília: UNB, 1988.

FORTES, Alexandre. **Reflexões sobre o lugar do PT na história da esquerda brasileira.** In: FORTES, Alexandre (Org.). **História e perspectivas da esquerda.** São Paulo/Chapecó: Fundação Perseu Abramo/Argos, 2005.

GARCIA, Cyro. **PT: de oposição à sustentação da ordem.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 2012.

GASPARI, Elio. **A ditadura encurralada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GRINBERG, Lúcia. **Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1965-1979**. Rio de Janeiro: Editora Mauad X, 2009.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre história**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LEITE, Eudes Fernando. **Aquidauana: a baioneta, a toga e a utopia nos entremeios de uma pretensa revolução**. Dourados: Ed. da UFGD, 2009.

LEITE FILHO, Francisco das Chagas. **El caudillo, Leonel Brizola: um perfil biográfico**. São Paulo: Aquariana, 2008.

LEITE, João José de Souza. **Plínio Barbosa Martins: o advogado e líder político respeitado pelo preparo intelectual, pelo idealismo e pela ética**. In: MENEKOZI, Arnaldo Rodrigues (org.). **Campo Grande: personalidades históricas**. 2ª ed. vol. 3. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHGMS), 2012.

LIMA, Ricardo Rodrigues Alves de. **Os intelectuais renovadores e o projeto político do PCB (1975-1982)**. Disponível em: [www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/GT12/GT12\\_Ricardo.pdf](http://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/GT12/GT12_Ricardo.pdf). Acessado dia 12 jun. 2012.

LUCIANO, Luís Carlos. **71 anos do Legislativo de Dourados 1935-2006**. Dourados: Ed. Seriema, 2006.

\_\_\_\_\_. **Ribeiro: arquitetura, urbanismo e meio ambiente, exercício de cidadania**. Dourados: Luís Carlos Luciano editor, 2008.

MANHANELLI, Carlos. **Jingles eleitorais e marketing político: uma dupla do barulho**. São Paulo: Summus editorial, 2011.

MARCELO Miranda Soares. In: **Mato Grosso do Sul: criação e instalação – 30 anos**. Campo Grande: Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul (FCMS), 2010.

MARTINS, Wilson Barbosa. **Memória: janela da história**. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHGMS), 2010.

MAUAD, Ana Maria & LOPES, Marcos Felipe de Brum. **História e fotografia**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

MENEGUELLO, Rachel. **PT: a formação de um partido, 1979-1982**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MORAES, Ceres. **Paraguai: a consolidação da ditadura de Stroessner (1954-1963)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. 2ª ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

\_\_\_\_\_. **Jango e o golpe de 1964 na caricatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

NAPOLITANO, Marcos. **O regime militar brasileiro:1964-1985**. 4. ed. São Paulo: Atual, 1998.

NETO, Regina Beatriz Guimarães. **Historiografia, diversidade e história oral: questões metodológicas**. In: LAVERDI, Robson [et. al]. **História oral, desigualdades e diferenças**. Recife: Ed. da UFPE; Florianópolis: Ed. da UFSC, 2012.

NEVES, Maria Manuela Renha de Novis. **Elites políticas: competição e dinâmica partidário-eleitoral (caso de Mato Grosso)**. Rio de Janeiro: ed. Vértice & IUPERJ, 1988.

PEDROSSIAN, Pedro. **O pescador de sonhos**. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHGMS), 2006.

\_\_\_\_\_. **Um plebiscito da dignidade e da honra**. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1979.

PEREIRA, Luis Landes da Silva. **A imprensa como elo entre o Estado, a sociedade e a educação no Estado de Mato Grosso do Sul**. 1991. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFMS, Campo Grande.

PEREIRA, Raimundo; CAROPRESO, Álvaro; RUY, José Carlos. **Eleições no Brasil pós-64**. São Paulo: Ed. Global, 1984.

PORTO, Walter Costa & JOBIM, Nelson. **Legislação eleitoral no Brasil: do século XVI aos nossos dias**. v. 3. Brasília: Senado Federal/Subsecretaria de Biblioteca, 1996. Disponível em: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)

PÓVOAS, Lenine de Campos. **História geral de Mato Grosso**. Cuiabá, São Paulo: Resenha LTDA, 1995.

PRIORE, Mary del & VENANCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Planeta, 2010.

RÉMOND, René. **As eleições**. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. v. 2 Rio de Janeiro: FGV, 2003.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerda e sociedade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

ROBERTO Higa. In: **Mato Grosso do Sul: criação e instalação - 30 anos**. Campo Grande: Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul (FCMS), 2010.

RODEGHERO, Carla Simone. **A Anistia de 1979 e seus significados, ontem e hoje**. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SALLUM JUNIOR, Brasília. **Labirintos: dos generais à nova república**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SCHMITT, Rogério. **Partidos políticos no Brasil (1945-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

SECCO, Lincoln. **História do PT: 1978-2010**. 3ª ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2011.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985**. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves & FERREIRA, Jorge (orgs.). **O tempo da ditadura, regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 4 vol. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. **A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização 1964-1984**. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). **História geral do Brasil**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

SILVA, Eronildo Barbosa da. **O golpe de 1964 no Sul de Mato Grosso**. In: [http://www.midiamax.com.br/pontodevista/?pon\\_id=2011](http://www.midiamax.com.br/pontodevista/?pon_id=2011). Publicado em 31 de março de 2014. Acessado dia 3 abr. 2014.

SILVA, Eronildo Barbosa da & OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. **Do MDB ao PMDB: quarenta anos de Mato Grosso do Sul**. Ed. Oeste: Campo Grande, 2006.

SILVA, Ivo Campos da. **O PCB em Dourados (1978-1985)**. Monografia (Especialização em História) – UFMS, Dourados, 2000.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Memórias**. Campo Grande: TRE-MS, 2002.

Autorizo a reprodução deste trabalho

Dourados, 18 de agosto de 2014.

---

Wagner Cordeiro Chagas